
MARCIA ANITA SPRANDEL

BRASIGUAIOS: CONFLITO E IDENTIDADE EM FRONTEIRAS INTERNACIONAIS
(VOLUME II)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social do Museu Nacional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
1992

SUMÁRIO - Volume I

Apresentação	iv
I - Contato Institucional	iv
II - Uma releitura dos dados, a partir das teorias antropológicas	xiii
III - O trabalho de campo	xvi
CAPÍTULO I - UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	2
CAPÍTULO II - HISTÓRIA E DESLOCAMENTOS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	24
2.1. <u>Peões, mensus</u> e <u>campeiros</u> , os trabalhadores paraguaio e o capital argentino em território brasileiro	24
2.2. A reação do Estado brasileiro à presença argentina	29
2.3. Os geógrafos e o mito da democracia rural no Paraná	36
2.3.1. As <u>frentes pioneiras</u>	39
2.3.2. <u>Pioneiros</u> versus <u>caboclos</u> no avanço das <u>frentes pioneiras</u>	41
2.3.3. A democracia rural através do acesso à propriedade fundiária	46
2.4. Os historiadores e os conflitos de terra no Estado do Paraná	49
2.5. O governo estadual e a proposta de absorção das tensões sociais de outras unidades da federação	56
2.6. As empresas privadas de colonização e a divulgação da "Terra Prometida"	59
2.7. Grandes proprietários e empresas de colonização, os territórios paraguaios	62
CAPÍTULO III - "NÓS BRASIGUAIOS": UMA IDENTIDADE DEFINIDA NO CONFLITO	71
3.1. As mobilizações dos chamados <u>brasiguaios</u> em 1985 e 1986: da aceitação à rejeição	71
3.2. Os documentos e a fixação da identidade	86

CAPITULO IV: A ATUAÇÃO DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE118

4.1. Brasileiros no Paraguai: a visibilidade via conflito118

4.2. A Visão Oficial131

CAPÍTULO V - O CARÁTER TRANSNACIONAL DA IGREJA: MEDIAÇÃO ECLESIAÍSTICA E IDENTIDADE147

5.1. Ideologia missionária e teoria da migração148

5.2. As conferências episcopais e as políticas institucionais face às minorias étnicas e sociais. ..176

5.3. a Igreja e a mediação política: CPT e MST202

SUMÁRIO - Volume II

CAPÍTULO VI - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTINO215

6.1. O Projeto de Assentamento Novo Horizonte215

6.2. Análise dos dados cadastrais217

6.2.1. Os brasiguaios e um Paraná diferente226

6.3. Os grupos familiares em estudo228

6.3.1. Os tributários da frente pioneira ao Norte do Estado do Paraná235

6.3.2. Os tributários da frente pioneira ao Sul do Estado do Paraná239

6.3.3. Da propriedade ao arrendamento245

6.3.4. O assalariamento rural254

6.3.5. O Paraguai como opção ao endividamento bancário, aos conflitos e à elevação do preço da terra e dos contratos de arrendamento261

CAPÍTULO VII - A UNIDADE POLÍTICA VERSUS AS DIVERSIDADES SITUACIONAIS, OU O PARAGUAI PODE SER MUITOS PAÍSES270

7.1. As "dificuldades boas" do cotidiano no paraguai 282

7.2. Os paraguaios, estes desconhecidos286

7.3. Os "mais de dentro" e os "da divisa", a intersecção de redes de mercado e de sociabilidade numa região de fronteira298

7.4. A condição de estrangeiros305

CAPÍTULO VIII - "FORMAR A LUTA" OU SIMPLEMENTE "IR PROS BARRACOS", AS DIFERENTES INSERÇÕES NA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA314

8.1. A realidade transformada em estratégia de discurso339

CAPÍTULO IX - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTE, CINCO ANOS DEPOIS357

9.1. Novo Horizonte e Paraguai: um fluxo constante de pessoas e de produção402

X - CONCLUSÃO - BRASIGUAIOS: A REEDIÇÃO DE RITUAIS POLÍTICOS E AS REALIDADES DIFERENCIADAS408

10.1. Identidade e Identificação: desdobramentos da ação mediadora da Igreja e do MST408

10.2. A Estratégia do discurso dos aparelhos de poder436

10.3. A Mobilização e a Mediação: os campesinos sin tierra paraguaios442

10.4. A ação sindical transnacional450

10.5. Sem pátria e sem território: limites extremos de uma existência política458

BIBLIOGRAFIA479

DOCUMENTOS CONSULTADOS488

Elaborados pelos chamados brasiguaios em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra488

Elaborados pelos chamados atingidos pela construção da U.H. Itaipu (consultados em Germani, 1982)490

Oficiais490

Governo Brasileiro490

Governo Paraguaio493

Igreja494

Brasil494

Paraguai497

Brasil e Paraguai498

ANEXOS	500
Carta à População	500
Carta ao MIRAD. Campo Grande, 1º de abril de 1986 ...	502
Relação dos casos de violências ocorridos com os brasiguaios	507
Carta ao MIRAD, Gleba Novo Horizonte, 1º de abril de 1986.	517

Mapa 1 - Localização das principais localidades citadas no Mato Grosso do Sul	xx
Mapa 2 - Paraguai	xxviii
Mapa 3 - Ligas Agrárias Cristãs do Paraguai	68
Mapa 4 - Extensão de terras objeto de pressão do movimento social	77
Mapa 5 - Departamentos paraguaios com registro de população brasileira.	157
Mapa 6 - Colônias e estradas utilizadas por emigrantes brasileiros nos Departamentos Alto Paraná, Caaguazú e Amambay.	158
Mapa 7 - Região de Corpus Cristi (Departamento Canindeyu)	161
Mapa 8 - Glebas dos brasileiros	167
Mapa 9 - Brasileiros no Paraguai	173
Mapa 10- Piquiri, Santa Rosa, Santa Tereza e Las Nuevas .	174
Mapa 11 - Comunidades de emigrantes brasileiros no Paraguay	205
Mapa 12 - Localização do PANH	358
Mapa 13 - PANH	360
Mapa 14 - Localização dos Acampamentos do PANH	369
Mapa 15 - "Linhas" do PANH	377

Mapa 16 - Parcelas de sócios da ATR e de sócios do STR ..	387
Mapa 17 - Capelas localizadas no PANH	394
Mapa 18 - Grupos do EMPAER	396
Mapa 19 - Localização da população brasileira no Paraguai e dos <u>brasiguaios</u> no Mato Grosso do Sul	412
Mapa 20 - Localização da população brasileira no Paraguai e dos <u>brasiguaios</u> no Mato Grosso do Sul (II)	413
Mapa 21 - Departamento Canindeyu e parte do Departamento Alto Paraná	427
Mapa 22 - Departamento Alto Paraná (detalhe)	428
Mapa 23 - Santa Tereza	429
Mapa 24 - Yby - Yau	430

Quadro 1 - Acampamentos de <u>brasiguaios</u> e <u>sem terra</u> MS - junho de 1985 / junho de 1986	83
Quadro 2 Documentos dos <u>brasiguaios</u> (Junho/1985 - Abril/1986)	88
Quadro 3 - Empresas colonizadoras denunciadas, atuantes no Paraguai	111
Quadro 4 - As definições de <u>brasiguaios</u> na imprensa periódica (1986)	115
Quadro 5 - Áreas (KM2) de países limítrofes anexadas ao território brasileiro de 1852 a 1904	120
Quadro 6 - Tipologia do <u>migrante</u> , conforme a mobilidade .	151
Quadro 7 - <u>Colônias</u> de brasileiros no Paraguai (1971) ...	155
Quadro 8 - <u>Colônias</u> de brasileiros no Paraguai (1972) ...	160
Quadro 9 - <u>Colonias</u> estudiadas según tipo de colonización y nacionalidad de la población predominante.	186
Quadro 10 - Agentes colonizadores brasileiros em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro.	187
Quadro 11 - Agentes colonizadores paraguayos em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro.	188
Quadro 12 - Agentes colonizadores mixtos em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro.	189
Quadro 13 - Atendimentos realizados pelo PAC envolvendo cidadãos brasileiros	191
Quadro 14 - Mesorregiões geográficas com maior incidência de naturalidades entre os <u>parceleiros</u> do PANH	222

Quadro 15 - População brasileira no Paraguai por
Departamento, Distrito e Localidade274

Quadro 16 - Comissão Central do acampamento de Mundo Novo
.....318

Quadro 17 - Projetos de assentamento com presença de
brasiguaios no MS414

Quadro 18 - Ocupações de imóveis de proprietários
brasileiros / Departamento Alto Paraná - Fevereiro de 1990
.....446

Quadro 19 - Ocupações de imóveis envolvendo brasileiros no
Paraguai - Junho/1989 - Janeiro/1991447

CAPÍTULO VI - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTE

A opção como objeto de estudo, pelos chamados brasiguaios hoje assentados no Projeto de Assentamento Novo Horizonte - PANH, deve-se à constatação de que estes foram os que utilizaram a categoria brasiguaios na plenitude do seu significado formal. Se definiram como agricultores, brasileiros, migrantes, expulsos do Brasil e do Paraguai, e, mobilizados politicamente, obtiveram terras através do processo de reforma agrária em território brasileiro.

6.1. O PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte foi criado pela resolução número 065/86, de 10/04/86 e possui uma área de 16.580 hectares, num perímetro de 63.613 metros. Subdivide-se em 763 parcelas, 578 rurais, 184 pára-rurais e 1 urbana, nos quais vivem (sem contar a parcela urbana), 758 famílias de parceiros(26). Está tutelado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Projeto Fundiário de Dourados (MS).

As parcelas rurais, ou sítios, variam de 17 a 35 hectares. As parcelas para-rurais, ou chácaras, variam de 5 a 8 hectares. A parcela urbana, chamada pelo órgão fundiário de Centro Rural, tem 82 hectares, subdivididos em lotes comerciais e residenciais.

As parcelas rurais foram destinadas para aquelas famílias que somaram maior número de pontos na ficha de classificação denominada Identificação e Classificação de Candidatos a Parceleiros/IC. As parcelas para-rurais foram criadas em função da pressão camponesa sobre a terra na região. Diante de uma situação onde o número de famílias acampadas era maior do que a área desapropriada poderia suportar, o INCRA se posiciona contra novas desapropriações, e perde na justiça 1.888 hectares dos considerados pelo Decreto nº 91.792, de 18/10/85, agravando o problema. As parcelas para-rurais foram destinadas, então, a famílias pequenas e a casais de idade avançada. Localizam-se em torno do Centro Rural.

Como os demais beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária, conforme artigo 189 da Constituição da República Federativa do Brasil, os parceleiros do PANH receberam títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Os parceleiros não tem o direito de possuir lotes no Centro Rural. Este é doado pelo INCRA a comerciantes ou famílias que não de parceleiros, contanto que se comprometam a construir dentro de um determinado tempo.

A planta do projeto foi elaborada pelo INCRA, que pré-fixou os limites das parcelas, as estradas vicinais e os núcleos secundários, locais destinados à construção das escolas. Estas localizam-se de 3 em 3 quilômetros, num

total de 17 (dezesete) escolas, inclusive uma (com 1º e 2º graus) no Centro Rural.

Conforme informações da Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS), residem no PANH cerca de 10.000 pessoas, destas aproximadamente 1.800 no Centro Rural.

6.2. ANÁLISE DOS DADOS CADASTRAIS

Os chamados brasiguaios foram cadastrados em julho de 1985, quando se encontravam acampados na praça principal do município de Mundo Novo (MS), por onde reingressaram no país. O cadastramento é parte da seleção, primeira atividade desenvolvida pelos órgãos fundiários encarregados do assentamento de beneficiários do processo de reforma agrária. Um primeiro controle feito junto aos trabalhadores foi o preenchimento de uma tabela simplificada, com o cabeçalho PROJETO FUNDIÁRIO DOURADOS/ "Projeto de Assentamento Novo Horizonte", que questionava o nome do interessado, naturalidade, procedência e número e idade dos dependentes. Foram contabilizadas 714 famílias. O documento que lista os atuais parceleiros, a Relação dos Parceleiros do P. A. Novo Horizonte refere-se à um número total de 755 parceleiros, cujos nomes vêm acompanhados do número da parcela, área da parcela e número do processo. A defasagem entre um documento e outro ocorreu em função do preenchimento individual de formulário chamado IC =

Identificação e Classificação dos candidatos a parceleiros.

O candidato é considerado o chefe de família.

A classificação se baseia na idade do candidato, na idade dos demais membros de sua família (nuclear ou extensa), na força de trabalho do conjunto familiar, e em sua experiência agropecuária. Cada critério destes recebe uma nota, um peso e um número de pontos que, somados, deve ou não o classificar.

Treze nomes que constavam na primeira listagem desaparecem na relação de parceleiros, que por sua vez acrescentou mais 46 nomes. Os próprios trabalhadores, referindo-se ao momento de cadastramento, explicam porque alguns "rodaram", ou seja, foram desclassificados. O ato de cadastramento foi realizado no Centro Comunitário da Igreja Católica, de Mundo Novo(MS). Inicialmente foi sorteada a sequência dos grupos cujos membros seriam entrevistados primeiro. As chamadas lideranças foram instruídas por funcionários do órgão fundiário sobre o preenchimento dos dados e passaram estas informações aos grupos, conforme narrativa de uma delas:

"Ai nós peguemo e fizemo uma reunião por grupo e explicamo como é que tinha que ser né? Ai o pessoal foi. Até os cara do INCRA era muito bom, explicavam. Formulário grande, quanta roça, todas as experiências de roça, os bens possuídos. Então na época rodou cento e pouco companheiros de lá, até eu também rodei no cadastro. Ai nós fomos lá no INCRA e pedimos que viessem refazer. Eles vieram refazer, ai rodou quarenta. Ai fomo lá de novo, pedir que viesse refazer de novo. Pra ir ajuntando, né. Eu mesmo, eu

mesmo e meus irmão fizemos separado, o cadastro, na época nós rodemo. Depois nós se juntemo a dois e passemos. Assim muitos fizeram. Então no fim acho que sobrou uns vinte, que não teve jeito, né. Que era rapaz solteiro, não tinha jeito. E era da família mesmo, os pais tava ali, mas queria mais."

O momento do cadastramento, como todos os eventos que envolveram a organização dos chamados brasiguaios desde o Paraguai até o momento de individualização após o sorteio dos lotes, foi discutido ao nível dos grupos. Aprendendo na prática quais os critérios do órgão, souberam reivindicar novas chances de preenchimento. O fato de terem sido desclassificados basicamente "rapazes solteiros", cujos pais também reivindicavam uma parcela da terra, demonstra que para o grupo familiar como um todo a transferência para o Brasil como beneficiários da reforma agrária não significou uma solução para as suas necessidades. Dentre os classificados destacam-se diversos casos de irmãos solteiros que reivindicavam uma parcela para si.

Quanto ao surgimento de mais 46 nomes na listagem de parceleiros do PANH, deve-se basicamente ao ingresso do chamado "pessoal da segunda etapa". Estes indivíduos teriam sido cadastrados em Mundo Novo mas não participaram do acampamento, vindo a reivindicar terras após o início da desapropriação. Para segmentos dos assentados, este foi um problema que levou inclusive ao confronto com as lideranças, que não teriam sabido defender os direitos dos que acamparam. Foi o ingresso do "pessoal da segunda etapa" que ocasionou o surgimento das chamadas chácaras, com 7

hectares, para que houvesse parcela para todos, conforme narra um parceleiro:

"Porque foram cadastrados em Mundo Novo mas não enfrentaram a luta, sabe, eles foram pro trabalho normal deles, né, no Paraguai, na fronteira ou em Mundo Novo, né, e não ficaram no acampamento. Ai quando surgiu a desapropriação da terra eles começaram a se chegar e vieram pra cá, né. Inclusive até com o próprio apoio dos líderes, que foram eles que fizeram o trabalho de ajuntamento e deixaram tudo lá separados.(..) Tinha gente até que tava no Paraná, já não tava mais no Paraguai. Foi cadastrado e voltou pro Paraná, ou foi morar no Paraná. Depois quando saiu a desapropriação da terra ai eles vieram correr atrás do prejuízo, né. Conseguiram, tão lá até hoje."

Para fins de análise de deslocamentos, tornou-se mais simples o uso do primeiro documento, embora contenha 13 nomes de candidatos não classificados e não contemple a totalidade dos 46 classificados da segunda etapa. Isto porque a análise dos IC, na sede do INCRA/MS, devido às modalidades e critérios de arquivamento, tornou-se inviável. Embora não retrate a realidade dos dados sobre os 755 parceleiros do PANH em janeiro de 1986, acreditamos que trace um quadro significativo do padrão populacional dos chamados brasiguaios quando de seu retorno ao país.

Os documentos cadastrais consultados trabalham com apenas dois dados de deslocamento espacial dos entrevistados, naturalidade e procedência. Para a nossa análise, fornece dois momentos de sua história de vida. A naturalidade, ou seja, município e unidade da federação de

nascimento, remete ao seu pertencimento ao grupo familiar de origem. Procedência, que em todas as respostas indica localidades paraguaias, encontra este mesmo grupo familiar ainda reunido, ou se refere ao momento de formação da família nuclear do entrevistado. A decisão de retorno organizado ao Brasil, reivindicando terras, muitas vezes partiu dos filhos solteiros ou recém-casados, que trazem consigo irmãos ou pais.

Dos 714 (setecentos e quatorze) chefes de família entrevistados, 33% registraram o Estado do Paraná como unidade da federação de naturalidade. A seguir temos Minas Gerais (20.8%), São Paulo (9.52%), Rio Grande do Sul (9.2%), Santa Catarina (8.1%), Bahia (6.4%), Espírito Santo (2.9%), Pernambuco (2.6%), Alagoas (1.6%), Ceará (1.4%), Sergipe (1.1%), Rio de Janeiro (0.9%), Mato Grosso do Sul (0.9%), Amazonas (0.1%) e Piauí (0.1%). Cinco entrevistados (0.7%) não declararam a naturalidade.

Não obstante a referência à quinze unidades da federação, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia somam 87% dos casos de registro de naturalidade. Somente Paraná e Minas Gerais somam mais de 50% dos registros. A nível de meso e micro região geográfica(27), a diluição é bem maior, num total de 71 mesorregiões e 163 microrregiões. Assim, a mesorregião com maior registro de naturalidades, a Norte Central Paranaense, refere-se apenas a 7% do total. No quadro abaixo, a lista das 15 mesorregiões com maiores registros de naturalidade:

Quadro 14 - Mesorregiões geográficas com maior incidência de naturalidades entre os parceleiros do PANH

Nº	UF	MESORREGIÃO	Nº NAT.
102	PR	Norte Central Paranaense	52
070	MG	Vale do Rio Doce	44
116	RS	Noroeste Rio Grandense	32
105	PR	Oeste Paranaense	28
101	PR	Centro Ocidental Paranaense	27
103	PR	Norte Pioneiro Paranaense	26
115	SC	Sul Catarinense	23
106	PR	Sudoeste Paranaense	21
107	PR	Centro Sul Paranaense	21
100	PR	Noroeste Paranaense	20
066	MG	Vale do Mucuri	18
110	SC	Oeste Catarinense	16
092	SP	Presidente Prudente	16
065	MG	Jequetinhonha	16
061	BA	Centro Sul Baiano	14

Em termos nacionais, a análise por mesorregiões pode dar conta de áreas de condensação de determinadas características sócio-econômicas, de acordo com o próprio FIBGE. Observa-se que as mesorregiões listadas acima caracterizam-se por serem áreas tradicionais de conflitos fundiários, o que aponta para uma relação entre conflito e deslocamento populacional.

O Estado do Paraná, com o maior registro de naturalidade (236 chefes de família), mereceu uma análise à parte, haja visto que dados de campo permitem levantar a hipótese de que grande parte dos chamados brasiguaios que retornaram ao país em julho de 1985, haviam residido naquela unidade da federação antes de se transferirem ao Paraguai.

Ou seja, por um período que vai principalmente do início dos anos 50 até meados de 1970, o Estado do Paraná parece ter sido procurado por pequenos produtores rurais de diversas partes do país, que buscavam terras e trabalho.

As mesorregiões geográficas do Estado do Paraná com maior incidência de naturalidades de chefes de família são Norte Central Paranaense (52), Oeste Paranaense (28), Centro Ocidental Paranaense (27), Norte Pioneiro Paranaense (26), Sudoeste Paranaense (20), Centro Sul Paranaense (21) e Noroeste Paranaense (20), que juntas somam 70% das ocorrências.

Entre as microrregiões geográficas destacam-se aquelas de Toledo (18), Campo Mourão (15), Guarapuava (14), Cornélio Procópio, Maringá e Goioerê (12), Paranavaí e Apucarana (10), Astorga, Cascavel e Francisco Beltrão (09) e Capanema, Porecatu e Umuarama (7). Estas mesmas microrregiões caracterizam-se, em grande parte, pelo povoamento recente, não anterior a 1920.

Os municípios de São João do Caiuá, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Cianorte, Astorga, Nova Esperança, Marialva, Maringá, Apucarana, Araponga, Jandaia do Sul, Sabaudia, Cambé e Londrina, foram fundados pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), entre os anos de 1930 e 1960.

O governo estadual planejou a colonização de áreas devolutas a partir de 1930. De sua iniciativa surgiram os

futuros municípios de Paranavaí, Goioerê, Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, entre outros.

Municípios como Marechal Cândido Rondon, Toledo e São Miguel do Iguaçu, surgiram a partir de empreendimentos imobiliários privados no oeste e sudoeste do Estado do Paraná, cujo marco parece ter sido o ano de 1946, quando do início de funcionamento da Industrial Madeireira e Colonizadora S.A. (MARIPÁ).

A análise destes dados, somada a observações feitas em trabalho de campo, permite que calculemos que parte significativa dos candidatos a parceleiros que apontaram o Estado do Paraná como unidade da federação de nascimento, eram filhos de indivíduos nascidos em outros Estados. Quanto aos restantes, grande parte parece ter residido e trabalhado ali, notadamente em seu território à norte, oeste e sudoeste, antes de efetuarem a transferência para a República do Paraguai. Se trabalhássemos com dados de naturalidade das proles, a incidência de "paranaenses" entre o universo de moradores do PANH seria bastante significativa.

O domicílio no Estado do Paraná parece fazer parte da atribuição brasiguaios, apesar de não estar presente nos documentos produzidos pelo movimento social. Surge como componente da identidade nas narrativas de história de vida, onde o "tempo do Paraná" refere-se a períodos bastante longos de permanência no Estado.

São recorrentes as representações do Paraná como um lugar onde se buscou o acesso à terras "férteis e baratas", mesmo que através de estratégia que previa períodos iniciais de assalariamento ou arrendamento. Estas representações estão exemplarmente resumidas em depoimento de um assentado do PANH, natural de Malacacheta (MG). Tendo saído de casa aos 16 anos, trabalhou algum tempo como operário não especializado na fábrica de bebidas Cinzano, em São Paulo (SP). Ali, influenciado por colegas, e pelo que ouvia falar entre os colonos que residiam em terras de seus familiares em Minas Gerais, decide-se por buscar arrendamentos nas novas áreas de lavoura do Estado do Paraná, no ano de 1961:

"Aí eu vim embora pro Paraná. Sempre aquela ilusão do Paraná. Primeiro o pessoal só pensava no Paraná, e então eu vim também."
(WFM, Novo Horizonte, janeiro de 1991)

A "ilusão do Paraná", na forma como surge nas narrativas colhidas, se configura quase como mito pertencente ao imaginário camponês da região. Pode-se pensá-la como expressão meramente literária. Porém, a análise realizada sobre a produção intelectual dos anos 40 e 50, referente ao povoamento do Estado no nosso século, das mensagens de alguns de seus governantes no mesmo período, e de relatórios de companhias colonizadoras privadas, apontou para uma estreita relação entre a expectativa das narrativas camponesas e os discursos governamentais, empresariais e acadêmicos que historicamente impuseram uma visão do Paraná

idílica o suficiente para ser traduzida como "ilusão" pelos protagonistas de seu povoamento recente.

6.2.1. OS BRASIGUAIOS E UM PARANÁ DIFERENTE

Analizamos no Capítulo II deste trabalho algumas das teorias sobre o processo de ocupação do Estado do Paraná, neste século. Aquela dos geógrafos, dos anos 40 e 50, consagradas historicamente no campo intelectual, credita esta ocupação à desagregação das fazendas de café em São Paulo e ao aumento da população e escassez de terras nas áreas antigas de colonização européia do Rio Grande do Sul.

Os historiadores acrescentam a este esquema explicativo, sem modificá-lo fundamentalmente, o surgimento de conflitos pela posse da terra entre os chamados posseiros e os aparelhos de poder, que em determinadas circunstâncias favoreciam processos de grilagem, e entre estes mesmos posseiros e pistoleiros contratados por grileiros e companhias colonizadoras.

A observação das paisagens geográficas, a análise descritiva de tipos de clima, de solo e da produção agrícola, caracteriza a competência e saber dos geógrafos, assim como a pesquisa de fontes em arquivos e jornais, além de recursos de história oral, caracterizam a competência e saber dos historiadores.

Criticar seus padrões explicativos só é possível a partir da contraposição aos mesmos de informações e dados

obtidos em período de trabalho de campo junto a indivíduos que idealmente participaram do processo analisado, ou seja, pequenos produtores de outras unidades da federação que buscaram o Estado do Paraná como alternativa para a manutenção de sua condição camponesa, neste século. O antropólogo, com este procedimento, demonstra seus próprios critérios de competência, diante do monopólio de geógrafos e historiadores, haja visto que estes metodologicamente não basearam suas interpretações na representação dos próprios agentes sociais envolvidos.

O trabalho de campo realizado se defrontou com estas representações - que se tornaram um de seus problemas centrais - através de técnicas de observação direta e de registro de narrativas de histórias de vida. Entre algumas conclusões a que chegamos, está a constatação de que mesmo após a ocupação do território pelas frentes pioneiras, datada pelos historiadores nos anos 60, milhares de famílias continuaram a chegar ao Estado do Paraná. Entre as que vieram antes, e muitas entre os chamados brasiguaios do PANH o fizeram a partir de 1950, raras puderam estabelecer-se no Estado como pequenos proprietárias, mesmo que o fossem nos seus locais de origem.

Registramos situações onde as famílias - ou, mais raramente, apenas um membro da mesma - chegam buscando arrendamentos; posses; trabalho assalariado como peão ou como bóia-fria; passam por períodos de atividades tipicamente urbanas; trabalham provisoriamente em terras de

parentes já estabelecidos; sempre objetivando o acesso a suas próprias terras.

Em suas trajetórias de atividades e deslocamentos, estas famílias tiveram de se haver com situações que desacreditam aquelas assertivas sobre a efetivação de uma democracia rural e de uma reforma agrária no Estado do Paraná, feitas por historiadores, geógrafos, empresários e governantes.

São afetadas, entre outras situações, por processos de grilagem, por dificuldades de financiamento bancário e pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que diminuiu consideravelmente a oferta de terras para compra e arrendamento no oeste do Paraná, nos anos 70.

Desta forma, da confrontação das diversas concepções sobre a ocupação do Estado do Paraná, constituiu-se um problema, para cuja resolução tomamos como objeto de reflexão as interpretações que os agentes sociais fazem, independente dos efeitos simbólicos do discurso da ciência.

6.3. OS GRUPOS FAMILIARES EM ESTUDO

Existem oficialmente 758 chefes de família que são classificados como parceiros rurais no PANH. Conforme visto, os critérios do INCRA que designam conjunto familiar, a partir da determinação do chefe de família compreende desde uma família nuclear até uma família extensa, incluindo-se agregados. Como o número e a idade dos

dependentes não constitui critério exclusivo de classificação, registram-se casos, por exemplo, de casais jovens sem filhos ou com filhos pequenos, vivendo sob o mesmo teto com um irmão adulto e solteiro do chefe de família; lhes tendo sido destinada uma única parcela.

Este número de 758 famílias não significa, pois, que residam na área rural do PANH 758 famílias extensas ou nucleares. Acrescente-se a esta relativização os casos de unidades domésticas não cadastradas que residem e trabalham em parcelas de parentes, além de famílias dos denominados camaradas, empregados contratados para os períodos de maior necessidade de braços do ciclo agrícola.

O PANH, enquanto espaço resultante do processo de luta política, tem história própria, e bastante recente. É formado por indivíduos procedentes de, no mínimo, quinze unidades da federação, que não necessariamente mantinham laços de vizinhança e de sociabilidade anteriores. Seu espaço, outrossim, foi delimitado artificialmente pelo órgão fundiário. As famílias que lutaram por ele, não obstante a utilização de uma identidade homogeneizadora - brasiguaios - buscaram o assentamento individualizado, e não a conquista de um "território brasiguai". Pensar o PANH enquanto unidade geográfica e numa perspectiva censitária seria metodologicamente incorreto, pois não se trata de uma aldeia de assentamento antigo, com redes de relações sociais consolidadas, ou mesmo de um bairro rural, nos moldes dos "estudos de comunidade". Em virtude disso não se colocou

como técnica de pesquisa a realização de um levantamento estatístico-censitário, através de entrevistas que atingissem todas as famílias cadastradas do PANH.

Optou-se pelo acompanhamento de alguns grupos familiares, que relataram as suas trajetórias de deslocamentos, com a inserção diferenciada da identidade brasiguaios nas mesmas. A distribuição espacial destes grupos familiares selecionados pela pesquisa, residentes em parcelas não necessariamente contíguas, dentro e fora do PANH, estendendo-se às vezes a outros assentamentos oficiais, ou a municípios dos Estados do Paraná, Mato Grosso ou Rondônia, e ainda no Paraguai, foi indicando um caminho para a desnaturalização do espaço rígido do assentamento, e, posteriormente, da própria categoria brasiguaios como unidade de análise.

A escolha dos grupos familiares foi, em grande parte, conduzida por circunstâncias externas, ditadas pelo próprio desdobramento do trabalho de campo. Tendo feito contatos anteriores com pessoas vinculadas a redes de relações dos chamados brasiguaios, isto é, pessoas referidas ao campo da ação mediadora - jornalistas, agrônomos e religiosos - coincidentemente surgiram os mesmos nomes para iniciar o trabalho no PANH. A algumas destas pessoas fui formalmente apresentada como pesquisadora em março de 1990. Todas, com exceção de uma (delegado sindical do STR de Ivinhema), eram antigas lideranças dos grupos de retorno organizado ao país.

Foram estes indivíduos que me receberam quando reiniciei o trabalho de campo em junho de 1990. No decorrer da pesquisa ampliei as entrevistas e observações aos demais integrantes da família extensa, notadamente à esposa e aos pais desta e do chefe de família, quando também residentes no PANH e, em alguns casos, residentes em outras localidades. Os primeiros grupos familiares entrevistados foram então os de José Vieira de Souza, liderança do grupo "Santa Rosa", também vereador na Câmara Municipal de Ivinhema (MS); Valdomiro Ferreira de Moura, liderança do grupo "Puente Kijha"; Asemar Luis Vieira, liderança do grupo "Guadalupe" e então presidente da Associação de Trabalhadores Rurais da Gleba Novo Horizonte; José Lino Martins, liderança do grupo "Guavirá"; Antônio Cândido Rodrigues, liderança do grupo "Guadalupe", e Valdevino Mezzari Duarte, delegado sindical do STR de Ivinhema.

Um outro parceleiro, o senhor Onofre Talaska, do grupo "Carapá", solicitou, através de conhecimentos comuns no Centro Rural, que eu também fosse visitá-lo, dada a sua condição de antiga liderança. Seguiram-se os mesmos procedimentos feitos anteriormente.

Nos outros dois grupos trabalhados minha inserção se deu através do universo feminino. Maria Aparecida de Souza, a "Cida", "agente de saúde" ligada à Igreja Católica, apresentou-se como "brasiguaiio de Corumbá", no único dia em que estive entrevistando religiosas residentes no PANH. "Cida" faz parte daquele grupo de brasiguaios que acampou em

Eldorado(MS) em abril de 1986, e que se encontra assentado no município de Corumbá(MS), tendo sido informante valiosa para a análise do alcance e dos limites da identidade brasiguaios no movimento social. Maria, uma moça que trabalhava no "Restaurante dos Viajantes", no Centro Rural - onde fixei minha base de pesquisa, dadas as longas distâncias entre as residências - me apresentou, num passeio dominical, à sua família, cujo pai, Alberto Lima, parceleiro do PANH, passou a colaborar mais assiduamente com meu trabalho.

Relativizando a idéia de se trabalhar com unidades familiares, observei que José Vieira de Souza, José Lino Martins, Valdomiro Ferreira de Moura e José Duarte fazem parte de redes de vizinhança maiores, e anteriores ao acampamento, tanto em áreas de posse no Estado do Paraná quanto em arrendamentos em grandes latifúndios no Paraguai. Asemar Luiz Vieira, residente na "Linha Gaúcha", é representante de uma das poucas comunidades dentro do PANH que manteve unidas famílias de naturalidades comuns, no caso, o Rio Grande do Sul.

Entre os grupos familiares, que se não devidamente registrados em entrevistas, enriqueceram minhas observações, destacam-se aqueles de João e Maria Foresti, vizinhos de parcela de Asemar Luiz Vieira, e que indicaram parentes residentes no Paraguai; Rosalino Costa e sua esposa; e a família Kovaslki, dona do primeiro mercado do Centro Rural, que auxiliou no mapeamento das redes de relações sociais

internas ao PANH, que para eles constitui uma unidade. O assentamento é representado como uma clientela em potencial. As horas passadas no Supermercado Kovalski renderam observações importantes sobre comercialização, além de inúmeras conversas informais sobre o cotidiano no assentamento. Um cunhado dos Kovalski, Oraci, foi meu "motorista" em todas as visitas às residências mais distantes, através da locação de sua "pick-up" Willys movida a gás de cozinha. Transformou-se com o tempo em um amigo de confiança, e informante privilegiado sobre novas versões das situações diversas encontradas no cotidiano do assentamento, notadamente após períodos de ausência.

O "Restaurante dos Viajantes", onde faziam suas refeições e/ou pernoitavam funcionários públicos (INCRA, EMPAER, Prefeitura de Ivinhema, policiais militares, entre outros); motoristas de caminhão; representantes comerciais; motoristas dos ônibus que ligam o assentamento à Mundo Novo, na fronteira com o Estado do Paraná e o Paraguai; "compradores de lote" e políticos da região, entre outros, configurou-se em local privilegiado de observação. Sua proprietária, "Tia Roza", que veio do município fronteiro de Sete Quedas (MS), acompanhando o deslocamento dos chamados brasiguaios, foi referência de conhecimentos e de solidariedade, assim como seu filho, suas filhas e netas.

Todas estas famílias, à exceção daquelas dedicadas a atividades comerciais e que chegaram ao PANH recentemente, tem em comum domicílio anterior no Estado do Paraná por

períodos diferenciados, que vão de 1950 a 1983. Da mesma forma, se transferiram para a República do Paraguai a partir de 1970, até o ano de 1983. Coerente ao padrão explicativo dos geógrafos sobre a ocupação do Paraná, estas famílias seriam tributárias das duas frentes pioneiras distintas que conduziram seu povoamento, a partir notadamente da década de 30. Estariam trilhando a trajetória dos chamados pioneiros, os quais, mesmo quando não chegavam ao Estado na condição de proprietários de terras, teriam as condições ideais de acesso à elas, dentro do espírito de "democracia rural" (VALVERDE, 1957), concorrendo para que, conforme versão dos historiadores analisados na década de 60, todo o Estado do Paraná estivesse com seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terra.

Esta visão letrada, que tem elementos comuns ao mundo do conhecimento, passa a ser relativizada quando se defronta com os discursos e os atos dos próprios personagens sociais. As narrativas destes sobre os acontecimentos que levaram à saída dos "locais de origem" e acerca das situações reais encontradas nos períodos de tempo vividos no Estado do Paraná- que vão de 8 a 27 anos- demonstram a fragilidade daquela visão, notadamente diante das diferenciações internas aos chamados pioneiros em potencial, que vão fundamentar estratégias diferenciadas no objetivo comum de acesso à terras privadas.

6.3.1. OS TRIBUTÁRIOS DA FRENTE PIONEIRA AO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Entre aqueles grupos familiares idealmente tributários da frente pioneira ao norte do Estado do Paraná, registrei a situação de um pequeno produtor rural que chegou ao município de Santo Antônio da Platina em 1950, seis anos após sair do seu local de nascimento, o "Patrimônio Gameleira", localizado no município de Aracaju(SE). Ali, onde "só morava parente, era tudo da minha família", seus pais trabalhavam "na roça". No ano de 1947, com apenas 10 anos de idade, transferiu-se "de pau-de-arara" para São Paulo(SP), onde residia seu irmão mais velho, que exercia função de policial. Neste município, durante três anos, trabalhou como ajudante em uma oficina mecânica. Retornando a Sergipe, em visita aos parentes, foi convidado por um conterrâneo, amigo da família, a trabalhar num imóvel produtor de 30 mil pés de café, que este "formava", localizado em Aquidauana(MS). Ali cuidou da criação e fez a manutenção de um caminhão .

Transferiu-se algum tempo depois para outra fazenda cafeeira, desta vez no município de Ourinhos(SP), que identifica como "Paraná". Depois de algum tempo "tomando conta da fazenda", casa-se com uma moça cuja família possuía um contrato de arrendamento de três anos no município paranaense de Santo Antônio da Platina, e passa a trabalhar com os mesmos.

O acesso à terra e a fixação definitiva no Paraná se deu através da aliança com o grupo familiar da esposa. Desta forma, o informante passou da condição de assalariado para aquela de arrendatário.

Outro caso registrado refere-se a uma família nuclear, de pequenos-proprietários do chamado Sertão do Ceará, mas cuja propriedade era insuficiente para a reprodução do grupo, tornando necessário o arrendamento. A seca de 1958 teria sido o principal motivo para deixarem Acopiara(CE), conforme relata o filho mais velho do casal:

"Os pais trabalhavam na roça. Tinham uma terra dos avos deles(..) somente o ponto de morar, eles iam mais trabalhar arrendado. Nós viemos pro sul, pro Paraná, em 1958, numa seca que deu. Os velhos desacoçoaram, fizeram lá as roças e não choveu pra plantar, eles desacorçoaram e vieram embora pro sul, em 1958."

Chegando ao "norte do Paraná", a unidade familiar consegue um contrato de arrendamento com a duração de quatro anos. A confirmação da condição de arrendatários, já existente no Ceará, encontrou no Norte do Paraná maiores facilidades, como a possibilidade de contratos de 4 anos, e assistência bancária.

Registra-se ainda o caso de um filho de pequenos-proprietários da região de Teófilo Otoni(MG), no Vale do Mucuri, que, tendo ali cursado o primário e o ginásial, transferiu-se para São Paulo(SP), no ano de 1960, onde foi trabalhar na indústria de bebidas:

"Depois sai de lá, vim pra São Paulo, sozinho, fugido, aí eu trabalhei em São

Paulo um tempo. Eu trabalhava num prédio, colocava, naquele tempo eu era menor ainda, colocava, na fábrica da Cinzano, só colocava rótulo nos litros."

O interesse pelo Paraná vem através de um amigo que morava já naquele Estado, filho de agregados que residiam nas terras de seus pais, em Minas Gerais:

"Ai depois eu vim embora pro Paraná, sempre aquela ilusão do Paraná. Primeiro o pessoal só pensava no Paraná, então eu vim também. Tinha um colega meu, amigo, tinha um que morava no Paraná, e os pais dele moravam lá em casa, em Minas, né, e eles eram do Paraná. Moravam lá assim, de graça, a gente dava, tava a 10 anos, assim. Tinha bastante terra, então a gente tinha naquele tempo até 15 agregados, assim, famílias, né, então ninguém cobrava nada de ninguém. Eles ficava 10 anos, 9 anos."

Chegando ao norte do Estado do Paraná, no ano de 1961, consegue emprego de peão no município de Fênix, na região de Campo Mourão:

"Peão, assim, trabalhava rolante, assim, por dia, serviço pros outros, morava em casa de família, por dia, assim (...). Queimando lata. A gente, se travaia de peão, é quem cozinha, e fala queimador de lata. Queimador de lata..."

O trabalho assalariado em São Paulo, no caso como operário, se configura como uma etapa necessária para o deslocamento até o Paraná. O caminho para aquela unidade da federação, parece passar por São Paulo, ou "a ilusão do Paraná" esteve condicionada por uma passagem por aquele município, onde já residiam e trabalhavam parentes ou vizinhos também de outros entrevistados que se deslocaram sozinhos. Nestas situações, o assalariamento urbano será o caminho para o assalariamento rural, no norte do Paraná.

Registramos ainda o caso de uma família extensa (chefe de família, esposa, filhos, sogra, cunhados casados com filhos), que chega a oeste do Estado do Paraná no ano de 1973, proveniente do município de Saboeiro, no Sertão Cearense, onde eram pequenos-proprietários:

"Saboeiro era a cidadezinha onde nós fazia feira, fazia tudo naquele trecho ali(..) Esse lugar que eu morava lá era terra do finado meu pai."

Através da influência de parentes da esposa, cujo irmão vivia desde o início dos anos cinquenta no município de Guaira(PR), o chefe da família aceita mudar-se para o Estado do Paraná, mas desde que mantivesse sua terra no Ceará:

"Minha sogra tinha o filho dela ai no Paraná. (...) Ele tocava roça, em Guaira. Ele trabalhou muito de empregado, mas depois ele casou, foi morar na terra do sogro, ai tocava roça de soja, de milho, e tinha uma trilhadeira, que chamava debulhadeira. Ele vivia daquilo. Daquela lavourinha ele comprou uma propriedade ali no mesmo lugar. (...) Então ela se interessou pra vir ali pro Paraná, porque ele chamou ela pra vim e me chamaram também. Mas eu morava em cima do que é nosso lá, ai digo, bom, já que vocês vão, tão interessado, vamos. Se der certo a gente fica, se não der a gente faz um jeito e volta embora."

Este caso é exemplar da situação onde um membro da família extensa, ao obter condições reais de sobrevivência da agricultura, no caso a propriedade de terras e maquinário, possibilita para os demais a realização da mudança e a manutenção no Estado do Paraná até conseguirem trabalho. Desta forma, vieram de Saboeiro 18 pessoas de uma

mesma família extensa. Chegando ao Estado, cada grupo doméstico vai buscar arrendar terras no município de Gaurá, nas vizinhanças da propriedade do parente que veio na frente.

O deslocamento das famílias que se dirigem ao norte do Estado do Paraná tende a ser feito sem escalas em outras unidades da federação, ou em grandes cidades, como São Paulo. Seguem no mais das vezes trajetórias já realizadas por outros membros do grupo familiar ou das redes de vizinhança anteriores

6.3.2. OS TRIBUTÁRIOS DA FRENTE PIONEIRA AO SUL DO ESTADO DO PARANÁ

Entre aqueles grupos familiares que seriam, na concepção dos geógrafos, os tributários da frente pioneira que se formou ao sul do Estado do Paraná, registramos o caso de um entrevistado que se definiu como membro da terceira geração de uma família polonesa no Brasil. Sua esposa é neta de poloneses, e ambos são nascidos nas chamadas colônias do Estado do Rio Grande do Sul, região de Erechim, no Alto Uruguai. Ainda crianças, acompanharam suas respectivas famílias para o Estado do Paraná, onde se casaram, e onde apenas os pais da moça permaneceram na condição de proprietários de terra.

Conforme nosso informante, com a morte do avô paterno, e a divisão da herança entre seus doze filhos,

iniciou-se para seus pais um longo período de acesso à terra apenas através de contratos de arrendamento, fazendo com que percorressem o oeste do Estado de Santa Catarina, até chegar, no ano de 1959, ao Estado do Paraná:

"Quando o vô faleceu tinha terreno bom, mas dividiram em doze, não deu pra nada. Ai o pai, que eu me alembre, o pai nunca teve, arrendava(..) De Getulio Vargas eu lembro pouca coisa, eu era criança quando sai de lá, oito anos. Aí saimo de lá, vamos morar em Santa Catarina, né, em Concórdia, e ali vivemo mais oito ano, né. Nós trabalhava na roça. Dali nós viemo pro Paraná, foi em 59."

Com dezesseis anos, o entrevistado vem residir no município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Estado do Paraná, onde passa a trabalhar com os pais e irmãos em terras arrendadas, concretizando assim a condição de arrendatários do grupo familiar.

Outro registro refere-se a um casal natural do município de Turvo, localizado no litoral sul catarinense, ele descendente de portugueses e ela descendente de italianos. Ambos filhos de pequenos proprietários. O chefe de família narra como sua vida foi "sempre igual", ou seja, trabalhando na terra, embora antes do casamento tenha tentado outras atividades, na construção civil e na indústria extrativa, ainda no início da década de quarenta:

"Os pais trabalhavam na lavoura, né. Era sempre a vida. Igual, nunca mudêmo. Foram passando, foram indo, e ai, logo fiquei um pouco mais grande. Minha mãe faleceu eu tinha oito anos, né. Fiquemo até os dezesseis ano, dezessete ano, fiquemo juntos, depois já fumo se dividindo. Ele ai encontrou outra patroa, e começou a trabalhar também, e trabalhemo muito junto."

Numa certa hora, comecei me virar por fora, comecei trabalhar um pouco no cunhado, depois logo já sai me virá no mundo. Foi onde dali uns anos eu parti pra dentro do Rio Grande, virei um pouco lá, fazendo estrada, aquela estrada feroz lá, aqueles perau, fazendo buraco em pedra, jogando dinamite(..). Vim pra trás e comecei a lavoura de novo, trabalhando daí, prum lado, pro outro, e aí foi indo. Na terra do pai ficuemo uns anos. Ai vim um pouco, trabalhei um pouco também até nas mina de carvão, em Criciúma. Depois volto tudo, pra trás de novo, e vou prá lavoura de novo. Mas vai até que um dia inventei de casá. Casá e toquemo a vida."

O casamento realizou-se com uma moça da região, coincidindo com a morte do pai, a fragmentação da terra através da herança, e o inicio de uma fase longa de trabalhos em terras arrendadas, ainda no sul do Estado de Santa Catarina:

"Ela morava lá perto. Só que nós começô a se enxergá quando nós já era moço. Não sabia um do outro, não. Aí quando nós já tava formadinho, se encontremo e conheçemo. Tinha parente que morava perto dela. Ai começemo a vida. Ai viemo, ficuemo lá ainda uns vinte ano. Ai o pai faleceu também, aquilo lá nós dividiu lá, extraviô. Ai eu virei a trabalhá de arrendatário, trabalhei doze ano de arrendatário, lá no sul de Santa Catarina, no mesmo lugar, no Turvo, né."

Após doze anos de arrendamentos, o casal compra uma pequena propriedade, onde vive por seis anos, apesar da pouca fertilidade do solo. Em 1966, vendem estas terras e mudam-se para o Estado do Paraná:

"Só lá em Santa Catarina eu morei em cinco lugar. Lá eu ocupei três municipio, Turvo, Jacinto Machado e Praia Grande. Lá eu trabalhava com arroz, quase só arroz, milho mandioca. Quase apodreci lá no banhado, que lá era muita várzea. Comprei um terreninho lá, fiquei lá seis anos, em cima do que era

meu, do que eu já tinha comprado, terra
muito fraca, e daí viemo, resolvi a vendê,
arrastei a filharada e vim subindo pro
Paraná."

No município de Palotina, no oeste do Estado, residia um sobrinho, pequeno proprietário, em cujas terras o informante e seu grupo doméstico iniciaram seu período de residência e trabalho naquela unidade da federação. A possibilidade de manutenção no período inicial de residência no Paraná, desta forma, só se concretizou pelo auxílio de um membro da família extensa que viera antes, em cujas terras ficaram agregados, até conseguir trabalho, contratos de arrendamento ou acesso à áreas de posse. Não fazia parte do cálculo familiar a aquisição de terras.

Neste mesmo município de Palotina, área colonizada nos anos cinquenta, chega em 1968 um outro grupo familiar, proveniente do noroeste do Rio Grande do Sul, do município de Santa Cruz do Sul, região caracterizada pela colonização européia, pelo minifúndio e pela fumicultura. O chefe de família é natural do município de Lajeado(RS), colonizado por imigrantes alemães, origem étnica de sua mãe. Naquele município, seus pais eram pequenos proprietários e comerciantes:

"Eles era agricultor, mas o pai trabalhava ansim, de rolista, negociando cavalo. Briqueiro. E a mãe tinha um butequinho também, um mercadinho lá."

A família mudou-se para Santa Cruz quando o informante era ainda criança, e comprou terras naquele município. As atividades comerciais, acessórias ao grupo

familiar, asseguram que em momento nenhum de sua trajetória, este perca a condição de proprietário de terra. Ocorre o casamento com moça da região, filha de "castelhanos", e o casal compra duas colônias(28) de terras.

Na versão reproduzida por um dos filhos, apenas 3 ou 4 alqueires eram cultiváveis, o que levou o grupo familiar a vender as terras no sul e a se transferir para o Estado do Paraná, onde adquire 5 alqueires de terras férteis e totalmente cultiváveis:

"Aí, com nove anos, nós viemos pro Paraná. No sul nós tinha duas colônia de terra, só que não dava prá plantar. Só dava pra plantar uns três ou quatro alqueire, só. O resto era pedra e perau. Aí meu pai trocou num caminhão e ponhou a mudança em cima e partiu pro Paraná, sem rumo. Chegou no Paraná, ele comprou cinco alqueires. Terra boa."

Este mesmo rapaz casou-se já dentro do PANH com uma moça cujos pais são naturais da região de Palmeira das Missões(RS), a mãe sendo representada pela informante como "italiana", e o pai como "alemão". Arrendatários no início dos anos cinquenta, no município de Chapecó(SC), transferem-se para Santa Izabel do Oeste (PR), em meados dos anos sessenta, onde adquirem uma propriedade para trabalhar e viver com seus onze filhos. Para este grupo familiar, o acesso à condição de proprietários se deu com dificuldades, após dez anos de contratos de arrendamento no oeste do Estado de Santa Catarina.

* * * *

De todos os casos registrados, foram muito poucos os grupos familiares que adquiriram terras nos primeiros anos vividos no Estado do Paraná. e assim mesmo apenas entre aqueles provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No restante dos casos, o arrendamento ou o auxílio inicial de parentes parece ter sido a fórmula encontrada para sua manutenção enquanto pequenos produtores rurais. Parte das narrativas se refere aos problemas enfrentados anteriormente, que vão da escassez da terra à sua infertilidade, passando por fatores climáticos. Não obstante, mesmo para grande parte dos casos de famílias originalmente pequeno-proprietárias, o Estado do Paraná só teve a oferecer as condições de terras arrendadas.

Faz parte daqueles padrões explicativos dos geógrafos a possibilidade de um período inicial de arrendamentos facilmente ultrapassável, pelas facilidades de enriquecimento, e conseqüente compra de terras, notadamente no norte do Paraná. Não é o que faz crer as narrativas que continuaremos analisando.

Não se trata de negar o papel representado pelo Estado do Paraná no processo de "expansão da sociedade nacional", pela abertura de áreas antes inexploradas do território nacional, para fins de colonização e de atividades agrícolas. Interessa à pesquisa identificar as estratégias escolhidas por diferentes grupos camponeses que convergiram para a mesma região de ocupação recente. As

condições econômicas existentes nos locais de naturalidade vão marcar trajetórias diferenciadas destes camponeses em seus deslocamentos pelo território nacional.

6.3.3. DA PROPRIEDADE AO ARRENDAMENTO

Com diferenciações entre aqueles pequenos proprietários provenientes dos Estados nordestinos e de Minas Gerais, e dos Estados do sul, e, entre estes segundos, entre os que são proprietários ao formar sua família nuclear e os que são netos ou filhos de proprietários, registramos inicialmente o caso de grupos familiares naturais do Estado do Ceará, da mesorregião geográfica dos Sertões Cearenses. Apesar de residirem em terras próprias, estas seriam pequenas e de pouca fertilidade, tornando necessário arrendamentos fora. O deslocamento para o Estado do Paraná é representado pelos informantes como sendo consequência da seca. Para um grupo, este se dá também através de convite feito por membro da família extensa, já residente naquela unidade da federação, para se juntarem a ele. Em ambas as situações, enfim, a terra não é vendida para dar início à viagem, e os contratos de arrendamento são a única opção possível, quando da chegada no Estado do Paraná.

Um dos grupos familiares, que chega ao norte do Paraná no ano de 1958, após cinco anos de arrendamento consegue comprar uma chácara(29), paga com o dinheiro de mais um ano de arrendamento. Vende posteriormente esta

chácara e compra um lote em Janiópolis(PR), mas as terras se mostraram "fracas", de pouca fertilidade. Ali trabalharam quatro anos, e com o lucro advindo da venda da produção, compram outro lote, de "terras boas", onde se registra o apogeu da produtividade da unidade doméstica:

"Então a gente começou a coperar um pouco, né, e as terras eram boas, produziam mais, então era um lugar bastante saudável, até chegou o momento que nós pegamos aquele lote. Ai meu pai começou a mexer com financiamento bancário e passou a comprar maquinário. A gente de uns anos acertou bem, que foram uns anos bom de lavoura.(..)."

O caso desta família é representativo de um grupo articulado com o mercado, que soube administrar seu trabalho a ponto de participar ativamente da produção de lavouras destinadas à exportação, como soja e algodão, durante todos os anos sessenta e setenta, na qualidade de pequenos proprietários. Não puderam, no entanto, prescindir de arrendamentos, feitos pelos filhos mais velhos, alguns já casados, e do financiamento bancário para a aquisição de máquinas agrícolas.

No final dos anos setenta, a fragilidade da situação, aparentemente estável, é demonstrada pela perda de algumas colheitas devido às condições climáticas, o que inviabilizou o pagamento dos juros bancários; associada ao encarecimento dos contratos de arrendamento na região, conforme versão de um membro do grupo familiar:

"De tudo o velho plantava um pouco, né, depois pegou um ano fraco, com bastante seca e outro ano andou perdendo lavoura com a chuva, enfraqueceu. Sei que o velho andou

atrasando uns financiamento que fez no banco e depois através daqueles financiamentos que ele foi atrasando no banco, chegou o momento dele precisar de vender o lote ou então vender o maquinário. As rendas já tavam bastante cara também, porque a gente tocava uma parte no lote e outra mais era arrendado, né, ainda bastante caro."

O grupo familiar em estudo viveu e produziu durante vinte e quatro anos no Estado do Paraná. O início da década de oitenta representou, pelos resultados insatisfatórios das colheitas, a perda das terras e das máquinas agrícolas, e o início da dispersão de seus membros. Enquanto alguns filhos acompanharam os pais para o município de Mundo Novo(MS), outros buscaram sua sobrevivência nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, dedicando-se ao assalariamento ou ao arrendamento agrícola e à extração mineral.

Em outro caso de pequenos proprietários provenientes do Sertão Cearense, que chegam a Guaira, no oeste paranaense, em 1973, o acesso à terras próprias jamais aconteceu. Durante os doze anos vividos no Estado do Paraná, foram arrendatários em propriedades alheias, um período considerado bastante difícil na narrativa da história de vida do chefe da família:

"E aquilo dali era uma vida difícil pra gente. Cê sabe o que é a gente morar num lugar, na propriedade que não seja da gente, e trabalhá prá duas famílias? Eu não acredito que a gente faz nada na vida prá...Olha, se der, é pra comer!"

Nas terras arrendadas, plantavam feijão, milho e soja, num contrato de arrendamento a cinquenta por cento:

"Quer dizer que 50% sai de ameia, né. Quer dizer que a metade é da gente, metade é do

patrão. Aí quando eu trabaiei 10 anos. Plantava arroz, plantava milho, soja e feijão. Era essa a única lavoura que a gente plantava. Agora, a parte de arroz, que a gente plantava na terra baixa, terra de varge, varjão, molhado, esgotado. Então a gente plantava a 20%, era muito difícil. Você se envolvia um tempo naquela terra ali."

Apesar de não conseguir retomar sua condição de pequeno proprietário no Estado do Paraná, e sofrendo por isso ("cê sabe o que é a gente morar num lugar, na propriedade que não seja da gente?"), o chefe de família se recusa, após 10 anos de arrendamento, a obter terras via processo administrativo, exatamente por respeito ao direito de propriedade de seu "patrão". Há o reconhecimento explícito da legitimidade do ato de compra efetuado pelo proprietário, o que sugere que o entrevistado e aquele do qual ele fala estariam referidos á uma mesma concepção de "propriedade da terra".

"Aí foi a hora que eu falei pra ele [técnico do INCRA], não, essa terra eu vi quando esse homem comprou essa terra, comprou em duas prestações, e ele me deu só a moradia aqui. Só que ele não marcou a quantia prá gente morar: ' ah..você mora aí, enquanto nós der certo nós tamos aí' .(..) Agora pelo INCRA ele me dava aquela terra, mas eu não quis aquela terra. Porque ele falou: ' ó, essa terra sai no teu nome, quem tem dono é quem mora em cima dela' . Digo, não, mas essa terra é o seguinte, eu vi quando o homem comprou, com dificuldade. Ele vendeu criaçãozinha, até galinha, pra pagar pela metade dessa terra, pagar a prestação. Eu não posso querer. Arrumar inimidade pra quê?"

O mesmo parente que lhe convidara para viver no Estado do Paraná oferece então uma sociedade em uma granja

de criação de suínos, além do direito de uso da terra. Esta foi a derradeira atividade da unidade doméstica naquela unidade da federação:

"Ai nesse entrevau de tudo ele queria ir pra cidade, a família estudando na cidade, ele ficava meio só em casa, falou prá mim ' olha, vamos fazer um acordo, eu tenho a granja, né, te dou a terra, você passa pra minha casa e toca...nós toca de sócio isso aí, a metade seu, a metade meu, da venda da produção' ."

Registramos ainda na categoria de filhos de pequenos proprietários, o caso do entrevistado nascido no Vale do Mucuri, no Estado de Minas Gerais, que saiu de casa com 16 anos e aos 17 chegou ao norte do Estado do Paraná, procurando manter-se individualmente, embora sazonalmente visite sua família de origem. Inicialmente trabalhou como peão, ou seja, prestando serviços assalariados nas lavouras da região, até conseguir um contrato de arrendamento no mesmo município de Fênix, onde produziu hortelã, produto valorizado comercialmente na região:

"E depois eu parei de trabalhar de peão, fui tocar lavoura, arrendado. A gente, tem tanta gente que era pobrezinho, então arrumemo uns quebrado e toquemo a bater, tocar lavoura, sozinho.(..) Só hortelã. Tem as firma, né, japonesa, que compra. A gente faz o óleo e vende prá eles. Faz tudo. Entrega prontinho o liquido. Se planta cada três meses, em cinco anos a lavoura tá formada, tem o alambique, que é prá alambicar o hortelã, então você fabrica aquele óleo e eles vem buscar."

Com as vendas do óleo de hortelã, após quatro anos o informante comprou um direito de posse no lugar conhecido como "Cinco Mil", entre os municípios de Palotina e Assis

Chateaubriand. Na condição de posseiro passou seus últimos três anos vividos no Estado do Paraná, enquanto sua família de origem permanecia em Minas Gerais. Na sua representação, no entanto, os nove anos vividos no Estado do Paraná foram de trabalho de peão: "Eu trabalhei de peão muitos anos, nove anos, no Paraná. Queimando lata nove anos".

Entre aqueles casos registrados de pequenos proprietários provenientes dos estados meridionais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, consideramos igualmente aquelas unidades familiares cujos pais ou avós dos chefes de família ou de suas esposas foram proprietários de terra no local de origem, traçando desta forma os processos de transformação econômica que as atingiram.

Chegando ao Paraná na condição de pequenos proprietário, um grupo familiar proveniente das chamadas colônias de descendentes de imigrantes europeus, localizadas no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, trabalhou durante cinco anos em 5 alqueires de terra no município de Palotina. Diante do crescimento da família, vendeu a terra e comprou 8 alqueires no município de Santa Helena, às margens do rio Paraná, onde trabalhou por dois anos, plantando e comprando soja. Neste momento do ciclo familiar os dois filhos mais velhos já estavam trabalhando por si, arrendando terras:

"E de lá, de Palotina, nós descemos prá Santa Helena. Lá tivemos uns dois anos lá, melhorou um pouco. Nós plantava soja, aí eu comprava soja pro Stermer, ali de Entre

Rios, né, comprava lá em Santa Helena pra ele ali".

Durante os oito anos vividos no Estado do Paraná, o grupo familiar manteve sua condição de pequeno proprietário, com relativo sucesso, plantando soja, a lavoura mais rentável do início dos anos 70, em substituição àquela do café. O fato do chefe de família ter comercializado a produção de outros pequenos proprietários da região é indicativo de seu pertencimento a um segmento camponês que articula a intermediação com o plantio de produtos agrícolas.

Ligado a este mesmo grupo familiar por laços de afinidade estabelecidos já no PANH, é digno de menção o caso de um casal proveniente da região do denominado Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, descendente de imigrantes europeus. Após o casamento, em 1950, sem condições de continuar trabalhando nas terras dos pais, se transferiram para Chapecó(SC), como arrendatários. Cerca de 10 anos depois, compraram terras em Santa Izabel do Oeste(PR). Passados mais dez anos, venderam esta terras e compraram outras no município de Ariquemes (RO). Limparam a área, construíram uma casa. Após três meses em Rondônia, o chefe da família contraiu malária e decidiu abandonar a terra e a casa, vendendo apenas a criação. De ônibus, a família toda retornou ao Paraná, município de Toledo, passando a sobreviver na condição de arrendatários, até juntarem a quantia suficiente para comprar terras em Nova Adela, departamento Canindeyu, no Paraguai, em 1977. O Paraguai

representou, para outros tantos grupos familiares, uma opção para o direcionamento oficial da colonização para a Amazônia, como se percebe neste relato de um ex-posseiro de área de conflito no oeste do Estado do Paraná':

"Houve uma debandada grande, aquela região, foi uma corredeira lá pro Paraguai, deixaram até de ir pro norte do Brasil e concentraram mais no Paraguai."

Registra-se ainda o caso de um casal natural de Turvo(SC), filhos de pequenos proprietários, que trabalhou dezoito anos como arrendatário antes de ter acesso novamente á propriedade da terra, mas por poucos anos. No Estado do Paraná trabalhou em terras de parentes, no município de Palotina, até conseguir comprar um direito de posse no local conhecido como "Cinco Mil", sem jamais conseguir, em oito anos naquela unidade da federação, recuperar a antiga condição de pequenos proprietários, conforme depoimento do filho mais velho do casal:

"Aí mudei pro Paraná, Palotina, aí nós fomos morar dez quilômetros do colégio e aí eu tive que parar de estudar porque era muito longe do colégio e o outro motivo é que eu tinha que ajudar meu pai na roça, né. Tinha onze anos de idade, quando mudei pra Palotina(..). Mudemos de lugar no município de Palotina, fomos morar numa região muito conflitiva, chamada Cinco Mil. Então ali era um lugar de muito posseiro. Era igual aquela explosão da soja dos anos setenta. Aumentou o plantio de soja, né, a mecanização agrícola e conseqüentemente aí aumentou também a procura de terras pra plantar soja, e quem tinha condições de entrar nessa aí naturalmente eram só as pessoas que tinham dinheiro. Então, por exemplo, meu pai, nós, morava numa região lá que nós tínhamos seis alqueires de terra e tinha muitos outros além de nós que tinha menos que isso, uns

tinha três, outros tinha quatro.(..) Essa região onde eu estava, né, a maior parte era pessoas vindas do nordeste do Brasil."

O caso do grupo familiar de origem polonesa que se forma no Estado do Paraná está ligado a duas trajetórias distintas. O avô do chefe da família fora proprietário de terras, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Seu pai já precisara recorrer aos arrendamentos como forma de manter-se, e à sua família, pois a herança fora dividida entre 12 irmãos. Com a esposa e os filhos, vive no oeste de Santa Catarina e do Paraná.

Um dos filhos, o chefe de família entrevistado, casa com uma filha de pequenos proprietários, também de origem polonesa e natural do Estado do Rio Grande do Sul. Estes eram proprietários de suas terras, localizadas no município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná, e foram desapropriados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Compram novas terras na região com o dinheiro da indenização e da safra.

O entrevistado passou seus últimos cinco anos vividos no Paraná, no município de Santa Helena, trabalhando em terras arrendadas. Seus sogros ainda residem no Paraná, no município de Vera Cruz, com os filhos mais velhos, que produzem trigo, soja, milho e algodão, em terras mecanizadas. Seu pai reside em Castanheira(MT), "lutando com madeira", com quatro filhos, irmãos do entrevistado. Outro irmão vive no Acre, gerenciando uma serraria. Uma irmã tem oficina de moto-serra em Colider(MT) e apenas uma se

manteve em Santa Helena(PR), trabalhando na agricultura, em terras do marido. A dispersão do grupo familiar de origem do chefe de família e sua esposa, notadamente em direção à Mato Grosso e Rondônia, será uma constante para a maior parte dos casos registrados.

6.3.4. O ASSALARIAMENTO RURAL

Para aqueles que já chegaram ao Estado do Paraná vindos de condições anteriores de moradores, colonos ou arrendatários em imóveis localizados em outras unidades da federação, e ainda entre os que saíram de áreas urbanas de cidades maiores buscando manter atividades comerciais nas chamadas cidades pioneiras do noroeste do Paraná, nunca foram concretizadas as condições ideais que permitissem a compra de terras. Para muitos, a única saída foi o assalariamento agrícola dos membros da unidade doméstica, como bóia-fria.

Originário de patrimônio que caracteriza como "terra de parente", localizado no Estado de Sergipe, um dos entrevistados narrou, em sequência atribulada, passagens recorrentes por atividades urbanas , sem jamais conseguir comprar terras no Estado do Paraná, onde viveu de 1950 a 1977.

Tendo acesso á terras arrendadas através do casamento, cultivou , com financiamento bancário, algodão, batatas, arroz e feijão em imóvel localizado no município de

Santo Antônio da Platina. Findos os três anos de arrendamento, o proprietário retomou suas terras, destinadas à criação de gado. A lavoura havia sido "perdida pro sol", e o banco cobrara seus juros, obrigando o novo casal a buscar nos núcleos urbanos a solução para seus problemas econômicos, visando obter as condições ideais de retorno às atividades agrícolas:

"Na cidade tornei a me quebrar de novo(..). Aí eu fui fazer rolo, comprar, vender. Comprava carro, vendia carro. Comprava casa, vendia casa. Viviam de rolo, né, negócio. Aí me quebrei de novo. Aí fui a zero. Voltei, fui tocar uma olaria(..) Toquei um ano, saí bem. Depois vendi meu direito pra outro, fui pra roça de novo."

A insistência no trabalho agrícola levou à compra de um direito de posse referente a 40 alqueires de terra no local conhecido como Fazenda Dezoito, do outro lado do Estado, no extremo sudoeste, em Foz do Iguaçu:

"Era posse. Dava muita morte, matavam muita gente ali por causa daquilo(..) Porque a fazenda tinha os donos da fazenda. Então a terra foi tomada. A terra tava largada e o povo invadia e tomava. mesmo. Tinha aquele posseiro mais velho, vendia direito pros outros".

A área, litigiosa, é abandonada, e segue-se um período de trabalho como motorista de taxi no Município de Santa Helena, alguns quilômetros acima, às margens do rio Paraná. Com a venda do táxi, comprou um bar e arrendou uma área para plantar hortelã. O lucro da colheita permitiu a compra de um outro direito de posse, nas proximidades, onde

plantou fumo durante três anos. Diante de ameaças de expulsão e de violências, abandonou também esta posse:

"Dali vim pra Santa Helena, já noutra parte, outra região, perto do rio. Um lugar também muito perigoso, matava muita gente por problema de posse."

Na sede do município, desenvolve serviços de borracheiro e madeireiro, até tentar o fumo novamente, plantando 170 mil pés, perdidos pela falta de barracões disponíveis para a sua secagem.

O caso analisado é representativo de uma situação recorrente entre aqueles indivíduos ou grupos familiares sem terras nos locais de naturalidade e que buscaram o acesso às mesmas no Paraná. Saindo da zona pioneira ao norte do Estado, expulso pela pecuária, acabou se tornando posseiro nas regiões de zona pioneira ao sul, sempre buscando atividades acessórias para se manter enquanto pequeno produtor rural. Mesmo não sendo proprietário de terras, se dedicou apenas à produção de lavouras comerciais, como o fumo e o hortelã, que necessitam tecnologia sofisticada, como estufas e alambiques, cada vez mais difícil de ser sustentada pelo entrevistado.

Em outro caso analisado, proveniente de Viçosa(AL), chega ao Paraná, no início dos anos sessenta, uma família que foi, por muitos anos, "moradora" em diversas fazendas de café no município de Janiópolis(PR). Podendo então desenvolver sua própria plantação, acumulou o suficiente para comprar quatro datas urbanas na sede. A partir daí,

toda a família passou a trabalhar como bóia-fria nas fazendas de região.

Uma outra família, proveniente da capital paulista, busca manter suas atividades urbanas no município de Mariluz(PR), no ano de 1958, onde instalou um açougue. Assim que cresceram um pouco, os oito filhos do casal foram também trabalhar como bóia-fria:

"Trabalham de bóia-fria(..)algodão, colheita de algodão, e cana, né, a minha família. Quando acaba a cana é o café. Então eu já fui criada na roça, que meu pai trabalhava ...café, a gente bóia-fria, trabalhava, eu não era boia-fria, mas a gente ajudava ele, né."

* * * *

Com os resultados do censo de 1970, demonstrativos de uma realidade onde 30 milhões de pessoas residiam fora de suas regiões de origem, multiplicaram-se estudos que buscavam analisar "o fenômeno das migrações" no Brasil. A região nordeste é apontada como aquela de onde sai o maior número de migrantes, e a região sudeste (notadamente os Estados de São Paulo e Paraná) é o maior "foco de atração"(IBASE;1980). Entre os "fatores de expulsão" são citados a rigidez da estrutura agrária e a transformação das relações de trabalho no campo, a partir dos anos sessenta, pela expansão da modernização na agricultura, no centro-sul, e pela extinção do colonato, substituído pelas relações informais de assalariamento, de onde teria surgido a figura

do bóia-fria. Para alguns, o fim do colonato estaria ligado à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, no ano de 1963. Temerosos de que seus empregados exigissem seus direitos garantidos pela nova legislação, os grandes proprietários de terra teriam iniciado um processo de expulsão em massa dos moradores e camaradas de seus imóveis.

Garcia Júnior(1983) alerta para o descuido desta versão, uma vez que "não foram os novos direitos que causaram a expulsão em massa geradora dos 'bóias-frias' , como querem fazer crer os latifundiários e acreditam alguns intelectuais equivocados; o que possibilita a expulsão maciça foi o fato da reação latifundiária pós-64 se dar em condições políticas tais que impediam que os trabalhadores exercessem seus direitos"(GARCIA JUNIOR, 1983:03).

Estas análises senso comum entre sociólogos e economistas vão, no entanto, ser utilizadas indiferenciadamente para dar conta da saída de quase 600 mil camponeses do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no período 1960-1970; e depois, no período 1963-1970, de 1 milhão e 235 mil camponeses das lavouras do Estado do Paraná para as cidades e para outros pontos do país, notadamente a Amazônia Legal, e também para o Paraguai(30).

Técnicos da SUDESUL, em 1974, alertavam para um "êxodo de gaúchos " (Correio do Povo,24/03/74), enquanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná creditava o "êxodo rural" no Estado à erradicação da cultura

do café e à crescente mecanização da agricultura com o plantio da soja (Folha da Manhã, 17/08/79). Em 1978, técnicos do INCRA informavam que somente no ano de 1977, duzentas pequenas propriedades haviam deixado de existir no Norte do Paraná, absorvidas pelos grandes proprietários rurais, seus ocupantes indo para as cidades ou para as frentes de colonização em Rondônia e Mato Grosso, isto pelo alto custo das sementes selecionadas, adubos e fertilizantes, e pelos baixos preços alcançados pelo feijão, arroz e café, além das dificuldades de obtenção de financiamento bancário.

Na área acadêmica, estudos sobre tão diversas situações sociais, amparados metodologicamente nos conceitos de migração e êxodo rural, se bem valem pelo esforço de realização de análises conjunturais macro-econômicas, prescindem da análise de especificidades regionais e/ou individuais.

Os limites e as armadilhas de se trabalhar com categoria migração já foram amplamente analisados por antropólogos sociais, onde "o problema surge quando se constata que aquilo que juntamos como um conjunto de fenômenos da mesma natureza são pensados (...) e também vividos como movimentos radicalmente diversos pelos agentes sociais a quem atribuímos a qualidade de objeto e suporte dos conceitos que construímos" (PALMEIRA et alli, 1977:03).

A maior parte dos estudos sobre "migrações internacionais" pressupõe, por outro lado, as dificuldades

de um grupo minoritário, nos mais das vezes pronto a se tornar mão-de-obra barata, sujeito às classes economicamente mais poderosas do país escolhido para migrar. No caso dos brasileiros, houve também uma "migração" de proprietários de terra e comerciantes com poder aquisitivo considerável, que chegam ao Paraguai em melhores condições econômicas que segmentos numerosos da população paraguaia, notadamente os camponeses e membros de comunidades indígenas- que passam a ser utilizados, estes sim, como mão-de-obra barata.

O cuidado na apresentação crítica destas análises, como já o fizemos em relação àquelas sobre a ocupação do Estado do Paraná, se deve ao esclarecimento de alguns dados necessários para contextualizar os deslocamentos das unidades familiares em estudo - mesmo que o relato dos informantes sobre estes movimentos neguem alguns daqueles padrões- e, num segundo momento, para demonstrar a permanência destas noções senso comum nos documentos produzidos pelos chamados brasiguaios nos anos de 1985 e 1986, dirigidos às autoridades e à população brasileira.

As unidades familiares com as quais trabalhei não se auto-definem como "migrantes", e prendem-se nos relatos à particularidade de suas situações de vida. A transferência para o Paraguai surge, então, como uma solução momentânea para momentos de crise econômica ou diante de situações de conflito pela posse da terra. Tem papel fundamental na opção pelo Paraguai, também para aqueles proprietários de terra, a proximidade espacial, a experiência anterior de amigos e

parentes e a propaganda de companhias colonizadoras, através das rádios, jornais, e corretores que percorriam as áreas de conflito.

6.3.5. O PARAGUAI COMO OPÇÃO AO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO, AOS CONFLITOS E À ELEVAÇÃO DO PREÇO DA TERRA E DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Já no ano de 1970 posseiros da região de Palotina se viram obrigados a sair de suas posses, diante da alegada autenticidade de documentos de propriedade apresentados por fazendeiros de Maripá(PR). Mais de uma centena de famílias foram expulsas desta forma do local conhecido como "Cinco Mil". Diante da situação, e do fato do pretense proprietário estar pagando indenizações pelas benfeitorias, corretores imobiliários passaram a percorrer a área de conflito, oferecendo facilidades na aquisição de terras no Paraguai:

"Uns três anos que a gente tava lá a gente foi embora pro Paraguai, entrou um cara lá, disse que era dono da terra, disse que ninguém..Que os cara era dono lá não era dono, que ninguém tinha documento, só comprava o direito. Aí esse cara chegou, disse que era dono, pagou uma indenização, a gente saiu e foi embora pro Paraguai(..) Fomos obrigados a vender, dar pra eles e ir embora pro Paraguai(..) Muita gente! Muita mesmo!(..) De primeiro tinha um corretor que fazia aquela linha, né.(..) então ele tinha uma firma colonizadora no Paraguai e ele foi lá e controlou com essa firma, né, ganhava por corretagem pra vender terra, sítio. Então ele passou lá na região, o povo ficou sem saber pra onde ir naquele tempo, então ele chegou lá, pôs na cabeça do pessoal e foi levando o pessoal. E chegou lá, as terras eram muito boas, no Paraguai, o pessoal louco, foi todo mundo dali, todo mundo."

O corretor financiava a viagem até Puente Kyhja, localidade do Departamento Canindeyu, limítrofe com o Estado do Paraná. As terras oferecidas tornavam-se atrativas pela qualidade do solo, o preço, e a escritura legalizada. Um informante, que já havia retornado às terras dos pais, em Minas Gerais, ao voltar à antiga posse para vender alguns instrumentos de trabalho, é contatado pelo corretor, e acaba desistindo de Minas, de onde seus parentes também saem, algum tempo depois, transferindo-se em parte para o Paraguai:

"Quando eu vendi as terras, aquele direito ali, eu fui pensando de ir pra Minas, eu já tinha casado, tava com 2,3 meses. Em Cinco Mil, é. Aí eu fui pra Minas com intenção de ficar em Minas. Mas ainda deixei o alambique e uma parelha de burros sem vender. Daí eu fui, casado, em Minas, quando eu voltei prá mim vender o alambique e a parelha de burro, aí é que apareceu esse corretor. Chamou pra mim ir passear no Paraguai. eu fui, aí que eu gostei demais de lá. (...) Naquele tempo era baratinho, eu comprei 15 alqueires por 750 cruzeiros, em 70."

Um outro posseiro da "Cinco Mil" resistiu mais tempo às investidas, mesmo com as pressões de pistoleiros, que ele chama de "bate-pau". A situação se torna insustentável quando todos os vizinhos começam a ir embora, o que o obriga a percorrer, por sua conta, no ano de 1974, algumas áreas de terra no mesmo Departamento Canindeyu:

"Entrou um meio zóio grande lá, né, um fazendeiro, e comprou aquela parte. Eu tinha comprado um direito, né, um direito de ocupação, direito bem justical, aquilo era seguro. Ai vem lá, um fulano lá, e fala, né, 'essa terra aqui é minha, eu comprei, comprei e quero pagar os feitos de vocês.

benfeitorias'. Ai até que ele chegou lá em casa ele já tinha comprado muito em redor né. (...) Ai agarra ele começar a insistir ' não, tem que vender! porque isso já é meu, já escriturei, tá escriturado!' (...) Falei, tem que vender como, ué? Não era ele mesmo, era os bate-pau dele(...). Ai vai pra cá, vai pra lá, eles fizeram uma pressão doida, eu prometi, bom, eu vou procurar um lugar, se eu achar um lugar pra comprar (...) me interessa um pouco de vendê esse pouco e comprar uma maior, uma vez que a minha família é grande.(...) Os outro do redor já tinha tudo vendido, faltava só eu mesmo. (...) Aí fui pro Paraguai umas quantas vez, até que me ajeitei, fui pra lá."

No relato de uma estratégia própria de processos de concentração fundiária, o filho deste pequeno produtor refere-se ao esvaziamento da localidade Cinco Mil, demonstrando de que forma o isolamento passou a configurar-se como meio de pressão, às vezes tão contundente quanto a presença de pistoleiros na área:

"Uma grande parte dos posseiros ficaram com medo, que iam perder tudo, então começaram a vender(...). Um vendia na frente, outro vendia atrás, outro vendia um pedaco ali, aí nós fomos ficando fechados, cercados, né, por este fazendeiro. Ai foi chegando o boato que o pessoal tava indo embora, né, você vai ficando sozinho, vê os vizinhos indo embora, carregando as mudancas, isso vai trazendo uma sensação de querer ir embora também, né, de querer sair dali, quando o pessoal sai todo mundo, igual numa festa, a festa acabou, todo mundo vai embora também, né".

A compra de uma área de terra na localidade Yjhoví revelou-se imensamente problemática, uma vez que o militar que a vendeu não era seu proprietário, e sim as Forças Armadas Paraguias. O tipo de logro sofrido por esta família não foi um fato isolado, como deixam crer o conjunto das narrativas sobre compras de terra no Paraguai que envolveram

militares e o Instituto de Bienestar Rural, encarregado de resolver as contendas.

"Fiquei lá uns 13 anos, no Paraguai, com família e tudo. Então, vai pra lá, vai pra cá, lá comprei uma terra também, enrolado. Fui compra dum capitão (gargalhando), um capitão... Falei: de certo boa..."

No primeiro caso analisado, a empresa corretora, de brasileiros, não é alvo de críticas pelos compradores, assim como em outra situação, de uma família de pequenos proprietários que resolve mudar para o Paraguai pelo preço da terra e pelo aumento da família, comprando 20 alqueires na localidade de La Paloma, sempre no Departamento Canindeyu, da "Colonizadora do Otto", de Puente Kyjha, no ano de 1976. Para esta, os problemas enfrentados no Paraguai foram os de se manter enquanto estrangeiros, diante das taxações impostas.

Estes foram também os problemas enfrentados pelas milhares de famílias que se transferiram para grandes imóveis de proprietários brasileiros no Departamento Canindeyu, contratados como arrendatários para desmatar as terras e torná-las aptas para a mecanização ou para o plantio de pastagens. Para esses, o Paraguai ofereceu o que o Estado do Paraná negava cada dia mais, terras disponíveis para tais contratos, "terras pra trabalhar".

No ano de 1977 um casal que vinha se mantendo da venda de sua força de trabalho como bóia-fria e de pequenos comércios, na área urbana de Mariluz(PR), convidado por duas irmãs do rapaz foram residir em La Paloma,

Departamento Canindeyu, onde havia disponibilidade e oferta de terras para arrendamento, no imóvel de um proprietário brasileiro:

"Ai chegemo no Paraguai, nos arrendemo de um homem chamado Nêgo, ele é brasileiro, né, Nêgo Favarini. (...) Meu marido ele já conhecia lá, porque as minhas duas cunhadas elas já moravam lá, aí ele já tinha ido. (...) Nós tinha 5 alqueires, mas nós plantava três e dois era pasto do dono, desse Nêgo Favarini, né, brasileiro. Ele é italiano, gente boa."

Outro entrevistado, com problemas de se manter como posseiro e mesmo arrendatário no município de Santa Helena(PR), foi convidado por amigos a conhecer uma fazenda de 3.000 alqueires no Departamento Canindeyu, pertencente a um brasileiro, conhecido apenas como "Doutor Natório". No imóvel, acertou oralmente um contrato de arrendamento a 5%, no ano de 1977:

"Tinha amigo nosso que tinha mudado naquela época pro Paraguai. Foi lá e avisou 'lá é bom, a terra era boa, produzia'. Eu vim olhar. Gostei, e ajuntemo as tralha. Vim ali e arrendei 5 alqueires de terra".

Já nos primeiros anos da década de 80 este movimento de busca de arrendamentos, consequencia direta do aumento da venda de grandes propriedades para brasileiros no Departamento fronteiroço, parece não demonstrar sinais de arrefecimento. Não obstante, as dificuldades cada vez maiores, dado o encerramento dos trabalhos de desmate e preparo do solo em muitos imóveis, contribuíram para a organização de movimentos de retorno ao Brasil.

Em 1982, uma família de pequenos-proprietários, residente em Janiópolis(PR), se viu obrigada à vender as terras e o maquinário para saldar dívidas bancárias. O chefe de família comprou uma pequena chácara, no município de Mundo Novo(MS), na fronteira com o Paraguai, e seus filhos adultos buscaram trabalho no Mato Grosso e, posteriormente, no Paraguai. Diante da péssima qualidade das terras em Mundo Novo, toda a família acabou se reunindo na Fazenda Santa Rosa, no Paraguai, onde contrataram oralmente um arrendamento a 15% com o proprietário das terras, brasileiro, conhecido apenas como "Ernesto". A informação sobre este imóvel veio através de antigos vizinhos no Estado do Paraná, e também conterrâneos:

"Lá nós arrendava, pagava pra fazendeiro. Era Fazenda Santa Rosa, o nome do fazendeiro era Ernesto. A gente pagava renda de 15% pra fazenda e plantava mais o capim, depois de uns anos. Pegava só o mato, o bruto, eles não dava uma mão com nada, não financiava nada. Então tinha que pegar o mato, roçava, derrubava, desfrutava três anos e deixava o capim plantado, prá fazenda, né, e pagava renda de quinze por cento. Outros pegavam pelo um ano e a fazenda prantava o capim, mas dentro da própria área existia arrendamento de 25%, né, pro fazendeiro.(..) Na fazenda eles não usavam dar contrato, né, ele era só tratado só verbalmente, né?(..)Tinha três família conhecidas, conhecia do Paraná. Essas famílias eu conhecia desde a idade de 12 anos, que agente conhecia. Quando eu fui pra lá já tinha o endereço, a informação, que eles tavam lá. São cearenses também."

A proximidade geográfica é fator que não pode ser deixado de lado, pois permitiu uma comunicação constante e atualizada com a realidade dos arrendamentos no Paraguai,

pela circulação de pessoas entre os dois países. Se aqui inexistisse a necessidade de um corretor imobiliário alardear facilidades de compra e fertilidades do solo, são feitas referências à amigos, parentes ou conhecidos que agiram como intermediários entre os possíveis arrendatários e o proprietário das terras.

Em muitos casos, um agenciador realizou o trabalho de oferecer contratos de arrendamento para pessoas conhecidas, ou através destas, criando um oferta de terras disponíveis considerada favoravelmente pelos grupos familiares, diante das dificuldades cada vez maiores de manutenção de sua condição de pequenos produtores rurais no Estado do Paraná. Estes contratos raramente - não registrei nenhum caso - eram escritos, e tinham validade de três anos ou mais, apenas o tempo considerado necessário pelo proprietário das terras para o desmate e preparo do solo:

"Eu vou pruma cidadezinha que tem que é Oliveira Castro, e de lá tá pertinho do Paraguai. Tem uma balsa e tudo, nós cruza pro outro lado, eu vou trabalhar pro outro lado, lá. Na outra semana eu já fui lá e arrumei colocação dentro do Paraguai, com um conhecido que a gente tinha lá.(...) Ai eu fui lá e arrendei uma área de dez alqueiro(...) dentro do Paraguai...aqui perto de Guadalupe, 6 quilômetro do rio Paraná, pra dentro do Paraguai.(...) Isso era duma companhia brasileira, de brasileiro, esqueci o nome. Ali foi o seguinte, era um cearense da mesma terra que eu morava lá(..) e ele era um cara muito entendido, ele tem um direito grande dentro do Paraguai, e ali ele arrumou aquela firma, aquelas terras, pra arrendá pros povo que queiram entrar lá, prá dentro lá do Paraguai. Então foi nesse intrevau, que ele tinha pegado mil alqueire de terra pra cortá pro pessoal arrendado, da

companhia. E eu cheguei ali já peguei uma área ali também. Aí trabaiei, foi onde eu trabaiei dois anos ai."

Registramos casos de trabalhadores, ex-arrendatários no oeste paranaense, que compraram direitos de posse em território paraguaio, numa fazenda conhecida como "Fazenda Japones", ou "Mil Alqueires", na localidade Mbaracayú, Departamento Canindeyu. A possibilidade de encontrar terras disponíveis naquele local surgiu a partir de uma visita a conhecidos, que ali possuíam uma serraria:

"Aí tava escassa ali a terra pra gente trabalhar, aí resolvi ir pro Paraguai(..) Foi por falta de terra lá onde nós morava, né, em Santa Helena, começou aquela barragem de Itaipu aí a gente não encontrava mais terra pra trabalhar, né, foi dar uma olhada no Paraguai, me agradei muito de lá(..)Tinha gente [conhecida] que morava lá, mas não trabalhavam na roça, tinham serraria lá, aí foi visitar eles e me agradei das terras lá, o clima também, aí voltei pra lá. Eu tinha comprado um direito lá, um direito de posse."

As diversas trajetórias de grupo familiares registradas caracterizam estratégias "individuais", mas que são convergentes ou que são coincidentes no tempo e no espaço. As estratégias econômicas são individuais. O "coletivo" parece ser dado apenas pelo político, a partir do discursos dos chamados brasiguaios. No caso concreto de um grupo de famílias que se deslocou na mesma época para o Paraguai, expulso de uma mesma área de posse, e que se reencontra em 1985, no acampamento de Mundo Novo, e hoje são novamente vizinhos no PANH, há uma naturalização destas trajetórias como coincidências agradáveis:

"Lá no Paraguai nós morava longe. Depois que nós viemo no acampamento, nós se encontremo de novo! Até uma véinha veio aqui no sítio e disse: ' É, Dozolina, como são as coisas. Morava na Cinco Mil tudo perto, depois desaparecemos, um prum lado, outro pro outro, né. E aqui viemo se encontrá de novo!' (...) Pois nós se conhecia lá e saimo pro Paraguai e fiquemo um pouco meio longinho, mas sempre se conhecendo, né. e deu certo que se localizemo de novo, né."

O "se localizar de novo", ou "ser vizinho de novo", acaba evidenciando uma representação das próprias trajetórias individuais que rebate aqueles estudos baseados nos conceitos de "migração" e "êxodo", uma vez que nega o coletivo e mesmo a condição de "expulsos" da terra, talvez numa estratégia de amenizar as tragédias de seus cotidianos.

CAPÍTULO VII - A UNIDADE POLÍTICA VERSUS AS DIVERSIDADES SITUACIONAIS, OU O PARAGUAI PODE SER MUITOS PAÍSES

Os chamados brasiguaios retornaram ao Brasil organizados em onze grupos, que se referiam idealmente às onze localidades paraguaias onde estariam residindo no momento da mobilização: "Ponte Quirrá"(Puente Kyjha), "Santa Rosa", "Canendediú"(Canindeyu), "Alvorada" (Alborada), "Corpus Cristi"(Corpus Cristi), "Guadalupe" (Guadalupe), "Guavirá"(Guavira), "Santa Clara", "Carapá" (Carapa), "Figueira" e "Maracajú"(Mbaracayu).

A grafia do nome dos grupos aparece registrada de maneiras diversas, nos documentos produzidos pelos chamados brasiguaios. A grafia correta, entre parênteses, refere-se ao nome das localidades paraguaias, todas pertencentes administrativamente ao Departamento Canindeyu. Pequenas variações são também recorrentes nos estudos governamentais e acadêmicos sobre a região.

Não faz parte da representação dos chamados brasiguaios que acamparam em Mundo Novo(MS) o pertencimento destas localidades , e de sua própria residência, ao Departamento Canindeyu, substituído pela referência genérica à "Paraguai". Segundo relatório da Coordenadoria de Comunicação Social do MIRAD, de 14 para 15 de junho de 1985 teriam entrado no país e acampado em Mundo Novo, 60 famílias de "Guavirá", 60 famílias de "Eldorado", 60 famílias de "Puente Kihjá", 60 famílias de "La Paloma", 60 famílias de "Katuetê", 70 famílias de "Figueira", 40 famílias de

"Maracaju", 6 famílias de "Carapá", 32 famílias de "Santa Clara" e 30 famílias de "Alvorada". Percebe-se que na lista das 11 comunidades oficiais de origem no Paraguai não estão representadas as famílias de "Eldorado", "La Paloma" e "Katuete".

Acrescentando à análise o item "Procedência", do documento cadastral, o grupo de localidades não representadas naquelas onze chega ao número de 19, quais sejam: "Paloma" (52 famílias), "Porto Adela" (9 famílias), "Katuetê" (18 famílias), "Nova Adela" (2 famílias), "Estrada 32" (2 famílias), "Itaipu" ou "Fazenda Itaipu" (3 famílias), "3 Botellas" (5 famílias), "Fazenda Londrina" (1 família), "Hernandarias" (1 família), "Salto" (3 famílias), "Fazenda do Sr. Antônio" (1 família), "Vila Alta" (1 família), "KM 05" (4 famílias), "8 de Dezembro" (2 famílias), "Primeiro de Março" (1 família), "Fazenda São Paulo" (1 família), "Km 17" (1 família), "Curuguati" (1 família), "Marangatú" (1 família).

Conforme constatou-se no trabalho de campo realizado, os chamados grupos formaram-se a partir da escolha daqueles indivíduos que organizariam o retorno ao Brasil. Estas chamadas lideranças coordenavam os preparativos nos seus locais de moradia, mas terminaram aceitando famílias de outras localidades, que tinham parentes ou conhecidos entre os membros do grupo original.

Uma família de Yjhoví uniu-se ao grupo Puente Kyjha localidade onde residiam antigos vizinhos na gleba "Cinco Mil", no Paraná, por ficarem sabendo da mobilização

tardiamente, não tendo havido tempo para organizarem seu próprio grupo:

"De onde eu sai não deu tempo de organizar grupo lá, sabe, então eu fiquei sabendo do acampamento foi no prazo de três dias, então eu corri, corri pra lá. Porque aqui eu tinha conhecidos que moravam aqui neste Ponte Quirrá e eles já estavam acampados em Mundo Novo e eu me ajuntei a eles, como também eu quase fui prá outro grupo, aqui do Guadalupe, sabe, que eu tinha conhecimento lá também. Aí eu preferi ficar no Ponte Quirrá."

Um arrendatário no local Alvorada, tendo familiares residentes entre La Paloma e Guadalupe, tornou-se liderança do grupo Guadalupe. Neste caso, a opção se deu em função de Alvorada ser o local onde ele e um irmão haviam comprado terras do IBR em 1983, e onde estavam tendo problemas de regularização fundiária, o que os obrigava a permanecer ali pouco tempo :

"No lugar onde a gente tinha essas terras eu não morava definitivo, ainda. Nós passava 15 ou 20 dias lá, e ia em casa. Mas a turma ali daquela região vieram bastante. Mas eu entrei num outro grupo, do Guadalupe, aonde morava o meu irmão, e eu também morei lá. O outro pessoal era grupo Alvorada. É o nome do lugar, Alvoradinha, é a turma do seu Antônio, do Valdir."

Podemos identificar, assim, no processo de formação dos grupos, relações políticas que não cabem nos limites geográficos estabelecidos administrativamente. A organização em grupos foi fundamental para o sucesso da organização, e perdurou ainda por mais de ano dentro da área do assentamento.

A grande maioria, se não a totalidade dos chamados brasiguaios mobilizados politicamente em território brasileiro, nos anos de 1985 e 1986, é proveniente do Departamento Canindeyu, desmembrado do Departamento Alto Paraná no ano de 1973, cuja capital é Salto del Guaira e tem uma superfície de 14.667 km²(31).

Em documento oficial, o Governo Paraguaio enviou à técnicos da FIBGE, consoante resoluções do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, no ano de 1989, uma listagem censitária da população brasileira residente nos Departamentos Alto-Paraná, Amambay, Caaguazú, Canindeyu e Itapúa, contabilizando um total de 74.765 indivíduos, assim distribuídos:

Quadro 15 - População brasileira no Paraguai por Departamento, Distrito e Localidade

Departamento	Nº hogares con jefes bras.	Pop. Total	Nº distritos con pop. bras.	nº local. con pop. bra.
A. Paraná	8.469	36.313	11	157
Amambay	1.976	8.128	03	82
Canindeyu	5.614	23.899	07	231
Caaguazú	1.046	4.685	12	117
Itaipua	517	1.740	23	139
TOTAL	17.622	74.765	56	726

Fonte: Dirección General de Estadísticas y Censo. s/d.

A confiabilidade destes dados é relativa, haja visto que, conforme resultado do censo de 1982, havia uma população de 98.730 brasileiros no Paraguai, 76% destes nos Departamentos de Alto Paraná (45.820) e Canindeyu (29.850). Consules brasileiros presentes na Segunda Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil Paraguai, realizada em Brasília, nos dias 29-30/10/85, acreditavam que existiam então no Paraguai de 400 a 450 mil brasileiros.

Conforme Nickson (1981), a chamada "região oriental" encontrava-se inexplorada até o começo do século 20. Era então habitada pelos índios guaranis. Com o término da

Guerra da Tríplice Aliança(1865-1876), vastas extensões de terras são vendidas à companhias estrangeiras, destacando-se "La Industrial Paraguaya" (LIPSA), empresa anglo-argentina produtora de erva-mate , com 2.718.750 hectares; a "Matte-Larangeira", que o autor credita como "brasileira", produtora de erva mate em 800.000 hectares, nos arredores de Salto del Gauira; e Domingo Barthe, produtor de erva-mate, com 1.875.000 hectares no Alto Paraná. Note-se que os dois últimos eram também detentores de imensas concessões de terras nos Estados brasileiros de Paraná e Matô Grosso.

No final dos anos 60, em pleno vigor do governo ditatorial de Alfredo Stroessner(1954-1989), estas empresas começam a vender extensões de terras à companhias estrangeiras agro-industriais e à colonos estrangeiros, brasileiros, japoneses e americanos. No ano de 1979 a "Industrial Paraguaya" já havia vendido 986.119 hectares, a "Matte-Larangeira" 287.000 hectares e os herdeiros de Barthe, 450.000 hectares.

Pelo Estatuto Agrário de 1940 (Decreto nº. 120 de fevereiro de 1940, artigo 30), as terras situadas na fronteira do país ficavam reservadas para colônias de cidadãos nativos. O governo Stroessner, pela Ley no. 852 de 22 de março de 1963, criou o Instituto de Bienestar Rural(IBR), cujo objetivo, conforme seu artigo segundo, era "transformar la estructura agrária del país y la incorporación efectiva de la población campesina al desarrollo económico y social de la Nación, mediante

soluciones legales que permitan eliminar progresivamente el latifundio y el minifundio, sustituyéndolos por un sistema justo de propiedad, tenencia y explotación de la tierra"(IBR,s/d:03). A Ley n.º. 854, que estableceu o Estatuto Agrário, assinada em 29 de março do mesmo ano, excluiu a proibição de venda de terras à estrangeiros na região de fronteira e, em seu artigo 14, considera beneficiários do Estatuto "los varones o mujeres que hayan cumplido diez y ocho años de edad, sean paraguayos o extranjerios, que se dediquen habitualmente a las labores agropecuarias o que se propongan formalmente a dedicarse a ellas"(IBR,s/d:24) (g.n). O artigo n.º. 96, por outro lado, estabelece que o Poder Executivo poderá autorizar, em casos especiais, a venda de terras de seu patrimônio a pessoas que não sejam beneficiárias da lei, e ainda em superficies maiores que a máxima estabelecida para os lotes colonias. Note-se que é considerado latifúndio, na região oriental, uma área com 10.000 hectares ou mais.

Estas medidas faziam parte da chamada "Marcha al Este", através do qual o governo pretendia realizar uma reforma agrária via a colonização da região oriental, notadamente dos Departamentos Caaguazu, Canindeyu e Alto Paraná. Consoante tal estratégia realizou-se a construção da estrada que hoje liga Asunción à fronteira com o Brasil, na altura de Foz do Iguazu(PR). Trata-se da estrada pavimentada numero 7 (Cel. Oviedo-Puerto Stroessner), prolongamento da número 2 (Asunción-Cel. Oviedo), que

permitiu ao país uma saída para o mar, via o Porto de Paranaguá(PR). A cidade de Puerto Presidente Stroessner, hoje Ciudad del Este, foi criada através do Decreto número 24.634, de 28 de janeiro de 1957, e fundada a 03/02/58. "La conquista de la Selva" se propunha a beneficiar "familias paraguayas que residían hacinadas en los minifundios de la región periférica a la Capital"(FRUTOS,1982:50). O IBR afirma ter habilitado, no Departamento Alto Paraná, de 1954 a 1982, 41 colonias, 28 oficiais e 13 privadas, com 11.901 lotes em 472.603 hectares. Canindeyu tinha em 1982, 26 colônias oficiais e 10 particulares, com 258.923 hectares e 5.190 lotes.

Várias são as críticas à atuação do IBR. Pra Nickson(1981), aquele órgão fundiário, que iniciara a colonização nas zonas inexploradas em função da pressão demográfica nos departamentos centrais, vendeu, entre 1967-1977, todas as terras fiscais da Região Oriental para cidadãos paraguaios influentes, que as revenderam a colonos brasileiros e a latifundiários nacionais e estrangeiros. Desta forma, a partir de 1970, sente-se no país o impacto da presença brasileira, como a população com maior força econômica do Paraguai:

"During the ten-year period 1967-77 the IBR sold off almost all of the remaining state lands in the eastern border region, mostly to leading officials in the Armed Forces and in the ruling Colorado Party at precios fiscales (official prices) far below the market value. In turn, these buyers have re-sold to Brazilian land companies based in

São Paulo and Curitiba, realizing considerable capital gains as a result."
(NICKSON, 1981:123)

Fogel(1990) igualmente acredita que a criação do IBR e o estabelecimento de um novo Estatuto Agrário trouxe como resultado a delapidação das terras fiscais e o novo monopólio das terras da fronteira por cidadãos estrangeiros. As primeiras colônias de brasileiros parecem ter se estabelecido no Departamento Alto Paraná. Na década de 60 dois investimentos governamentais, a construção da represa de Acaray, que permitiu o início da eletrificação rural e urbana na região, e a construção da chamada "Ponte da Amizade", sobre o rio Paraguai, unindo, através de Puerto Stroessner e Foz do Iguaçu, os sistemas rodoviários paraguaio e brasileiro, contribuíram significativamente para isto.

Destacam-se "Santa Rosa del Monday", fundada em 1973, e que em 1977 já estaria contando com 5 mil famílias, divididas em 48 comunidades(BORTOLAZZO, s/d(b)); "Naranjal", fundada em 1975, que em fins de 1985 contava com uma população de umas 3 mil famílias, ou cerca de 17.000 habitantes(id.ibid); "Santa Tereza", iniciada em 1969, e hoje um dos locais com graves conflitos de terra envolvendo brasileiros, empresas colonizadoras e sem-terra paraguaios; "Piquiri", ou "General Diaz", iniciada em 1959, com uma população de 35.000 pessoas em 1979, 1/5 destes, posseiros(FSP,22/04/79); e "Las Novas", iniciadas em 1969.

Os acessos a todas estas colônias são feitos através da "ruta 7".

No documento El fenomeno migratorio en el Paraguay(1985), o Equipo Nacional de Pastoral Social da Conferencia Episcopal Paraguaya(CEP) analisa os resultados do Censo Nacional de Poblacion y Viviendas de 1982, chamando a atenção para as altas taxas de crescimento populacional dos departamentos de Alto Paraná(179%) e Canindeyu(138%), em relação à taxa de crescimento total do país(28,3%).

Numa tentativa de explicar este crescimento, aponta para o ingresso de 56.900 imigrantes estrangeiros(57,9% do total) e de trabalhadores paraguaios provenientes dos departamentos centrais, muitos deles na condição de sem-terra ou com explorações em superficies reduzidas, atraídos pela necessidade de mão-de-obra para a construção de Itaipu ou simplesmente em busca de terras.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 1981, havia então no Paraguai 284.833 explotaciones(unidades produtivas), ocupando 21.429.903.6 hectares. Destas, 2.077 com mais de 1.000 hectares (0.83%), ocupando 16.572.296 hectares (77.4% das terras). A significativa concentração fundiária não obscurece a tendência do paraguaio às atividades agrícolas, embora em áreas reduzidas de terras e com problemas de comercialização dos produtos, entre os quais se destaca a mandioca. A Fundación Paraguaya para el Desarrollo Agroindustrial (FUNDAIN) informou em 1990 que 99% das unidades produtivas do país cultivavam mandioca, em

261.000 hectares. Desta produção, apenas 10% era comercializada, e 5% processada.

Os Departamentos com maiores percentagens de áreas colhidas, em 1981, eram Itapua(29.1%), Alto Paraná(16%), Canindeyu(11.5%), Gaira(11.5%) e Caaguazu(10.9%). A região de Canindeyu possuía 61.516 unidades produtivas, ocupando 2.624.419.2 hectares; 258 delas com mais de 1.000 hectares (0.42%) ocupam 1.393.423.2 hectares (53.1% das terras). São tituladas 59.5% das terras, que ocupam 87.9% da superfície; 13.3% são áreas de arrendamento, em 3.8% das terras; 26.2% são ocupações(categoria censitária referente à moradia e trabalho em uma área pública ou privada sem pagamento de renda), ocupando 7.5% das terras. A superfície colhida de cultivos de renda em Canindeyu, em relação à superfície total, era a seguinte: algodão, 2.8%; cana, 0.4%; soja, 7.1%; trigo, 0.6% e tabaco 0.1%, totalizando 10.7%.

Em análises sobre a concentração de terras no Paraguai, publicada em 1984, a Conferencia Episcopal Paraguaya concluiu que as áreas de assentamento antigo (departamentos centrais), estavam passando por um processo de pulverização das unidades produtivas médias e de desenraizamento dos minifundistas ante a expansão de uma economia de mercado, nova para os padrões paraguaios. Nas áreas recentes de colonização, na fronteira leste, empresas agrícolas estariam comprando grandes extensões de terras e expulsando antigos arrendatários e ocupantes, ou convertendo-os em assalariados temporários

("desarraigados"). Aqueles com título de propriedade estariam a caminho da minifundização, levando-os à procurar arrendamentos ou ocupações, e mesmo trabalhos agrícolas assalariados. Previa-se então, para as áreas novas, a reprodução do complexo latifundio-minifundio, característico das áreas de assentamento antigo, em curto espaço de tempo. (Cf. CEP, 1984)

A Secretaria Técnica de Planificación divulgou em 1981, no documento Informe sobre migración de colonos a Alto Paraná, que os brasileiros já eram então 2/3 da população rural do Departamento. Com a conclusão dos primeiros grandes desmates, arrendatários brasileiros passam a buscar terras no Departamento Canindeyu. Para ali também se dirigem aqueles brasileiros cujas terras, no Departamento Alto Paraná, foram atingidas pelas águas de Itaipu. A construção desta hidrelétrica aparece como marco analítico nos estudos paraguaios contemporâneos sobre problemas fundiários.

Conforme a CEP(1984), o projeto Itaipu custou (custos de 1981) 14.095 milhões de dólares, dos quais 8.937 milhões foram canalizados para inversões indiretas, sendo que para o sistema econômico paraguaio foram destinados 23% (1.475 milhões de dólares), causando grande impacto, tornando-se fator fundamental do crescimento paraguaio. De 1973 a 1981 teriam ingressado no Paraguay 2.275 milhões de dólares, provenientes da construção das represas hidrelétricas do rio Paraná (Itaipu e Yacyretá). O setor empresarial que surgiu á sombra destes projetos não teria

investido na estrutura produtiva, e sim na construção civil e no mercado financeiro.

Este tipo de crítica ao expansionismo do capital estrangeiro no Paraguai tende a atingir igualmente o ingresso de pequenos produtores rurais brasileiros, entendidos como parte daquele processo. Esta aparente contradição - entre versões referentes a presença brasileira como parte de projeto expansionista e geopolítico do Brasil e versões que percebem a situação dos pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai como difícil e, muitas vezes, marcada por perseguições e injustiças - é constitutiva da realidade vivida pelos chamados brasiguaios assentados hoje no PANH, conforme veremos a seguir.

7.1. AS "DIFICULDADES BOAS" DO COTIDIANO NO PARAGUAI

"No Paraguai não se paga imposto sobre produtos agrícolas, não há imposto sobre circulação de mercadorias nem sobre venda, nem nada. Durante os primeiros 5 anos não se paga nenhum imposto sobre a terra, e além disso o crédito é facilitado."
(GALEANO, 1973:17)

Os chamados brasiguaios, hoje assentados em Novo Horizonte, e que arrendavam, eram posseiros ou pequenos proprietários próximos às localidades de La Paloma, Puente Kyjha, Katuete e Guadalupe, entre outras, pertencentes ao distrito Salto del Gauira, departamento Canindeyu, se referem a aspectos bastante positivos da permanência no Paraguai. Existiria um crédito bancário facilitado para os

proprietários, além da fertilidade do solo e o clima, apontado como "sadio". Esta nova versão sobre o país vizinho pode ser observada no seguinte relato, de um pequeno-proprietário, por 15 anos, nas proximidades de Puente Kyjhá:

"Eu mesmo trabalhei com banco lá, uns oito anos. Banco Fomento. Lá é muito melhor de trabalhar que aqui! (...) Em banco é! (...) Pra trabalhar é muito bom lá, é uma beleza! Terra boa, e produz. Sadio! Lá é uma saúde que pra você ver, que beleza!"

A legislação paraguaia dos anos setenta facilitou sobremaneira o ingresso de investidores estrangeiros, seja pela Lei 216, aprovada no início daquela década, seja pela Ley 556, de 1975, de fomento de inversões. Ambas aumentavam os benefícios oferecidos aos investimentos estrangeiros. Esta política fez com que, de 1972 a 1979, a inversão estrangeira no Paraguai crescesse 54.7% anual cumulativo. Para a agroindústria, significou uma alteração nas estruturas produtivas tradicionais, com o conseqüente desenraizamento das populações camponesas e, para o setor financeiro, a estrangeirização quase completa da economia. O setor bancário paraguaio, no ano de 1984, era constituído por 18 bancos de capitais estrangeiros, 2 bancos de capital privada e apenas um banco estatal, excluído o Banco Central. (cf. CEP, 1984:12-14)

Para os pequenos produtores rurais brasileiros, o incentivo aos investimentos estrangeiros se traduziu no apoio estatal à suas iniciativas, através de empréstimos

sucessivos, com juro baixos. Para o governo paraguaio, então, o camponês brasileiro representava a introdução no país de técnicas desenvolvidas e de uma mentalidade capitalista de produção, considerada incipiente entre os campesinos paraguaios, que muito dificilmente tem acesso a esses mesmos créditos.

Um outro aspecto positivo salientado por um ex-arrendatário na região de Guadalupe, mas também ouvido em conversas informais nas concentrações de brasileiros no Paraguai, como na rodoviária de Salto del Guaira, se refere à segurança encontrada naquele território. A violência, quando surge, se deve à marginais brasileiros que adentram no país, registrando-se inclusive inúmeros assaltos à residências nas colônias mais prósperas, do Departamento Alto Paraná:

"É que a gente deve saber que dentro do Paraguai nem ladrão não existe, assim tão fácil. Quando é aí no Salto Guaira, quando as vezes eu chego lá, cê vê o cara chegar, pegar uma bolsa grande assim, ó, cheinha de dinheiro, senta lá num banco daqueles, ponha encostado dele, senta lá num banco daquele, fica conversando mais um, mais dois, cadê que tem um ladrão pra chegar e pegar a mão naquilo e carregar? Não tem! Vai fazer no Brasil, prá vê! Ele não põe no banco, o cara já levou! Pois é, o que acontece é isso, lá no Paraguai eles tem uma segurança, só que a dificuldade de Paraguai é esse negócio de roubo de carro, a turma rouba no Brasil e leva prá lá, né. Mas aí eles já levam daqui pra lá. Cadê que ninguém rouba lá e traz pra cá? Não traz! Dentro do Paraguai tem muita dificuldade boa, e tem ruim também."

Para aqueles rapazes e moças que passaram sua infância e adolescência no Paraguai, as boas recordações de

passeios, caçadas, pescarias, ou mesmo festas, são uma constante. Um parceleiro que viveu dos 9 aos 30 anos na localidade Yjhovi, muito crítico sobre as condições reais de moradia ali, muda o tom de seu discurso ao lembrar da natureza da região:

"Morei quase onze anos. Onze anos.. Parte da minha juventude passei no Paraguai.(...) Adquiri muito conhecimento também. O que eu gostava no Paraguai sabe o que era? Tinha um lugar onde eu morava, era no alto, sabe, depois tinha uma serra. Então, uma serra de mata virgem. E ali você ouvia a onça urrar, você ouvia os bichos..toda espécie de bicho tinha ali naquela serra. Eu gostava de ir lá pescar, sabe. Tinha cada paisagem, lá naquela serra, né."

Para uma moça que viveu dos 8 aos 15 anos em Nueva Adela, a transferência para o Brasil significou estranhamento e saudade. Havia deixado um lugar onde sua casa e as terras já estavam consolidadas, com boas instalações e relações de vizinhança, para se aventurar num assentamento sem garantias mínimas, como estradas, transporte, água e luz:

"Eu gostava mais de lá do que daqui, no começo. Lugar melhor, parece, se sentia mais à vontade. Aqui nos primeiros tempos a gente não tinha água, não tinha nada, achava tão ruim... Dava saudades. Voltar ir embora.."

Entre aquelas famílias que viviam "na divisa", próximas ao território brasileiro (no caso Mato Grosso do Sul), registramos o caso de um chefe de família natural de Muquiriçu, Estado do Espírito Santo, e que, após dois anos trabalhando como "empregado na cidade", em Maringá(PR), se transferiu, em 1975, para o Paraguai. Durante 10 anos

trabalhou como empregado, e com direito a ter sua própria plantação, para um fazendeiro brasileiro. Para o entrevistado, "a luta no Paraguai" é considerada positivamente:

"Lá no Paraguai, a luta prá mim lá no Paraguai não foi tão difícil, foi até boa. Foi, inclusive eu peguei um patrão muito bom, Darci dos Santos Arezzo, ele é origem, italiano. Italiano com calabrês. Tinha uma fazenda no Paraguai. Eu entrei na fazenda pra trabalhar de empregado e depois passei a tomar conta da fazenda e plantava na fazenda. Aí eu fiquei 10 anos nessa fazenda."

Quase sem contato com a população e as instituições paraguaias, estes chamados brasiguaios "da divisa" traduzem suas experiências no Paraguai como aquelas efetivadas nas relações patrão-cliente, uma vez que suas dificuldades maiores foram sempre com seus "patrões" (proprietários das terras), e com as cerealistas do Brasil, que lhes financiavam a produção.

7.2. OS PARAGUAIOS, ESTES DESCONHECIDOS

"Hace alguns años, parecia un absurdo hablar em Paraguay de campesinos sin tierra(..) El Paraguay és basicamente un país de agricultores, y en esa medida sus problemas críticos son agrários." (FOGEL, 1990:9,13).

Da população total do Paraguai em 1982, 57.2% residia em áreas rurais (dos 581.151 lares censados, 313.384 localizavam-se na área rural). Fogel(1990) supõe que 85% desses lares constituem unidades economicas agrícolas operadas por camponeses ou produtores tipo "farmer", ou

seja, mais da metade da população paraguaia vive de atividades agrícolas. Esta constatação nega uma visão senso comum entre os camponeses brasileiros residentes no Paraguai, de que os paraguaios não tem aptidão agrícola, dedicando-se apenas ao comércio. Esta visão está ligada à concepções próprias do que seja o trabalho agrícola, de brasileiros que chegaram aquele país vindos de experiências no Paraná ou nos Estados meridionais, desde os anos 60 voltados para a produção visando mercados de exportação, conforme os comentários abaixo, de parceleiros do PANH:

"Ele tem uma moitinha de mandioca, do tamanho desse terreiro aqui, e daquilo ele teve. Vai ver que você vê um paraguaio no mato, trabalhando no roçado? Não vê! Só brasileiro! Só puro brasileiro trabalha!"

"Ah..o paraguaio ele não gosta de trabalhar na roça, fazer plantação. O paraguaio gosta é de ficar tranquilo, na sombra, tomando tererê."

Faz parte desta concepção a comparação do campesino paraguaio com "índios", ou ainda "bugres", pouco produtivos, indolentes, aversos à agricultura. Registramos uma visão quase unânime, tanto entre os camponeses que retornaram quanto entre os que permaneceram no Paraguai, que tende a não reconhecer a condição de pequeno produtor rural do paraguaio, estranhando suas técnicas tradicionais de cultivo, caça e coleta, e seus hábitos alimentares:

"O sistema deles não combinava, eles tem uma combinação, um ritmo de alimentação que prá nós não serve, eles tem um ritmo, ansim, quase um ritmo de índio"

Estas representações se assemelham àquelas registradas por Seyferth (1992) entre camponeses descendentes de imigrantes europeus, no médio Itajaí-Mirim, referindo-se à população "brasileira" nativa. É interessante perceber como esta "concepção de trabalho etnicamente fundamentada" (SEYFERTH, 1992:89) é assimilada também por segmentos étnicos de origem não-européia, para referir-se à população nativa paraguaia.

Em várias ocasiões durante o trabalho de campo pudemos registrar uma mesma versão, entre as diversas pessoas entrevistadas, sobre o campesino paraguaio: "os paraguaios vão pra horta atrás da casa, contam 365 pés de mandioca, um pra cada dia do ano". Eduardo Galeano, escritor uruguaio que percorreu esta região de fronteira no ano de 1972, registrou esta mesma representação: "Um proprietário brasileiro no Alto Paraná me explicou: -Sabe como é? Paraguaio não trabalha, cultiva 365 mandiocas por ano. Come uma por dia e com isso vai levando". (GALEANO, 1973:18)

A população do Paraguai tende a ser tradicionalmente definida pela literatura paraguaia como resultado de um processo de "mestizaje" entre o guaraní e o espanhol. Algumas análises afirmam uma dualidade quase harmônica na formação de uma "cultura paraguaia", onde "el mestizaje, intercambio irrevocable de sangres, es también intercambio de espíritu en la intimidad del ser. Y vemos cómo, una vez desaparecidos los españoles conquistadores, sus hijos

criollos y mestizos se hacen cauce y fluir de una cultura que no es ya la española en su integridad, pero que no la desmiente; que no es tampoco la indígena en su más secreta intimidad, pero no puede olvidarla, porque ella se hace recordar en la naturaleza circundante, en el paisaje, en el cielo, en la ecología"(PLÁ,1986:22).

Outros autores consideraram esta definição do "homem paraguaio" mistificadora, afirmando que os fatores chaves na formação da sociedade e da cultura paraguaia são os conflitos inter-étnicos entre espanhóis e guaranis durante a conquista e o período colonial, o isolamento cultural e geográfico do Paraguai e a consolidação de uma "cultura campesina": "la cultura paraguaya tiene un caracter no integrado, sino ambiguo, porque conviven en ella una cultura dominante y una cultura dominada"(MORINGIO,1986:45).

Não é colocada em questão, no entanto, a "influência indígena", que estaria perdurando nos dias de hoje notadamente pelo uso quase exclusivo da língua guaraní entre as populações camponesas. "La nación paraguaya se ha educado y se ha enriquecido en la expresión vivencial de un admirable idioma: el guaraní(..) idioma corriente del 75 por ciento de nuestro pueblo"(NUÑEZ, 1986:108).

São registradas 17 etnias indígenas no Paraguai. O Instituto Paraguayo del Indígena(INDI) censou, em 1981, 45.254 indivíduos, pertencentes a cinco famílias linguísticas: Tupi-Guarani (19.485); Zamuco (2.224); Matuco

Mataguayo (8.040); Ouaicurú (630) ; e Lengua-Maskoy (14.875). (INDI,1981)

Na região de colonização brasileira, localizavam-se então 11 comunidades indígenas no Departamento Alto Paraná, e 29 no Departamento Canindeyu, todas da família linguística Tupi-Guarani.

O reconhecimento das terras e territórios indígenas é um processo bastante recente na história paraguaia. Durante a conquista hispânica, o regime de encomienda instituiu que as terras de um "pueblo indio" eram da comunidade que o habitava. Em 1848, Carlos A. Lopez decretou que os indígenas eram cidadãos paraguaios, e aboliu o sistema de "pueblos" e a apropriação comunitária de terras.

Uma lei de 07/09/1909 autorizou o Poder Executivo a dispor de terras fiscais, que não excedessem 7.500 hectares, para reservas indígenas, concedendo em propriedade à pessoa ou sociedade que empreendesse a "civilização dos índios" até a quarta parte das terras a eles destinadas. O Estatuto Agrário, de 1963, em seu artigo 46, prevê a expropriação de terras do domínio privado a favor de Colonias Nacionales Indígenas, que são habilitadas e mensuradas pelo IBR para o assentamento de indígenas, que tem apenas o direito de ocupação. Existem ainda Colonias Indígenas Privadas, adquiridas por agências privadas, ou missões católicas ou protestantes, também para assentamento dos indígenas. O título da terra fica em nome das instituições, mas em alguns casos existe uma cláusula que especifica que as terras

serão entregues aos indígenas que obtiverem personeria jurídica.

A Ley 904/81 institui o Estatuto das Comunidades Indígenas, com o objetivo de prover e titular terras diretamente aos grupos indígenas. Após o reconhecimento de líder e a obtenção da personeria jurídica, o INDI fica autorizado a adquirir terras e criar marcos legais para transferir a titularidade aos indígenas comunitariamente. Até 1984 esta lei não havia sido colocada em prática, e a maioria das comunidades não tinha terras legalizadas, vivendo em áreas de domínio privado, sob ameaça de expulsão. Documento da Conferencia Episcopal Paraguaya deste ano registra uma série de conflitos entre grupos indígenas e "colonos brasileiros", nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyu, envolvendo mais de 200 famílias Mbya-Guarani, Ava Chiripá e Pay Tavytera. (cf. CEP, 1984)

A personeria jurídica tem sido a maior reivindicação das comunidades indígenas paraguaias, por lhes permitir a titularidade comunitária das terras. Em abril de 1985 foram feitas as primeiras entregas de títulos de propriedade a duas comunidades - Itanara-mí e Fortuna- do Departamento Canindeyu. Dados do Servicios Socio-Antropológicos y Jurídicos, de 1989, revelam a existência de 36 comunidades com reconhecimento de líderes, outras 36 com personeria jurídica e 26 já com títulos de propriedade, beneficiando 2.058 famílias ou 9.276 pessoas, em 36.516 hectares titulados. (SPSAJ, 1987 e 1989)

Nas localidades onde os camponeses brasileiros formaram, no início dos anos 70, uma minoria étnica, registram-se narrativas mais frequentes de litígios com pequenos produtores agrícolas paraguaios (sem especificação se grupos indígenas ou não) tradicionalmente vivendo das matas nativas da região, de onde extraíam o palmito e algumas ervas, e também caçavam. Para os camponeses brasileiros como no caso deste que chegava à Yjhovi, tratava-se antes de realizar imediatamente as derrubadas, e dar início às lavouras, o que levou à um inevitável conflito com a população local:

"No começo eles falavam que nós tava como que massacrando eles. Que nós tava prejudicando muito eles porque nós derrubava as madeira (...) eles falavam que aquilo não devia de fazer. Tinha que deixar, pra viver lá, pra tirar. Que de vez em quando eles cortavam palmito, tiravam madeira, caçavam caça(...)."

A localidade Puente Kyjha passou a receber contingentes de brasileiros a partir do início dos anos setenta, e, para estes, esta é a data do início de seu desenvolvimento. A presença anterior de população paraguaia parece nada significar em termos de trabalho e intervenção no espaço, conforme narra um antigo proprietário na localidade:

"Quando chegamos lá só tinha uma vilinha, era todinha de paraguaios, aquelas casinhas assim, tudo paraguaio. Então aí quando nós chegamos pra lá, nós que formamos a cidade. Hoje é uma grande cidade lá. Tem de tudo. Cooperativa. Tem hospitais, tem de tudo. Quem formou foi brasileiro. Era tudo matão! (...) Paraguaio não trabalha. Lá na nossa

região, não. Vivem sei lá de que. Eles plantam só uma ~~umas~~ classe de mandioca assim e vivem de mandioca. Na região onde morava, nos quinze anos que morava, eu conheço só duas famílias de paraguaio que trabalha, o resto..."

Acreditam ainda que a população paraguaia, "pobre" quando da chegada dos brasileiros ao país, teria melhorado de vida graças a estes, que passaram a pagar uma série de taxas, possibilitando sua ascensão social. São traçadas comparações entre La Paloma, Puente Kyjha, Katuete e Cruce Guarani, antes e depois dos brasileiros. Apontam inclusive para uma certa estagnação da região, após a saída dos chamados brasiguaios para o Brasil.

Aquelas versões sobre a violência policial são generalizada à toda população paraguaia, entre aqueles brasileiros residentes nas proximidades da fronteira com o Mato Grosso do Sul, que não precisavam ter nenhum contato com a mesma. Para estes, ficou a visão da maioria, que leva a comentários como o seguinte, feito pela esposa de uma liderança: "Você vai pro Paraguai? Você não tem medo? Você não tem medo de paraguaio? Eu tenho, nunca vi mas tenho. A gente ouve falar tanta coisa.."

Para alguns, no entanto, havia uma compreensão de que brasileiros e paraguaios se especializavam diferenciadamente em atividades agrícolas e comerciais, o que levaria a uma complementariedade, e não ao conflito:

"Os paraguaio não gostava muito de mexer com a lavoura, não. Eram os brasileiro. Os paraguaio tinha armazém, outro tinha açougue, eles mexiam com isso, prá vender

pros brasileiros. Então era só isso. Eles não é de lavoura, aquele povo, não."

Registramos cotidianos mais amistosos nos relatos de uma família que viveu 13 anos em Yjhovi, onde havia população paraguaia significativa, apesar da difícil adaptação à língua e aos costumes locais:

"Quando nós entramos no Paraguai mesmo, tinha uns paraguaio lá, eles nos receberam muito bem! Eles ficaram contente! Eles vinha lá, conversar com nós. Assim, vinha o capitão com as senhoritas deles, né. E queria que meus filhos conversasse o brasileiro, pra eles especulá(..) Ai eles conversava tudo em castelhano, e nós não entendia o castelhano. E eles não sabiam nada o brasileiro. Depois foram aprendendo, muito paraguaio conversava melhor o brasileiro que nós o castelhano com eles."

As crianças menores, conforme os relatos, aprendiam o guarani com facilidade, brincando com as crianças da vizinhança, e muitas aprenderam o castelhano nas escolas. Em casa, no entanto, os adultos apenas falavam o português (ou alemão, italiano, polones), daí a apontada dificuldade de reter totalmente este aprendizado. A alimentação, ligada à tradição agrícola paraguaia, aparece em diversas narrativas como motivo de estranhamento. Há uma tendência em demonstrar uma assimilação de hábitos alimentares brasileiros pelos paraguaios:

"Eles plantavam só mandioca, só mandioca. Os frangos lá, se a gente punha bastante galinha pra vender eles comprava galinha e comia com mandioca. A carne lá era sonsa, sem sal, sem nada. Eles matavam porco, gado, e botava as carne tudo numa tripinha ali, e secavam bem seco, ficava bem preta, essa carne! Eles comiam sempre aquela carne ali, estragada. E agora não, agora eles tão

acostumado com comida igual a nossa. Mas no começo eles não gostavam."

Esta mesma unidade familiar se recusa a pensar na possibilidade de retornar ao Paraguai, aonde ainda vive uma filha casada, afirmando não estar disposta a enfrentar novamente uma vida onde "a gente nunca tava liberto, nunca! Uma hora tava de acordo, outra hora tava aborrecido", e concluem "que tem uma parte dos paraguaios que tem raiva dos brasileiros".

Os casamentos interétnicos, apesar de registrados - notadamente entre mulheres brasileiras e homens paraguaios - são raros. Note-se que muitos dos conflitos étnicos se dão em "bailes" ou outros encontros sociais. Fala-se na vontade dos rapazes paraguaios de se casar com moças brasileiras, e de suas dificuldades em alcançar o intento:

"Eles queriam casar com as brasileira. as brasileira é que tinham medo de casar com eles. Eu tinha um bando de filha lá, mas nenhuma delas queria se casar com paraguaio. Queriam casar com os lá do Paraná. E a que casou no Paraguai casou com brasileiro mesmo. Eles terminavam que buscavam uma brasileira, diziam que as brasileira era muito trabalhadeira!"

Quanto aos rapazes brasileiros, os raros casos referidos de casamentos com paraguaias são criticados pesarosamente: "óia, difícil! Eu conheci uns que casou com umas paraguaia, uns que trabaia de serraria, compraro serraria lá. Casaram com umas paraguaia tão feia.. uns moço bacana .. eles vieram pro Brasil com elas. Também, nunca mais vi acontecer aquilo."

As narrativas se dividem, desta forma, entre a admiração e o estranhamento pela cultura paraguaia. O desprezo por pequenos comerciantes se traduz em amizade e clientelismo quando referidos a proprietários de grandes lojas comerciais, como a "Casa Braseiro", "Casa do Soto" e "Casa São Cayetano", em La Paloma.

Há uma certa mágoa entre alguns parceleiros do PANH com a recente prosperidade da região deixada para trás, e que faz reacender antigas divergências, como ao lembrar da cooperativa formada nos anos setenta em La Paloma, "uma cooperativa brasileira, formada pelos brasileiro. Justamente quem plantava, colhia e vendia eram os brasileiro. Que paraguaio não vende, não compra e não planta. Comprar, comprar com que?". O tom das entrevistas chegava a se tornar agressivo, diante das recentes ocupações de terras de brasileiros por sem-terra paraguaios, com afirmativas como "sim, agora eles pegaram aquelas terras destocadas dos brasileiros, pegaram aquelas fazendas todas formadas, agora eles já são tudo gente lá. Mas primeiro eles eram uns cachorrinhos que tavam lá(..)verdade, eles só plantavam 350 pés de mandioca, prá comer um pé por dia.". Nestas ocasiões, membros do grupo familiar se desentendiam, alguns, principalmente as mulheres, defendendo a honra dos paraguaios e demonstrando que, em nome da boa convivência com autoridades e comerciantes ricos, os brasileiros sabiam ser agradáveis e solícitos.

Os campesinos paraguaios não parecem mais dispostos a aceitar o predomínio brasileiro em uma das faixas de terra mais férteis de seu país. Embora à nível sindical e acadêmico os conflitos interétnicos sejam um assunto tabu, os embates entre os dois setores vem ocorrendo desde o início da ocupação brasileira, e estão recrudesendo diariamente. Apenas no ano de 1990, ocorreram 51 casos de despejos violentos e 800 prisões em situações de conflito de terra (CDE, 1990).

A população de campesinos sin tierra já chega a 130.000 pessoas, conforme censo realizado pelo Ministério do Interior, cifra combatida pelas organizações camponesas. No "Foro de campesinos sobre la problemática rural", realizado em maio de 1990, anunciou-se que os "sin tierra" eram em número de 350.000 pessoas, ou 67.000 famílias. Fogel (1990) calculou para 1989 um número de 184.000 famílias sem terra, mais de um milhão de pessoas. Sómente nos Departamentos Alto Paraná, Canindeyu e Amambay, seria 66.658 o número de famílias sem terra, sem incluir a população brasileira de arrendatários, os que tem parcelas familiares hipotecadas e os envolvidos em conflitos coletivos. Prevê-se um acirramento das tensões sociais para a região nos próximos anos.

7.3. OS "MAIS DE DENTRO" E OS "DA DIVISA", A INTERSECÇÃO DE REDES DE MERCADO E DE SOCIABILIDADE NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA

As afirmativas apresentadas nos documentos produzidos pelos chamados brasiguaios, embora nunca desmentidas ou negadas, podem ser relativizadas a partir dos depoimentos daqueles assentados no PA Novo Horizonte. O tempo e a distância permitiram que se relativizasse inclusive a própria homogeneidade da expressão brasiguaios. Como já pudemos observar, internamente diferenciam-se pela naturalidade e pela tradição anterior na relação com a terra, que estabelece uma diferenciação econômica: pequenos proprietários, arrendatários, assalariados ou posseiros.

Distinguem-se, ainda, pelo grau de penetração geográfica em território paraguaio, onde os "mais de dentro" seriam aqueles que viviam próximos aos distritos paraguaios do Departamento Canindeyu, e os "da divisa", ou "da Internacional", os que residiam próximos á fronteira seca do dito Departamento com o Estado do Mato Grosso do Sul. Esta distinção terá como consequência o grau de consciência de estarem vivendo em um outro país, conforme o convívio maior ou menor com a população e as instituições paraguaias. Em menor número entre os casos pesquisados, mas também com menor representatividade nos chamados grupos, registramos a situação daqueles camponeses brasileiros que residiam e trabalhavam, seja como proprietários ou como arrendatários, nas localidades de Guadalupe e Nueva Adela, próximas ao rio Paraná, limítrofes desta forma com o Estado do

Paraná(Município de Oliveira Castro), onde faziam compras, mas não vendiam a produção, pelo controle aduaneiro.

Os pequenos proprietários, com certeza, tinham uma idéia clara de estarem se transferindo para o Paraguai, enquanto Estado-Nação distinto. Em grande parte, eram atraídos pelas propagandas de companhias colonizadoras que agiam no oeste do Paraná. Os corretores dessas companhias tinham o cuidado de divulgar as facilidades então oferecidas pelo governo paraguaio (isenção de impostos e crédito bancário), e algumas chegavam a alardear a possibilidade das terras virem a se converter em brasileiras, conforme relata um membro de uma família catarinense que vivia em Palotina(PR), até final dos anos sessenta:

"Então se fazia uma propaganda, inclusive se usava até as rádios locais. Propaganda de terras no Paraguai, terras férteis. E os corretores usavam uma tática. lembro até hoje, diziam que lá ia ser Brasil. Bem naquela época coincidiu com a construção de Itaipu. Diziam que o Paraguai não tinha dinheiro pra pagar a usina pro Brasil, que ia ceder em terra, que essa região onde as firmas estavam vendendo as terras ia pertencer.. ia entrar no negócio da Itaipu. Então isso era uma tática que eles usavam prá animar o povão a morar nesse...no Paraguai."

Entre os arrendatários temos aqueles que trabalhavam em imóveis de grandes e médios proprietários brasileiros, situados próximos da rodovia MS-165, mais conhecida como "Internacional", ou "divisa". Para estes, as redes de mercado e de sociabilidade eram efetivadas com os municípios sul-matogrossenses de Japorã, Paranhos ou Mundo Novo.

Designações como estrangeiro ou imigrante não faziam parte de seu cotidiano, onde o Paraguai era antes um nome do que uma realidade de fato.

Questionado, um ex-arrendatário da região se representava como "livre", ou seja, sem controle pelas autoridades paraguaias:

"Eu não era estrangeiro lá porque a gente não usava tanto o Paraguai para negociar, pra vender. Sempre era livre. Morava perto da Internacional, então não dependia de fazer tanto documento. Eu era brasileiro, porque, afinal de contas, era brasileiro."

Este mesmo informante é um dos que, como seus vizinhos, nos permitiu registrar de que forma as diferentes inserções naquele país não impediram que elaborassem um discurso ideal, para fins político-reivindicativos, homogeneizador dos componentes da atribuição brasiguaios:

"Sabia que tava no Paraguai, não era Brasil. Mas sobre o paraguaio amolar a gente, ali eles não mexiam com a gente. Então a gente fez uma onda que o paraguaio ali, e coisa, pra gente ganhar a terra. Não dizer que o paraguaio não batia, que de fato batia (...) Ali nós acompanhava os outros que tava apanhando também, nós entremo na mesma."

No caso dos arrendatários da Fazenda Santa Rosa, além dos 15% pagos ao fazendeiro, pagavam 5% aos comissários paraguaios para escoar a produção. Esta era "tirada para o Brasil", e vendida em Japorã, Mundo Novo e Iguatemi. Nestes municípios haviam armazens determinados que recebiam mercadorias provenientes do Paraguai e financiavam as lavouras com sementes e insumos. A compra da produção era feita abaixo do preço, e ainda havia o risco de perder tudo

para a fiscalização da Policia Federal brasileira. A produção rompia as barreiras alfandegárias, ou não, de acordo com as necessidades e com o preço pago pelos produtos por cerealistas de Brasil e Paraguai.

"Nem todos compravam mercadoria no Paraguai, e o preço no Brasil se naquela época valesse 5 mil cruzeiros um saco de milho, que era a lavoura que a gente mais plantava no Paraguai, se no Brasil valia 5 mil cruzeiros, o que nós trazia do Paraguai nós vendia por uma média de 4 mil cruzeiros. Tinha mil cruzeiros de diferença, comprava mais barato. As inseticida que se usava era tudo do Brasil, a semente a gente levava pra lá, levava muito mais caro que o preço que valia lá dentro e quando colhia vendia mais barato (..)Então na época de colheita era muito difícil de tirar a lavoura também, porque a Policia Federal ficava na Internacional, cercando as viaturas que transportavam e, quando eles pegavam um caminhão de mercadoria, eles tomavam o caminhão, o cara perdia a mercadoria, o dono do caminhão perdia o caminhão (..)a policia prendia o cara, processava."

O caso dos arrendatários da Fazenda Santa Rosa é exemplar de um tipo de situação vivida pelos chamados brasiguaios no Paraguai. Arregimentadas no Paraná, estas famílias tinham sua mão de obra utilizada no desmate e preparo do solo em imóveis de propriedade de brasileiros, destinados à pecuária. Por se tratar de imóveis próximos à rodovia "Internacional", contígua à fronteira seca entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Departamento Canindeyu, comercializavam a sua produção, adquiriam mercadorias e desenvolviam atividades sociais, educativas, políticas e religiosas em território brasileiro, nos municípios sul-matogrossenses próximos. Havia um contato mínimo com a

população paraguaia, com exceção de alguns comissários. Muitas famílias viveram períodos curtos, o tempo de um contrato de arrendamento(3 anos), no Paraguai. Os conflitos mais acentuados não eram os de terra ou de documentos, mas aqueles na esfera da comercialização, devido a ingerências de elementos da burocracia juridico-militar brasileira e paraguaia, evidenciando desta forma que a idéia de "nação" parece ser levada em conta apenas por esta mesma burocracia.

Na sede da Fazenda Paulistinha, na fronteira com o Brasil, a policia paraguaia tem um posto. Conforme narrativa de um parceleiro que era empregado no imóvel, as relações com os "policia" eram muito boas, sem nenhum tipo de atrito. Ao que faz parecer os demais depoimentos, a presença dos comissários paraguaios nesta região pouco se faz sentir. No caso do empregado da Paulistinha, a vizinhança física foi coincidente com o estabelecimento de relações clientelísticas (entre seu "patrão, através dele, e os policiais) ,lhe permitindo afirmar facilidades de relacionamento, desde que "não se errasse com eles":

"Paraguai eu não vou dizer que sofri no Paraguai, de jeito nenhum. Morei dez anos numa fazenda, nunca levei uma resposta dum paraguaio, duma autoridade, de jeito nenhum. Toda vida eles vieram dentro da nossa casa e tratavam a gente muito bem.(...)Eles só frequentava em casa, era sábado, domingo, quando chegava a mulher dum comissário, eles iam tudo lá prá casa, lá a gente tinha que dar comida prá eles(..). Fazia um churrasquinho. Se dava bem, graças a Deus, não tenho queixa deles, de jeito nenhum. Sai de lá e não tenho o que queixar do Paraguai.

de jeito nenhum. Agora, se errou com eles, aí o pau pega mesmo."

Quando se referem aos conflitos, estes moradores "da divisa" tendem a repetir alguns lugares-comuns escutados principalmente durante o acampamento, narrados por indivíduos que haviam realmente passado por situações de constrangimento físico e moral diante de autoridades paraguaias. Uma das afirmações critica o senso de justiça vigente naquele país, uma vez que, em caso de litígio entre dois indivíduos, "lá quem ganha a lei é quem vai primeiro", ou seja, o que procura primeiro a polícia teria a razão. No caso de litígios envolvendo brasileiros, "se for paraguaio, todas questão é deles, nem que esteja errado". No caso do empregado da Fazenda Paulistinha, no entanto, são feitas referências à favorecimentos dados a proprietários de terra, em conflitos envolvendo seus empregados, o que lhe permite concluir que "o patrão sempre ganha, la plata... no Paraguai só não tem lei pros grande, pros pequeno tem!".

Os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros "mais de dentro" são os que narram como experiências próprias conflitos com as autoridades locais, relativos a taxas e documentos, e ao considerado excessivo rigor no cumprimento da lei, além de problemas com os intermediários paraguaios, o que teria dificultado sobremaneira a permanência no país.

"Mas lá é severo! Se o cabra fizer qualquer malandragem lá, lá eles tem lei! Lá é severo! Lá é boca quente! (..)Então os brasileiro sabia, então trabalhava de acordo."

O fato de "trabalhar de acordo", ou seja, possuir todos os documentos necessários, não diminui a tensão. A cidadania adquirida através deles era dúbia, mais cobrava do que oferecia, e não dava segurança aos brasileiros. O título de eleitor, por exemplo, antes que forma de escolher representantes legais, configurava uma obrigação em votar no partido governista.

Na questão dos documentos, mais de uma vez são feitas comparações com o Brasil, onde se percebe a dificuldade no entendimento do Paraguai como um país estrangeiro, onde a condição jurídica dos brasileiros era totalmente diferente da dos paraguaios e, no caso, daquela existente no Brasil, como se nota no seguinte relato, de um antigo arrendatário de Guadalupe:

"Tinha documentos..ali é muito complicado, porque se tem que andar até parado com documentos, que Deus ô livre! É bicicleta. é carrinho. Se eu saio assim na estrada, sem documentos, eles pega e toma. Ali cada mês, dois mês, é trocada a chefia, e cada novato que chega, chega com aquela complicação. É dinheiro. É dinheiro. Enquanto você não acostumar com aquele policial..Não tem costume, porque quando cê tá acostumando eles trocam, né. Então aí arde a bolsa. Se fica só um policial, igual aqui no Brasil, que fica ali um tempo, né, cê pega naquela amizade e tal. Mas lá não, é trocado.É dinheiro. Então, ali não tem costume."

Outra brasileira, que foi arrendatária em La Paloma, ressentia-se principalmente com as condições de comercialização de sua produção, na relação com os cerealistas paraguaios:

"A gente prantava e, cuia, que lá dá lavoura. Mas só que quando a gente ia vender, não tinha preço. Porque nós conhecia cruzeiro, e eles lá era guarani. Aí eles ia cambiar, cambiava e sempre roubava da gente. Nós vendia na Paloma mesmo, pros paraguaio, porque não podia, nós não podia atravessar a fronteira com as mercadoria. A gente fazia nossa lavoura, financiava tudo com os paraguaios."

Conforme a localização geográfica, os chamados brasiguaios realizavam seus negócios e desenvolviam relações sociais e de trabalho com comerciantes, bancos, igrejas e escolas situadas em território brasileiro; ou com comerciantes, bancos, igrejas e escolas situadas dentro do próprio Paraguai. No primeiro caso, temos que a situação de mercado relativiza completamente a fronteira internacional. No segundo caso, a existência desta mesma fronteira se traduz na necessidade de utilização de documentos de identificação paraguaios, e de utilização da língua e da moeda (Guaraní) paraguaia para a efetivação de transações com os comerciantes daquele país. Em ambas as situações, estes comerciantes surgem como financiadores do plantio, através do adiantamento de sementes e insumos, a serem pagos após a colheita, na maior parte dos casos registrados, em produtos.

7.4. A CONDIÇÃO DE ESTRANGEIROS

A designação brasiguaios está intrinsecamente ligada a pelo menos três categorias de atribuição: estrangeiros, brasileiros e imigrantes. A imposição da condição de

estrangeiros aos pequenos produtores agrícolas que penetram em território paraguaio para cultivar soja, algodão, hortelã e outras lavouras comerciais, notadamente a partir dos anos setenta, produzirá a consciência de ser brasileiro e a concretização, para segmentos dos mesmos, da condição jurídica de imigrantes. As contradições decorrentes da situação de se definirem, e serem definidos, pelas três atribuições, permitiram o surgimento de uma quarta, que assimilava elementos mas também marcava diferença com as mesmas, qual seja, brasiguaios(32).

Acreditamos que a condição de estrangeiros configura-se como naturalmente imposta aos camponeses brasileiros que penetram em território paraguaio. Autoridades ligadas à burocracia jurídico-militar daquele país imediatamente lhes fazem ver as implicações de política internacional de seu deslocamento.

Trata-se de figura jurídica, existente em oposição ao nacional, também definido por lei. Ser estrangeiro remete à liminaridade, ao estágio intermediário entre o abandono da condição de nacional no país de origem e a sua substituição pela condição de turista ou imigrante. A "Ley no 470 de Migraciones", que criou também a "Dirección General de Migraciones" foi assinada em novembro de 1974, exatamente no período de maior afluxo de pequenos produtores agrícolas brasileiros ao Paraguai. Institucionaliza-se, com ela, uma longa e tensa relação entre o Estado paraguaio e estes camponeses, marcados por diferenciações internas quanto às

intenções de permanência, e que tem de haver-se com funcionários e políticos denunciados como corruptos e violentos, em plena vigência do governo ditatorial do General de Exército Alfredo Stroessner.

Os camponeses com maior contato com a população paraguaia distinguem-se internamente entre aqueles que se configuram como maioria ou minoria étnica. Para os primeiros, a noção operacional é imigrante, relacionada ao documento que lhes era exigido, o "carnet de inmigrante":

"Eu tinha a documentação toda lá. Mas eu nunca senti estrangeiro. A vontade mesmo era ser brasileiro. (...) Eu não sentia como naturalizado, eu sentia como imigrante, porque a minha vontade sempre era de vir embora (...) Porque se eu entro lá eu sou imigrante. Lá tem que ser imigrante. Justamente porque você tem a carteira de imigração. Então a gente era imigrante."

As dificuldades em relação principalmente à documentação, narradas por um arrendatário que viveu três anos em Guadalupe, se tornam mais contundentes na comparação constante entre as regras da administração paraguaia para estrangeiros e aquelas referentes à cidadãos brasileiros em seu próprio país:

"Que dentro do Paraguai é bom. É bom. Mas tem uma dificuldade com os paraguaios. Cê vai passar num posto daqueles eles enche muito a paciência da gente, muito mesmo. Qualquer documento não vale nada. Quando é com um pouco, um mês e pouco, aquele documento que cê tirou já venceu. Aquele tava frio, cê teve que fazer outro. Você vai viajar mais pra frente. Lá pra frente eles falam: esse documento aqui não serve pra você viajar daqui pra frente. Feito por eles. Então...isso aqui não me serve. Não é igual aqui dentro do Brasil, que você faz um

documento cê vira o Brasil inteiro. (...)O homem dentro do Paraguai tem que saber andar porque não é fácil, não."

No relato de um pequeno proprietário que viveu treze anos na localidade Yjhoví, distrito de Corpus Cristi, onde sua família foi no início uma minoria étnica entre a população paraguaia, a categoria estrangeiro é utilizada para demonstrar a situação de insegurança na qual viviam:

"Eu falei prá ele: só que tem aí o quartel, a turma tão falando que essa área de terra vai ser deles, e nós temo assustado. Nós semo estrangeiro, nós entremo aqui, nós não temo título, nada, apenas esse contrato! (...) que até numa hora eu tava meio de acordo de combinar, porque eu não queria encrenca, eu tinha medo de gente estranho, pois nós era tudo estrangeiro."

Para além destes problemas com a legalização das terras, para o grupo familiar, isolado de outras famílias brasileiras, a insegurança e o estranhamento fizeram parte do cotidiano. As relações face-a-face com a população paraguaia deram um novo sentido à categoria estrangeiro, dada ao próprio Paraguai:

"O Paraguai, onde nós fomos morar, né, um outro costume, uma língua, chama guarani, você não entendia o que eles falavam, de repente tavam rindo da sua cara e você sem nada entender, você sabia que tavam rindo de você. Então aquilo trás uma certa insegurança, né, você tá morando num país estrangeiro, e sempre alguns fatos acontecendo, brasileiro sempre levando a pior."

A condição de estrangeiros suscita, desta forma, o reforço de uma certa "consciência nacional". Independentemente dos locais de origem no Brasil ou das ascendências européias distintas, os camponeses passam a

definir-se e a serem definidos como brasileiros. O surgimento da consciência nacional é acelerado artificialmente pelo deslocamento de um Estado-Nação para outro. Seu caráter é contrastivo, em relação á população paraguaia. Para aqueles descendentes de italianos, alemães e poloneses, é preciso superar o significado de brasileiro no seu cotidiano anterior, quando chamavam assim os indivíduos sem ascendência européia, possuindo forte sentido pejorativo. (Cf. SEYFERTH, 1992:88)

O ser brasileiro uniformiza aquela população diversa e heterogênea. Registramos em literatura paraguaia sobre a região e no discurso de autoridades daquele país uma tradução de brasileiro como "trabalhador"; mas para muitos dos camponeses entrevistados no PANH, e expressão podia ser antes de desvalorização, uma vez que o brasileiro era, nas relações locais com autoridades paraguaias, objeto de extorsões, prisões ilegais e outras perseguições. Se acontece com um brasileiro, pode acontecer com todos, conforme narra um dos integrantes da família proveniente de Yjhovi:

"Apesar de não ser com a gente mesmo, aquilo dava insegurança, né. Você tá morando num país estrangeiro, porque o mesmo acontecendo com um pode acontecer com você mesmo. (...) Os comissários, os comandantes de quartel lá da fronteira, então eles pegavam e rolavam, né, prendia prá ganhar dinheiro prá soltar. Foi na época da ditadura do Stroessner e então fazia com que trazia muita insegurança para os brasileiros."

Diante desta situação de fato, o Paraguai é representado como local onde se estaria acumulando riquezas suficientes para o retorno ao Brasil em condições de comprar boas terras no Paraná ou no Mato Grosso e Rondônia.

"O brasileiro, naquela época, que não sei como tá hoje, morava no Paraguai assim, pensando de um dia voltar pro Brasil, mas não de voltar de qualquer jeito pro Brasil, sabendo que no Brasil também a situação não era lá grande coisa. Mas o sonho maior era de um dia voltar pro Brasil. E dando tempo ao tempo, até ver que as coisas melhoram.(...)A maioria dos brasileiro que tá lá hoje, né, que moram lá, acho que não mudou muito, moram lá mas a ligação deles é junto com o Brasil, até a televisão lá, a televisão brasileira tá lá, né, na fronteira ali, o rádio, tudo sintonizado no Brasil."

Contribuiria sobremaneira para a manutenção de fortes laços com o Brasil, a entrada quase exclusiva das ondas de rádio e de televisão brasileiras nas residências de Canindeyu. Estar em dia com as notícias brasileiras, "sintonizado no Brasil", de alguma forma reafirma a nacionalidade, a intersecção cultural sobre a fronteira internacional, contribuindo para que não consideremos a situação dos brasileiros no Paraguai como de "imigrantes" ou "migrantes" internacionais. Estamos tratando de pessoas que são classificadas diferenciadamente conforme seu pertencimento a um ou outro país, e que lidam no seu cotidiano com estratégias de manipulação destas classificações na forma que lhes parecerá mais produtiva em determinadas conjunturas.

O registro dos filhos, conforme as narrativas, mantém essa lógica. Todos os grupos familiares entrevistados com filhos que nasceram em território paraguaio afirmaram que as crianças foram registradas no Brasil, nos municípios limítrofes do Estado do Mato Grosso do Sul. Depoimentos de funcionários do cartório de registro civil do município de Ivinhema, onde se encontra localizado o PANH, se referem no entanto a um afluxo constante de parceleiros que buscam registrar seus filhos, das mais diversas idades, muitos inclusive maiores de 18 anos, como brasileiros. Nestes casos, havia a possibilidade de que, em território paraguaio, apenas o chefe de família procurasse andar com documentos paraguaios. Às mulheres não era exigida documentação, quando em trânsito, mesmo de ingresso no país. Os filhos menores pouco precisavam sair das áreas de residência do grupo familiar.

Muitas famílias, no entanto, se referem ao fato de seus filhos terem estudado em escolas paraguaias, onde alguma documentação é exigida, seja ela brasileira ou paraguaia. O registro dos filhos nos dois países também foi identificado, numa prática que reafirma estratégias múltiplas de manutenção das condições consideradas ideais de sobrevivência naquela região de fronteira.

Da mesma forma pode ser colocada a inserção dos camponeses brasileiros no sistema político-partidário paraguaio. Já vimos como para aqueles "mais de dentro" o padrão tradicional de relação política se traduzia no

estabelecimento de relações clientelísticas com representantes locais do Partido Colorado(33). Hay(1982), baseado em dados de campo obtidos na localidade Katuetê, Departamento Canindeyu, considerou baixo o grau de conflitos inter-étnicos entre os grupos por ele identificados: euro-brasileiros, brasileiros-nativos e paraguaios. O motivo desta convivência entre eles seria a "lei do Mbaraté" (força, em guaraní), ou lei do mais forte, que Hay define como a forma corporal existente na estrutura hierárquica do Partido Colorado, uma forte organização burocrática à nível local, regional e nacional. A hierarquia permite a seleção e a distribuição do poder. A "mbaraté" aparece como uma única forma de mediação em situações de conflito e é a maior força do poder instituído, que permite a violência e o abuso de autoridade local.

Este padrão de relação faria com que os brasileiros aceitassem participar de manifestações políticas do Partido Colorado, usando as vestimentas apropriadas (lenço vermelho) e votando em seus candidatos. Alguns se sentiam mesmo coagidos a aceitar cargos naquela hierarquia, o que, antes de lhes fornecer alguma vantagem política, os mantinha sob absoluto controle, conforme os depoimentos abaixo, o primeiro de um proprietário de terras em Puente Kyjha, e o segundo de Yjhoví:

"Eu votei muitas vezes. Lá tem dois partidos só, Liberal e Colorado. Cê tinha que votar no Colorado. É lei obrigatória lá. Votava prá presidente. Presidente lá do Paraguai, o

Astrone. Votava nele. Se não votasse nele e ele soubesse. Deus ô livre! Eles expulsavam a gente. Tinha que votar no Astrone, o Colorado, o Partido Colorado."

"Até que apareceu um lá e me obrigou a pegar uma carta de comissário, prá ajudar ele. Aí eu peguei, porque, sabe, eu tava morando lá, muito conhecido, eu tinha bastante cotação. Eu ajudei um pouco ele, lá, um pouco meio na marra, mas foi (...) Então nos falava que era Colorado também! (...) Botava lencinho vermelho no pescoço e ia votar. Tem até o título aí"

CAPÍTULO VIII - "FORMAR A LUTA" OU SIMPLEMENTE "IR PROS BARRACOS", AS DIFERENTES INSERÇÕES NA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

O momento de mobilização por terras no Brasil através da organização de um acampamento, no município de Mundo Novo(MS), é percebido e valorizado diferencialmente pelas chamadas lideranças do movimento e demais membros de seu grupo familiar, e também pelos outros parceleiros entrevistados, que não participaram diretamente da comissão de negociação.

Os quase sete anos que se passaram não parecem ter sido suficientes para que estas lideranças, do mesmo modo que os outros entrevistados, falem abertamente sobre os primeiros contatos com entidades sindicais e confessionais que lhes teriam apoiado. Nomes quase nunca são citados, com exceção de referências amplas à "Pastoral" e ao nome de um político regional, então deputado estadual pelo PMDB. Este teria agido como mediador para os sem-terra que ocuparam a Gleba Santa Idalina em 1984, entre os quais representantes de famílias de brasileiros residentes no Paraguai, e, mais tarde, aceitou o convite para conhecer de perto a situação destas famílias, percorrendo a região de Canindeyu. Note-se que a referência é feita à pessoa, e não ao seu partido político. Nas eleições de 1990, quando diversos candidatos, apoiados por diretórios partidários regionais, percorreram o PANH com potentes carros de som e ampla distribuição de "brindes" e de "santinhos", o mais votado foi justamente este político citado, cuja campanha foi realizada com

recursos escassos e apoiada por um partido pequeno, ligado ao governo federal, o PTR.

Percebe-se, em relação à mediação, que os laços de afinidade são individualizados. O porta voz do movimento é o deputado ou a entidade confessional. Parecendo consistir em etapa necessária para que o grupo alcance existência coletiva, a mediação se dá por delegação, ou seja, políticos e entidades confessionais funcionam como porta-voz do movimento.

Para Bourdieu(1990) delegação é o ato pelo qual um grupo concede um mandato a um indivíduo. Em se tratando do que chama de grupos dominados, como acreditamos ser o caso dos chamados brasiguaios, "o ato de simbolização pelo qual se constitui o porta voz, a constituição do 'movimento', é contemporâneo à constituição do grupo; o signo faz a coisa significada, o significante identifica-se à coisa significada, que não existiria sem ele, que se reduz a ele" (BOURDIEU, 1990: 192). O que o autor chama de significante, é o indivíduo ou a entidade que, ao representar o grupo significado, declara que ele existe, mobilizando-o. Saindo de uma existência serial, de indivíduos separados e isolados, o grupo precisaria passar pelo porta-voz para chegar a uma existência coletiva.

Quando da realização do trabalho de campo, percebi que haviam divisões internas entre as lideranças, a partir de disputas pela presidência da Associação dos Trabalhadores Rurais, e concretizadas por inserções diferenciadas dos

mesmos em relações clientelísticas com estruturas políticas locais. Ao contrário da expectativa de entidades confessionais e sindicais que apoiaram "a luta" dos chamados brasiguaios, nenhuma liderança ainda atuante apoiou o candidato do Partido dos Trabalhadores, ou mesmo de algum outro partido considerado "de esquerda". A consciência política que se traduziu na reivindicação de direitos de cidadania não levou a uma ruptura com o padrão clientelístico de relação.

Esta situação relativiza algumas análises que acreditam que o campesinato, através de processos de educação política gradativa, da própria "migração", e de lutas vitoriosas pelo acesso à terra, se libertaria de vínculos tradicionais de sujeição e apadrinhamentos. Ocorre hoje no contexto da Gleba Novo Horizonte, uma certa reversão no padrão de relação política que fora predominante no período inicial de luta pela terra. Reversão que ocorreu dentro da mesma geração, em que os mesmos líderes oposicionistas se colocam agora numa posição de situação, ditada pelos poderes locais, e produto de uma relação política bastante recente. Isso não significa que tenham sido retomados os padrões tradicionais de relação política - seja com estruturas regionais sul-matogrossenses e/ou paranaenses, seja com aquelas do Partido Colorado - mas sim a reedição de alguns elementos que compõe este padrão. Senti no decorrer da pesquisa uma tensão entre o presente e o passado, quando todas as lideranças professaram simpatias

ao PT, registrando-se inclusive várias filiações. Pode-se dizer que esta tensão, traduzida em disputas internas entre as próprias lideranças e entre estas e os representantes locais de entidades confessionais, perpassou toda a pesquisa, com certeza tendo influenciado nas versões sobre a organização do acampamento e os primeiros anos no PANH.

As chamadas lideranças do acampamento de Mundo Novo são em número de 22, uma vez que cada grupo elegeu dois representantes. As lideranças, mais um representante das comissões de saúde, alimentação e animação, formavam a Comissão Central. Conforme relação da época, distribuída entre os acampados, esta era assim constituída:

Quadro 16 - Comissão Central do acampamento de Mundo Novo

GRUPO	LIDERANÇA
1 . ALVORADA -	Antônio Cândido Rodrigues Valdir Cristiane
2 . SANTA CLARA -	Florindo Pedro Eugênio Leonardo Monteiro
3 . CARAPÁ -	Dorival Alves Martins Clemente Rodrigues
4 . SANTA ROSA -	José Vieira de Souza Edson Alves dos Santos
5 . GUADALUPE -	Olindo Ulkoski Acemar Vieira
6 . MARACAJÚ -	Brás de Freitas José Joaquim de Paula
7 . GUAVIRÁ -	Omiro Teles José Lima Martins
8 . FIGUEIRA -	Eurico Fernandes José Yamachita
9 . PONTE QUIRRÁ -	Valdomiro Ferreira de Moura José Teixeira Miguel Filho
10. CANENDEDIÚ -	Damasiano Cerrano Adelino
11. CORPUS CRISTI -	José Leal Antônio Salazar
SAÚDE- Fátima; ANIMADORES-Valdevino; ALIMENTAÇÃO- Orlando Quirino	

FONTE: Listagem cedida por uma liderança, de junho de 1985.

Haviam lideranças e grupos de localidades "da divisa" e de localidades "mais de dentro". Pelo menos três destas lideranças já haviam participado de mobilizações anteriores de retorno ao Brasil. Coincidentemente, todas saídas de áreas limítrofes à linha demarcatória internacional. Esta proximidade, como já vimos, levava a uma relação com cerealistas, comerciantes, políticos e religiosos de municípios sul-matogrossenses às margens da rodovia "Internacional", como Japorã, Sete Quedas, Paranhos, Iguatemi e Mundo Novo. É nestes municípios que muitos brasileiros residentes no Paraguai vão ter contato com trabalhadores locais, que se organizavam, no início dos anos 80, para pressionar o Governo Estadual, objetivando seu assentamento.

O sul do Estado do Mato Grosso do Sul vinha sendo então palco de conflitos entre grandes proprietários de terra e posseiros, arrendatários e bóias-frias. A pecuária e a soja, que necessitam dos arrendatários para a limpeza e preparo do solo, prescindem dos mesmos após estas atividades terem sido concluídas. O mesmo processo vai atingir os chamados bóias-frias. Famílias de posseiros também passam a ser expulsas sistematicamente no mesmo período, notadamente nos municípios de Bodoquena e Taquarussú.

Em 1979, 250 arrendatários dos Imóveis Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, localizados em Naviraí (MS), entraram na justiça contra o proprietário, Domingos Medeiros,

pecuarista de Presidente Prudente(SP). Pressionado pela desapropriação do imóvel, o INCRA sugeriu a transferência dos então arrendatários para projetos de colonização na Amazônia, estratégia de resolução de conflitos agrários adotada então. A administração militar dos conflitos privilegiava as regiões de fronteira agrícola como válvula de escape para as tensões sociais nas zonas críticas de conflito.

Em 1981 ocorreu a ocupação, por cerca de 450 famílias, da Fazenda Baunilha, em Itaquirai, também conhecida como Fazenda Bule. Além de ex-arrendatários e bóias-frias da região, fizeram parte desta mobilização famílias de pequenos produtores rurais brasileiros provenientes do Paraguai(Cf. ESP,29/05/81). Estas famílias foram retiradas do imóvel e alojadas provisoriamente, por mais de ano, às margens da Rodovia MS-141, que liga o Mato Grosso do Sul ao Paraná.

Em junho de 1982 a Defesa Civil transferiu as 62 famílias que permaneceram mobilizadas para o Projeto de Assentamento Rápido Água Limpa, do INCRA, localizado em Cassilândia(MS), cujas terras precisavam de correção e mecanização para se tornar agriculturáveis. Ainda em 1982 foram transferidas para Colider(MT), na Amazônia Legal, onde se localiza o Projeto Braço Sul(INCRA), às margens da Cuiabá-Santarém, cujas terras também foram descritas como de péssima qualidade. Os trabalhadores se dirigiram para garimpos, e muitos contraíram malária. A retirada dos

camponeses de Cassilândia foi considerada, conforme denúncias da época, uma estratégia fraudulenta do INCRA para entregar 83 cartas de anuência a fazendeiros, inclusive de outros Estados, distribuindo entre eles 38.000 hectares na região (Cf. ESP,18/07/82).

Embora sem referência em documentos dos órgãos fundiários consultados, uma outra mobilização, ocorrida em 1982, é lembrada por uma liderança: a ocupação de uma área em Eldorado(MS) por famílias provenientes de arrendatamentos em imóveis localizados no Paraguai, entre os quais a Fazenda Santa Rosa, na fronteira seca com o Mato Grosso do Sul. Estariam hoje assentadas em Guarantã do Norte(MT). Coincidente com esta versão, a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso, assim se referiu ao município: "Nascido pelas mãos do Estado, através da colonização oficial, Guarantã, município recém emancipado, começou sua história com o assentamento dos 'brasiguaios' - colonos brasileiros residentes no Paraguai."(CPT/MT, 1987:14). Há uma possibilidade destas famílias serem as mesmas da ocupação da Fazenda Baunilha, pois o Projeto Braço Sul, conforme informações oficiais, ficaria a apenas 30 quilômetros da então localidade de "Guarantã", onde os assentados faziam suas compras.

Em agosto de 1983, foi encaminhado à Secretaria da Justiça do Estado um abaixo-assinado contendo 831 assinaturas, de trabalhadores rurais de Paranhos(MS), objetivando a redistribuição das terras no então distrito de

Amambai. O INCRA cadastrou na época 612 famílias, "360 trabalhando em território brasileiro, e 252 em território paraguaio." (MEAF/INCRA, 1984(a):42).

A nível regional, o PMDB vencera as eleições para o governo estadual em 1983, procedido por campanha na qual prometia a resolução dos problemas agrários. Confiantes, os diversos grupos de trabalhadores então envolvidos em situações de conflito pela posse de terra, teriam se unido para ocupar um mesmo imóvel, a Gleba Santa Idalina, localizado em Ivinhema (MS). (Cf. CORTEZ, 1986:IV)

Os então arrendatários ou posseiros em imóveis rurais situados em território paraguaio, próximos à fronteira seca, tomaram conhecimento desta grande mobilização e fizeram os contatos necessários para participar da mesma. No dia 29 de abril de 1984, cerca de mil trabalhadores saíram de 14 municípios localizados no sul do Estado, em cima de caminhões, e se dirigiram para Ivinhema, provenientes de Mundo Novo (então área de segurança nacional), Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Bataiaporã e Taquarussú. A área ocupada era parte da gleba onde hoje se encontra o PANH, de propriedade da Sociedade de Melhoramentos e Colonização-SOMECO (companhia colonizadora que deu origem ao município de Ivinhema, no ano de 1961). Este tipo de mobilização ampla, abrangendo enorme extensão territorial e convergindo para uma mesma área, revela elementos de ação organizada que

permitem classificar as diversas situações de conflito como não propriamente "isoladas", mas articuladas segundo os critérios definidores do que se convencionou chamar de força social. Os diversos grupos (arrendatários, posseiros, bóias-frias, brasileiros provenientes do Paraguai) que ocuparam o imóvel podem ser entendidos como unidades de mobilização, que mesmo não sendo respostas aos conflitos localizados em seus imóveis, "alteram padrões tradicionais de relação política e aumentam seu poder de barganha face ao governo e ao Estado" (WAGNER, 1989:5-6).

Para algumas lideranças, a organização dos brasiguaios se iniciou de fato neste ano de 1984. É a partir do contato com sindicalistas e agentes de pastoral dos municípios de Campo Grande, Dourados, Sete Quedas e Mundo Novo, entre outros da região sul do Estado, que teria sido iniciada a organização de segmento da população de pequenos produtores rurais brasileiros em território paraguaio, e justamente por aqueles camponeses que vinham da experiência em Ivinhema. O acontecimento serviu para que aqueles que retornaram, sem obter terras, divulgassem no Paraguai as novas oportunidades que então pareciam estar sendo oferecidas aos trabalhadores rurais brasileiros. Se o apoio esperado regionalmente, no ano de 1984, pelo governo eleito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não aconteceu, as promessas de reforma agrária da Nova República ampliavam as possibilidades de acesso à terra via pressão popular, conforme se percebe nos seguintes depoimentos, de

duas lideranças que viviam em áreas de arrendamento "na divisa":

"Essa luta dos brasiguaios começou em 1982.(sic) então aquele pessoal se reuniram + então vieram pra Santa Idalina. Na época eles trouxeram 50 caminhão de gente, né.(..) Nós se arrumemo, se organizemo(..)gente de diversos setor. Ai vinha brasiguai, pessoas do Paraguai, e pessoal lá daquelas cidades vizinhas, lá da fronteira, vinha de Mundo Novo, Japorã, Sete Quedas, Paranhos, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, vinha desfilando até chegar aqui, Naviraí, né. Então de cada um setor daqueles os caminhão vinha pegando o pessoal(..) então só veio homem, muita pouquinho mulher, devia ter umas 20,30, mulher, porque foi uma organização que foi feita assim muito rápido, que só veio pra mode de entrar na gleba, pra ocupá a gleba.(..)Com 17 dias foi despejado esse pessoal.(..)Conseguiram arrumar uma terra, lá na Padroeira do Brasil.(..) Outros voltaram novamente pro Paraguai. Então é da onde a gente tornou a juntar com eles. Eu fiquei prá trás, não pude ir junto. Aí fiquei sempre na espera. Na primeira organização de sem-terra que tivesse eu entrava. Aí foi quando surgiu a organização dos brasiguaios, eu entrei novamente junto com eles."

"E dali a gente formemo uma luta. Ai nós viemo.. Primeira vez nós viemo e invadimo aqui a fazenda."

Entre os nomes de pequenos produtores rurais brasileiros provenientes do Paraguai que participaram da ocupação da gleba Santa Idalina, em 1984, destaca-se o do Sr. José Yamashita, que viria a ser eleito, posteriormente, liderança do grupo "Figueira". Relatos de assessores de entidades confessionais e do MST/MS são coincidentes em apontar Yamashita como primeiro camponês brasileiro proveniente do Paraguai a procurá-los, em 1984, no município

de Glória de Dourados(MS), denunciando a situação de segmentos da população brasileira no Paraguai e os convidando para uma visita àquele país. Lamentavelmente, o Sr. José Yamashita faleceu logo nos primeiros anos de assentamento na gleba Novo Horizonte. Vivo, teria sido dos mais preciosos informantes para esta análise. Seu papel na organização dos chamados brasiguaios que retornaram ao Brasil, em 1985 não é esquecido pelos seus companheiros de luta, que o apelidaram carinhosamente de "Ministro da Peleja", conforme a declaração abaixo, feita por uma liderança:

"Seu Yamashita morreu, coitado. Não lucrou quase nada da luta. Essa luta foi formada por ele, ministro da peleja. Ele primeiro foi em Glória, contar, aí a turma foi visitar ele."

No período de mais um ano e dois meses que separa temporalmente a ocupação da Gleba Santa Idalina (abril de 1984) da formação do acampamento de Mundo Novo(junho de 1985), os contatos destes camponeses "da divisa" com o movimento social, no Brasil, foi ininterrupto. Quando da realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba, em janeiro de 1985, uma representação de camponeses brasileiros residentes no Paraguai esteve presente e suas reivindicações por terras no Brasil fazem parte do documento final do evento. Internamente ao território paraguaio, a organização se amplia para aquelas localidades "mais de dentro" do

Departamento Canindeyu. Alguns políticos e também religiosos visitaram clandestinamente a região, e foram traçados planos e cronogramas de reuniões a serem realizadas no município de Mundo Novo, apoiadas pelo MST e pela CPT, de onde foram votados os nomes dos indivíduos que se tornariam as lideranças, encarregados de organizar a população nos seus locais de origem e das negociações com as autoridades, conforme narra um dos escolhidos:

"A idéia surgiu pela Pastoral(...). Esses dias nós fazia reunião em Mundo Novo. Fazia as reunião e nós vinha do Paraguai assistir as reunião. (...). Começou pela Pastoral ...amigos...(...). Lá não tinha condições de viver mais(...). Então vamos fazer uma luta pra ver se a gente ganha uma terra pra trabalhar, pra viver, né. Nós formemo as liderança, então nós fazia esse trabalho, ia organizando, né? A liderança formou em Mundo Novo. Nós vinha do Paraguai e formou em Mundo Novo. Nós fazia reunião em Mundo Novo, então tinha a Pastoral, uns padre amigo que a gente não vai nem dizer o nome, tinha uns amigos junto, fazia reunião, reunião, reunião. (...). Vinha todo mundo do Paraguai, ali vinha gente de toda parte".

Para uma liderança que vivia na localidade de Puente Kyjha, "mais para dentro", o início da mobilização vai se dar a partir da visita de um parlamentar sul-matogrossense, marcando uma diferença com aquelas lideranças da "divisa", que já possuíam vínculos anteriores com o movimento social, no Brasil:

"O movimento da terra. o Sérgio Cruz foi o início desse movimento. O deputado Sérgio Cruz, ele foi passear no Paraguai, e viu a situação do pessoal lá. E então convidou pra que nós viesse no Brasil em Mundo Novo, pra fazer uma reunião. Aí nós viemos uma pá de vezes em Mundo Novo, onde tinha reuniões. A

gente vinha tava o X.[CPT], o X.[MST], o Sérgio."

Nas reuniões realizadas em Mundo Novo, foram votados os nomes das lideranças que iriam a Brasília, juntamente com representante do MST, para serem recebidas em audiência marcada para maio de 1985, pelo então ministro Nelson Ribeiro, do recém criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Esta audiência transformou-se em episódio do "drama social" (TURNER, 1974) que narra a retirada dos chamados brasiguaios do Paraguai, no qual a autoridade fundiária teria dado garantias de que enquanto os camponeses estivessem no Paraguai nada poderia ser feito por eles, mas que a situação seria outra se retornassem ao Brasil, conforme versão de algumas lideranças presentes na reunião:

"Então formou prá nós ir pra Brasília. Fomos apoiados pelos companheiro, dava voto, né, então nós fomos tirados em 12, prá ir prá Brasília. Antes de sair, fazer o acampamento. Aí fomos prá Brasília, tivemos com o Nelson Ribeiro, e ele disse, óia, lá dentro eu não posso fazer nada, quer dizer, que ele não mandou nós sair, mas deu a entender que nós dentro do Brasil ele dava apoio. E foi o que nós fizemos. E vortemos pro Paraguai, já liderança formada, e organizemo o povo."

"Então formamos aquela luta da liderança, aí fomos pra Brasília, conversamos com o Nelson Ribeiro, conversamos como era a situação no Paraguai, e pedimos pra ele se não tinha condições aí ele disse que conforme o nosso esforço, a nossa luta, que tinha condições de sair. Aí nos voltamos outra vez, fomos pro Paraguai, e como liderança tinha que conversar com o pessoal da sua comunidade, né, se topava sair, e todo mundo topou, a gente tornou a voltar a Brasília, aí ele fez

a proposta de se nós saísse do Paraguai, em 6 meses nós tava assentado. Ai a gente topamos."

As lideranças retornam ao Paraguai e, no espaço de um mês, coordenaram as etapas necessárias para a viagem de volta ao Brasil. Contactando família por família, chegaram ao consenso na escolha de um acampamento como forma de luta para obter acesso à terras. Iniciou-se o armazenamento de gêneros alimentícios, a compra de lonas, cordas, machados, martelos, assim como o aluguel de caminhões para a viagem. No começo do mês de junho muitos dos itens necessários para a montagem do acampamento já estavam sendo estocados em casa de conhecidos, em Mundo Novo(34). Algumas famílias, em melhores condições econômicas, alugaram pequenas casas para que as esposas e crianças tivessem maior conforto durante os 6 meses previstos para a duração do acampamento. Esta fase de organização é descrita a seguir por algumas das lideranças:

"E dai nós fomos de casa em casa. Vamos fazer? Vamos! Vamos fazer, assim, assim? Vamos fazer? Vamos! Então se organizemo, e saimo do Paraguai. Saimo de noite, puxemo tudo na Internacional à noite, e fizemos uma luta, né?"

"Voltamos pro Paraguai e fomos fazer as propostas pro pessoal de novo. É alimentação pra quinze dias, que eles arrumassem alimentação prá quinze dias, e lona. Aí todo mundo topou, né. E ai nós saímos, né?"

Toda esta fase da organização, feita através de contatos pessoais com cada família, precisou ser realizada em sigilo e com extremos cuidados, para não chamar a atenção

notadamente das autoridades paraguaias. As informações foram então passadas de boca em boca, "debaixo do teto", segundo narram as lideranças que contavam com o elemento surpresa para evitar uma possível repressão:

"Só que era tudo debaixo, ninguém podia saber nada, né, que os paraguaios não podiam saber desse movimento. Nós fizemo ele tudo debaixo do teto. Com toda família que você conversava tinha que pedir segredo. Deu certo, deu na maior tranquilidade. Cê vê que lá no Paraguai, nem em Mundo Novo, no Brasil, ninguém sabia."

Para aqueles parceleiros não ligados diretamente à organização, o momento de adesão aos grupos é narrado como uma solução circunstancial e oportuna para situações consideradas bastante difíceis. Finais de contratos de arrendamento, exigências de saída de posseiros através de indenizações ínfimas, problemas jurídicos com propriedades já pagas, seja com empresas privadas de colonização ou com órgãos fundiários paraguaios, são apontados como motivos de insatisfação que levaram à opção pela pressão pelo acesso à terra junto à autoridades fundiárias brasileiras.

Para muitas famílias de posseiros, passando por um processo gradativo de expulsão dos imóveis "Mil Alqueires" e "ICONAVE"(35), na localidade Mbaracayu, a incorporação ao "projeto" de retorno organizado ao Brasil veio representar a melhor saída para um momento da sua história de vida onde as indenizações pagas pelos pretensos proprietários não são consideradas suficientes para a compra das terras cada vez mais valorizadas do Paraguai, e muito menos para financiar

viagens de volta para o Paraná, onde muitos ainda tem parentes, ou para o Mato Grosso, onde havia de certo modo uma oferta de terras e trabalhos, conforme narra a esposa de uma liderança que vivia esta situação:

"Fazenda Japonês, falavam, Mil Alqueires, e a outra era a ICONAVE, é uma firma, os patrão são ali de Anastácio, por aí. Era madeireira, dali eles colocaram fazenda de gado. Daí eles indenizaram os pessoal, né, só que a indenização era uma mixaria. Quem saia de lá não podia se colocar mais pro Paraná, nenhum lugar, nem no Mato Grosso dava para colocar, que era pouquinho. Daí surgiu esse projeto ali...a gente aproveitou e veio, né."

Na localidade Alvoradinha, próximo fronteira seca limítrofe com Japorã(MS), o IBR havia iniciado uma colonização no início dos anos 80, e teria oferecido terras a alguns brasileiros residentes em La Paloma e Guadalupe. As condições de compra das áreas de 10, 20 ou 50 alqueires, eram 50% à vista, outros 50% em dois anos. Alguns trabalhadores entrevistados afirmam que não houve recibo pelo pagamento inicial, e quando da prestação restante, um novo funcionário do órgão fundiário responsável pela colonização lhes exigiu novos pagamentos. Quando, em 1985, acreditavam que agora sim pagariam os 50% restantes e quitariam a transação, já havia um novo funcionário, e este lhes avisou simplesmente que não haveria a mínima condição de vender as terras, pois estas já seriam todas propriedades privadas de grandes fazendeiros. É a partir deste momento que os trabalhadores da área vão buscar solucionar o impasse através da reivindicação de terras no Brasil. Conforme a

narrativa abaixo, se percebe que, nestes casos, os camponeses estavam em pleno processo de fixação, ou de expansão, em território paraguaio, e não pensariam em retornar ao Brasil não fora a coincidência entre o comportamento considerado abusivo dos representantes locais do governo e o surgimento da mobilização por terras no Brasil:

"Aí fomos pra linha seca, pra Internacional, lá perto de Japorã, comprar do INCRA paraguaio, que é o IBR. Eles foram lá e ofereceram, entregaram as propostas.(...)Aí compreimo, 50 alqueire. Compreimo , paguemo metade a vista, outra metade com dois anos. Aí mudou o chefe da colonização, do IBR lá, e cobrou tudo de novo. Não, aquilo lá era bandido, rapaz...e não deu nem um recibo. E nós muito bobo nem peguemo. Deu um recibinho lá que quando viram não valia nada. Aí paguemo de novo, a metade. Aí em 85 fomos lá pagar o resto e tirar a escritura e não tinha mais aquele cara, era outro, é já fizeram o mesmo rolo. Falaram: 'não, vocês perderam, rapaz, aquilo lá é terra perdida, é tudo de fazendeiro, tem que sair de lá' . Era uma colonização que nem essa aqui[PANH]. Tinha uns que tinha 10 alqueires, outros tinha 20 outros tinha 50. Só que era uma gleba só. Aí nós perdemo, tomaram de nós. Aí que eu vim pro acampamento."

Um caso semelhante é o de um antigo posseiro que, após 13 anos no Paraguai, conseguiu a quantia suficiente para comprar uma pequena propriedade na localidade Mbaracayu. Tendo dado a entrada, precisou trabalhar mais um período na posse para poder pagar "os documentos", ocorrendo neste interim a venda da mesma área para outro camponês. Mesmo recebendo de volta a quantia inicial, o entrevistado

decepcionou-se com a situação vivida no Paraguai, e decidiu aderir à mobilização que se organizava:

"Ai dizer, eu perdi quase tudo, o sítio lá. Ai peguei aquele dinheiro e resolvi de sair de lá mesmo. Ai surgiu esse movimento dos sem terra lá e aí eu entrei junto, fazendo esforço, entrei junto, fizemos movimento, esse acampamento aí em Mundo Novo e, sabe, deu certo, a gente hoje tá colocado, tem o sitio aí, tá trabalhando bem, a terra regular, não é das boa, mas dá pra trabalhar bem."

Na localidade de Yjhoví, dezenas de famílias de brasileiros haviam comprado terras, no início dos anos 70, de um oficial militar paraguaio, quando estas de fato não lhes pertenciam, e sim às Forças Armadas Paraguias. O litígio perdurou por toda década, desdobrado em sucessivas e infrutíferas reuniões com chefes dos altos escalões militares, na capital do país. A impossibilidade da legalização das terras barrou para estas famílias o acesso à empréstimos bancários. Quando a notícia da formação de um acampamento em Mundo Novo chegou a Yjhoví, os rapazes solteiros ou recém-casados foram os primeiros a se dirigir ao local da mobilização, para eles "uma novidade":

"E aí nós travamos uma luta muito grande, muitas vezes pra Asunción, pra falar com os generais lá, e eles nada de certeza diziam prá nós, só diziam que nós tinha que trabalhar, porque trabalhando trazia mais direito(..)E sempre trabalhando por conta própria, sem nenhuma garantia, nada, plantando, vendendo, e as vezes ganhava uma coisa e no outro ano perdia tudo, era uma mão no estribo, outra no chão(..) Então trazia uma insegurança, fazia com que a gente não se ligasse nas coisas de lá. Até que um dia, né, de repente fiquei sabendo do acampamento de Mundo Novo. Aí eu até

brinquei com o meu primo. Falei, eu vou lá ver esse acampamento. E ele falou: ah, então vai, porque eu também, se tiver oportunidade, vou conhecer isso. Era novidade prá nós, né, todo mundo ali."

No momento de adesão ao movimento as diferenças econômicas, mais uma vez, vão desencadear planejamentos de deslocamento específicos. Arrendatários e posseiros, notadamente aqueles que não possuíam parentes no Paraguai, optaram pela transferência definitiva para o Brasil, com todos os membros do grupo familiar e as mudanças. O fato do acampamento em Mundo Novo ter sido erguido após a safra permitiu que o dinheiro resultante da venda da produção, e também da venda das criações, financiasse a viagem e a alimentação nas primeiras semanas no Brasil.

Entre estas famílias observamos alguns casos de tentativa de esquecimento dos anos vividos no Paraguai, negando, por exemplo, a aquisição de certos hábitos, como o de tomar "tererê" (mate amargo e gelado, bebida típica do Paraguai). O dono de uma "venda" com vários pacotes de erva no seu estoque, tende a creditar o consumo à pessoas de fora, ou então à pessoas que vieram "da parte onde usa o tererê", ou seja, de localidades mais interiorizadas no território paraguaio.

"Não, é que sempre vem algum de lá, né. Agora normalmente o pessoal daqui poucos bebem. Mas sempre tem algum que vem de fora, vem pra casa de parente. Tem uns aqui também que usam. Aqui mesmo no grupo, a gente conhece família aqui que usam. Que são lá da parte que usa o tererê, né.(...) Eu tomo tererê, sim, mas é muito difícil. Quando chega uma pessoa que toma, ou vou numa casa que tá tomando, eu também tomo. Mas não é

dizer que a gente usa direto isso aí. De costume paraguaio não tenho nada! De costume paraguaio não peguei nada! Nada! Peguemo nada! Graças a Deus, não."

Este comportamento tenta marcar uma clivagem com a situação anterior, diante de uma necessidade de retomar um lugar antes esquecido, buscando recuperar a identidade nacional. Este processo envolveria também termos linguísticos e hábitos alimentares. Percebe-se mesmo, para muitos das casos analisados, dois movimentos distintos de apagar diferenças. O primeiro, em território paraguaio, baseava-se numa espécie de mimetismo, que buscava que passasse despercebida a condição de brasileiro; e um segundo, já no Brasil, de voltar a sê-lo.

A unidade destes grupos familiares que saíram definitivamente de localidades paraguaias para Mundo Novo foi fator importante para o sucesso da organização, uma vez que todos seus membros precisaram ter paciência e força de vontade nos 7 meses em que ficaram acampados, "debaixo da lona", antes de ir para Ivinhema(MS). Um depoimento de uma senhora que saiu de uma área de posse em Mbaracayu, com o marido e 6 filhos, representa bem como, para esta família, o acampamento era a única opção, sem retorno, de acesso terra. As dificuldades com o pouco espaço, falta de água, de instalações sanitárias não teriam impedido as crianças de estarem "faceiras" pela expectativa das terras.

"O tempo dos barraco, Deus o livre, foi muito sofrido. Aquilo sofrêmo quê.... Barraco muito em cima do outro, né, e lá a gente passou muita coisa muita dificuldades, né. Sobre água, sobre banheiro. Muito

sofrido mesmo. Toda família... a gente ficava naquela espera, né, tudo facêro prá pegar um pedacinho de terra, né?"

Neste outro relato, uma arrendatário que vivia há dois anos em Guadalupe, no Paraguai, localidade que fica há 6 quilômetros do rio Paraguai e da balsa que leva ao Brasil, onde fazia suas compras, ao explicar os motivos de insatisfação com a vida naquele país, narra detalhadamente como precisou consultar os demais membros do grupo familiar para que aceitassem aderir ao acampamento de Mundo Novo, uma vez que, como arrendatários, e de poucos recursos, não teriam condições de manter uma base no Paraguai:

"Aí depois de 2 anos, aí surgiu esse acampamento em Mundo Novo. Aí eu falei prá mulher, eu vou em Mundo Novo, vou ver como está este movimento lá. Achei que aquilo ia ter um pouco de vantagem, eu falei, disse: 'não, eu venho aqui, vou voltar em casa, combino lá como é que vai ficar e volto aqui de novo(..)'. Quando cheguei lá falei prá muié, ela não entendia, não sabia como era tudo. Aí eu digo: 'não, vou vortá lá e já vou fazer um barraco prá nós acampar lá'. Aí foi quando a mulher falou: 'ah..eu não vou!' ' Bom, aí é questão sua, mas que eu vou, eu vou, eu não vou ficar aqui trabalhando perdido'. Terra boa, mas que adiantava? Cê produzia ali, quando findava o tempo da época lá, era 60 cruzeiros um saco de cereais. Se você ia pagar tudo, o que ôce cõia ali não sobrava nada. Trabalhar no quê? Elas por elas. Viemo pra cá."

O processo já é outro entre os que eram pequenos proprietários no Paraguai. Muitas famílias, como já vimos no caso dos rapazes de Yjhoví, se juntaram ao movimento quando o acampamento já havia sido erguido em Mundo Novo, notadamente aquelas que residiam em localidades mais afastadas da fronteira, como na própria Yjhoví e em Nueva

Adela e Guadalupe(próximas do rio Paraná). Para estas, a possibilidade de obtenção de terras no Brasil, via processo de reforma agrária, seria a solução para os impasses criados por possuírem terras com problemas de legalização, o que inviabilizava sua venda, e também para o desenvolvimento do grupo familiar. O crescimento dos filhos, alguns já em idade de casar e construir uma nova família, cria para as unidades camponesas a necessidade de aquisição de novas terras , o que se tornava difícil então pela super-valorização das terras na região. Neste contexto, o "surgimento dos barracos" (como alguns segmentos chamam o acampamento de Mundo Novo, substituindo as barracas tradicionais de acampamentos de lazer ou militares, pela expressão "barracos"), ou ainda "do projeto" parecia um risco menor do que a manutenção das condições atuais. As narrativas a seguir, são de membros de grupos familiares que aderiram ao movimento através dos pais, ou dos filhos:

"Quando surgiu os barraco o pai veio na frente, né. Eu não sei como ele soube, quem avisou ele. Sei que ele vinha direto no Mundo Novo, no Salto, aí decerto ele ficou sabendo...e veio."

"Que nós lá, vai, vai, nunca trabalhemo descansado. Uma hora era uma coisa, outra hora outra, até que surgiu esse...projeto nosso, né. Surgiu esse... O Valdo [filho mais velho] veio na frente, chegou aí em Mundo Novo, achou os colega aí, já tava começado. Aí ele voltou lá e falou: óia pai, eu vou pra Mundo Novo, vou pro acampamento, tentar lá.' Aí eu falei, ah, será? ' o pai quer? é? tá na última hora!' Aí eu falei pro resto da família, falaram: ' bom, quer arriscar, vamos' . Porque nós tinha vontade

de vim pro Brasil mas nós não podia mais. Porque se nós ia vender o que nós tinha lá, num dava nem pra chegar aqui. Só se viesse a pé, eu acho. Que não valia nada. Aí viemo, aí enfrentamo lá 7 mês, quase 8 mês. Fomos lutando, lutando, lutando".

Fez parte do processo de adesão à mobilização dos chamados brasiguaios a manutenção de suas propriedades no Paraguai. Muitos camponeses vieram sozinhos para o acampamento, ou vieram apenas o marido e os filhos mais velhos, enquanto a esposa e outra parte do grupo familiar se mantinha trabalhando nas terras, esperando a desapropriação, para definirem seu rumo, como narra a filha de um parceleiro, cujo pai viera sozinho para o acampamento:

"Nós ficamo lá, trabaiando ainda né, e depois de dar certo mesmo (...) aí vendemos tudo lá e viemos pra Mundo Novo. Só que não ficamo junto com eles ali, que o pai alugou uma casa na cidade, e a gente ficava lá na cidade. Quando tinha uma missa, uma assembléia, aí nós ia."

As terras no Paraguai só serão vendidas, no mais das vezes, após a desapropriação e o cadastramento, no Brasil. Mesmo depois disto, em vários casos a terra ficou com uma filha, um genro, mantendo-se dentro do grupo familiar, em expansão, conforme os relatos a seguir:

"Era boa a propriedade, tá lá, até hoje, com o genro".

"Fiquemo 12 ano lutando, na Paloma. Na Paloma, ali no Paraguai. Plantando soja. E vivendo, melhorando um pouquinho, meio sapateando, como diz o caso. E vim...Dali eu resolvi a vim pros barraco, pra cá. Que...vê se futuramente eu achava um pedacinho de terra como esse aqui, né. Aí quando consegui arrumá essa terrinha aqui.

fui lá e vendi o que tinha lá, tô morando aqui agora, a vida da gente é essa aí'."

O "ir pros barraco" é expressão recorrente entre filhos menores, esposas e pais de parceleiros, mesmo quando estes são lideranças mais diretamente envolvidas no movimento. No caso específico dos pais, há um certo laconismo nos relatos, onde o "ir pros barracos", como no depoimento acima, do pai de uma liderança do grupo Guadalupe, ou o "surgimento desse acampamento", como no próximo depoimento, do pai de liderança do grupo Santa Rosa, são representados como momentos menos significativos de uma história de vida repleta de deslocamentos e dificuldades. Perpassa na narrativa destes camponeses a experiência e a certeza de quem sabe que as terras adquiridas no PANH não serão a solução para as necessidades do grupo familiar, dada a qualidade do solo, o tamanho da área, o crescimento da família e uma conjuntura que vem se mantendo quase inalterada de concentração fundiária e quase nenhum apoio oficial ao pequeno produtor:

"E depois passemos a morar no Paraguai, Fazenda Santa Rosa. Fiquemos lá uma temporada, depois quando é agora em 85 surgiu esse acampamento de Mundo Novo, a gente voltou novamente pro Brasil e tá até hoje."

Alguns comentários de filhos ou irmãos destes camponeses mais idosos, e que se mantiveram como proprietários de terra no Estado do Paraná, deixam transparecer o constrangimento diante do fato de seu parente

ter precisado apelar para o governo para ter acesso à terras. Assim, coexiste, dentro de uma mesma família, diferentes concepções camponesas quanto à honra frente ao Estado e quanto ao direito. Aqueles que tiveram acesso à terra através da aliança, da sucessão ou mesmo da aquisição, vêem como ilegítimo o acesso à terra pelo conflito, efetivado por seus parentes, mobilizados politicamente.

Estas diferenciações internas que estamos considerando em nossa análise foram relativizadas durante a duração do acampamento (junho-dezembro de 1985). A identidade brasiguaios uniformizou para fora uma representação daquelas centenas de famílias como tendo uma só trajetória, reforçando desta forma sua reivindicação consensual em torno de um mesmo objetivo, a terra.

Através de ritos, símbolos e representações coletivas, a organização obtida pode articular grupos familiares de diferentes identidades regionais e com graus distintos de relação com a terra.

8.1. A REALIDADE TRANSFORMADA EM ESTRATÉGIA DE DISCURSO

As centenas de famílias que viviam de arrendamentos em propriedades localizadas "na divisa", e que apontaram como principais motivos de descontentamento em território paraguaio os baixos preços pagos por sua produção por cerealistas brasileiras, e o constante risco de sua apreensão, quando representadas por suas lideranças, podem

acrescentar a estes dados de sua história de vida, elementos daquele discurso elaborado para fora, homogeneizador, no qual todos brasileiros no Paraguai estariam sofrendo as mesmas pressões pela naturalização. O apelo à cidadania é reafirmado mesmo quando ameaças a mesma não faziam parte de seu cotidiano. O seguinte relato, de um ex-arrendatário da Fazenda Santa Rosa, limítrofe com o Brasil, bem demonstra esta tendência à prevalência de um nível de existência coletiva, nesse momento da luta. As situações individuais vão sendo conformadas numa mobilização potencialmente conversível em força social:

"Então isso aí foi que trouxe mais consequencia pros brasiguaios que tavam no Paraguai, né. Veio também uma pressão dos paraguaios pra gente naturalizar, né, como paraguai. (...) Daí eu acho que todos nós que tamo aqui pensamo num ideal só de mudar pro Brasil, porque era a nossa pátria, né, aqui a gente tem mais liberdade. Foi onde a gente resolveu, hoje tá aqui, esse grupo de gente em Novo Horizonte, lutando, vendo se um dia melhora"

Mesmo para aqueles arrendatários, posseiros e empregados de fazenda que não apontaram problemas graves no período de residência em território paraguai, a mobilização representou uma saída para a obtenção de terras, um sonho de décadas:

"Ah..eu vi que todos companheiro tava indo, falei, ah! também vou nessa! Porque tem que embarcar nessa aí também, porque se der azar pra um tem que dar pra todos, né?"

Lembrando os documentos analisados no Capítulo III, e sua repercussão à nível nacional, temos que o que mais

chocou a opinião pública foram as denúncias de violências policiais contra camponeses brasileiros. Destaca-se o minucioso documento produzido pela jornalista Cácia Cortez para o Movimento Sem Terra, transcrição de trechos das inúmeras entrevistas realizadas no acampamento de Mundo Novo, que se referiam à maus-tratos, prisões ilegais, estupros e sequestros perpetrados contra os chamados brasiguaios (ver Anexos).

Um relato de ex-arrendatário na região da Internacional, descreve de que forma ressaltar este aspecto das relações cotidianas no Paraguai era uma das táticas de pressão então consideradas pelos trabalhadores:

"E a nossa região ali era uma região que não era tanto afetada por eles [paraguaios]. Agora quem morava mais lá prá dentro, aí sofria bastante. Lá já era mais sofrido, judiava, né. Nós saimo mais por embalo daqueles de lá. Eles deram o embalo, nós demos o apoio prá eles."

Para além da luta pela terra, percebe-se uma dimensão política, de percepção dos direitos de cidadania. O reconhecimento das situações de violência transforma os mecanismos de coerção do aparelho burocrático-militar paraguaio em ato de violação de direitos políticos assegurados por lei. Há uma passagem, através da mobilização pela terra, de um processo de naturalização da dominação para uma percepção da violência como conflito.

A decisão de organizar, ou simplesmente aderir à uma mobilização que previra desde o início a participação de centenas de famílias, precisou de uma definição prévia das

fronteiras do grupo. A primeira barreira de controle acionada, ainda em território paraguaio, foi aquela da nacionalidade. Apenas indivíduos que se identificavam e eram identificados como brasileiros faziam parte do acampamento. Quando a mobilização tomou contornos de movimento de massa, houve uma quebra na rotina dos cidadãos paraguaios residentes na capital do Departamento Canindeyu, Salto del Guaira, repentinamente tomada por centenas de famílias que cruzavam, através dela, para o Município de Mundo Novo. Suscitou espanto, indagações e também demonstrações de apoio e de desejo de também participar do evento, conforme narra este entrevistado, que cruzou a fronteira com alguns dias de atraso:

"Fato curioso, lá no Salto do Guaira, que é pertinho da fronteira, última vila no Paraguai antes de entrar no Brasil, eu vinha vindo pro acampamento, né, e naquela época o Paraguai todo tava sabendo, brasileiro que passava por ali ia pro acampamento mesmo, aí um paraguaio falou assim 'é, você vai embora porque, rapaz? algum problema aconteceu com você?' . ' Não, não é isso, não'. 'Que que é, então? 'Não é que eu quero voltar pro Brasil'. Aí ele 'fica aí trabalhando no Paraguai', coisa e tal. Aí um outro paraguaio disse assim 'vai embora desse Paraguai, isso aqui é uma ditadura, vai embora mesmo, eu não vou embora porque não sou brasileiro!'."

Dentro do Brasil, ser brasileiro não tinha, no entanto, mais nenhum significado em termos de exclusão. Afora a ênfase na nacionalidade para reafirmar a cidadania brasileira, a questão que se colocava então para os organizadores do acampamento era a de diferenciar-se dos

demais camponeses brasileiros que reivindicavam - e tinham direito- o acesso a terras pelo processo de reforma agrária em curso, e que estavam se organizando em todo país, inclusive no Estado do Mato Grosso do Sul.

O planejado fator-surpresa para a operação de reingresso no Brasil, além de surpreender a população de Salto del Guaira e Mundo Novo, surpreendeu as próprias lideranças, conforme narra aquela que primeiro chegou à Mundo Novo:

"Saímos de dia, foi uma surpresa assim, que o povo paralisou, o que é? Tanto os paraguaios quanto os brasileiros. O pessoal ficou louco, mas que está acontecendo? (...)Eu fui o primeiro a chegar em Mundo Novo, pra receber o pessoal. Então teve um dia que chegou 40 caminhões atrás do outro, a gente ficava até bobo!"

A organização em grupos foi o instrumento utilizado pelas lideranças para impedir o acesso ao acampamento de famílias que não fossem proveniente do Paraguai. Diante de um afluxo de pessoas que fugia ao controle dos conhecimentos face-a-face, os recém-chegados precisavam apresentar o "permiso", que identificava a localidade onde residiam no Paraguai. A seguir, eram encaminhados para a liderança do grupo que representava politicamente os moradores daquela localidade. Pequenas entrevistas buscavam identificar conhecimentos comuns, vizinhos ou parentes, para então a família ser anexada ao grupo, e o pertencimento ao mesmo fornecia uma identidade que seria exercida cotidianamente e quase exclusivamente durante toda a duração do acampamento e

nos primeiros anos no PANH. Esta forma de organização previu uma certa divisão por unidades de mobilização, cujo critério foi, assim, definido por vizinhança, parentesco e local de origem no Paraguai. O acampamento de Mundo Novo, desta forma, definiu socialmente e espacialmente a área do assentamento, como veremos a seguir.

Assim, as sub-divisões geográfico-administrativas impostas pelas localidades paraguaias não davam conta das relações políticas. Em um mesmo grupo poderiam haver famílias vindas de localidades distintas, que estavam ali por não ter ocorrido número de pessoas suficiente para formar um grupo próprio em seus locais de origem; ou famílias que, motivadas por conhecimentos anteriores (redes de parentesco ou de sociabilidade) optavam por aquele grupo onde estariam mais à vontade. O processo de controle através dos grupos é assim narrado por uma liderança:

"Cada um levava o título da região onde ele residia no Paraguai. Então a gente sentou junto e decidiu pra gente que quando aquele pessoal chegasse por último, que tava vindo meio devagar as outras famílias, então cada um procurava o setor da liderança que fazia parte daquela região (...) e então não tinha como o cara furar o pano, que tava havendo muita gente das outra região falando que era do Paraguai, né, e aí nós resolveu sentar, juntou as liderança, discutiu esse problema, e daí criou os grupo, né, aí foi onde foi criado esses grupo, né, então partiu daí pra diante, cada uma região daquelas levou um nome, naquela comunidade que a gente convivia no Paraguai."

Naquele momento começou a ficar claro para as lideranças a necessidade de fechar as fronteiras do conjunto

total de famílias que representavam. Note-se que, até então, no contexto da chamada "Nova República", a FETAGRI/MS ou o próprio MST não haviam organizado nenhuma mobilização no Estado do Mato Grosso do Sul que viesse a defender exclusivamente os direitos dos milhares de sem-terra da região. O acampamento de Mundo Novo, além do ineditismo que representou, tornou-se rapidamente conhecido nacionalmente, o que, naquela época, pressupunha uma imediata ação dos órgãos fundiários. Localizado em uma unidade da federação marcada por conflitos graves pela posse da terra, o acampamento corria o risco de ser ocupado por outros grupos de pressão, o que enfraqueceria seu poder de barganha e aumentaria a população à limites dificilmente administráveis pelas lideranças. O principal instrumento de controle acionado veio a ser exatamente aquele documento tão criticado e denunciado, o "permiso". Utilizado por autoridades paraguaias para controlar o ingresso de estrangeiros em seu território, trazia escrito o nome da localidade onde era emitido. Servindo agora para impedir o ingresso de famílias camponesas que não provenientes do Paraguai, o "permiso" permitiu a construção de fronteiras étnicas à auto definição do grupo, excluindo assim os demais grupos que então pressionavam o governo federal pela desapropriação de terras para seu assentamento, conforme narra uma liderança:

"Daí quando uma pessoa chegava, mandava procurar lá no grupo daquela região que eles falavam que vinha, pra ele poder se

identificar se ele era de lá, ou não. (...) Identificava com documento, né. O documento era um 'permissão' que a pessoa tinha. A gente tirava aquele 'permissão' e cada região daquela tinha um 'permissão', com o nome da região, aí foi onde a gente tentou regularizar. (...) Tava entrando gente que não era do Paraguai, dizendo que era do Paraguai, né. Mas ele não tinha documento pra provar, aí foi que a gente tentou fazer essa organização, para facilitar o trabalho das lideranças."

No processo de luta, se deu a reinterpretação de uma forma anterior de controle. O "permissão", controle negativo e discriminatório, passa a ter um sinal positivo, de afirmação étnica. Esta é uma das especificidades da categoria brasiguaios. Em outros contextos observados, buscam apagar diferenças com a população paraguaia, enquanto no contexto da luta estas diferenças são marcadas.

Uma outra liderança lembra que também foi preciso "encerrar o acampamento", estipulando uma data limite para o ingresso de novas famílias, em função do cálculo a ser feito para a quantidade de alimentos cobrados ao governo federal. A negociação realizada em Brasília, quando se falou em quinze mil famílias, não traduzia a expectativa real das lideranças, de duas mil famílias. Mas não foi possível aguardar muito tempo, e o acampamento "encerrou" com 905 famílias. Percebe-se pelo depoimento que a exclusão de "não-brasiguaios" não era decorrente de uma preocupação com o excesso populacional, uma vez que o número de famílias que "encerrou o acampamento" ficou bastante aquém daquele esperado:

"Tinha idéia de que ia ter mais gente, que nossa negociação em Brasília era para 2.000 famílias, aí no final só deu umas 905 famílias. Aí então na negociação que a gente fizemos foi pra 15.000 famílias, e a gente esperava que ia chegar 2.000, mas não deu tempo, porque tinha um prazo prá encerrar o acampamento, prá chegar a alimentação. E a alimentação tinha que tá todo mundo, xis, prá poder vir, né. Se chegasse hoje alimentação pra 900 famílias e depois a gente liberasse o acampamento pra quem vinha chegando, atrapalhava. Porque vinha pra 905, tava registrado aquele total e quando era daqui 10 dias, que era o pagamento, tem mais família, tinha que ter outro trabalho pra registrar essas outras família, lá em Campo Grande, era o maior sacrifício pra polícia fazer aquilo, né. Então quando surgia alguma família o pessoal ratiava demais. Porque tinha de tirar de um e de outro, porque vinha repartidinho praquela pessoal. Quando já tinha outra família, nossa! Era a maior anarquia! Porque se tirasse de um, faltava de outro. Então foi preciso encerrar o acampamento pra modo de cumprir a alimentação."

A garantia da alimentação, feita através da liberação, pelo Governo Federal, de 3 milhões de cruzeiros, permitiu aos poderes locais, no caso policiais da Defesa Civil um poder de barganha sobre as lideranças, utilizado para pressionar uma data limíte para a adesão de novas famílias. Internamente, se traduziu nas disputas que a individualização das cestas básicas ocasionou.

Conforme relato de outra liderança, as disputas internas, no caso à nível de grupos, eram uma constante. Divididos geograficamente no espaço do acampamento, cada qual seguindo suas próprias lideranças, os grupos eram a unidade política de fato dentro do acampamento.

Toda e qualquer decisão era tomada à nível de grupo, e toda e qualquer atividade, como o cadastramento e a distribuição de alimentos, era procedida de um sorteio entre os grupos, acirrando desta forma a competição interna, conforme narra outra liderança:

"Todo mundo queria ser primeiro, né. Lá esse negócio de alimentação, de cadastro, de tudo que é coisa...ah! O primeiro, né! Todo mundo queria ser o primeiro! mas ia tudo de sorteio. Sorte é de quem tem! Se não todo mundo ia ganhar igual...ia fazer igual, né. Mas aquela afobação!"

Enquanto isto acontecia, se reforçava o estratagema de demonstrar, para fora, a homogeneidade dos componentes do acampamento, traduzida na expressão brasiguaios. Através dela, aquelas famílias se caracterizaram então como ímpares no cenário político nacional. Para a maior parte dos acampados, no entanto, e expressão não possuía nenhum significado anterior. Jamais ouvida ou utilizada como atribuição durante os tantos anos vividos no Paraguai, brasiguaios é o "nome que foi colocado" ou "que surgiu" já quando estavam em território brasileiro, conforme impressão da esposa de uma liderança:

"Eu acho graça desse nome, brasiguaio, que arranjaram pra nós. Nunca tinha ouvido falar de brasiguaio lá no Paraguai, só depois do acampamento que surgiu esse nome, de brasiguaio(rindo)."

O depoimento acima chama atenção para uma certa disputa no campo da mediação pela paternidade do grupo. O mediador batiza, titula, nomeia o grupo, reinventando-o. Nas diferentes concepções de entidades confessionais,

sindicais, de parlamentares e das chamadas lideranças (auto-definição), e de integrantes do aparelho do Estado, o grupo é inventado, de fato, segundo várias versões. A seguir, o relato de um então integrante do MST/MS, sobre os meandros do surgimento da identidade:

"Nas duas últimas reuniões que a primeira comissão de brasiguaios teve em Mundo Novo pra fazer a pauta de reivindicações e chegar ao ministro Nelson Ribeiro e dizer, olha, nós somos os brasileiros que estamos ... (...) Nessas reuniões a grande preocupação da CPT e do MST era com diferenciar o grupo que já estava aparecendo desde 78, com o conflito em Amambai, que houve até uma chacina lá, que é esse pessoal que tava entre o Brasil e o Paraguai, ou estando lá e morando no Brasil, ou tendo roça no Paraguai a nível de fronteira e morando no Brasil, ou vivendo no Paraguai e se registrando e buscando saúde, até compra de insumos agrícolas no Brasil. Então ficava naquela dupla relação de identidade. Como é que a gente ia identificar esse grupo, e aí a gente discutia com eles, não dá pra dizer que é sem terra, porque a nível nacional o MST tem um grupo muito grande, e a situação deles era diferente, porque eles tavam transpondo fronteiras, eles estavam regressando pro Brasil. Houve até uma jornalista, a Jan Rocha da BBC de Londres (...) que os classificou como refugiados, porque a condição deles era de refugiados, porque não tinham onde ficar, e refugiados era a condição econômica e até social e política, na medida que eles tavam numa ditadura. E aí eles riam, "pô, mas nós somos brasileiros!", aí a gente falava "bom, mas vocês não tão no Brasil, vocês tem filhos paraguaios." "Não, a gente tem filhos paraguaios, mas nós somos brasileiros". "Mas vocês não podem reivindicar se vocês não tão aqui". E fica brasileiro, paraguaio, brasileiro, paraguaio. Aí um deles disse, "pô, mas a gente não é nem brasileiro nem paraguaio, que é que somos?" E na brincadeira o Sérgio Cruz falou, "Ó, vocês são brasiguaios". (...) E aí nós passamos a colocar nos documentos brasiguaios, a

assinar "brasiguaios sem terra que estão no Paraguai".

O parlamentar citado como criador da expressão brasiguai tem sua própria versão sobre a situação na qual se deu o encontro com os pequenos produtores rurais brasileiros vindos do Paraguai e o surgimento da identidade:

"Meu primeiro contato com os brasiguaios aconteceu no finalzinho do governo Figueiredo, logo depois da eleição de Tancredo Neves. Foi em Paranhos (...) A convite de um vereador do PMDB, partido ao qual pertencia, participei de uma movimentadíssima reunião. Nesta reunião cunhei a palavra BRASIGUAIOS para qualificar os brasileiros domiciliados no outro lado da fronteira"(Depoimento in ALVES, 1990:19). (g.n.)

Este mesmo depoimento utiliza-se de expressões como "história brasiguai" e "território brasiguai", e identifica a região paraguaia habitada por brasileiros como "Brasil 2", ou "Província Brasiguai". Mais adiante, o parlamentar reafirma sua paternidade em relação à identidade, à nível nacional:

"Por ocasião de minha volta de Paranhos à Brasília, na Câmara fiz um discurso tentando traduzir a angústia destes irmãos brasileiros. O pronunciamento teve razoável repercussão. Nele aparece pela primeira vez o termo 'brasiguai'."(id.ibid.)

O parlamentar, que aparece como aliado à CPT e ao MST, demonstra sua dedicação à "questão brasiguai" ao narrar sua atuação nas reuniões em Mundo Novo, onde teria opinado sobre como conduzir o processo de retorno e prestado uma série de serviços que sua condição política permitia. Neste sentido, em Brasília encarregou-se de marcar as

audiências com o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e agilizou as condições de locomoção e acomodação para a comissão que participou dos encontros com a autoridade fundiária. Já em Mundo Novo, teria redigido a nota explicando as razões do acampamento:

"Organização perfeita. Naquele dia, durante todo o dia chegou gente ao grande acampamento de Mundo Novo. De noite, na primeira reunião das lideranças do movimento, após expedição de uma nota, da qual fui incumbido da redação, explicando as razões do acampamento e suas finalidades pacíficas(...)"(id.ibid.p.24)

Complexificando esta situação, localizamos uma reportagem do jornal O Estado do Paraná, de 2 de setembro de 1982, escrito por Cley Scholz, que trata do II Encontro Semestral de Organismos Pastorais de Migração do Paraguai e do Brasil. O título é "Encontro analisa a vida dos 'brasiguaios'". A expressão não aparece no documento final deste encontro, mas surge no corpo da matéria, em declarações de um vereador de Foz de Iguaçu(PR), o que pressupõe que, no cotidiano daquele município fronteiriço, a óbvia fusão dos dois termos pátrios não seria novidade.

Não interessa à análise, no entanto, a identificação da(s) origem(ns) da expressão brasiguaios, e sim o papel dos mediadores do grupo que assim se identificou na criação de uma identidade que, por suas características generalizantes, teve forte impacto político e atingiu a eficácia esperada. É preciso ter cuidado para, nesta análise, não desnudar o grupo, uma vez que o objetivo é de entender, após a

"conquista da terra" (PANH), as atitudes e planejamentos econômicos e políticos de segmentos dos chamados brasiguaios, que tem deixado perplexos os mediadores iniciais, que uniram suas forças pelo sucesso da mobilização. Quando as especificidades do grupo, que sempre existiram, vem à tona, alguns mediadores passam a perceber o que consideram um processo de alienação política, que seria incompatível com o processo vivido pelos chamados brasiguaios.

Bourdieu(1990) considera uma falsa aparência a idéia de que o grupo faz o homem que fala em seu nome, pois "na realidade é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo." (BOURDIEU, 1990:189) (g.a.). O processo de delegação, visto como uma forma de escapar à alienação política, pode acarretar para o grupo o risco de manter-se ou de cair em uma outra forma de alienação política. Ou seja, numa situação política na qual os grupos dominados só existem quando mobilizados ou munidos de instrumentos de representação, o trabalho de delegação, se esquecido ou ignorado, pode tornar-se princípio de alienação política.

A seguinte narrativa, de um parceleiro do PANH, que viveu dois anos como arrendatário na localidade paraguaia de Guadalupe (Departamento Canindeyu), demonstra de que forma o processo de delegação significou, para alguns segmentos representados, uma alienação em relação ao próprio sentido de pertencimento ao grupo, que é definido conforme o

"discurso oficial", e na terceira pessoa do plural, eles, os brasiguaios:

"Esse nome de brasiguaiio saiu por causo do pessoal mesmo. Foi pela Pastoral que foi colocado esse nome de brasiguaiio. Agora significa- o brasiguaiio- que o povo foram do Brasil e entraram no Paraguai e voltaram do Paraguai para o Brasil. Aí então ponharam brasil-quai. Quer dizer que a turma foram do Brasil pro Paraguai e voltaram do Paraguai pro Brasil. Aí nesse ponto aí que ficaram chamando 'brasiguai', por causa dessa mudança, que foi voltaram. Eles foram do Brasil, né..e foram pro Paraguai. E depois voltaram pro Brasil de novo."

Algumas das chamadas lideranças, em seus depoimentos, assumem a paternidade da expressão, que teria sido criada em função das negociações com o Governo Federal e os órgãos fundiários, estes também apontados como criadores da identidade. É a partir desta relação do movimento social com o Estado que brasiguaios passa a ter um sentido coletivo de auto-atribuição:

"O nome surgiu de nós mesmos. A comissão ponhou o nome de brasiguaiio e o próprio governo, o INCRA, botou o nome de brasiguaiio. Porque é um nome que colou, né? Todo mundo brasiguaiio, né. Mas lá no Paraguai não tinha esse nome, o nome criou em Mundo Novo."

A certeza do "nome ter colado" liga-se a eficácia do mesmo como "apelido" ou "título", ou ainda "sigla", que quando escrito nos cabeçalhos dos documentos enviados ao Estado, garantiam um tratamento diferenciado, em relação aos movimentos de pressão de camponeses de outros estados. Aqui também o surgimento da identidade está referida à relação com o Estado, como narra outra liderança:

"É brasiguaiio porque a gente residia lá no Paraguai, então a gente era brasileiro, né, e, sei lá, aquilo foi um apelido que foi colocado na época da organização, pra facilitar um pouco também a organização da terra. Quando a gente chegou a se organizar, que foi negociar com o INCRA, então eles procuravam: 'você são brasileiros, porque foram pro Paraguai?' A gente pegou a falar porque foi. Que as terra do Brasil tava ficando muito difícil da gente arrendar, e daí a gente conseguiu a ir pro Paraguai, ai eles falaram: 'então a região que vocês moravam lá só tem brasileiro, é Paraguai em nome, mas a residência é brasileira?' E foi aí que a gente pegou esse apelido de brasiguaiio, né. Que todos documentos da gente, todos eles, levavam o título de brasiguaios. Dourados, Campo Grande, Brasília, a documentação de Novo Horizonte, foi tudo separada da outra documentação, e em cima ali já tinha a sigla brasiguaios, né. A gente se reuniu com pessoal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, que também tavam na luta da terra, né, mas as nossa parte de documento levava esse título de brasiguaiio. E ficamos com esse apelido de brasiguaiio."

Brasiguaios é expressão ligada à relação com autoridades paraguaias, onde "na presença do Paraguai, perante a justiça, ele não é brasileiro", e brasileiras, que "acham que nós não era nem brasileiro nem paraguaiio":

"Óia, eu acho que ser brasiguaiio é um pessoal brasileiro que se dedicaram no momento que tavam com dificuldade no Brasil, arriscar a vida no Paraguai e depois retornou ao Brasil, então levou esse título de brasiguaiio, porque lá dentro do Paraguai ele é brasileiro, mas na presença do Paraguai, perante a justiça, ele não é brasileiro. E perante hoje no Brasil, que nós teve na nossa pátria, junto aos companheiro, as autoridades então acham que nós não era nem brasileiro nem paraguaiio. Então a gente ganhou esse título de brasiguaiio. Mas somos brasileiro, então foi apenas um título que nós levamos."

Enquanto brasiguaios, aquele grupo heterogêneo de pessoas pode receber o apoio oficial quase como refugiados políticos, ou ainda repatriados. As lideranças souberam refletir sobre sua experiência ao comparar o resultado de outras mobilizações coetâneas, realizadas por trabalhadores rurais sem terra do Estado do Mato Grosso do Sul. Se aqueles chamados brasiguaios retornassem individualmente do Paraguai, e buscassem contratos de arrendamento para, a partir das dificuldades em mantê-los, sair para a organização de um movimento reivindicativo por terras, as dificuldades seriam bem maiores:

"Prá mim, a minha pessoa, esse nome de brasiguaiio prá mim que veio me trazer hoje eu ter um apoio que no dia que eu sai do Paraguai ao Brasil eu ser apoiado como brasiguaiio, porque eu não tinha lugar na minha terra natal, então isso que me deu força de luta prá mim lutar, que no momento representou-se que nós foi expulsado do Paraguai, pela policia paraguaia, né. Então esse título de brasiguaiio deu força prá luta, agora na realidade todos nós somos brasileiros, né. Então foi um título que nós levamos, que as nossas negociação todas que a gente continuou fazendo nos órgãos públicos, as nossas parte de documentação levava o título de brasiguaiio. Então vem trazer força prá luta! O que eu entendo é isso. Então a vitória dos assentados de Novo Horizonte foi esse título. Porque se eles vem na época saídos do Paraguai e arrendando terra no Brasil, e depois eles quer formar acampamento, na época não tinha conseguido esta vitória. Porque o pessoal aqui do assentamento vizinho, de Nova Esperança, levaram o título, na época, de arrendatário. E até a luta prá eles era muito mais difícil que prá nós brasiguaios."

"Que tem outra turma, que tava em Eldorado, pra cá de Mundo Novo, essas que tão aqui de

Campo Grande prá frente, parece que já vai pra tres anos que eles tão aí, nem terra não pegaram! Tem um cunhado do rapaz que mora ali no travessão, ali, que tá prá lá. Ele já veio duas vezes aqui e falou que eles não ganharam a terra. E aquela turma foram ponhá um nome já diferente, eles lá chamavam Brasilnido, então era a turma desse acampamento."

O surgimento da identidade brasiguaios, mais do que trocadilhos ou significados locais, está circunstanciado a um momento específico da história política do Brasil. A chamada Nova República, iniciada em março de 1985, possibilitava ao movimento sindical dos trabalhadores rurais brasileiros, através da criação do MIRAD e das discussões de propostas ao PNRA, uma certa eficácia nas mobilizações por terra. Quanto aos pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai, possibilitou a reabertura de um canal de negociações com o governo brasileiro em novos padrões. É nesta relação com o Estado brasileiro que a identidade brasiguaios terá sua principal razão de ser, dando um significado diferenciador a um amplo movimento de deslocamento de camponeses para dentro do território brasileiro num momento em que o movimento sindical dos trabalhadores rurais se organizava nacionalmente pelo mesmo objetivo, a terra.

Veremos a seguir de que formas a identidade brasiguaios vem sendo acionada no cotidiano dos camponeses assentados no Projeto de Assentamento Novo Horizonte.

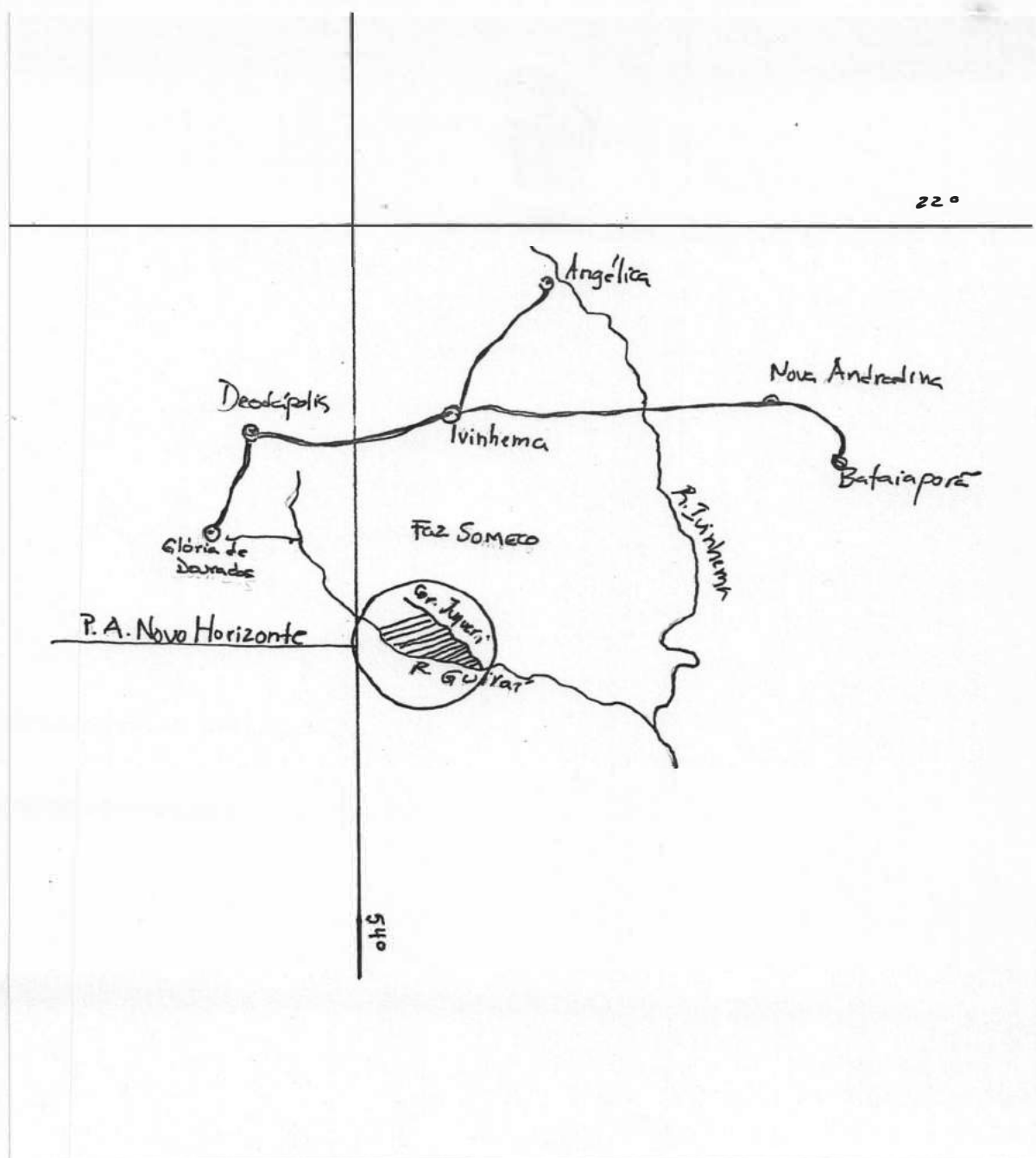
CAPÍTULO IX - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTE, CINCO ANOS DEPOIS

Quando cheguei ao Projeto de Assentamento Novo Horizonte pela primeira vez, em abril de 1990, tinha interiorizado uma imagem homogeneizadora de brasiguaios que fora construída a partir dos documentos por eles produzidos durante o acampamento de Mundo Novo, as mobilizações de 1986, e do contato pessoal com alguns trabalhadores que assim se apresentaram na Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD. Outra uniformidade que se colocava para a pesquisa era o próprio espaço do Projeto, que fora criado artificialmente e administrativamente pelo Estado para o assentamento de camponeses beneficiários da reforma agrária, com seus limites internos - as chamadas parcelas - e externos prefixados.

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte, localizado no Município de Ivinhema (MS), (Mapa no. 12) e delimitado a partir de ato desapropriatório, foi implantado em região caracterizada pelo predomínio da grande propriedade fundiária e da atividade pecuária. Situa-se a 57 quilômetros, por estrada de terra, do núcleo populacional mais significativo. A quase totalidade dos parceleiros não possui vínculos anteriores com a região, sendo que menos de 1% dos mesmos nasceu no Estado do Mato Grosso do Sul.

Estas características alimentaram uma suposição para uma idéia impressionista de relativo isolamento. Tal percepção representava com toda a certeza a força das

Mapa 12 - LOCALIZAÇÃO DO PANH



Fonte: INCRA

repercussões no pesquisador, de certo esquema explicativo nas ciências sociais, sobretudo sobre os chamados "isolados", mas com entendimento aprofundado da própria realidade observada. A primeira impressão desta forma parece construída mais como um "senso comum" da ciência do que propriamente com os elementos da própria realidade analisada. A ruptura com tais impressões foi sendo realizada pela conceituação de planos de organização social, conforme Geertz (1959):

"Each such plane consists of a set of social institutions based on a wholly different manner of grouping individuals or keeping them apart." (GEERTZ, 1959:991)

Identificar alguns planos de organização social dos habitantes da Gleba Novo Horizonte, foi a forma encontrada para romper as fronteiras do seu espaço, e criar novas, que se interseccionavam com aquelas e redimensionavam totalmente a concepção de projeto como unidade de análise.

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte, como já vimos, possui 762 parcelas rurais, onde estão assentadas oficialmente 758 famílias, e 1 (uma) parcela urbana, identificada pelo INCRA como Centro Rural, com 82 hectares, divididos em lotes comerciais e residenciais. Em 1990, conforme cálculos da Prefeitura Municipal de Ivinhema, residiam 8.200 pessoas nas parcelas rurais, e 1.800 pessoas no Centro Rural. (Mapa no. 13)

Mapa 13 - PANH

Fonte: INCRA



As famílias residentes no Centro Rural, comerciantes ou não, a principio não possuem nenhuma relação com a luta dos chamados brasiguaios. Seus conhecimentos com os mesmos se deram a partir da criação do assentamento. Esta pré-noção é fortalecida por versões dadas pelo poder municipal e por religiosas que trabalham ali desde 1986. Para o então prefeito de Ivinhema, Sr. Nelito Câmara, a "cidade" seria um atrativo para "aventureiros", que nada teriam a ver com os chamados parceleiros:

"A preocupação da Prefeitura e do INCRA é de separar o joio do trigo. Os aventureiros que vem e vão para a cidade, esse dá dor de cabeça, se infiltram. O parceleiro só dá lucro. Depois que formou a cidade, juntou muitos aventureiros".

Para as religiosas, ligadas à Comissão Pastoral da Terra, a criação do Centro Rural é percebida como uma ruptura no processo de luta que vinha acontecendo desde a formação das chamadas lideranças, no Paraguai. Desde o início se posicionaram contra sua instalação, conforme o depoimento abaixo:

"(..) Dificultou muito o trabalho, porque todo grupo urbano tem como objetivo desmobilizar o processo. Isto seria tudo cortado em lotes, a criação do núcleo urbano já tirou uma grande área que seria dos trabalhadores. Em segundo lugar, tem a vinda de diversos elementos que não estão no processo de luta. Tem ainda a exploração dos comerciantes, dos atravessadores, a divisão de forças. Já tem uma associação de comerciantes, que luta em sentido contrário à associação dos lavradores, inclusive meio adversários".

O Centro Rural é conhecido segundo uma diversidade de designações, que variam com o contexto, tais como centro, vila, cidade, Novo Horizonte, núcleo urbano, Santa Rosa (o Centro Rural foi criado no local do PANH onde acampara o grupo com esse nome) e patrimônio. A totalidade das parcelas rurais são conhecidas como gleba. A Prefeitura Municipal de Ivinhema calculava, em 1990, que existiriam cerca de 600 prédios no Centro Rural, servidos por redes de água e luz, tendo as ruas já traçadas, mas sem pavimentação. Além de residências, encontram-se no patrimônio estabelecimentos comerciais (mercados, açougues, bares, restaurantes, dormitórios, cerealistas, despachantes, cooperativas da região, lojas de roupas, calçados, artigos para casa, farmácias, barbearias, salões de beleza, distribuidores de bebida e de material de construção, serrarias, oficinas mecânicas, fotógrafos, conserto de eletrodomésticos, venda de gás de cozinha, entre outros), prédios públicos (destacamento policial; escritórios do INCRA, EMPAER e exatoria fiscal; posto dos correios e telégrafos; posto de serviço telefônico; escola; quadras de esporte; posto de saúde e centro comunitário), templos católicos e protestantes, um cemitério e a Associação de Trabalhadores Rurais.

Conforme relata um parceleiro, o direito à obtenção de lotes urbanos lhes é restrito, embora alguns o façam através de pessoas da família que não foram beneficiadas com parcelas rurais:

"Pelo menos até agora nós parceleiros não temos direito de ter lote no centro em nome, no nosso nome, direto nome não. Há pessoas, por exemplo, que conseguem casa lá em nome de outros. (...) O lote lá é doado pelo INCRA. O cara ganha, não paga nada no lote, é grátis. Parece que só tem um compromisso de construir dentro de um determinado tempo. Aí quando ele constrói é fácil."

A moradia no patrimônio ou na gleba é indicativa da situação do indivíduo. A princípio, na gleba vivem os pequenos produtores rurais, ou ainda, "os brasiguaios"; enquanto que na cidade ou patrimônio vivem os comerciantes, os funcionários públicos, os religiosos, os visitantes, que pouco ou nada tem a ver com a "luta dos brasiguaios". Podemos então considerar a residência no Centro Rural ou nas parcelas rurais ou para-rurais um plano de organização social para os moradores do PANH.

Registramos disputas entre esta dois grupos em campeonatos de futebol, onde é questão de honra que algum dos times da gleba conquiste a taça de campeão, que em 1990 estava em poder de um time da cidade. Verificam-se relações jocosas, notadamente partindo dos moradores do Centro Rural, que consideram toda e qualquer falha dos moradores da gleba como "coisa de brasiguaiio".

Esta divisão, no entanto, não caracteriza uma ruptura. Na representação dos parceleiros, diferentemente daquela das religiosas, a criação do Centro Rural é percebida como uma conquista. Diante das longas distâncias dos mercados e de postos de assistência médica, as próprias lideranças se posicionaram a favor da criação do patrimônio,

conforme relatam uma destas lideranças e o delegado sindical do STR de Ivinhema:

"Porque se nós não tem um patrimônio como é que nós ia viver. Fazer compra numa distância daquela! Não tinha condição. (...) Então criemos o patrimônio, tamos muito contente, o patrimônio tá uma barbaridade de grande."

"Esses lotes urbanos aí foi decidido por nós mesmos, que tinha que ter um centro, né, um centro tipo comercial, que precisava ter, né, nós achamos necessário."

Uma outra diferenciação identificada, seria aquela entre as denominadas parcelas rurais (ou sítios) e as parcelas para-rurais (ou chácaras). Na verdade, a subdivisão das parcelas está ligada a uma distinção bem mais significativa dentro do assentamento, qual seja, aquela entre o denominado "pessoal da primeira etapa" e "pessoal da segunda etapa", cujo ingresso no PANH causou um excesso populacional e a necessidade de criar as parcelas para-rurais.

Os segundos, tendo participado do processo de cadastramento realizado pelo INCRA, no acampamento de Mundo Novo (MS), teriam permanecido em suas lides normais no Paraguai, ou mesmo no Estado do Paraná. Retornam ao acampamento apenas quando a desapropriação é anunciada, e reivindicam seu direito à terra. Para aqueles camponeses que haviam permanecido mobilizados, este direito inexistente, pois não "enfrentaram a luta" no acampamento. As famílias da "segunda etapa" formaram um grupo. Quando se propôs que

fossem assentada nos lotes para-rurais, de menor tamanho, recusaram-se.

O pessoal da "segunda etapa" acampou em um setor do PANH, e foi neste setor que recebeu a maior parte das parcelas rurais para as suas famílias. As parcelas para-rurais acabaram sendo destinadas para casais idosos e famílias pequenas do total de cadastrados.

Ainda em relação à divisão administrativa das parcelas do PANH, registramos a distinção entre aqueles camponeses que receberam lotes com "terra fraca", e os demais. Técnicos da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (EMPAER) calculam que 60% das terras do assentamento necessitam de correção calcárea. Notadamente aquelas situadas às margens do rio Guiraí e do córrego Juqueri, além de 10% da área das parcelas para-rurais.

Os parceleiros que foram sorteados com lotes de "terra fraca" pleitearam durante anos, junto ao governo estadual, pela correção dos solos. O insucesso de suas demandas teria levado ao surgimento, no ano de 1990, do processo de "vendas de lotes". Ou seja, da transferência de direito sobre as parcelas. Ainda não existe um levantamento oficial sobre o número de parcelas transacionadas, mas seriam, em 1991, mais de cem. Resta saber se estas terras foram "compradas" por parentes de parceleiros, por outros segmentos camponeses, por comerciantes ou, ainda, por fazendeiros. Qualquer que seja o resultado, tornaria a

divisão entre "terra boa" e "terra fraca" um marco cada dia maior na distinção entre os chamados brasiguaios residentes no PANH.

Entre aqueles que permanecem no assentamento, muito como futuros proprietários de lotes de "terra fraca", a liberação da transferência de direitos, efetivada pelo INCRA em abril de 1990, é bastante discutida. Para alguns segmentos, a "venda de lotes", processo que envolve pagamento em espécie, seria uma solução encontrada para quem quer sair do assentamento sem perder o investimento já realizado em benfeitorias, conforme defende o então presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais, Asemar Luis Vieira:

"Eu acho normal o cara ir embora, quando quer ir, né. Eu acho que é muito difícil o cara viver onde não gosta. E é muito difícil ainda ele ter que largar tudo o que enfrentou, tanto tempo de barraco, sofreu tanto, arriscou a vida da família dele. Largar, ir embora sem direito a nada, pra ele é uma injustiça. Então se o outro tem condição então ele deve pagar uns trocos pra ele ir embora, né. Eu acho que é normal, isso aí. Eu acho, na minha cabeça."

Para outros assentados entrevistados, aquela solução individual de "venda de lote" ameaça o coletivo, uma vez que permite o ingresso de pessoas estranhas ao movimento dos chamados brasiguaios e possibilita o risco de partes significativas da gleba transformarem-se em fazendas, pela concentração de parcelas sob o domínio de um único dono:

"Que eu tô ouvindo uma conversa aí que o povo diz que compra até de dez, né. Até desanimei. (...) Porque depois a gente fica

imprensado no lugar, aí não tem jeito de sair do meio dos fazendeiro ai, né. (..) Agora os companheiro tem uns que não garantiu nem a metade do sofrimento nosso. Que tá pegando o que é dele, tá disponhando por qualquer coisa. Eu acho prá mim que isso daí tá muito prejudicado com nós mesmo, que eu acho que nós mesmo tinha que resistir pelo menos uns dez anos igual que foi falado, né. (..) Tem muito companheiro aí que sofreu e não tá dando valor no sofrimento".

Para estes segmentos camponeses que resistem em suas parcelas, estas significam muito mais do que aquela fração individualizada e numerada do órgão fundiário. Recebem simbologia própria no seu sistema de representação. "Estar em cima do lote", neste sentido, significa a conquista de um território através da mobilização e da luta política conforme narra um parceleiro que se recusa a sair do assentamento:

"No Paraguai não tava bem.
Bem tô hoje, porque sou dono do que é meu.
Tô trabalhando prá mim".

Todos estes diferenciadores vistos até agora estão relacionados à moradia em uma determinada parcela ou lote do assentamento. Veremos a seguir de que forma se deu o sorteio destas unidades fundiárias, com consequencias significantes para o surgimento de outros planos de organização social.

A organização em grupos, conforme analisamos anteriormente, foi fundamental para o retorno dos chamados brasiguaios ao Brasil, em junho de 1985. No grupo eram atualizadas redes de vizinhança em localidades paraguaias ou ainda redes de parentesco em mais de um local, em território paraguaio. Dentro do acampamento, a mobilização por grupos

tinha contrapartes espaciais, conforme narra uma das lideranças do grupo "Guavira":

"Tudo unido, mas cada qual tinha o seu grupo, cada qual tinha o seu canto. Aqui é o grupo fulano, aqui é outro grupo. Então era tudo unido mas cada qual tinha sua separação de grupo, a união era junto, as briga era junto, trabaio era junto, mas sempre tinha separação de grupo".

Esta organização espacial, definida socialmente, foi fundamental para que o convívio prolongado de quase sete meses, no acampamento de Mundo Novo (MS), não resultasse em conflitos. Conforme Durkheim (1973), para prevenir a emergência de choques e disputas, torna-se necessário que, a cada grupo particular, seja determinada uma porção determinada do espaço: "é preciso que o espaço total seja dividido, diferenciado, orientado, e que estas divisões e orientações sejam conhecidas de todos os espíritos". (DURKHEIM, 1973:453)

Quando acontece a transferência para a área desapropriada, nos meses de dezembro e janeiro de 1986, ainda não haviam sido sorteados os lotes. Os antigos proprietários ameaçavam retomar o imóvel à força, e vinham retirando madeira diariamente. Houve mesmo tentativas de destruição da mata com desfolhantes químicos. Numa estratégia de defesa e de vigilância, aquele acampamento de Mundo Novo subdivide-se em cinco menores, os quais, espalhados por diversos pontos da área, mantiveram unidos alguns grupos, enquanto outros eram separados (Mapa nº 14):



Mapa 14 - LOCALIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS DO PANH



"A preocupação quando da vinda do pessoal aqui foi de colocar o pessoal em toda área de terra, isso era prá evitar uma ocupação por parte dessas pessoas. Porque naquele momento corria um boato que a SOMECO queria jogar bóia-fria aqui dentro. Então nós tinha uma preocupação de vigiar toda a área de terra. Então foram colocados acampamentos desde o início da gleba até o final da gleba".

Quando do sorteio dos lotes, os grupos impõe ao órgão fundiário a manutenção da divisão social e espacial pré-existente. Ou seja, o sorteio realizou-se por grupos. Conforme o local de seu acampamento e o número de seus membros, era destinada uma área do assentamento e um número determinado de parcelas. Desta maneira, foram mantidas muitas das relações de vizinhança, parentescos e amizade que formaram os grupos, em território paraguaio, e que se consolidaram no chamado "tempo do acampamento":

"Cada grupinho tinha seus líderes e aí foi destinado um número de lotes para aquele grupo, pela quantidade de famílias que tinha cadastradas e foi sorteado naquele local".

O momento do sorteio das parcelas é de extrema tensão para os acampados. Já estando há quase um ano acampados dentro da área desapropriada, conheciam muito bem os locais de "terra fraca", assim como aqueles com as melhores propriedades. Haviam ainda auxiliado os técnicos do órgão fundiário a demarcar as parcelas. Faltava apenas colocar as placas com os números, o que só aconteceu após o sorteio:

"O sorteio acabou era umas onze e meia da noite, acabou o sorteio cada um tinha um número de lote, mas ninguém sabia onde era e

como era. Mas ninguém dormiu, viu, só se ouvia aquela conversera no acampamento, assim. No outro dia, de madrugada, já tinha gente andando, andando pra cá, andando pra lá, se informando para onde que é, onde é, onde não é. Porque trouxe muita expectativa porque a terra não era toda igual, tinha uma parte de terra fraca, e ninguém queria ir pra lá, sabe. Havia alegria e havia tristeza, porque o pessoal que pegou as terra fraca, houve uma reunião à noite, sabe, o pessoal chorando, agitado".

Os meses que se seguiram ao sorteio foram de dispersão. Após quase dois anos de convívio ininterrupto, aquelas quase mil famílias passam a viver um processo de individualização. Cada grupo familiar, como um todo, estava ocupado em trabalhos de desmatamento, construção de casas, poços, entre outras atividades. Conforme representação de um parceleiro, "cada qual foi cuidar de seu lote".

Com o passar do tempo, porém, os nomes dos grupos, que reproduzem os nomes das localidades paraguaias onde residiam grande parte de seus membros, reaparecem nas expressões usadas para identificar um conjunto de parcelas ou moradias.

Também nos atendimentos feitos na Associação dos Trabalhadores Rurais os camponeses tem seus nomes classificados por grupo.

Aquelas rivalidades observadas entre os grupos, conforme analisamos ao descrever o processo de cadastramento, tem na Associação dos Trabalhadores Rurais o espaço ideal para seu desenvolvimento. Sua primeira diretoria, formada pela maior parte das chamadas lideranças, envolveu-se em alguns problemas administrativos. Com o

agravamento das denúncias, um outro agrupamento de lideranças intervém na associação.

A primeira diretoria, ao sair, leva consigo os sócios pertencentes a seus grupos, e que se mantém leais às suas lideranças. Os oitenta sócios atuais da Associação dos Trabalhadores Rurais, em sua maior parte, pertencem ao grupo "Guadalupe" e "Ponte Quirra", cujas lideranças derrubaram a diretoria anterior.

O pertencimento aos grupos, indicativo do domicílio anterior, é plano fundamental de organização social do PANH. É um plano que se sobrepõe à divisão em parcelas, influencia nas formas de organização voluntárias e nas denominações informais de localidades ou "linhas" dentro do assentamento. É representativo de redes de parentesco e de vizinhança anteriores, no Paraguai.

Cruzando os dados de pertencimento aos grupos ("procedência") com os dados de naturalidade, observamos que o grupo "Guadalupe" concentra o maior número de chefes de família nascidos nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Aqueles naturais do Estado de Minas Gerais estão em maioria no grupo "Maracaju", mas também são representativos no grupos "Figueira", "Santa Rosa", "Ponte Quirrá" e "Guavirá". Os naturais do Estado do Paraná, grande maioria (34%), estão presentes em todos os grupos, com uma concentração maior no "Santa Rosa", onde registramos também grande número de chefes de famílias natural do Estado da Bahia.

Note-se que as identidades regionais estiveram aparentemente encobertas, durante o período em que estiveram organizados politicamente enquanto brasiguaios. Também em território paraguaio, conforme o discurso dos chamados brasiguaios, não havia nenhum plano organizacional em torno da origem no Brasil. Obviamente que estas afirmativas - feitas em momento de luta política onde importava passar a idéia homogênea de brasileiros ou brasiguaios - devem ser relativizadas.

O assentamento na Gleba Novo Horizonte permite o ressurgimento dos regionalismos. Rivalidades, por exemplo, entre indivíduos naturais do Estado do Rio Grande do Sul - "gaúchos" - Santa Catarina - "catarinenses", "catarina" ou "barriga verde" - e Paraná - "paranaenses", fazem parte do cotidiano. Registrei algumas brincadeiras feitas entre estes grupos regionais, conforme se segue:

"Sou catarinense, graças a Deus. Catarinense é barriga verde porque gaúcho comia capim."
"Paranaense é gaúcho cansado!"
"Os gaúchos e os paranaenses vão contruir uma ponte por cima de Santa Catarina, prá se visitar sem ter que sujar o pé naquela terra!"

Uma das perguntas mais frequentes que ouvi no trabalho do campo, no assentamento, foi "Qual a sua nação?" Nação aqui tem o sentido de unidade da federação de nascimento. Pertencer à uma "nação", no PANH, pode ser considerado um plano de organização social importante, que aciona redes de solidariedade.

Registrei casos de filhos e netos de parceleiros que assumem estas identidades regionais, não obstante terem nascido no Paraná, ou no Paraguai:

"Eu, graças a Deus, eu sou filho de gaúchos, de Getúlio Vargas, o grande homem. Eu graças a Deus, sou catarinense, mas filho de gaúcho"

Uma informante, cujos pais e avós nasceram no Estado do Rio Grande do Sul, mas natural do Estado do Paraná, relativiza esta naturalidade ao fazer declarações sobre a "linha Gaúcha", onde reside:

"É, aqui tem muito gaúcho, nessa linha a maioria. Tem um mineiro no meio dos gaúchos, só. Prá mim é o primeiro vizinho aqui prá cima, Tonhão. O resto é tudo gaúcho"

Estes descendentes de "gaúchos" fazem questão de enfatizar sua condição no discurso e em atitudes consideradas "típicas" como tomar chimarrão, preparar bons churrascos, e dedicar-se ao cultivo do fumo. Mesmo para aqueles naturais do Rio Grande do Sul, observei que muitos saíram daquela unidade de federação ainda crianças.

Poucos tem o sotaque tradicional do "gaúcho" do interior, sequer usam as expressões que os caracterizam. Não obstante, as festas na "Linha Gaúcha" são invariavelmente animadas por conjuntos típicos "gaúchos", e as músicas que prevalecem são o vanerão, o xote carrerinho, entre outras. Diversamente do sul do país, e dos integrantes dos conjuntos, os moradores das redondezas, "gaúchos" por auto-definição, não vestem-se à carater, "pilchados", conforme narra um dos moradores da "Linha Gaúcha":

"Esses pessoal daqui é difícil que vá de bombacha. Tem alguns que tem, né, mas não usam, de medo, de vergonha dos outros notarem, né. Se não fica feio ... Tinha um peão lá que ele é gaúcho, tinha tudo que é pra gaúcho. Mas não usava, de vergonha. Vergonha dos outros dá risada dele. Não tá acostumada, a maioria pra lá é mineiro, nortista, eles, sei lá, não acham bonito, decerto..."

A disputa entre "gaúchos" ou "sulistas" e "mineiros", "baianos", "nortistas" ou ainda "nordestinos" também aparece nesta declaração, jocosa, de um parceleiro natural do Rio Grande do Sul:

"Nordestino diz que mora na Linha Gaúcha e fica goordo"

Para os técnicos da EMPAER encarregados da assistência agrônômica aos parceleiros do PANH, o par de oposição "sulista" - "nortista" é utilizado com forte sentido estigmatizante. Consideram os "sulistas" ou "gaúchos" melhor capacitados tecnicamente, mais trabalhadores e com maiores condições de "progredir". Existem mesmo sugestões para que, nos próximos assentamentos administrados pelo órgão fundiário, se instale separadamente estes dois grandes grupos.

Poderíamos ampliar ainda mais as diferenciações com o acréscimo das identidades étnicas propriamente ditas, comuns entre os descendentes de imigrantes europeus, conforme Seyferth (1992). Não registramos no assentamento situações concretas de emergência deste plano organizacional. Percebemos, isto sim, uma recorrência maior

de casamentos entre descendentes de "alemães", "italianos" ou "polacos", com indivíduos de fora destes grupos étnicos.

A única observação feita sobre o acionamento destas identidades étnicas refere-se ao desapontamento de um rapaz, descendente de poloneses por parte de pai e de mãe, pelo fato de, no Paraguai, sua origem étnica não ter sido levada em consideração na disputa por benefícios ou no tratamento dado pelas autoridades daquele país:

"Nós, polaco, eu pensei que porque eu era polaco eu ia me dar bem lá no Paraguai. Eles me ferraram!"

Com mais raridade ainda, se observam referências feitas a crianças ou adolescentes nascidos naqueles anos em que a família viveu no Paraguai, como "paraguaios". Não registrei nenhum caso - entre estes citados - de "paraguaio" com auto-definição.

A naturalidade, enquanto plano de organização social, aparentemente não muito eficaz no Paraguai e no acampamento de Mundo Novo (MS), reaparece com força no momento de individualização. É um plano que se sobrepõe ao de residência em determinada parcela à divisão em grupos e aos limites do assentamento, ligando os indivíduos que assumem estas identidades regionais aos seus Estados de origem.

Um outro plano de organização social é aquele do pertencimento à conjunto de parcelas ou moradias designadas por uma única expressão (MAPA no. 15). Me refiro aquelas denominações de uso comum, não oficiais, que indicam o local

Mapa 15 - "LINHAS" DO PANH

TOCO
DO
IPE

MATÃO

ÁGUA
DA

LINHA
GAUCHA

ERVERA

ONÇA

SANTA
ROSA

REDE DE
LUZ

REPRESA

OU
FIGUEIRA

VILA
PATRIMÔNIO
CIDADE

PORTERA

OU
PONTE QUIRRA

INFERNINHO

GUAVIRÁ

OU SERGIPE

GUADALUPE

LINHA VIVA

de moradia. São elas: "Matão", "Linha Gaúcha", "Erveira", "Ponte Quirrá" ou "Porteira", "Guavirá" ou "Sergipe", "Linha Viva", "Guadalupe", "Inferninho", "Santa Rosa", "Represa", "Rede de Luz", "Água da Onça" ou "Figueira" e "Toco do Ipê".

Algumas destas denominações devem-se à acidentes naturais, pré-existente à chegada dos chamados brasiguaios no assentamento. No "Matão" existia uma densa mata; Na "Erveira", árvores de erva mate, e no "Toco do Ipê" um tronco desta árvore, na beira da estrada. Duas denominações referem-se à ação do homem no local, "Represa" e "Rede de Luz". Outras duas revificam a idéia de "linhas", característica dos estados meridionais. Na "Linha Gaúcha" observa-se uma concentração de pessoas nascidas no Estado do Rio Grande do Sul. A "Linha Viva" chamava-se "Linha Morta", pois a estrada que a cruzava terminava nos últimos lotes. Com a construção de uma estrada de ligação com uma outra, maior, mudou seu nome. "Inferninho" tem este nome, conforme relatos de parceiros que não vivem ali, por ser o local onde se instalara um acampamento caracterizado pela sucessão constante de brigas e "fofocas".

As demais denominações dão continuidade aos nomes dos grupos que acamparam naquele local: "Figueira", "Santa Rosa", "Guadalupe", "Guavirá" e "Ponte Quirrá". Registrei uma tendência à substituição dos nomes dos antigos grupos por outros mais atualizados no cotidiano de assentamento. "Guavirá" tem sido mais comumente chamada de "Sergipe", comerciante e uma das lideranças do grupo. Da mesma maneira,

"Água da Onça", denominação pré-existente ao acampamento na área, vem substituindo a denominação "Figueira". Ouvi mais referências à "Guadalupe" como "lá no seu Antônio", liderança do grupo Alvorada em cuja parcela, às margens do rio Guiraí, há uma praia muito apreciada pelos moradores da gleba. "Ponte Quirrá", igualmente, passa a ser mais comumente chamada de "Porteira", conforme relatou um morador local:

"E a Porteira é aqui né. É Porteira ou Ponte Quirrá. É uma coisa só. Aqui o que eles mais falam é Porteira, Porteirão. Ponte Quirrá tá mais apagado agora, no início de tudo era mais Ponte Quirrá, agora é mais Porteirão (...) porque o INCRA era aqui em baixo, né, e a estrada do INCRA tinha, assim, uma Porteira."

Todas estas denominações tem um sentido aglutinador. Umás mais do que as outras, por serem a continuidade de agrupamentos pré-existentes, nos acampamentos. São nomes que permitem ao indivíduo apontar aquele local do assentamento onde ele vive, tem os seus vizinhos, sua parcela. Quando perguntava "E o senhor, aonde mora?", dificilmente obtive como resposta o número da parcela, muitas vezes desconhecido para membros do próprio grupo familiar e vizinhos. Invariavelmente a resposta era "na Porteira", ou "no Matão", e assim por diante.

Estas denominações locais vem se institucionalizando e se integram na região, via mercado. Na passagem de ônibus que faz o trajeto Novo Horizonte - Ivinhema, elas aparecem

com algumas de suas grafias, mais uma vez, readaptadas a um novo cotidiano, conforme reproduzido abaixo:

EXP. STA. RITA LTDA.	
CGC 02966299/0001-69 Inscr. Est. 28 241 748-6	
Glebo Novo Horizonte - MUN. IVINHEMA - - MS -	Nº 1764
Esta Passagem só é válida para o Dia e Hora nela Mencionadas.	
VOLTA	
Valor NCz\$	Data
23000	15-06-90
Hora	Visto
<input checked="" type="checkbox"/> Ivinhema <input type="checkbox"/> Someco ou Esquina <input checked="" type="checkbox"/> Novo Horizonte <input type="checkbox"/> Toco do Ipê <input type="checkbox"/> Rede de Energia <input type="checkbox"/> Represa <input type="checkbox"/> Santa Rosa <input type="checkbox"/> Guarda Lupe <input type="checkbox"/> Ponte Kuirra <input type="checkbox"/> Guoivirá <input type="checkbox"/> Linha Viva <input type="checkbox"/> Água da Onça <input type="checkbox"/>	

A moradia nestes locais é outro principio de afiliação, que se sobrepõe aos demais já citados. Um morador de "Guadalupe" pode não ser membro do grupo do mesmo nome, enquanto que muitos destes residem na "Linha Gaúcha". Esta, como vimos, não é moradia exclusiva de individuos nascidos no Estado do Rio Grande do Sul.

Vivem mais de 1.600 famílias nas parcelas rurais e para-rurais do PANH. A residência em determinada parcela, delimitada pelo órgão fundiário, é relativizada momentos após o sorteio dos lotes. Aqueles parceleiros que pertencem à mesma família extensa e não sortearam lotes contíguos, trocam de lotes com seus companheiros, para que isto aconteça. A parcela do órgão fundiário transforma-se no espaço familiar onde residem e trabalham diversos grupos nucleares da mesma família extensa. Duas ou mais parcelas individuais contiguas transformam-se da mesma forma na terra de uma só família. Em muitos outros casos, estes familiares arrendam em lotes de outros parceleiros, enquanto aguardam uma possibilidade de obter terra, notadamente ocupando algum imóvel próximo ou pelo processo de "venda de lote". Registramos ainda trocas de ajuda mútua entre membros de um mesmo grupo familiar, que desconhece limites de parcelas:

"Tenho irmão no Mato Grosso, mas a maioria tá tudo aqui, tem um que tem lote, outro tá na Itassu. Os outros tá com o pai, tem duas irmã soltera ainda e quatro irmão soltero. Estes tão arrendando fora, não tem que chega.

Aqui no meu lote tá meu marido e o irmão dele. O irmão dele já conseguiu um lote,

aqui mesmo, ai ele já vai embora, fim do mês. Aí esse casal de peão que tá aí, eles vão cuidar do nosso pedaço lá, lá na Água da Onça".

A lógica de reprodução dos grupos familiares deve ser entendida através do processo de deslocamentos que os caracteriza. Em se tratando de camponeses que vem mantendo sua condição de pequeno-proprietários observa-se que, assim como o Paraguai foi uma etapa daquele deslocamento, Novo Horizonte o é agora.

A partir do assentamento, já ocorreram algumas ocupações de terra em municípios próximos. Delas participaram filhos solteiros, filhos casados mas sem parcela, genros e irmãos de parceleiros do PANH. Através das redes de parentesco, se amplia a área objeto de pressão; interseccionam-se planos que ligam o PANH com o Paraguai; com as novas áreas ocupadas; com os locais de origem, no Brasil, de onde costumam vir parentes, na época da safra.

No lote 221, do Sr. Antônio Cândido Rodrigues, residem e trabalham, além de sua esposa e filhos e filhas solteiros, um filho recém-casado com a esposa e um bebê. Na mesma parcela reside ainda um irmão de seu Antônio, com sua família nuclear, e o sogro. Cada um em sua própria casa. No lote 322, no "Matão", além dos parceleiros, Sr. José Vieira, com esposa e filhos, residia, em 1990, seu irmão Joaquim, com a família, em casa separada. Em 1991 seu Joaquim "comprou um lote".

Uma outra estratégia identificado para familiares de parceleiros não contemplados com lotes na área rural, e

dispostos a obter terra, foi a solicitação de parcelas no Centro Rural. Ali construíram residências provisórias e foram vivendo de arrendamentos ou pequenos comércios. Muitos deles se organizaram junto com os sem terra da região e ocuparam a fazenda Itassu, no Município de Itaquiraí, em janeiro de 1990. Quando ingressei no assentamento, em março, observei muitas casas fechadas no patrimônio. Conforme explicou o Prefeito Municipal de Ivinhema, seriam destas famílias que ocuparam o imóvel. Naquela safra, verificou-se falta de braços para a colheita do algodão, uma vez que estava ausente parte fundamental da mão de obra familiar, os filhos adultos.

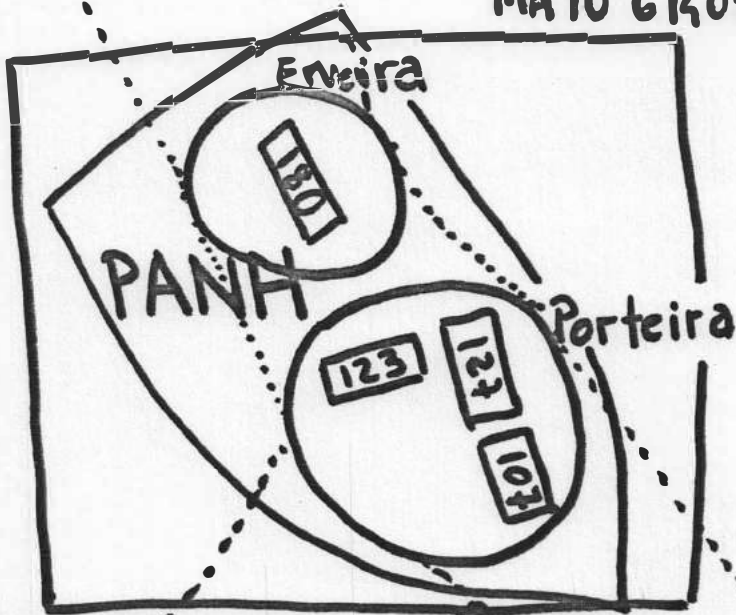
A seguir apresento uma representação gráfica da organização espacial dos membros da família Duarte. O Sr. José Duarte é parceleiro, e vive com a esposa, Dozolina, e os filhos solteiros Rubens e Rosinha, no lote no. 123, localizado na "Porteira". Os fundos da parcela de seu José é limitado com o lote 127, de seu filho Valdevino, casado. Em frente à parcela do filho, está o lote 107, de um grenro de José Duarte. Apenas um membro da família, o filho João, vive afastado, a 4 quilômetros, na "Erveira", parceleiro do lote no. 180.

A filha caçula do casal, Rosane, permaneceu morando no Paraguai, ao lado do marido, também brasileiro. Seu Duarte e sua espôsa tem ainda três filhas. São casadas com pequenos proprietários rurais, e vivem em Palotina (PR) e em Sinop (MT).

MATO GROSSO



MATO GROSSO DO SUL



PARANA'



Yijhovi



PARAGUAI

Através de vínculos de parentesco, o Projeto de Assentamento Novo Horizonte intersecciona-se ao Paraguai. Existe um intercâmbio constante de notícias, negócios e visitas. Diariamente sai o ônibus para Mundo Novo (MS). Na rodoviária deste município existem vários horários de viagem para Salto del Guaira, capital do Departamento Canindeyu, a apenas 15 quilômetros. De Mundo Novo (MS) também se alcança o oeste do Paraná e o sul do país.

Os planos organizacionais já vistos sofrem um novo recorte se trabalharmos com o pertencimento à organizações voluntárias ou de representação. Atuam no PANH o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivinhema, a Associação de Trabalhadores Rurais, o "Grupo dos Onze", diversas cooperativas da região, inclusive uma formada em sua maior parte por beneficiários da reforma agrária (COPAGRAN).

A ATR foi fundada em 1986, com o objetivo político de agilizar as negociações com o MIRAD e com o governo estadual. A seguir, o depoimento do seu presidente, no ano de 1990:

"Tava acampado ainda, tava todo mundo nos grupos acampado, né. Foi fundada a Associação mais pra negociação, né, como até hoje, prá representar, porque não adiantava ir uma equipe hoje negociar, amanhã outra, eles não atendiam ninguém. Então pra achar uma forma de negociar, centralizar a negociação, então fundaram a Associação".

Nos seus quatro anos e meio de existência, a Associação dos Trabalhadores Rurais teve uma trajetória bastante atribulada, marcada por crises econômicas e

políticas, apesar de um início promissor, conforme prossegue narrando seu presidente:

"Quando começou, começou com dinheiro bão. Ixi.. na época, naquela época, começou com 150 mil e uma camioneta D-10, a diesel, boa. E já tinha a serraria, caminhão, trator, tudo funcionando. Depois veio mais um convênio com a EMPAER pra comprar outro trator e implementos".

Sucederam-se problemas administrativos sérios, sobre os quais só temos a versão da atual Diretoria, exatamente a que entrevi na primeira, formada por lideranças bastante destacadas no processo de luta pela terra. Destas, uma se afastou por problemas emocionais decorrentes da situação formada na Associação, outra retirou-se do PANH pelo mesmo motivo. Das que ficaram, algumas limitam-se a colocar que o que houve foi um problema de inexperiência e de perseguição da CPT e outras recusam-se a falar alegando solidariedade às demais.

É motivo de orgulho para a atual Diretoria narrar exaustivamente como conseguiram saldar todas as dívidas e retirar da Justiça o nome da Associação, a qual oferece hoje a seus sócios serviço de serraria, máquina de arroz e de fubá, com 50% de desconto. O número inicial de sócios, que foi de 63, sobe para 600 quando a antiga Diretoria divulgou que apenas sócios teriam direito a receber a primeira parcela do PROCERA- Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Com o desmentido desta afirmativa, a crise econômica, a intervenção, o número de sócios estabilizou-se hoje em 92. Através do número de seus lotes (apenas




parceiros podem se associar), tivemos condições de localizá-los na representação cartográfica do PANH (Mapa 16). Do exercício resultou a constatação de que na sua maioria residem na Linha Gaúcha, na Erveira e na Porteira, o que é confirmado pelo atual Presidente:

"Esse grupo aqui da linha do Matão, da Linha Gaúcha e da Erva e da Porteira é o foco mais forte, que pega essa faixa aqui(...) tinha um pessoal mais interessado aqui. Porque a Diretoria é a maior parte daqui. Tem três lá de cima, tem o T. que é do Cabo de Luz, do Toco do Ipê tem o V. e o D. E o resto fica aqui, dessa linha. Que o N. é da Porteira, o resto é tudo daqui mesmo. Desse meio aqui. Talvez porque aqui o foco mais interessado... porque a turma pegou mais junto. E os outros muitos não pegaram, não ajudaram, não tão hoje na Associação de medo de ter que assumir as contas, eles como pessoa, as contas da Associação. Ele não é da Associação, os sócios tem que pagar."

Ao usar a expressão "eles como pessoa", o Presidente da ATR deixa transparecer o que ocorre, de fato, no cotidiano dos atuais sócios. Não é a toa que quem assume a organização num momento de grave crise econômica é exatamente aquele segmento camponês com melhores condições econômicas para fazê-lo. Como já vimos, os "gaúchos" e "catarinenses" caracterizam-se por virem de famílias tradicionalmente proprietárias de terra e contam com apoio de membros do grupo familiar que residem fora do PANH.

Prevalecem antigas redes de lealdade entre as lideranças e entre as lideranças e membros dos grupo que lideram. Inclusive o Presidente em 1990, também liderança, tem um discurso conciliatório, apostando que o retorno de

Mapa 16 - PARCELAS DE SÓCIOS DA ATR E DE SÓCIOS DO STR

-  Parceleros sócios da ATR
-  Parceleros sócios do STR
-  Arrendatários sócios do STR



algumas lideranças fortaleceria a Associação. Desta forma, reforça a importância política das mesmas, o que também foi feito pelo órgão fundiário ao exigir a assinatura de um número significativo das mesmas no documento de transferência de direitos sobre as parcelas.

Não pensa assim o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ivinhema. O delegado sindical que o representa na Gleba Novo Horizonte não é uma liderança, mas destacou-se no período de acampamento. Este tem atuado de maneira a fazer prevalecer a autonomia sindical diante das questões internas do PANH. Em reunião marcada para discutir o problema da "venda de lote", foi o único, entre lideranças e sócios da ATR a posicionar-se contra, ou exigindo que, caso continuassem, se desse preferência na compra à filhos de parceiros. A narrativa feita pelo Presidente da Associação sobre esta reunião é demonstrativa de como se interseccionam os planos formados pelas duas organizações:

"Cheguei lá, uma discussão grande. O V.(D.S.) numa briga sózinho. Eu falei, não adianta nem entrar, entrar é tomar pau. Depois eu falei prá ele: não adianta V., a gente não dá murro em ponta de faca(...) São altamente criticos esses caras (as lideranças), todos eles, que eu tenho conhecimento. Que nem eu sou também. Se depender de por oposição a gente sabe como pegar, né? Agora eu vou dar pau lá, eles ficam com raiva de mim, eu não tenho mais força nenhuma mais perante eles depois, a liderança. Então eu fiquei bem quieto. (...) Porque eles gostam de mim, trabalham de acordo comigo. (...) Então eu falei: não adianta debater com esses caras aí, amanhã ou depois eu fico sozinho. Sózinho eu já teve um tempo. Porque pela Associação mesmo, o primeiro ano ninguém gostava, dessa

liderança, todo mundo era bicho. Hoje não são sócios mas apoiam(...) Só que a própria Associação não aceita muito esses caras, por questão anterior. A cagada foi feita por dois, três, e os outro paga junto. E eles ficam com vergonha, também, porque na época tavam dentro e agora diferencou."

O conflito existente entre as lideranças que estão fora e dentro da Associação tende a desaparecer quando confrontam-se com elementos externos, no caso o STR de Ivinhema. Reconhecido em janeiro de 1975, realiza seu trabalho à nível municipal, nas diversas glebas existentes. Fala em nome dos sem-terra, e neste sentido foi sua primeira atuação, pouco feliz, entre os camponeses acampados na área do PANH, conforme conta uma liderança:

"O Sindicato do Ivinhema, naquela época eles entraram bastante aqui(...), mas eles queriam naquela época que nós cortasse o lote, lote de 10,12 alqueire que nós tinha, que nós tem hoje, eles queriam que baixasse para cinco alqueire, prá entrar aquela turma de Ivinhema. Então nós não aceitamos. Então porque não lutaram que nem nós lutemos?"

A sindicalização foi eficaz para dois segmentos de camponeses da Gleba Novo Horizonte: o chamado "pessoal da segunda etapa" e aqueles familiares de parceleiros que não possuem lote. Conforme declara o D.S.:

"A maior parte dos sindicalizados(...) são daquele pessoal da segunda etapa, que buscou apoio no sindicato quando deu a briga pelo número de lotes."

O sindicato, para estes dois grupos, funciona como apoio externo quando o dos vizinhos falta e como possibilidade de participação organizada em ocupações de terra a nível estadual.

São 88 os camponeses sindicalizados da Gleba Novo Horizonte, 50% deles no ano de 1986. A eleição de um delegado sindical aconteceu em 1989.

A ação conjunta ATR/STR não tem funcionado, apesar de existirem sócios comuns às duas organizações. O que diferenciaria a atuação das duas, para o D.S., seria que a primeira se especializou em questões econômicas, enquanto o sindicato trata também de questões políticas:

"É difícil trabalhar junto o sindicato e a Associação. Na Associação não tem muitos sócios do sindicato. A Associação trata mais dos problemas econômicos."

Uma outra organização identificada, o chamado "Grupo dos Onze", é bastante conhecida e citada de forma respeitosa por funcionários do aparelho de poder:

"Tem uns grupos bem mais fracos... Mas que sobressai tem o grupo do V., que parece que é mais unido. É o que está mais na frente, mas os outros não seguem como exemplo."
(Técnico responsável pelo escritório da EMPAER no PANH)

O "Grupo dos Onze" foi criado logo após o sorteio dos lotes, por membros do grupo "Ponte Quirrá". Estes residem na "Porteira" e na "Erveira", em lotes relativamente próximos. Cinco deles são naturais dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dois são irmãos.

Seus objetivos são econômicos, sobretudo, conforme conta um de seus membros:

"Foi dentro da própria necessidade (...) O objetivo foi juntar as forças para tentar comprar um trator. Tá difícil competir, a lavoura manual com a lavoura mecanizada. (...) Fizemos mutirão em todas as parcelas,

pra roçar mato, derrubadas. Foi dos poucos mutirão em Novo Horizonte."

Construíram um mercadinho, que funciona bem mas não resistiu aos desdobramentos da política econômica do governo:

"Chegou a vender bastante, porque não tinha o núcleo urbano. Vendia pra Porteira, pra Erveira. (...) Paramos pela inflação. (...) Decidimos parar para recomeçar no lado da Escola, no lote do meu pai. Ainda não deu, mas vamos nos reunir para discutir de novo."

Todos os 11 participantes são sócios da ATR, e segundo um deles "A Associação continua de pé porque o nosso grupo segura". Apenas um é sindicalizado, exatamente o delegado sindical.

Os planos de organização social vistos envolvem apenas 11% dos camponeses que residem e trabalham no PANH. Resta saber se os 89% restantes não fazem parte dos mesmos apenas por solidariedade às antigas lideranças ou não. Em caso de resposta negativa, será preciso explicar porque a organização, tão importante durante o processo de luta pela terra, tende a ser substituída por outros níveis de afiliação.

A resposta, em parte, me foi dada pelo fotógrafo que trabalha no assentamento, ao relatar que muito de seu sustento vem das fotos 3x4 que tira para os parceleiros que se associam em massa às grandes cooperativas da região. Estas empresas cerealistas financiam semente e insumos, e o pagamento é feito em produção. Este tipo de relação - o mesmo que mantinham no Paraguai - parece cristalizado entre

pequenos produtores rurais com baixa capacidade de acumulação.

Existem 15 capelas católicas no PANH, localizadas junto às escolas. Os templos protestantes (de 17 seitas distintas) não foram contabilizadas pelas autoridades, mas sabe-se que são em grande número, espalham-se por toda a área, geralmente sobre lotes de fiéis, e congregam mais de 50% dos camponeses.

As capelas católicas são administradas por segmentos da Comissão Pastoral da Terra. A força política desta entidade confessional dentro do PANH é ainda significativa, e confunde-se com a própria questão religiosa. Apoiar ou ser contra a CPT divide internamente os católicos.

A CPT participou do processo de organização do retorno dos chamados brasiguaios ao Brasil, e esteve presente durante todo o período de mobilização em forma de acampamentos, quando seus membros tinham peso político importante em todas as decisões tomadas. Após o sorteio dos lotes, sofrem duas derrotas sucessivas, quando se posicionaram contra a criação do núcleo urbano e contra a entrada de professoras de fora. Acreditavam que a organização dos camponeses deveria manter-se fechada para o exterior, que se mantivesse a união do "tempo do acampamento".

A CPT organiza os camponeses em comunidades cristãs, cada qual com um ou mais animadores. Cada uma das 15 comunidades está referenciada a uma capela, a qual traz seu

nome da capela que frequentava no Paraguai (Mapa no. 17). Três animadores são lideranças e um é delegado sindical. A função dos mesmos é coordenar os cultos dominicais, organizar a catequese e os chamados grupos de famílias e grupos de jovens. Residem no PANH duas religiosas da Congregação Filhas da Caridade de São Francisco de Paula, e dois seminaristas da Congregação Palotina. As primeiras são encarregadas do Posto de Saúde, os demais dos cultos. Uma vez por mês, dois padres da Paróquia de Glória de Dourados rezavam missa nas 15 capelas. Desde 1991, há um padre residente.

A clivagem entre "católicos" e "crentes" é significativa, está presente no cotidiano dos camponeses. A força política dos "crentes" começa a fazer-se sentir, sendo que representantes de três de suas igrejas (Assembléia de Deus, Adventistas de Sétimo Dia e Sã Doutrina de Sétimo Dia) participaram das discussões sobre a festa de aniversário da volta ao Brasil que se realiza todos os anos, tendo conquistado em 1990, pela primeira vez, o direito de participar do culto religioso. A Igreja Católica e as três igrejas protestantes citadas programaram juntos um Culto Ecumênico, o primeiro da história do PANH.

Para controlar e vistoriar a utilização dada pelos camponeses aos empréstimos feitos pelo BNDES, os chamados PROCERAS, o órgão fundiário responsável pelo PANH conveniou-se à EMPAER, que destacou cinco técnicos. Estes dividiram a totalidade das parcelas em 35 grupos, o critério sendo a

Mapa 17 - CAPELAS LOCALIZADAS NO PANH

† Na Sra
de Fátima

† Na Sra
Salette

† S Vicente
Paula

† S. Paulo

† Rainha
dos
Apóstolos

† S. Francisco

† S. Sebastião

† Sta Luzia

† S. João
Batista

† S. Pedro

† Nossa
Senhora
Aparecida

† Bom Jesus

† Perpétuo
Socorro

† S. José

† Santo
Antônio

proximidade geográfica, sem levar em consideração relações sociais, familiares e econômicas pré-existentes que agrupassem os detentores destas parcelas de forma distinta.

"A gente foi pegando assim... de eitão."
(técnico da EMPAER)

As reuniões dos grupos são realizadas nas escolas próximas, e cada um deles escolheu seu nome (Mapa no. 18). Dos 35 nomes, apenas quatro são nomes dos grupos ou dos locais de origem no Paraguai: "Carapan", "Figueira", "Alvorada" e "Corpus Christi". Nove tem denominações religiosas "São Sebastião", "São José", "São Pedro", "Santa Fé", "Salvador", "Santo Antônio", "São Pedro", "Capelinha" e "Cristo Rei". Três repetem o nome de locais, que não os já citados ("Figueira"): "Represa", "Porteira" e "Linha Gaúcha". Dois adotaram o nome das escolas onde se reúnem: "Villa Lobos", e "Cora Coralina". Nove tem nomes que são ligados à sua localização: "Água Boa", "Nova Esperança", "Travessão 13", "Aeroporto", "Esquina Progresso", "Posto de Saúde", "Volta Redonda", "Guiraí" e "Alto de Saúde". Dois escolheram nomes de camponeses que se destacam nos mesmos: "Mixirica" e "Capixaba". Seis grupos escolheram seus nomes enfatizando solidariedades anteriores: "Boa Sorte", "Unidos" (coincidente com membros do "Grupo dos Onze"), "União", "Grupo dos Onze" (reúne onze parceleiros), "Amizade" e "Felicidade".

Mapa 18 - GRUPOS DO EMPAER

Podem ocorrer casos de nome dos grupos da EMPAER serem referidos como locais de moradia que não os apontados naquele plano de organização social.

No entanto, o pertencimento a estes grupos, se não valorizado socialmente, é de importância fundamental para os camponeses, representando o acesso a empréstimos bancários que garantem sua reprodução nos primeiros anos.

Para os técnicos da EMPAER, no entanto, os grupos que criaram representam o único plano de organização social que une camponeses no PANH, conforme um deles declara:

"Hoje é individualista, é do ser humano. O interesse comum pela terra uniu, agora mudou. Brigam até por cerca na divisão dos lotes. A Associação não funciona por isso, por desconfiança. O único interesse comum hoje é o PROCERA, o dinheiro."

Finalmente, tratamos de observar se a categoria brasiguaios possuía ainda um nível organizacional significativo entre os parceleiros do PANH. Como já observamos, houve uma tendência de substituí-la por assentados, assim como, para os novos grupos que retornam ao Brasil, e também para os que saem do PANH para ocupações na região; uma diluição na categoria sem terra.

No entanto a identidade brasiguaios está longe de desaparecer, seja no cotidiano dos camponeses do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, seja a nível de organização política que extrapola os limites deste. Pode-se dizer que os chamados brasiguaios de Novo Horizonte perderam o

controle sobre sua identidade, que passou a ser utilizada a nível nacional (e internacional) por entidades sindicais e confessionais, sendo igualmente generalizada e vulgarizada pela imprensa. Há uma tendência entre as ditas entidades e os meios de comunicação de considerar brasiguaios todos os brasileiros residentes no Paraguai. O movimento dos Trabalhadores Ruraiss Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, o serviço de Pastoral Migratória e o Centro de Estudos Migratórios realizaram um encontro no final do mês de maio de 1990 em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Chamava-se "Seminário sobre Brasiguaios" e, significativamente, dele não participou (sequer foram convidados) nenhum representante daqueles que hoje estão no PANH. Havia dois camponeses presentes que foram apresentados como "brasiguaios", ambos oriundos daquele contingente de brasileiros que retorna ao país no ano de 1986, quando a situação política mudara no referente às questões de reforma agrária. Estão assentados provisoriamente desde então em Anastácio (MS), juntamente com outros trabalhadores sem-terra do Estado. Sobre estes assim se expressou uma liderança do PANH:

"A maioria é tudo do Brasil, né?
Do Paraguai mesmo somos nós, que somos
brasiguaios, né. Os outros eram ...
brasileiros, né? A gente se orgulha de dizer
que é brasiguaião porque a luta foi boa."

No entanto, estes camponeses que estão em Anastácio, assim como outros, que estão em Corumbá e em Paranhos (MS), definem-se como brasiguaios. Existem vínculos de parentesco

entre eles e os do PANH, ocorrendo intercâmbio de notícias, visitas e ajuda financeira mútua. Os que estão nos assentamentos provisórios diferenciam-se pelo tempo de luta. Uma camponesa que se apresentou como "brasiguaiia de Corumbá", e está trabalhando no lote de um cunhado no PANH, provisoriamente, a certa altura declarou:

"Mas depois de quatro anos de luta, o povo não é mais besta.
Besta é a turma daqui, que não sofreu.
Só seis meses debaixo da lona."

A fazer crer por estes discursos - de mediadores e camponeses - a área objeto de pressão pelo movimento social e mais especificamente pelos chamados brasiguaios, no sentido amplo do termo, é imensamente maior do que os limites do Projeto de Assentamento Novo Horizonte.

Outro aspecto é a verificação de como a expressão "brasiguaios" surge no cotidiano dos moradores do PANH e no de seus vizinhos.

Uma camponesa residente na Gleba Vitória, em Ivinhema (MS) questionada sobre o que achava do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, responde:

"Lá nos brasiguaios? O Antônio (marido) já pensou em comprar uma parcela lá, mas eu não quis, lá tem muita discriminação.
(...) Por exemplo, ninguém vai querer que a filha se case com um brasiguaiio, que vá morar lá ...
(...) Eu sei que lá tem até gente boa, como a gente, mas ficou naquilo, de brasiguaiio ser ruim...
Já teve um brasiguaiio aqui na minha casa, sentou aí nessa cadeira mesmo, ele disse que não gostava de ser chamado de brasiguaiio."

A expressão brasiguaios quase não surge no discurso dos mesmos, e sim quando se refere a eles. No mais das vezes tendo um sentido pejorativo. Um comerciante da cidade comentando um acidente automobilístico, diz "Brasiguaião dirigindo..."

Em momento nenhum do trabalho de campo utilizamos ou nos referimos aquela expressão. No entanto o fato de surgir uma pessoa de fora, se identificando como pesquisador, é o suficiente para que aconteçam reações do tipo "Veio ver como vivem os brasiguaios?"; ou "Então, é assim casa de brasiguaião". Ao realizarem a festa de 5 anos de retorno ao Brasil, espalham cartazes pela região anunciando:

"14 de Junho de 1990
Vamos comemorar juntos os 5 anos de nossa
luta!"

A referência a brasiguaios vai aparecer na inscrição mandada gravar na taça comprada para o time campeão do PANH:

"Gentileza da Associação dos Trabalhadores
Rurais pelos 5 anos dos Brasiguaios."

Neste sentido falar "brasiguaião" tem um sentido de orgulho, honra, por um passado de luta. Este mesmo orgulho que com certeza devem estar sentindo pelo fato do Projeto de Assentamento ter sido elevado a município, no início de 1992: Novo Horizonte do Sul. Para além das facilidades em termos de assistência médica, bancária e comercial que a nova situação administrativa vai significar, percebe-se um desejo de apagar o estigma dos brasiguaios. Hoje, o PANH é conhecido localmente como "lá nos brasiguaios", e os

moradores evitam, ao fazer compras na região, dizer onde moram.

Como estas, existem outras situações nas quais a identidade brasiguaios, motivo de orgulho em outros níveis, torna-se estigma - sempre no relacionamento com vizinhos e mesmo entre parentes que não viveram no Paraguai. As mesmas crianças que, quando orientadas pelas professoras a desenhar uma bandeira, desenham a do Paraguai, tendem a esconder que falam espanhol ou guarani. Só o fazem em casa, entre parentes próximos.

As crianças e jovens nascidos no Paraguai são chamados de paraguaios, mas as crianças nascidas no acampamento e no PANH são chamadas brasiguaias, principalmente se o pai é identificado como brasiguai:

"Aí nasceu a menina, debaixo do barraquinho.
Falei: essa é brasiguai!" (parceleiro)

Ser "novo horizontinos" talvez represente uma nova e potencial identidade de auto-atribuição, que faça esquecer as dificuldades vividas enquanto brasiguaios. A experiência de luta no entanto está ainda bastante recente, permitindo que a memória a mantenha viva. A questão da honra entre os camponeses talvez seja a que vá definir a questão. Por enquanto ainda se escutam no bailes homens que, brincando uns com os outros, relembrando a vida que passaram no Paraguai, declaram:

"Brasiguai é galo velho que não se vira
galinha!
Nós tamo cantando do mesmo jeito, cada vez
mais alto!"

9.1. NOVO HORIZONTE E PARAGUAI: UM FLUXO CONSTANTE DE PESSOAS E DE PRODUÇÃO

Antes de brasileiros, estrangeiros ou imigrantes, tratam-se de indivíduos que buscam manter sua condição de pequenos produtores rurais cruzando uma fronteira internacional politico-administrativa que pouco significado jurídico tem em termos imediatos. Mesmo para aqueles que obtiveram uma parcela rural em assentamentos criados teoricamente para fixá-los em território brasileiro, tal fato não possibilitou propriamente a conquista da "terra prometida".

Enfrentando problemas decorrentes da falta de assistência técnica e creditícia, muitos acabam retornando sazonalmente ao Paraguai, para trabalhar nas colheitas e desta forma obter um excedente monetário. Outras famílias, por terem sido sorteadas com lotes de "terra fraca" ou - devido a longas trajetórias individuais de trabalho assalariado - enfrentarem dificuldades em gerenciar suas terras em moldes empresariais, "vendem" seus direitos, e novamente como posseiros ou bóias-frias buscam as terras paraguaias.

Este movimento constante de cruzamento da fronteira politico-administrativa está subordinado à possibilidade efetiva de manutenção da condição camponesa, não importa em que país, embora apareça na representação dos envolvidos

como ligado a conjunturas particulares do Brasil e do Paraguai, conforme narra uma antiga liderança:

"O pessoal é que nem formiga! (...) Que brasiguaiio aqui de Novo Horizonte vai pro Paraguai, outros vêm de lá pra cá. Eles não param. Eles tão sempre em comunicação. Eles sabem que lá no Paraguai não tá bom. Não tá difícil também. A vantagem que eles tão achando é que lá no Paraguai eles trabalha e eles tem dinheiro. Aqui no Brasil só tem serviço e não tem dinheiro pra se pagar. Então por isso novamente o próprio brasiguaiio tá voltando prá trabalhar no Paraguai novamente. Ele retorna na casa dos parentes e lá faz uma empreita, um trabalho de diária, prá conseguir uns trocados."

Cerealistas paraguaias tem pago melhores preços que as brasileiras pelo algodão, por exemplo, daí o incremento do contrabando, como explica um pequeno produtor que residia em Puente Kyjha: "se aqui no Brasil, uma hipótese, o algodão desse ano vai abrir com mil cruzeiros, aqui no Brasil, no Paraguai vamos que vai abrir com dois mil(..) Os contrabandista daqui, então eles atravessam a fronteira, eles levam o algodão, ou o que seja, daqui pra lá". Esta disparidade de preços entre os dois lados da fronteira faz do Paraguai um atrativo para trabalhadores assalariados. No ano de 1990, o preço pago pelas cerealistas brasileiras por uma arroba de algodão, era o mesmo pago para colher uma arroba de algodão no Paraguai. O fluxo de trabalhadores entre Mato Grosso do Sul e Paraguai aumenta consideravelmente na época de safra. Sempre em dia com a cotação do guarani no câmbio brasileiro, alguns parceleiros do PANH ressentem-se da carência de braços na época da

colheita de algodão, uma vez que o Paraguai, na safra de 91, estava pagando 50% a mais:

"Muita gente! Sai daqui mesmo pra lá, de todo lado. É essas fronteiras aqui de Mundo Novo, todo mundo vai colher, que o preço lá é bom. Lá hoje tá ganhando 7 mil guarani por dia. Hoje vale mil cruzeiro. E a diária aqui tá 500, 600. Então compensa o pessoal sair por causa disso.(...) Chegou um tempo aqui, esses anos, perigou nem achar gente pra catar algodão."

Para os arrendatários na região de fronteira, sempre havia a possibilidade de vender sua produção ou para cerealistas brasileiros ou para cerealistas paraguaios. A possibilidade de utilização da mesma estratégia para os parceiros do PANH é remota. Verifica-se a venda de produtos como a mamona, plantada no assentamento, para o Paraguai, mas a transação se dá entre o produtor e intermediários, ou "picaretas", e são estes quem fazem o transporte internacional, então caracterizado pelos próprios camponeses como contrabando.

Muitas das famílias hoje assentadas no Brasil vem desenvolvendo uma estratégia de contratos de arrendamento para os filhos em propriedades paraguaias, ou "porque o milho lá tá com um preço bom", ou pela qualidade e escassez de terras nos arredores do PANH.

Os camponeses, desta forma, manipulam o princípio de nacionalidade de cá pra lá na fronteira internacional(36). No seu cálculo econômico de mercado, são sempre levadas em conta as variações de preço nos dois países.

Caracteriza estes grupos familiares que transitam pela fronteira internacional um acionar permanente de estratégias circunstanciadas às diferentes situações sociais e político-administrativas que precisam enfrentar. Os mesmos que desenvolvem estratégias de fixação em território paraguaio através da legalização de sua condição de imigrantes ou estrangeiros, quando ameaçados na garantia de suas propriedades, podem reivindicar - acionando a identidade brasiguaios - a intervenção do governo brasileiro na resolução de seus problemas. Diversamente, segmentos representativos dentre eles tem optado pela integração definitiva no país vizinho.

Entre aqueles grupos familiares que estão assentados no Estado do Mato Grosso do Sul, após terem regressado ao Brasil organizados sob a atribuição comum de brasiguaios, muitos tem retornado ao Paraguai, consoante um cálculo econômico que incorpora o preço mais baixo ou a fertilidade do solo de áreas de arrendamento em regiões nas quais, com vantagens consideráveis, podem lograr a "colocação" de seus filhos e descendentes. Semelhante operação funciona como medida resolutiva face a possíveis regras de sucessão que privilegiam a indivisibilidade da parcela no assentamento. Afinal, trata-se de áreas com tamanho variado de 17 a 35 hectares (sítios) e de 5 a 8 hectares (chácaras), que tornar-se-iam inviáveis economicamente para a reprodução das famílias de origem e de procriação. Destaque-se, a propósito, que há outros grupos familiares que chegam

inclusive a vender suas parcelas e a se transferir para novas áreas, no Mato Grosso ou em Rondônia.

Errôneamente, tais estratégias tem sido percebidas por alguns mediadores como processos de individualização e alienação política, a partir de cálculos supostamente racionais e conscientes. Ora, enquanto agentes sociais, estes grupos familiares souberam (e, com certeza, ainda o sabem) desenvolver rituais políticos que, não obstante o papel dos mediadores externos na sua elaboração, podem ser entendidos como produto de um "senso prático" ou do habitus, definido por Bourdieu como "necessidade tornada virtude", que fundamenta as diferentes estratégias possíveis:

"E, no entanto, os agentes fazem com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, "a única coisa a fazer". Isso porque, abandonando-se às intuições de um "senso prático" que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo" (BOURDIEU, 1990:23)

É este "antecipar-se à necessidade imanente ao fluxo do mundo" que fundamenta o que o autor chama de estratégias. Estas objetivam a reprodução social e biológica do grupo familiar. Se possível, também a reprodução de sua condição de pequenos produtores rurais, evitando desta forma a inviabilidade da produção, a expoliação total e a marginalização.

Acredito que o entendimento destas estratégias diferenciadas, "produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido"

(BOURDIEU, 1990:81), é o único caminho para uma compreensão mais totalizante dos deslocamentos transfronteiriços que hora vem sendo amplamente discutidos pela burocracia oficial por organismos sindicais, entidades confessionais e partidos políticos dos dois países.

Sem a incorporação à análise do papel do "senso prático" na efetivação destes deslocamentos, na elaboração de rituais políticos, na construção de identidades e na deflagração de conflitos, corre-se o risco de considerar os pequenos produtores rurais em questão como eternos sujeitos de circunstâncias externas, ou do processo histórico global. Trata-se de resgatar sua condição de agentes sociais (BOURDIEU, 1990:21), capazes, entre outras estratégias, de deixar para trás a "terra prometida" de um projeto de assentamento e buscar mais além aquelas condições ideais para a reprodução do seu grupo familiar, como um todo.

X - CONCLUSÃO - BRASIGUAIOS: A REEDIÇÃO DE RITUAIS POLÍTICOS E AS REALIDADES DIFERENCIADAS

A categoria brasiguaios tem muito da sua força política na generalização dos componentes da sua representação à totalidade dos cidadãos brasileiros residentes no Paraguai. No entanto, entidades confessionais e sindicais que tem neste grupo social um dos objetos de sua ação mediadora vem rediscutindo esta definição globalizante, na busca de um refinamento analítico que possibilite planejamentos mais precisos. É o que vemos a seguir, tentando também avaliar os limites e a abrangência da categoria para os governantes dos dois países.

O episódio de retorno organizado dos chamados brasiguaios ao Brasil, a partir de junho de 1985, e a divulgação da categoria, são incorporados de maneiras distintas aos discursos e planejamentos das ações pastorais, sindicais e governamentais do Brasil e do Paraguai.

10.1. IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO: DESDOBRAMENTOS DA AÇÃO MEDIADORA DA IGREJA E DO MST

Em pleno período de mobilização, quando os chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo(MS) começavam a ser transferidos para a Gleba Novo Horizonte em Ivinhema(MS); outras centenas de famílias estavam ainda acampadas em Sete Quedas(MS); e novas lideranças, apoiadas nacionalmente pelo MST, estavam organizando novos grupos de retorno em

território paraguaio (Departamento Canindeyu); acontecia em Pedro Juan Caballero (Departamento Amambay), em dezembro de 1985, um novo encontro de conferencias episcopais do Brasil e do Paraguai. O Tercer Encuentro para estudiar la situación sócio-pastoral de los migrantes de Brasil y Paraguay buscou solidificar a integração de dioceses limítrofes, e os acordos de atenção pastoral e assessoria jurídica aos chamados migrantes. Os acontecimentos ocorridos no Departamento Canindeyu são percebidos como mais um dos aspectos das denominadas "migrações limítrofes". A incorporação da categoria brasiguaios no documento final do encontro representa sua aceitação, mas sem dar à mesma um grau de abrangência maior do que a de um fato localizado:

"Particular atención mereció la situación de los 'brasiguaios', esto es, los brasileños que después de años de permanencia en el Paraguay, regresan ahora al Brasil. El Tercer Encuentro lamenta la situación de desprotección en que muchas veces se encuentran en Paraguay, y también al llegar al Brasil. Es indispensable recordar que entre los principios fundamentales válidos para todos los migrantes está el derecho de acogida fraterna por parte de la nación de origen hacia quienes a ella vuelven. Se les debe facilitar las condiciones de vida y trabajo con la tierra, de acuerdo con la expectativa de una justa reforma agrária".
(g.n.)

Para a Conferencia Episcopal Paraguaya (CEP), a presença de pequenos produtores rurais brasileiros em seu país passa a ser vista como problema de agenda de encontros. Desde 1983 aquela entidade se vê pressionada pela emergência de conflitos de terra envolvendo os denominados campesinos

paraguaios. Em relação aos brasileiros, limita-se à orientação para que regularizem sua situação de imigrantes. Em 8 de setembro de 1989 divulga a mensagem La tierra: don de Dios, se posicionando diante do que considera situações irregulares e conflitos. São diretamente criticados os "grupos transnacionales de inversionistas", pela introdução de tecnologias e relações sociais de produção que estariam prejudicando os chamados campesinos.

Diversamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil amplia a administração da questão das migrações através da criação do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), em outubro de 1985. A entidade está ligada à linha 6, responsável pela Pastoral Social, e privilegia nas suas ações o combate ao "êxodo forçado" e à "migração compulsória". Migração passa a ser vista "não como um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas injustas (econômicas, políticas, sociais e ideológicas) as quais, privilegiando as classes dominantes, condenam milhares de famílias a um desenraizamento sem fim" (CEM, s/d:05). Para a nova entidade, brasiguaios é categoria de "trabalhadores migrantes (...) brasileiros que, impossibilitados de encontrar terra em seu país, viram-se forçados a 'invadir' o Paraguay, numa desesperada tentativa de sobreviver. Hoje, dadas as condições de vida naquele país, milhares deles estão retornando ao Brasil e sendo recebidos como verdadeiros bandidos" (id. ibid.:19)

Em 1989 o Centro de Estudos Migratórios (CEM) de São Paulo publicou o "caderno de migração" intitulado Brasiguaios, identificados como "o grupo de brasileiros que migrou para o Paraguai (cerca de 400 mil) e também o grupo que retornou ao Brasil e lutou ou continua lutando de forma organizada, conservando esta originalidade do termo" (CEM, 1989:03).

A presença dos pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai é analisada como decorrência do processo de concentração fundiária que se verificou no sul do Brasil após a expansão do cultivo da soja e da mecanização da agricultura. É dada bastante ênfase a aspectos geopolíticos, que explicariam a colonização brasileira no Paraguai como "expressão visível deste projeto de englobamento político e econômico das forças que comandam o Brasil e que orientam, estrategicamente, o expansionismo intervencionista do capitalismo naquele país" (CEM, 1989:12).

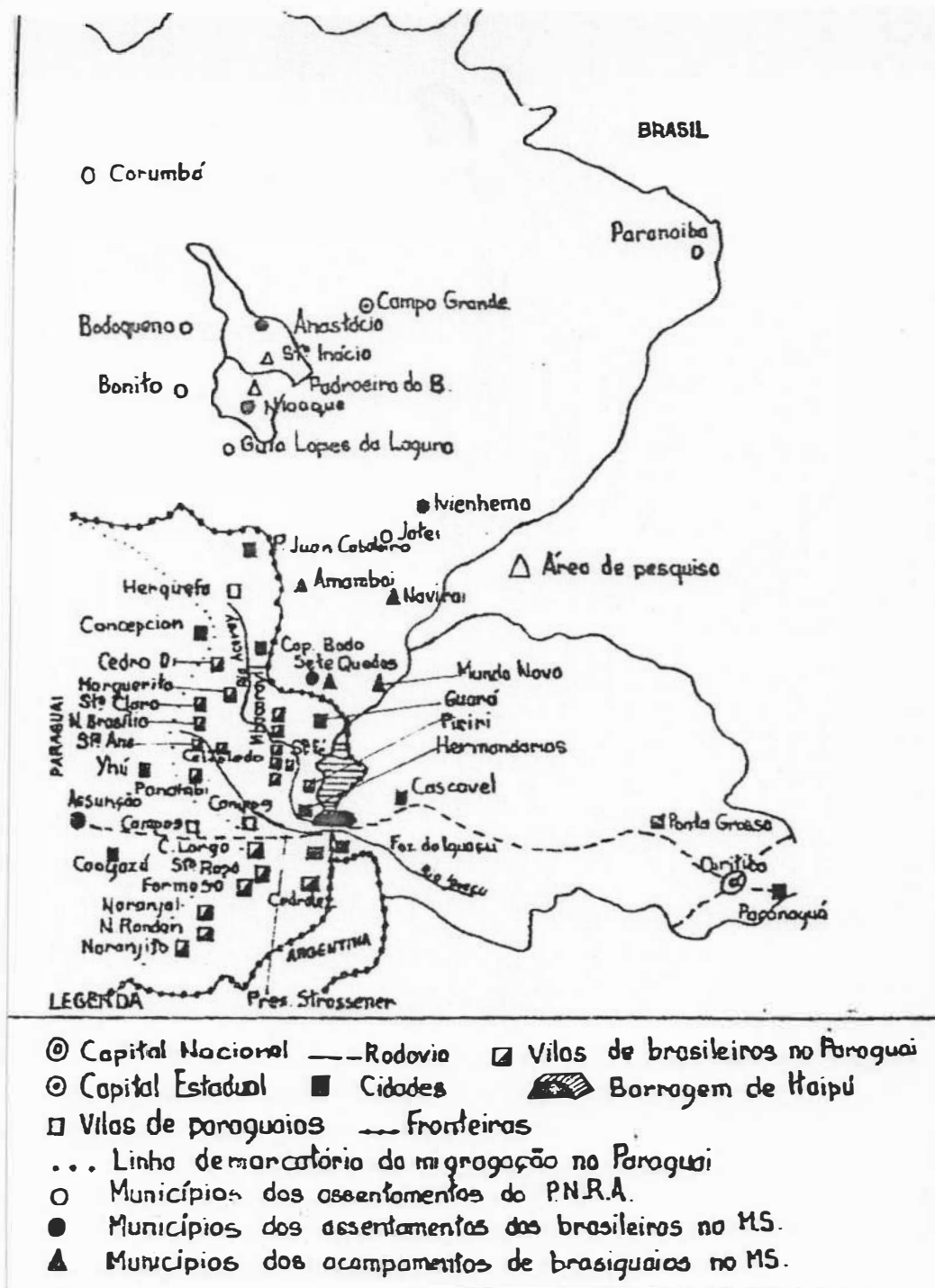
Ao analisar documentos e depoimentos dos chamados brasiguaios hoje assentados no Mato Grosso do Sul, percebe-se na publicação, mais uma vez, a generalização de sua experiência aos demais brasileiros residentes no Paraguai. O livreto apresenta dois mapas (Mapas nº 19 e 20) e informações sobre os assentamentos dos chamados brasiguaios do Mato Grosso do Sul.

Mapa 19 - LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI E DOS BRASIGUAIOS NO MATO GROSSO DO SUL



FONTE: CEM, 1989:22

Mapa 20 - LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI E DOS BRASIGUAIOS NO MATO GROSSO DO SUL (II)



FONTE: CEM, 1989:23

Quadro 17 - Projetos de assentamento com presença de brasiguaios no MS

Nome	Data de	Localização	Origem
Gleba Padroeira do Brasil	03/09/84	Nioaque (MS)	Ocupação da Fazenda Santa Idalina em Ivinhema (MS)
Assentamento Novo Horizonte	12/85	Ivinhema (MS)	Acampamento de Mundo Novo (MS)
Assentamento Provisório Marcos Freire (ex Gleba Santo Inácio)	-	Dois Irmãos do Buriti (MS)	Parte do acampamento de Sete Quedas (MS); acampamento de Eldorado (MS)
São João de Jatobá	-	Paranhos (MS)	Parte do acampamento de Sete Quedas (MS)

Fonte: CEM, 1989

Esta publicação foi apresentada e discutida em Seminário sobre Brasiguaios, promovido pelo SPM e pelo CEM em maio de 1990, em Foz do Iguaçu(PR). Além de entidades confessionais do Brasil e do Paraguai, o encontro promoveu a aproximação de organizações camponesas dos dois países, diante de "grande preocupação com os conflitos dos pequenos camponeses paraguaios com os pequenos camponeses brasiguaios. Estes conflitos estão acontecendo porque o

movimento sem terra paraguaio está ocupando terras onde estão os brasiguaios". (SPM, 1990:01)

Membros da Congregação dos Missionários de São Carlos que trabalham em território paraguaio, presentes ao encontro, se posicionaram contra a utilização da categoria brasiguaios como definidora da totalidade dos pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai. Integrantes das equipes de pastoral social paraguaias demonstraram desconhecer o significado do termo. Não sabiam exatamente como agir pastoralmente em relação aos "brasileños" residentes em seu país. Mais do que preocupação conceitual, o que se discutiu foi o desdobramento da ação mediadora da Igreja - e da ação política de organizações camponesas - através da identificação do objeto real destas ações, em nome de sua eficácia.

Era preciso diferenciar brasileiros no Paraguai de brasiguaios, uma vez que cada um destes grupos demandava um planejamento específico de ação pastoral e de mobilização política. Representantes da Comisión Católica Paraguaya de Migraciones, organismo ligado ao Equipo Nacional de Pastoral Social, preferiram considerar os denominados "brasiguayos" apenas aqueles que haviam saído do Paraguai, enquanto os demais seriam consideradas imigrantes estrangeiros. Baseados em suas experiências nas comunidades brasileiras no Departamento Alto Paraná, afirmaram que aqueles que possuem documentos e a terra legalizada, desejam ficar no país, ter

uma nova vida no Paraguai. E concluíram: "estos no son brasiguayos".

Um religioso brasileiro, Pe. Julio Soster, que já fora pároco em Santa Tereza (Departamento Caaguazú), confirmou a vontade dos brasileiros em ficar no Paraguai, mas considerou a todos brasiguaios. Diferencia, no entanto, entre aqueles da "zona seca" (divisa com o Mato Grosso do Sul) e aqueles da "zona molhada" (margens do rio Paraná); e entre os peões, que vem apenas na época da safra, e aqueles que se fixam no país:

"Eu vou me referir aos brasiguaios da zona molhada (...), aqui do lado de Itaipu.(...) Como estão os brasileiros no Paraguai agora, querem ou não querem voltar? Não querem. (...) Como é que tão os brasiguaios aqui no Paraguai? São em torno de 300, 400 mil, isso sim. Parece dado estimativo, porque isso aqui vai e volta, vai e volta. Tem os peões e tem os que se fixam. Peão vai conforme a safra. Ele trabalha no Brasil e no Paraguai, totalmente sem documentação. (...)O brasileiro perde todas, quando lucra, porque é desorganizado, não tem nenhuma maneira de se organizar. Primeiro que não se documenta, depois que dá o jeitinho brasileiro, entra camuflando, tudo sem documentação."

Os promotores do encontro, SPM e CEM, defenderam a posição de que brasiguaios é um conceito abrangente, e não fragmentário. Seu deslocamento para o Paraguai não devendo ser entendido com fenômeno clássico de migração, mas como fruto de projeto geopolítico. Configuram, assim, brasiguaios como categoria de luta, e responsabilizam o governo brasileiro pela sua situação. Este tipo de análise

forneceria subsídios para melhor pressionar os aparelhos do poder a resolver um problema que seria de sua inteira responsabilidade, através da realização de um processo de reforma agrária.

Representantes da CPT e do MST do Paraná e do Mato Grosso do Sul buscaram solucionar o impasse através dos fundamentos da chamada luta de classes. Grandes proprietários de terra e de empresas agropecuárias não seriam brasiguaios, apenas aqueles camponeses "que estão na luta de classes em outra nação", ou aqueles em "atitude de luta" no Brasil ou no Paraguai. A seguir, o depoimento de um membro da CPT do Paraná:

"A questão é do conflito de classes. É a mesma definição que a Igreja faz aí, quanto aos pobres. A Igreja fala 'O Povo de Deus', se existe o povo de Deus existe o não-povo. Se existe o brasiguai, existe o não-brasiguai. Tem brasileiro que tá no Paraguai e não dá pra considerar brasiguai. Qual é o objetivo da gente? É identificar quem é. Então... é conflito de classes".

No final do encontro, seus organizadores propuseram a votação, com aprovação, da seguinte definição de brasiguaios, a qual se pretende, seja operacional para todo Brasil e Paraguai:

"Brasiguaios são trabalhadores de mãos calejadas de usar enchada, a foice, o machado, para cultivarem a terra e dela retirar a sua subsistência, e que expropriados das terras no Brasil foram expatriados para o Paraguai, pelo processo de modernização da agricultura, vivendo um constante conflito na luta de classe, reproduzidos nas relações que travam com o latifúndio e as empresas."
(SPM, 1990:02)

Como se percebe, esta definição de brasiguaios não avança muito em relação às anteriores. Para organismos pastorais e sindicais brasileiros interessa manter viva a "questão brasiguaiia", com todos os elementos que a compõem. A eficácia alcançada pelos camponeses que utilizaram a identidade brasiguaios passou pela generalização da sua condição à totalidade dos brasileiros que vivem no Paraguai. Interessa denunciar uma realidade de explorações e de perseguições, mesmo que esta seja a realidade de apenas um segmento. Por menos representativo que fosse, este segmento de pequenos produtores rurais brasileiros que vivem no Paraguai seria digno de atenção e de mediação política por parte de entidades confessionais e sindicais brasileiras, pois é no Brasil que procura auxílio e reivindica terras.

Para os organismos pastorais ligados à Conferência Episcopal Paraguaya (CEP), como já vimos, a situação é distinta. Não lhes é prioritária a questão dos camponeses brasileiros que estão retornando ao país de origem. Mesmo aqueles que ficam, lutando com dificuldades, seriam considerados uma minoria diante da população total de cerca de trezentos mil campesinos sin tierra do Paraguai.

Felicita Miranda, coordenadora da Comisión Católica Paraguaya de Migraciones, lembra que apenas se radicando no Paraguai os brasileiros podem legalizar suas terras no registro de propriedades do governo e acabar de vez com possibilidades de extorsão e/ou expoliação de que são

vítimas. A chamada radicación presuppõe que o estrangeiro tenha cédula de identidade paraguaia, e não deve ser confundida com a naturalización, processo mais dispendioso e burocratizado, feito através do Ministério da Justiça. Em março de 1991 a radicación estava custando 130.000 guaranis, aproximadamente 100 dólares, e era exigido para sua realização a apresentação dos documentos de identidade emitidos no Brasil. O preço e as exigências feitas talvez explique o baixo número de brasileiros regularizados via a CCPM, apenas cinco em 1990, o que também sinaliza os limites reais de sua mediação junto aquele grupo social.

Os padres carlistas da Província de São Pedro que atuam no Paraguai desde 1979 têm mantido, sem modificações substanciais, uma orientação que busca apoiar brasileiros na superação de momentos iniciais de dificuldades, acreditando no sucesso do processo imigratório realizado, pecebido como reprodução daquele ocorrido nas chamadas zonas coloniais do Rio Grande do Sul:

"Respeita a legislação e não te admires se no estrangeiro ocorrem arbitrariedades, incompreensões, etc. Procura frear os impulsos naturais do nacionalismo que há em ti, como nos demais. Deixa transcorrer os anos e a tensão irá se esvaindo. Será uma glória para teus filhos recordar que o próprio pai veio de outro país."
(Folheto distribuído no Dia do Migrante, no Paraguai, s/d cf. CEM, 1989:20)

Membros da congregação entrevistados no Paraguai preocupam-se em lembrar que existe um segmento considerável de camponeses brasileiros que se encontram satisfeitos e em

boas condições econômicas naquele país. E para estes se dirige preferencialmente a atenção dos religiosos, numa quase divisão de trabalho, como bem expressou um deles referindo-se às entidades confessionais que apoiaram e organizaram o retorno dos chamados brasiguaios ao Brasil: "eles são pastores da terra, nós somos pastores dos homens". Não lhes cabe, desta forma, preocupar-se com "brasiguaios", mas sim com os brasileiros que pretendem permanecer no Paraguai:

"Nossos brasileiros são proprietários de terra, produtores maravilhosos. Esta é a realidade de todos esses imigrantes que estão radicados definitivamente, 98% estão contentes. Se um e outro voltou para o Brasil, ofende os paraguaios. (...) Em condição de 'brasiguaios' tem 1%. Então não pode generalizar. A desgraça que aconteceu com esta gente de Canindeyu, eles optaram também por isso, para conseguir terra, se juntar com os sem-terra do Mato Grosso do Sul. Por que vamos pagar aqui no Paraguai? Eu vejo um grande futuro para eles. Os filhos desses colonos serão aqueles que irão desenvolver o Paraguai. Tendo estudo, poder econômico, e sendo paraguaios, vão criar indústrias. Porque são de outra raça, da raça alemã, italiana, têm outro sangue. O futuro do Paraguai está nessa gente. Criaram um novo povo, uma nova dinâmica no Paraguai. Os filhos destes colonos formarão um novo Paraguai. Cinquenta anos atrás era assim, no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, Sarandi. Vê o que é agora. Os colonos imigrantes fizeram do Rio Grande do Sul uma nova terra, quase européia. Não é mais uma terra de campeiros, mas é brasileira!"
(Padre carlista, Ciudad del Este, maio de 1990)

Em relação ao "caderno de migração" brasiguaios, editado pelo CEM, o religioso busca demonstrar que as graves ocorrências envolvendo aqueles que voltaram para o Brasil

existem, mas não devem ser generalizadas à toda população de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, mas apenas àqueles residentes "lá em cima", ou seja, no Departamento Canindeyu:

"Nós, padres, sempre temos aconselhado os brasileiros a ter paciência, se sujeitar às leis do país. O que relatam aqui são casos pessoais sobre delegados (comissários), etc. Se julgam donos, é natural que exista. No Brasil, os 'polícia' brasileiros também oprimiam nossos colonos. É normal. (...) O livro se aplica lá em cima, não se pode aplicar aqui em baixo. Lá em cima era uma das primeiras, mas facilitaram, colocaram agregados, e as colonizadoras não eram brasileiras, por isso é diferente(...). (id. ibid.)

Para os padres carlistas que trabalham no Paraguai, está ocorrendo naquele país um processo de integração considerado satisfatório. Na sucessão das gerações, e na sua pujança econômica, se dará para os brasileiros a aceitação da nacionalidade paraguaia e da origem brasileira. A psicologia é lembrada, para auxiliar nesta previsão:

"Santa Rosa tem 20, 30 famílias de paraguaios, um que outro comerciante, o resto é tudo brasileiro, de origem alemã a maior parte. Há o máximo respeito, a máxima integração. Na escola (...) os alunos pegam o guarani bem, bem. Quando há uma festa política, há danças paraguaias e brasileiras. Isto é integração. Na missa, nós padres forçamos que seja em castelhano, para que os grandes se integrem com os filhos, que dentro de casa querem que os pais se inclinem ao castelhano. Muitas crianças nascidas aqui começam a se sentir paraguaias, porque a primeira geração sempre reage contra os pais. Mesma coisa em Porto Alegre, com os italianos. Com a segunda geração vem a saudade e o orgulho de ser da cidade de origem. A segunda geração ama a pátria onde nasce, isto é psicológico (...). Silos, comércios, oficinas, serrarias, tudo

de brasileiros. O poder econômico tá na mão de brasileiros. Os brasileiros trouxeram aos paraguaios a possibilidade de todo este progresso na exportação. Então o Paraguai trata bem os brasileiros aqui, seria um suicídio tratá-los mal." (id. ibid.)

No entanto, quando são objeto de reportagens na imprensa brasileira, estes produtores rurais brasileiros bem estabelecidos e propensos a permanecer no Paraguai são chamados igualmente de brasiguaios, numa aparente contradição que faz o religioso considerar que "quem fez essa turma (brasiguaios) foram os jornalistas".

Os religiosos da Província de São Pedro, da Congregação dos Missionários de São Carlos, também produziram uma pesquisa, provavelmente no início dos anos 80, nas comunidades de Naranjal e Los Cedrales (Departamento Alto Paraná), Santa Tereza (Departamento Caagazu) e Ybi-Yau (Departamento Amambay). O estudo, intitulado Migração brasileira no Paraguay, ainda não foi publicado, estando disponível à consulta em forma de fichas. Nele existem informações também sobre Santa Rosa del Monday (Departamento Alto Paraná), Katuetê e Corpus Cristi (Departamento Canindeyu). A pesquisa foi motivada pela necessidade de conhecer "o ambiente e a mentalidade, situação e perspectivas dos emigrados brasileiros" (BORTOLAZZO, s/d (b), Ficha 1A).

Diante do considerado desinteresse total do governo e da Igreja brasileira em relação à situação dos brasileiros no Paraguai, a Congregação se coloca frente à um dilema: "transplantar a Igreja brasileira entre os brasileiros em

terras paraguaias com o perigo de gueto e isolacionismo hostilizado e suspeita de 'imperialismo brasileiro'(..); ou aculturação para uma inserção gradual e não despersonalizante e/ou desculturalizante".(id.ibid.) A segunda opção exigiu a realização da pesquisa, cujos resultados deveriam "abrir pistas para uma correta inserção (...) tentar caminho para um novo modo de ser da Igreja para uma contribuição a uma sociedade nova no enriquecimento de interação de duas (ou três ou mais) culturas-multiculturalismo; fornecer dados aos próprios emigrantes para uma auto-culturação e auto-integração.(id.ibid.)

O estudo analisa um duplo deslocamento dos pequenos produtores rurais brasileiros para e no Paraguai. Inicialmente teriam vindo do norte e do nordeste do Brasil, e trabalhado como agregados nas terras que se destinavam à colonização, no Departamento Alto Paraná. Uma vez terminada a limpeza dos terrenos, e com a chegada dos pequenos produtores rurais brasileiros vindos do sul do país para comprar terras, estes teriam sido dispensados, se transferindo para o Departamento Canindeyu.

"Os primeiros a serem chamados pelo Governo de Alfredo Stroessner foram os moradores das regiões Norte e Nordeste do Brasil. E havia recomendação oficial: 'tragam os negros'. Porque os negros? Segundo religiosos que atuam na região, porque eles formam a parte mais pobre da população do Brasil, 'são desprovidos de posse'. E os paraguaios naquele momento histórico precisavam de mão-de-obra que aceitasse o papel de agregado das grandes colonizadoras. Para que isto acontecesse era essencial que o candidato não tivesse tradição de proprietário. (..)

Por mais de oito anos estes pioneiros viveram em relativa paz. Mas no final da década de 60 o Governo Stroessner mudou sua política para o Alto Paraná. (...) O esquema publicitário montado para atrair os agricultores do Norte e Nordeste foi desativado. Em seu lugar foi montado um outro, destinado a atrair para o Paraguai os camponeses da região Sul. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (...) Com a chegada em massa dos colonos do Sul do Brasil os do Norte e do Nordeste (...) começaram a ser deslocados para as regiões de La Paloma e Salto del Guaira, próximas do Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Muitos deles decidiram retornar ao Brasil. Hoje 77% dos 350 mil brasileiros que estão em terras paraguaias saíram de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Só os gaúchos representam 33% do total."
(id.ibid.Ficha 4.2 e 4.1)

Analisando especificamente a localidade de Katuetê (Departamento Canindeyu), o documento a caracteriza como região "nova", colonizada a partir de 1976, e que teria atraído brasileiros de origem alemã, provenientes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitas das comunidades já possuíam mais de 100 famílias, em 1986, e a expectativa era de progresso. Os chamados brasiguaios são percebidos no documento como pessoas que "se desiludiram" e retornaram ao Brasil, provavelmente remanescentes daqueles grupos iniciais de colonização, dos anos sessenta:

"Muitos que sonharam com grandes riquezas acabaram se desiludindo e voltaram para o Brasil dentro do maior movimento, organizado ou não da 'Volta dos Brasiguaios': muito poucos registraram os filhos no Paraguay".
(id.ibid. Ficha 6F)

O trabalho incorpora à análise situações de conflitos pela posse de terra que foram mediadas pelos

religiosos, e se preocupa com a questão da documentação e do abuso das autoridades. Em sua conclusão há um resumo de todas as dificuldades e as facilidades observadas, para os brasileiros no Paraguai:

"Em todos os casos se menciona um maior crescimento econômico em nível institucional nas colônias brasileiras, um maior ingresso (que supera o nacional), o aprofundamento paulatino de sua força econômica e social, a incorporação de tecnologias e métodos de produção mais modernos, a acelerada expansão da fronteira agrícola (e o conseqüente detrimento das reservas florestais), a falta de registros apropriados da imigração brasileira, os assentamentos espontâneos e desordenados da mesma, sua falta de informação e orientação por parte dos organismos nacionais, a ampla liberdade que gozam para a comercialização livre dos seus produtos no mercado brasileiro, o escasso apoio técnico e financeiro à sua produção por parte das entidades nacionais pertinentes e sua conseqüente busca de apoio em seu país de origem, (...) e a manifestação eventual de seu desejo de incorporar-se ao sistema nacional, não existindo os mecanismos apropriados para a canalização destas expectativas".
(id.ibid. Ficha 6M)

Para além de perceber na situação acima explicitada a configuração de um "assentamento de tipo enclave", ou "bolsão cultural", que tenderia a repercutir negativamente na população paraguaia; o documento alerta para um possível acirramento nas situações de tensão social, e mesmo de hostilidades em relação aos brasileiros, diante da presença massiva dos mesmos em algumas regiões e de insuficientes políticas de integração. Este temor não foi infundado, conforme demonstram as ocupações recentes de pequenas propriedades de brasileiros no Departamento Alto Paraná.

Os padres carlistas que vivem no Paraguai trabalham com a segurança de quem domina o conhecimento localizado, o que lhes permite, entre outras coisas, a elaboração dos mapas mais detalhados da presença brasileira naquele país(MAPA Nº 21 a 24).

Mapa 21 - DEPARTAMENTO CANINDEYU E PARTE DO DEPARTAMENTO
ALTO PARANÁ

Fonte: (BORTOLAZZO, s/d, (b))

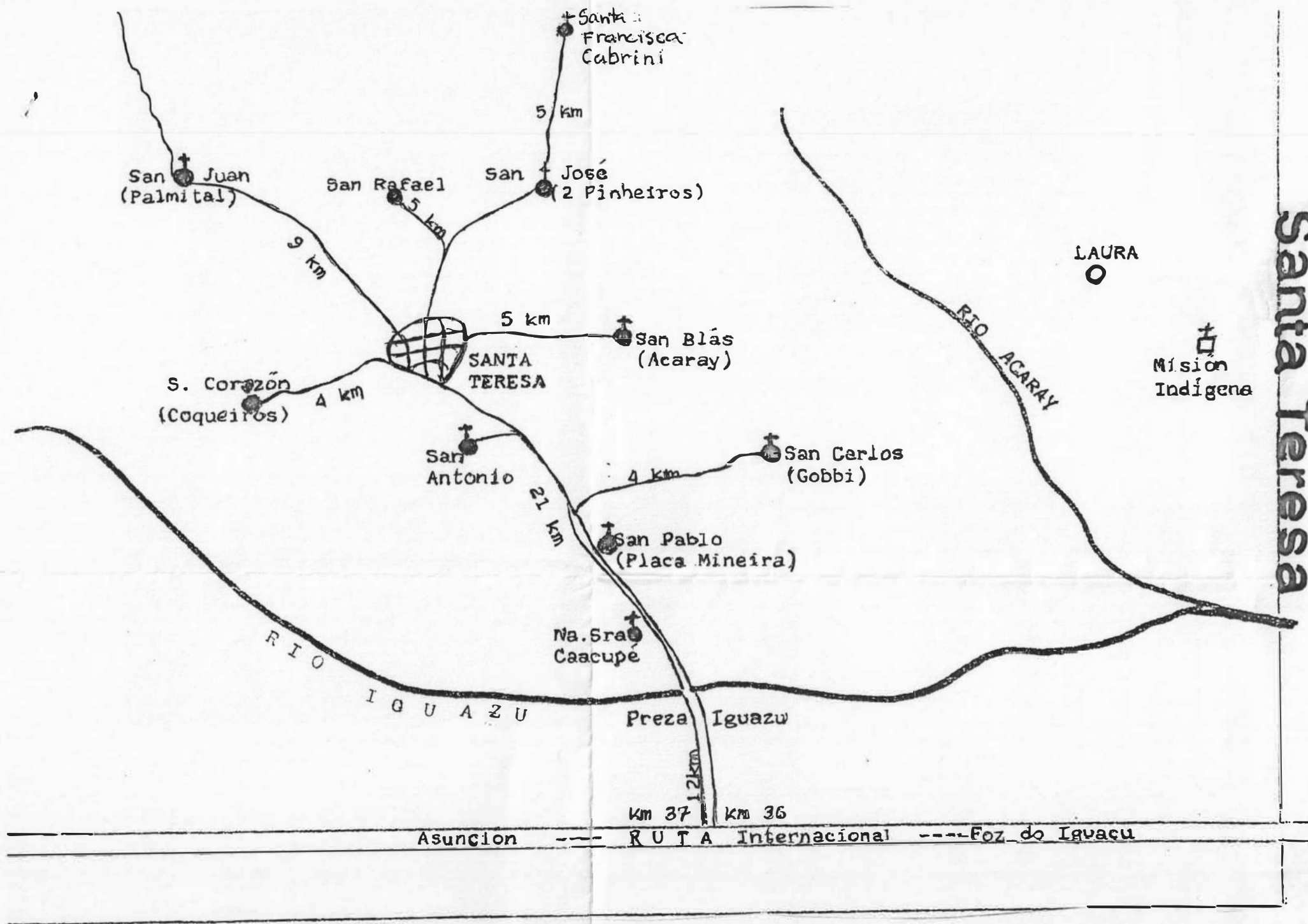
Mapa 22 - DEPARTAMENTO ALTO PARANÁ (DETALHE)

Fonte: (BORTOLAZZO, s/d, (b))

Mapa 23 - SANTA TEREZA

Fonte: (BORTOLAZZO, s/d, (b))

Santa Teresa

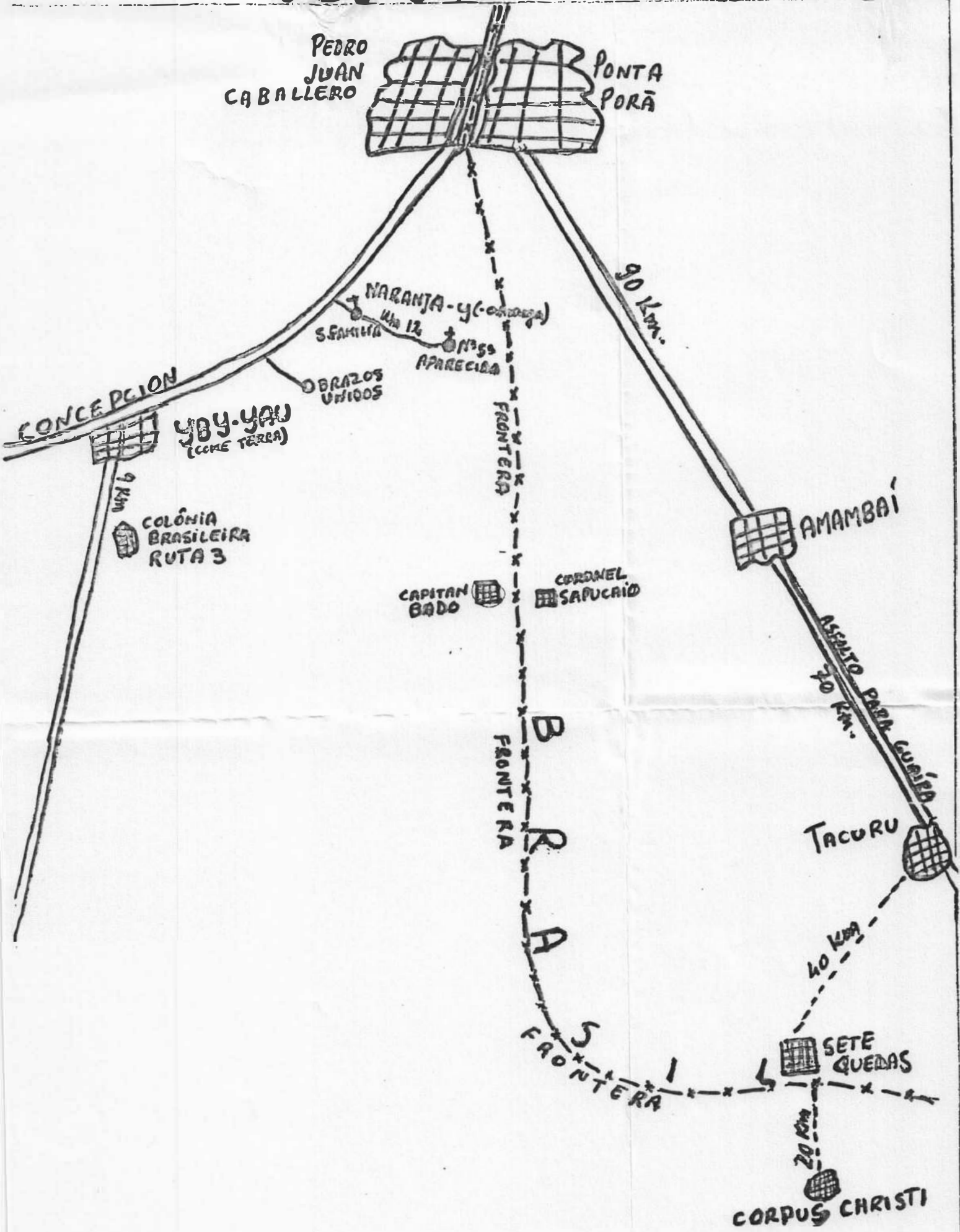


Mapa 24 - YBY - YAU



Fonte: (BORTOLAZZO, s/d, (b))

YBY-YAU



Analisando as ações pastorais diferenciadas que se verificam entre os pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, dificilmente seria possível a realização de julgamentos ou críticas a qualquer um de seus aspectos. A mediação eclesiástica não se impõe ao movimento social, mas é de certo modo pressionada por ele. Se ela se mostra tão complexa no Paraguai, isto se deve às múltiplas situações sociais com as quais se depara, e às múltiplas estratégias de navegabilidade social de camponeses brasileiros e paraguaios, que buscam naquele país, com ou sem o apoio da Igreja, a manutenção de sua condição de produtores rurais, através da consolidação ou reivindicação da posse da terra.

Setores progressistas da Igreja, principalmente do Brasil, tem se havido - conforme verbalizam alguns de seus membros - com uma crise de mediação sem precedentes, diretamente ligada à pressão de escalões superiores, e conservadores, da hierarquia eclesiástica. As dificuldades para uma atuação mediadora mais politizada, que hoje se colocam - diante dos limites impostos pela Cúria romana - encetam uma redefinição da própria missão da Igreja nas realidades do chamado Cone Sul. (ALMEIDA, 1991 (b)).

Percebe-se por parte das entidades confessionais do Brasil, um movimento de recuo institucional nos trabalhos de mobilização. Permanecem presentes, no entanto, através de apoio a organizações camponesas autônomas, que se dá pela disponibilidade de infra-estrutura básica para reuniões

(salas, auditórios, casas de retiro) e deslocamentos (automóveis, hospedagem). Os tradicionais assessores oriundos dos meios eclesiais também são atingidos pela crise mediadora, se não a agudizam, ao serem drenados para os quadros de militância partidária ou de organização sindical, notadamente no Partido dos Trabalhadores e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra do Mato Grosso do Sul, dentro desta nova conjuntura, é que tem prosseguido com o trabalho de organização de setores entre os pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, notadamente aqueles que tem demonstrado disponibilidade para retornar ao Brasil mobilizados politicamente para pressionar o governo para a execução de uma reforma agrária. Nos planejamentos da entidade consta a realização de contatos sistemáticos com organizações camponesas paraguaias, o que não ocorrera em 1985/1986:

"A nossa organização, o Movimento Sem Terra, tem interesse de conhecer as organizações do Paraguai, que lutam pela terra, que fazem trabalho com os camponeses, e a gente conseguir discutir e ver formas de construir concretamente também na luta. (...) Essa é uma das questões que é hoje um desafio nosso, é como organizar os brasileiros que estão lá dentro e também se integrar junto com as organizações paraguaias. (...) Estamos na região da fronteira, ajudando a organizar lá, trabalhando com o pessoal lá dentro. Corpus Cristi, aquela região lá. Só entra, faz o trabalho, passa 2,3 dias e volta." (dirigente do MST/MS, 26/05/90)

Além daqueles acampamentos de Mundo Novo(MS) e Sete Quedas(MS), o MST assessorou a organização do acampamento de

Eldorado(MS), formado em maio de 1986. Sua organização foi feita por lideranças que possuíam laços de parentesco e/ou de vizinhança anterior, em território paraguaio, com aqueles chamados brasiguaios assentados no Projeto de Assentamento Novo Horizonte(PANH). O acampamento de Eldorado não era, como vimos, composto apenas de famílias de pequenos produtores rurais brasileiros vindos do Paraguai, mas também dos chamados sem terra do próprio Estado. Havia 720 famílias, sendo que aquelas de sem terra formavam o grupo "Brasilnidos", e as de brasiguaios os grupos "Paloma", "Ponte Quirrá", "Alvorada" e "Troncal 4". Estas famílias foram espalhadas por diversos assentamentos no Estado, como Santo Inácio, Monjolinho, Casa Verde e Taquaral, este último em Corumbá(MS). Algumas famílias desistiram, e foram residir na casa de parentes e amigos, no PANH, onde aguardaram nova oportunidade de obtenção de terras, via mobilização.

Desta forma, filhos, irmãos, cunhados, de parceiros do PANH, juntamente com os chamados sem terra da região, num total de 2.150 famílias, ocuparam na madrugada de 13 de fevereiro de 1989 a Fazenda Itassu, em Itaquirá(MS). Também com a participação de pequenos produtores rurais brasileiros procedentes do Paraguai e de famílias de sem terra do Mato Grosso do Sul aconteceu, em novembro de 1989, a ocupação da Fazenda São Luis, em Bataiaporá(MS). Parte das famílias já havia ocupado um outro imóvel rural, do qual foram despejadas, estando

acampadas às margens da BR-376, na altura de Ivinhema(MS). As ocupações conjuntas envolvendo camponeses brasileiros vindos do Paraguai e outros residentes no próprio Estado vão caracterizar ainda uma outra mobilização, em julho de 1990, no município de Tacuru(MS).

Além deste estratagema de "luta conjunta" dos chamados brasiguaios com os chamados sem terras, o MST tem buscado diferenciar mais nitidamente as características internas dos primeiros. Neste processo, tem identificado empregados de fazendas e posseiros no Paraguai como objeto preferencial de sua ação organizadora:

"Tem aquele que é campones, vendeu aqui no Brasil, que, tinha mais algum recurso, que entrou, aí conseguiu comprar terra lá. É mais esperto, ou entende um pouco melhor, legaliza. E tem aquele que entra descapitalizado, sem nada, e então trabalha lá. (...) Então já eram assalariados no Brasil, foram pro Paraguai, alguns perderam a posse, e tão lá trabalhando em fazendas. Então são situações diferentes. (..) Tem aqueles que conseguiram legalizar alguma coisa e tem uma certa amizade com os comissários lá dentro do Paraguai, então eles conseguem uma vida mais ou menos lá dentro. E tem aqueles que tão praticamente sem nada e tão lá dentro só esperando uma vaga pra voltar."
(id.ibid.)

Algumas das mobilizações ocorridas desde 1989 foram divulgadas na imprensa brasileira como processos de retorno de brasiguaios, mas em notícias posteriores o que passou foi a idéia de uma ocupação feita por famílias de sem terra do Estado do Mato Grosso do Sul. Sem acesso aos documentos produzidos pelos acampados de Itassu, São Luis e Tacuru, não

podemos avaliar se a identidade brasiguaios tem destaque como bandeira de luta pela terra, ou se divide seu espaço, ou ainda, se foi substituída pela de sem terra.

Ao que tudo indica, a presença destas famílias de brasiguaios nas ocupações de terra organizadas pelo MST-MS tendeu a diluir-se no movimento maior dos sem terra do Estado. De 10 a 19 de março de 1991 realizou-se uma "caminhada pela reforma agrária", de Dourado(MS) à Campo Grande(MS). Os 250 quilômetros que separam as duas cidades foram percorridos por 350 pequenos produtores rurais, envolvidos nas ocupações de imóveis em Tacuru, Bataiaporã, Bonito e Nova Andradina. Entre eles, como vimos, famílias provenientes do Paraguai. O evento foi denominado "Marcha dos Sem Terra". Um dia antes da entrada das famílias em Campo Grande(MS), o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária anunciou a desapropriação dos imóveis Fazenda Agropecuária Mercedina, de 767 hectares, em Bataiaporã(MS); Fazenda Agropecuária São João, de 769 hectares, no mesmo município; Fazenda São Luís, ainda em Bataiaporã; e Fazenda São Manoel, em Anastácio.

A fazenda Itassu, em Itaquirai, que teria sido desapropriada ainda no governo Sarney, é hoje o Projeto de Assentamento Indaiá, com 630 lotes. Todas estas áreas desapropriadas vem enfrentando, no entanto, sérios problemas, desde a lentidão do judiciário, que não autoriza a imissão de posse pelo INCRA até a falta de créditos e financiamentos para os assentados. Estas desapropriações, outrossim, são

consideradas exceções, haja visto que o governo Collor tem se recusado a negociar com os camponeses ligados ao MST, que reivindicam terras via ocupações.

10.2. A ESTRATÉGIA DO DISCURSO DOS APARELHOS DE PODER

Em março de 1991 o ministro da Agricultura e Reforma Agrária anunciou na imprensa o início do Programa de Reforma Agrária do governo, o qual objetivava permitir o acesso à terra por parte de 502 mil famílias de agricultores, até 1995, através da desapropriação de 27 milhões de hectares. O Diretor de Recursos Fundiários do INCRA anunciava então que a concentração da ação fundiária se daria em três regiões do país: no chamado "Bico do Papagaio" (sul do Pará, sudoeste do Maranhão e norte de Tocantins), em função da violência que caracteriza as situações de conflito, com diversos registros de assassinatos de lideranças sindicais; no Estado de Mato Grosso, pela "disponibilidade de terras"; e no Mato Grosso do Sul, para "resolver a situação dos brasiguaios, como são conhecidos os brasileiros que emigraram para o Paraguai, retornaram ao Brasil, e agora não dispõem de terras para plantar" (JB, 03/03/91).

O governo brasileiro já dera mostras, anteriormente, de aceitação da categoria brasiguaios como tradutora de problemas de tensão social em área de fronteira internacional. Esta particularidade exigiu que a mesma fosse incorporada aos planejamentos de reforma agrária.

Em maio de 1986, foi assinado o Plano Regional de Reforma Agrária do Mato Grosso do Sul (PRRA/MS), através do Decreto nº 92.621, de 02/05/86. Toda a área rural do Estado foi considerada zona prioritária para efeitos de execução da reforma agrária, diante da verificação de "distorções fundiárias" que concorrem para a existência, naquela data, de 1.880 trabalhadores rurais envolvidos em conflitos pela posse da terra, sendo que os chamados brasiguaios, caracterizados como migrantes, são os únicos nominalmente citados:

"Os municípios situados na fronteira com o Paraguai são propensos a problemas gerados pela concentração de migrantes. Muitos brasileiros atravessam a fronteira em busca de melhores condições de trabalho e, se não as encontram, retornam ao país, formando não raras vezes acampamentos nas cidades, reivindicando assentamento em solo sul-matogrossense, embora, sejam em sua grande maioria originários de outros estados. O grande contingente de 'brasiguaios' que está retornando ou em vias de retorno tem representado enorme desafio ao governo brasileiro, requerendo inclusive ações diplomáticas para salvaguardar os direitos e interesses dos brasileiros que emigraram". (MIRAD/INCRA, 1986:08).

Na verdade, o que parece estar sendo levado em conta em relação aos chamados brasiguaios é o fato de que o conflito no qual estão envolvidos desencadeia pressões internacionais, que tendem a acionar os meios diplomáticos dos dois países. Independentemente do grau de integração dos camponeses brasileiros em território paraguaio, estes, quando tem algum tipo de problema, identificam-se ou, mais

frequentemente, são identificados como brasiguaios, na medida em que pressionam o governo brasileiro.

A imprensa tem divulgado a situação de "brasiguaios" proprietários de terra na localidade Curupaity (Departamento Alto Paraná) que tiveram suas propriedades (de 5 a 85 alqueires) ocupadas por campesinos sin tierra paraguaios. Após procurar a justiça paraguaia, assessorados por um advogado local, estes camponeses, que estão há mais de 15 anos no Paraguai, que possuem documentos pessoais paraguaios e as terras regularizadas, buscam uma outra forma de resolução do conflito: uma viagem à Brasília, para pedir ajuda ao presidente Collor. Esta situação é exemplar da condição destas famílias, que direcionaram sua estratégia de manutenção da condição camponesa para a integração no Paraguai, registrando seus filhos como paraguaios. Quando o conflito estoura, e se percebem ameaçados pelo apoio dado aos "invasores" pela opinião pública paraguaia e pelos partidos de oposição, emerge um sentimento nacionalista que busca no Brasil a solução do problema. Algumas famílias, se sentindo muito ameaçadas fisicamente, hoje vivem "exiladas" no Brasil, sendo que as crianças são cidadãs paraguaias.

Para o governo paraguaio, inexistente esta "questão brasiguaiia", mas seus altos escalões tem de se haver com a pressão interna de setores importantes da sociedade, que se posicionam contra a presença de milhares de brasileiros, proprietários das terras mais férteis do Paraguai, localizadas em áreas limítrofes com seu país de origem.

O senador Rodolfo González Garavelle, do Partido Liberal Radical Autêntico, apresentou ao senado paraguaio projeto de lei que estabelece zonas de segurança nas fronteiras territoriais da República, e reserva aos paraguaios a propriedade dos imóveis situados em ditas zonas. Conforme texto do projeto, as áreas territoriais situadas nas fronteiras terrestres e fluviais da República, numa extensão de 50 quilômetros, serão consideradas "zonas de seguridad", e o artigo 3º prevê que "los extranjeros, y las personas jurídicas integradas total o parcialmente por éstos, no podrán ser propietárias de inmuebles rurales situados dentro de las zonas de seguridad". Diferentemente do artigo 14 do Estatuto Agrário, que considera beneficiários da lei paraguaios e estrangeiros, o projeto Garavelle destina as áreas privadas do estado paraguaio e do IBR, situadas dentro das zonas de segurança, exclusivamente para a colonização oficial com camponeses paraguaios. (Cf. ALVES, 1990:61-65)

Quando da aprovação do projeto pelo senado, em julho de 1989, desencadeou-se uma onda de boatos que trouxe pânico à população brasileira que seria diretamente atingida, não obstante a aprovação final do projeto depender do consentimento pessoal do Presidente da República. Naquele mês, aumentando a tensão, o governo paraguaio enviara instruções aos consulados localizados nas cidades fronteiriças, para que suspendessem a emissão de "carnets de inmigración", por seis meses. Quando liberado, o processo

se tornara mais burocratizado, não impedindo, no entanto, que apenas no consulado de Foz de Iguaçu fossem feitos de oito a dez pedidos diários daquele documento, (cf. FSP, 21/08/89).

O assunto faz parte obrigatória das agendas dos encontros entre presidentes dos dois países, desde então. Na imprensa brasileira, passam a repetir-se notícias sobre uma possível expulsão dos "brasiguaios" pelo governo paraguaio, fortalecendo a idéia de que a identidade brasiguaios pode ser acionada em toda e qualquer situação de tensão social envolvendo brasileiros naquele país, mesmo que os assim mencionados sejam proprietários de terra solidamente instalados, e que estejam lutando por sua permanência no mesmo. Parte desta estratégia, como já vimos, corresponde à pressão sobre autoridades e políticos do Brasil.

No final do ano de 1989, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar formas de proteger os interesses dos "agricultores brasileiros que vivem no Paraguai os chamados 'brasiguaios'" (Cf. "Assembléia aprova lóbi do Paraná que ajuda 'brasiguaios'" JB, 01/12/89).

Em novembro de 1989, reuniu-se em Asunción uma Delegação do Itamaraty e outra do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. Ficou acertada a realização de uma operação, com auxílio da Organização das Nações Unidas e do Conselho Internacional de Migração (com sede em Bruxelas),

com o objetivo de regularizar a situação dos brasileiros residentes no Paraguai. Aqueles que comprovassem moradia no Paraguai antes de 2 de novembro de 1981, receberiam documentação pessoal brasileira e teriam o direito de legalizar suas propriedades rurais no Paraguai. Os proprietários de terras improdutivas seriam chamados pelo governo brasileiro e orientados para que vendessem as suas terras no Paraguai, a preço de mercado, para que o governo daquele país pudesse realizar uma reforma agrária.

As autoridades dos dois países deslocaram-se então para a fronteira, onde gravaram programas de rádio e de televisão, que foram veiculados no Brasil e no Paraguai, esclarecendo que a lei, mesmo se aprovada pela Presidência da República, não teria efeito retroativo. Aconselharam, outrossim, que os proprietários de terra brasileiros regularizassem seus imóveis, mas que não vendessem suas terras por preços ínfimos, e não confiassem em ninguém que se oferecesse para a execução da regularização fundiária.

Representantes diplomáticos do Paraguai no Brasil, que foram convocados para depor na CPI da Assembléia Legislativa do Paraná, garantiram que o projeto Garavelle não seria aprovado, uma vez que o governo paraguaio reconhecia a contribuição dada pelos brasileiros ao seu país. (Cf. "Consul garante que o Paraguai não pretende expulsar os brasiguaios". JB, 07/12/89).

10.3. A MOBILIZAÇÃO E A MEDIAÇÃO: OS CAMPESINOS SIN TIERRA PARAGUAIOS

Setores da representação sindical paraguaia tampouco concordam com o rumo que poderia tomar a aprovação do projeto, notadamente pela criação de uma zona de segurança nacional. Como nesta faixa de 50 quilômetros vem ocorrendo graves conflitos pela posse da terra envolvendo camponeses paraguaios, duramente reprimidos, lhes parece que o projeto está menos partidário dos campesinos e mais partidário da idéia de segurança nacional. Diante de formas mais sutis de penetração brasileira no Paraguai, que garantem uma influência econômica e política considerável naquele país, os sindicalistas não acreditam na eficácia de um controle feito apenas sobre o espaço.

A categoria brasiguaios parece estar comprimida, desta forma, entre duas situações de transição à democracia. No Brasil, a partir de 1985, ela ganha força através do PNRA, mas no Paraguai, quando o processo se inicia, em 1989, ela passa a sofrer pressões incontornáveis à nova conjuntura social. Os setores de oposição representam a existência dos camponeses brasileiros como produto da concessão de terras do governo Stroessner a empresas colonizadoras e como mão-de-obra barata para os latifúndios.

Os chamados campesinos sin tierra paraguaios não tem conseguido, todavia, assegurar a estabilidade ou consolidação de suas organizações representativas, ou mesmo a eficácia de suas mobilizações por terra.

Os conflitos persistem, e não se vislumbram soluções democráticas. Tampouco foram implementados projetos efetivos de reforma agrária nos dois países. Começam a ser mais frequentes as ocupações de pequenas propriedades de brasileiros por campesinos sin tierra paraguaios. Muitas delas ocorrem na época da colheita, o que é percebido pelos camponeses brasileiros como um saque ao resultado de seu trabalho, realizado com a cobertura de certos setores dominantes locais.

Desde 1983, com a finalização da construção da Usina de Itaipu, e a conseqüente liberação da mão-de-obra e o alagamento das áreas de minifúndio e de posses, são registrados processos ininterruptos de ocupação de imóveis rurais de estrangeiros, por camponeses paraguaios, que objetivam o acesso à terra. No ano de 1984 foram contabilizadas 12 ocupações de terra nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyu, envolvendo 2.100 famílias e 31.000 hectares. Destas famílias, 825 foram violentamente despejadas, tendo sido efetuadas 322 prisões de camponeses, de janeiro a outubro daquele ano (cf. CEP, 1985). Outras fontes contabilizam que, de janeiro de 1983 a agosto de 1984, ocorreram 30 ocupações de terra, envolvendo 7.000 famílias (CIDSEP, 1987).

Em novembro de 1987 realizou-se em Ypacaray um seminário promovido pelo Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política, da Universidad Católica, cuja tema foi "Organizaciones Campesinas". Participaram do

mesmo, representantes do Movimento Campesino Paraguayo (MCP), da Unión Nacional Campesina "Oñondivepa" (UNC) e da Organización Nacional Campesina (ONAC). Estas organizações, e também a Coordinación Nacional de Productores Agrícolas (CONAPA), que não se fez representar, surgiram na década de 80, tendo sido oficializadas no ano de 1986.

Entre as conclusões do seminário, algumas referem-se especificamente à presença brasileira no Paraguai. Percebe-se uma insatisfação diante da supremacia econômica dos "estrangeiros" e diante do considerado protecionismo do governo para com produtores rurais provenientes do Brasil, conforme se percebe os trechos que se seguem:

"Los campesinos somos expoliados por los poderosos. Como un ejemplo: el caso de los brasileños que llegan al país y compran tierras. Preguntan al agricultor paraguayo cuánto pide por su tierra, y cuando éste responde 'quinientos mil', le dice el brasileño 'tomá um millón, y abandoná mañana mismo la chacra'. Y lo hacemos. Son los colonos brasileños, y justamente están an la frontera, aunque eso estaba prohibido por la ley. Ellos fueron comprando poco a poco los lotes a los paraguayos.(...) Los privilegios de los extranjeros siguen vivos y cada vez más fuertes em nuestro país. Hasta em la escuela se prestan campañas em contra nuestra. Algunas maestras dicen que en Paraguay los campesinos no queremos trabajar, y por ese motivo, el gobierno, preocupado por el sistema agrário, permite la llegada de los extranjeros. Podemos decir también que los privilegios para los extranjero constituyem um atentado contra la soberania nacional." (CIDSEP, 1987:245-246)

Em outro trecho das conclusões do seminário, empresas brasileiras são acusadas formalmente de expulsão de camponeses paraguaios das terras onde cultivavam:

"Miles de campesinos fueran expulsados de alguna manera.. Se les envió a otras zonas o fueron trasladados. Se utilizaron forma pacíficas o violentas para desalojar a los agricultores, desalojar la zona fronteriza, y reemplazarlos por las nuevas empresas multinacionales. (CIDSEP, 1987:248)

A saída do General Stroessner do poder, no início de 1989, permitiu o fortalecimento destas organizações camponesas. Por outro lado, milhares de paraguaios que viviam na Argentina começaram a se organizar para retornar ao seu país, pressionando o governo para que realize uma reforma agrária. De fevereiro a maio de 1989, aconteceram no país 27 ocupações de terras, envolvendo 8.197 famílias. Destas ocupações, 21 aconteceram no Departamento Alto Paraná.

Em fevereiro de 1990 a Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA) entregou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) que visitava o país, um documento onde denuncia que 13 camponeses encontravam-se presos e 40 estavam sendo processados, em decorrência da ocupação de 17 imóveis no Alto Paraná. Entre as ocupações listadas, três apresentavam "brasileños" como proprietários:

Quadro 18 - Ocupações de imóveis de proprietários
brasileiros / Departamento Alto Paraná - Fevereiro de 1990

Local	Distrito	nº Famílias	Data ocupação	Situação
Paranambu	D. M. de Irala	100	1989	acampadas 3 prisões
22 de Mayo	Cedrales	60	1989	acampadas
Km 160, Ruta 6	D. M. de Irala	130	1989	acampadas processa- das

Fonte: ASAGRAPA

Em maio, são denunciados os assassinatos de Ramón Genes e Arsenio Páez, dirigentes camponeses envolvidos em conflitos nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyu. Pistoleiros brasileiros estariam envolvidos nas mortes. Em agosto, é assassinado outro dirigente da região, Nicolás Cáceres, aumentando o clima de tensão. Quatrocentos camponeses, provenientes das diversas áreas ocupada do país, acampam na Catedral de Asunción e denunciam que outros 600 estariam detidos em "delegaciones del gobierno", cárceres e "Comisarías" regionais. Destes, haviam 240 dirigentes camponeses do Alto Paraná.

Nos anos de 1989 e 1990, registramos os seguintes conflitos, relativos à ocupação de imóveis de pretensos proprietários brasileiros por campesinos sin tierra paraguaios:

Quadro 19 - Ocupações de imóveis envolvendo brasileiros no Paraguai - Junho/1989 - Janeiro/1991

Departamento	Local	Área (has)	Data	Número Famílias	Observações
Alto Paraná	Km 32 Hernandarias	1.200	Junho 1989	170	Pret. prop.: José Pimenta. Despejadas, acamparam às margens da estrada que vai para Salto del Guaira (CY)
	J.L. Mallorquin	30.000	1989	1.093	Despejadas por 400 policiais, denunciaram que o imóvel foi ocupado a seguir por 600 famílias brasileiras: "Esto significa que para nosotros no hay tierra y si para las familias brasileñas."
	Colonia Guarani	2.400	1989	130	Pret. prop.: Roberto Emilio Datrace. Próximo lago Itaipu
	Limoy	5.000	1989	368	A área foi desapropriada em novembro de 1989 para assentamento das famílias. Estes denunciaram que 2.980 has. foram vendidos a brasileiros.
	D.M. de Irala km 160, Ruta 6	-	1989	130	Arrendado pelo brasileiro Loreni Soccol. Despejo violento. Ranchos queimados, 111 pessoas detidas. Duas crianças mortas.
	Gleba 10 Hernandarias	-	1990	5	Arrendatários brasileiros em fim de contrato, ameaçados de expulsão, contam com apoio da Comisión Vecinal.

Departamento	Local	Área (has)	Data	Número Famílias	Observações
CANINDEYU	Corpus Cristi	3.000	1990	28	Políciais detiveram os chefes das famílias. O pret. prop. é brasileiro, de São Paulo (SP).
		-	1991	65	Ocupavam área desde 1970. Ameaçados por militar paraguaio e cidadãos brasileiros que se dizem proprietários.
CAAGUAZÚ	E.J. Estigarribia	1.552	1990	120	Pret. prop.: Empresa Tractor SACI, prop. de brasileiro.
AMAMBAY	Gasory P.J. Caballero	-	1990	200	Pret. prop.: Roque Machado. Despejados, acamparam na linha internacional Paraguai - Brasil
CONCEPCION	Kaguatá	2.421	1990	200	Despejo, Pret. Prop.: Bertil de Izar, de Ponta Porã (MS)
SAN PEDRO	San Vicente	37.000	1990	75	Pret. Prop.: "brasileño"
TOTAL		82.573		2.584	

Fonte: Centro de Documentación y Estudios. Informativo Campesino, nº 9 a 30, junho de 1989 a março de 1991.

Em editorial da edição de dezembro de 1990, o periódico Informativo Campesino, editado mensalmente pelo Centro de Documentación y Estudios, reconhecia que a maior parte das ocupações de terra acontecidas em 1990 haviam atingido grandes propriedades pertencentes a empresas e indivíduos estrangeiros. Teria sido a única forma encontrada pelos camponeses para pressionar o governo Rodriguez, que assumira prometendo a realização da reforma agrária. A Asociación Rural Paraguaya(ARP), de grandes proprietários de terra, criadores de gado, instruiu seus membros a utilizar todos os meios possíveis para impedir as ocupações. A partir daí, teria se agravado a situação:

"En la localidad Cororofí, distrito de Santa Rosa de Lima (San Pedro) se produjo el primer enfrentamiento armado entre civiles encapuchados y carapintadas y campesinos ocupantes de tierras a instâncias del Instituto de Bienestar Rural(IBR). En este enfrentamiento murió uno de los mercenários contratados por el supuesto dueño de las tierras. Fue una de las tantas señales de que el conflicto por la tierra estaba entrando en una mayor agudización"
(Informativo Campesino, n 27, dezembro 1990, p.3)

Através de levantamentos na imprensa periódica, chegaram a seguinte estatística, que atesta o recrudescimento das tensões, e a intensa repressão policial:

"En el 90, la prensa ha registrado 98 casos de conflictos de tierra de los cuales la mitad se produjo este año, es decir 49 casos y la otra mitad desde años anteriores. De esta respuesta no se salvaran ni siquiere las antiguas. En el transcurso del año, las fuerzas represivas, la Fuerza de Tareas Conjuntas (FCT) primero y la Policía Especial de Operaciones (PEO) después,

realizaron 51 desalojos con 800 detenciones". (id.ibid.)

Chama a atenção o fato de que, além dos despejos em áreas recentes de ocupação, estes terem se registrado também em ocupações antigas, como em La Paloma (Canindeyu) e Y'ambue (Amambay), com 20 e 15 anos. Os Departamentos com maior registro de conflitos pela posse da terra em 1990 foram Guaira, Alto Paraná, Caaguazú, San Pedro e Amambay.

Nos anos de 1989 e 1990, o governo paraguaio, através do IBR, concretizou a formação de 36 novas colônias, em uma superfície de 130.299 hectares, nas quais teriam sido assentadas 12.000 famílias de campesinos sin tierra (10,8 hectares por família). Esta cifra corresponderia a 4% apenas do total de 300.000 camponeses sem terra no país, calculados pelas organizações que os representam.

10.4. A AÇÃO SINDICAL TRANSNACIONAL

O acirramento dos conflitos envolvendo brasileiros em território paraguaio não passa despercebido às organizações sindicais e camponesas do Brasil, que já haviam discutido a questão no Seminário sobre Brasiguaios, em maio de 1990. No final de 1991, a imprensa brasileira começou a veicular notícias preocupantes sobre conflitos de terra que estariam ocorrendo entre camponeses brasileiros e paraguaios, na "Colônia Curupaity", Departamento Alto Paraná. Chamavam sobremaneira a atenção manchetes como: "Brasiguaios denunciam invasão de paraguaios" (JB, 20/11/91);

"Paraguai proibe 'brasiguaios' de plantar lavoura"(JB, 23/11/91); "Sonho de 'brasiguaios' tem fim com a invasão camponesa"(JB, 10/12/91); e, mais recentemente, "Posseiros expulsam brasileiros proprietários de terras no Paraguai"(JT, 19/02/92).

Os pequenos produtores rurais brasileiros envolvidos nestes embates têm procurado diretamente autoridades do Brasil, na tentativa de resolução dos conflitos. Existe um desafio para a ação mediadora de entidades sindicais e organizações camponesas brasileiras. Semelhante processo social, que a cada dia se torna mais complexo, tem sido objeto sobretudo de encontros intersindicais e intrapartidários com a participação de sindicalistas, lideranças camponesas e políticos do Brasil e do Paraguai.

A internacionalização dos conflitos agrários exige uma nova estratégia de lutas, traçada equilibradamente entre estes movimentos de diferentes nacionalidades. Os conflitos agrários prenunciam um possível rompimento com o princípio da nacionalidade, mediante tais mobilizações camponesas, embora nem todos os segmentos de trabalhadores em questão acatem as determinações destas lideranças.

Promovido não mais por entidades confessionais, mas agora pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Central Única dos Trabalhadores(CUT), realizaram-se dois encontros. O II Seminário dos Brasiguaios aconteceu em setembro de 1991, em Dourados(MS), e teve como objetivo "conhecer e aprofundar a discussão sobre a realidade sócio-

econômica e política dos brasiguaios e elaborar uma estratégia de lutas, envolvendo várias organizações" (MST, 1991:01). O III Seminário sobre Brasiguaios realizou-se no mês de março de 1992, em Hernandarias, no Paraguai, "con el objeto de ir profundizando sobre la problemática sócio-econômica-política e el Plan Geopolítico que implica esse fenómeno, con el Tratado de Amistad de Itaipu. De manera a elaborar, a partir de ahí, una estructura de lucha, e ir incluyendo mas organizaciones para trabajar esta cuestión" (MST, 1992:01).

Participaram dos encontros, vindos do Paraguai, a Federación Nacional Campesina(FNC), a Coordinacion Nacional de Lucha por la Tierra y la Vivienda e o Partido Democrático Popular(PDP). A partir do terceiro encontro, o Departamento Agrário do Partido dos trabalhadores(PT), do Brasil, passou a tomar parte dos debates.

Os brasiguaios ou brasiguayos que se tornaram objeto de análise e de discussão nesta nova conjuntura política são aqueles pequenos produtores rurais brasileiros que permanecem residindo no Paraguai. Entre estes, é proposta uma ação mediadora preferencial para os considerados sem terra, ou seja, aqueles brasileiros que se encontram no Paraguai na condição de empregados de fazendas, arrendatários ou posseiros.

Em relação àqueles na condição de pequenos proprietários, a situação é politicamente mais delicada. Este segmento seria aquele que tem enfrentado os chamados

campesinos sin tierra paraguaios em algumas situações de conflito.

Consoante a representação dos documentos finais dos eventos mencionados, a diferenciação econômica interna a este campesinato não é suplantada pelo peso da dimensão étnica dos conflitos. Enfatizam um determinado segmento - aquele de sem terra, arrendatários, posseiros ou assalariados - como detendo maior potencial de mobilização política, em detrimento dos demais. Esta lógica implica num critério seletivo da mediação, e numa concepção de mobilização camponesa que incide sobre segmentos que, no entender de Wolf (1984:340), deteriam menor poder tático. Ou seja, uma capacidade operacional mais reduzida, se confrontada com os pequenos proprietários, por exemplo.

Os encontros parecem caracterizar-se ainda como uma primeira etapa de negociações, na qual prevalece a mútua apresentação de "análises de conjunturas" políticas e econômicas do Brasil e do Paraguai. Os assessores brasileiros insistem em justificar a presença de camponeses brasileiros em território paraguaio como "migrações forçadas pela estratégia geopolítica de dominação, à serviço do imperialismo" (MST, 1991: 06). Em outro momento de um dos documentos finais dos encontros, aventam com a possibilidade destes terem sido "utilizados contra o avanço da luta dos camponeses paraguaios" e de representarem um "projeto imperialista para América Latina" (id. ibid.:06).

Propostas concretas resultantes dos debates referem-se à "formação de quadros" no Paraguai, e à uma continuidade no trabalho de organização de pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai que se proponham a voltar ao Brasil. Também foram sugeridas visitas de parlamentares "aos brasiguaios" e a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, em Brasília(DF), cujas atividades levariam ao "reconocimiento oficial sobre los Brasiguayos y la soberania paraguaya"(MST, 1992:13).

A criação do Mercado Comum do Sul foi debatida nos dois seminários. O Tratado de Constituição do chamado MERCOSUL foi assinado pelos presidentes das repúblicas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, em 26 de março de 1991. Inclui, entre outras medidas, a "livre circulação de bens, serviços, recursos financeiros e trabalhadores", a partir de 1995. As autoridades dos países signatários se preparam para a efetivação de novas formas de controle sobre a força de trabalho que circula nas suas fronteiras internacionais.

Observa-se uma perspectiva de ação sindical transnacional - agregando brasileiros e paraguaios - numa possível luta conjunta contra a concentração fundiária e contra os chamados "escudos latifundiários" os quais, historicamente, tem funcionando como elementos comuns de geopolítica e de dominação nas regiões de fronteira dos dois países, que segundo o General Golbery do Couto e Silva(1976) constitui o principal eixo de tensões no chamado Cone Sul.

A estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de "continuar tarefa para retorno" (MST, 1992:13), envolvendo não só aquele grupo prioritário de sem terra, mas também os demais camponeses - um contingente de cerca de 400 mil pessoas - parecem apostar na eficácia alcançada pela mobilização dos chamados brasiguaios, no ano de 1985. No entanto, as condições que permitiriam o acesso à terras, vinculadas essencialmente a um momento de transição democrática, parecem não existir mais. Tampouco existe a possibilidade de reeditá-las, a curto prazo.

Dentre estas condições, aliás, observa-se uma distinção entre os chamados brasiguaios que foram assentados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária e os sem terra do sul do país. Para os chamados brasiguaios, camponeses das áreas desapropriadas, há uma perspectiva de integração no mercado via os êxitos nas colheitas de algodão e de fumo, e na cultura do bicho-seda. O mesmo não se pode dizer para os demais segmentos camponeses que não tem logrado o acesso à terra, e permanecem em acampamentos, envolvidos em situações de conflito.

As condições materiais e políticas que permitiram o advento da categoria brasiguaios e a eficácia do tipo de mobilização realizado parecem não se reproduzir mais. Está-se diante de um fenômeno "novo", e de categorias que não podem mais ser acionadas da mesma maneira e com a mesma força como o foram anteriormente.

Afirmar o princípio de nacionalidade como bandeira de luta por terra, numa conjuntura de integração econômica internacional, pode implicar, entretanto, na perda de sua capacidade de persuasão política. A questão da cidadania aparece emoldurada em outros tipos de instâncias burocrático-administrativas. Provavelmente a exigência de documentação paraguaia - um dos aspectos mais problemáticos da questão, objeto de grande parte das reclamações dos chamados brasiguaios - será abrandada ou substituída por formas mais sutis de controle, levando-se em consideração as disposições alusivas no Tratado do MERCOSUL, referentes à livre circulação de força de trabalho.

Não se trata de negar a manutenção da situação de tensão social, mas de atentar para as redefinições pelas quais estão passando. Notadamente para aqueles pequenos produtores brasileiros, proprietários de terras no Paraguai, pode-se imaginar momentos de maior insegurança. Para os que possuem os documentos paraguaios, ou mesmo se naturalizaram ou, ainda, passaram as escrituras de suas terras para os filhos, nascidos e registrados como paraguaios, existe o risco de envolvimento em conflitos inter-étnicos, de proporções incalculáveis. Seriam estes que estão tendo suas áreas ocupadas pelo "movimento sem terra" paraguaio, numa situação de conflito aberto.

Caso as negociações entre entidades sindicais e camponesas dos dois países não se alicerces em análises mais concretas da realidade em que vivem, estes pequenos

proprietários brasileiros correm também o risco de não contar com o seu apoio, preteridos pelo apoio aos sem terra, paraguaios ou brasileiros.

A questão não pode, entretanto, ser pensada segundo somente os determinantes de uma diferenciação econômica. Há variáveis de dimensão étnica que conferem um contorno particular à questão. Ao se internacionalizar, o movimento campones elegeria antagonistas em qualquer região do MERCOSUL, segundo um critério econômico. Entretanto, observações empiricamente realizadas em território paraguaio evidenciam a magnitude dos conflitos étnicos adstritos aos processos de mobilização política.

Inicialmente, conforme pareciam demonstrar os documentos de 1985 e 1986, dos chamados brasiguaios, o conflito principal seria com aqueles que tem o menor poder tático, ou seja, assalariados e arrendatários. Os mediadores de organizações camponesas e sindicais se propõem a resolver primeiro os seus problemas. Aqueles que tem maior poder tático - os pequenos proprietários - quando estouram os novos conflitos, se encontram brigando com os camponeses que tem a mesma posição estrutural dos primeiros. Para os pequenos proprietários rurais brasileiros residentes no Paraguai, então, o determinante no conflito não será o fator econômico, mas sim o plano étnico.

Percebe-se a politização crescente do conflito étnico, que aparece com vigor quando se observa uma situação particular, tal como os embates em Curupaity.

10.5. SEM PÁTRIA E SEM TERRITÓRIO: LIMITES EXTREMOS DE UMA EXISTÊNCIA POLÍTICA

Tentativas recentes de retorno em massa ao Brasil de pequenos produtores rurais brasileiros que, desde 1991, se encontram sob intensas pressões e hostilidades no Paraguai, tem sido duramente reprimidas pelos organismos policiais e militares do Estado brasileiro, que controlam a faixa de fronteira internacional. A ação repressiva que impede pela força o regresso dos brasileiros ao seu próprio país, coloca em pauta as transformações atuais na geopolítica das fronteiras (ALMEIDA, 1991(b):13) e os procedimentos vigentes dos aparelhos de poder nestas regiões. Ao contrário dos projetos expansionistas e da ideologia bandeirantista que durante quatro séculos estimularam a anexação de novos territórios, gerando disputas internacionais em torno de amplas extensões de terra, tem-se agora uma ampliação dos conflitos e uma ênfase na ação repressiva sobre grupos sociais que se afirmam politicamente nestas regiões de fronteira. Escapando às tradicionais medidas de povoamento, engendradas pelos estrategistas oficiais, está-se diante de uma ação mobilizatória independente, que rompe com as linhas físicas de demarcação, desafiando conhecidos mecanismos de controle dos aparelhos de poder.

Verifica-se uma tentativa de erigir barreiras, com aumento da vigilância armada, nos diversos postos fronteiriços, cuja função precípua refere-se ao controle dos deslocamentos internacionais; acionando além da Polícia

Militar e da Polícia Civil, o próprio Grupo de Operações de Fronteira(G.O.F.), que usualmente reprime o contrabando e o narcotráfico. A alegação de que os pequenos produtores agrícolas, novamente se auto-definindo como brasiguaios, ameaçam "invadir" imóveis rurais, funciona como justificativa da ação repressora que busca impedir o seu reingresso no país. O discurso oficial, numa monotonia, permanece o mesmo de sete anos atrás, baseado na necessidade do controle e da identificação mantendo implícito - e não dito - o propósito de permanência e de intocabilidade da estrutura fundiária na região de fronteira.

Consoante os depoimentos de vários membros da burocracia oficial acerca do reingresso no país, via a fronteira seca com o Estado do Mato Grosso do Sul, de sete caminhões e um ônibus transportando brasiguaios, no dia 24 de maio de 1992; tem-se o substrato das justificativas da intervenção governamental.

Ao atravessar a fronteira, na proximidade dos municípios de Sete Quedas, Tacuru e Amambai(MS), foram detidos pela Polícia Militar. A tentativa de formação de um acampamento na Fazenda Itapoty, localizada em Amambaí, pelas famílias que se deslocavam de ônibus, foi impedida por policiais militares e membros de milícias privadas de grandes proprietários de terra da região. Afugentados por disparos de armas de fogo, foram perseguidos até a sede do município, onde se encontravam detidos os caminhões que transportavam outras quatrocentas famílias.

O Superintendente do INCRA em Mato Grosso do Sul antevê uma ação política ampla, na qual os chamados brasiguaios seriam utilizados como "massa de manobra", dentro de uma tática de pressão pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

"A situação dos brasileiros no Paraguai é complexa, mas eles estão sendo usados como massa de manobra. Essa movimentação na fronteira é um indício do retorno maciço dos brasiguaios."
(Declaração de Eduardo Carrile ao Jornal do Brasil, 27/05/92)

O delegado de Amambai deteve por algumas horas quinze trabalhadores, para interrogatórios, incluindo-se entre eles os motoristas dos caminhões e dos ônibus, bem como os considerados "líderes do movimento". O pronunciamento do delegado à imprensa manifesta um "clima de guerra". A polícia já teria tomado medidas preventivas contra tal regresso organizado de camponeses, a partir de informações de que os chamados brasiguaios estariam "se reorganizando" nas localidades paraguaias de La Paloma, Seis de Marzo e Katuetê (Departamento Canindeyu). Esta formulação, alusiva ao fato de que o movimento dos brasiguaios, após um longo período de retraimento tático estaria passando à ofensiva, bem revela a ideologia militarista de confronto nos conflitos sociais que trata Foucault(1979) ao mencionar uma "matriz militar" nos discursos governamentais.

Por sua vez, a Polícia Militar reafirma a pertinência destas justificativas à ação repressiva.

Segundo o Comandante da Polícia do Interior da Secretaria Estadual de Segurança, trata-se de separar as sanções alusivas à supostas violações do direito agrário daquelas referentes ao "direito de ir e vir".

"Não podemos impedir o direito de ir e vir, o que também não é de nossa alçada decidir. Além do que, não temos efetivos, e torna-se impossível fechar uma fronteira com cerca de 300 quilômetros de extensão".
(Declaração de Nelson Borges ao Jornal do Brasil, 27/05/92)

Para ele, o objetivo da ação militar consiste em impedir "novas invasões de terra". Tal afirmação sugere ambiguidade, a partir do momento em que se coíbe qualquer ação coletiva de reingresso no país, numa tentativa de despolitizar o retorno. O que parece confirmar esta hipótese é a notícia, divulgada na imprensa, de que foram apreendidos pela PM instrumentos de trabalho (foices, facões), espingardas de caça e os veículos utilizados no transporte, antes mesmo que qualquer ato de violação das leis fosse registrado. O deslocamento organizado, que afirma uma existência coletiva e confere eficácia à identidade de brasiguaios, por si só é visto como potencial ameaça.

A defesa e a manutenção do "escudo latifundiário" na fronteira, surge como uma prerrogativa dos aparelhos de poder, mesmo havendo uma renúncia explícita à expansão do território brasileiro ou à incorporação de novas áreas. A argúcia diplomática foi substituída por medidas de controle dos organismos policiais, que surgem como os detentores

legítimos da competência de falar a respeito da matéria. São redefinidas, desta forma, as atribuições dos aparelhos de poder.

Mediante esta ideologia de controle, e as medidas dela decorrentes, pode-se delinear o dilema atual dos chamados brasiguaios. Veêm-se numa situação em que são impedidos de ficar nos locais em que tem cultivos e moradia habitual, em virtude das pressões tributárias do governo paraguaio, de um lado, e, do outro, das pressões dos chamados sem terra daquele país, que chegaram a colher em áreas de plantio de brasileiros, na localidade de Curupaity, no início deste ano, e confiscaram indevidamente suas benfeitorias. Ao mesmo tempo, encontram dificuldades operacionais para sair do Paraguai, e são mantidos numa situação na qual não podem retornar coletivamente ao seu país de origem.

O resultado destas múltiplas pressões é que tem a potencialidade política desta identidade (brasiguaios) ameaçada, em concomitância com a reedição daqueles rituais políticos que garantiram o acesso à terra a sete anos atrás. Também é reprimida sua existência política. No documento elaborado pelos chamados brasiguaios que reingressaram no Brasil em 24 de maio, intitulado Apelo dos Brasiguaios, divulgado em Amambai dois dias depois, tendo como signatários "Comissão dos Brasiguaios-Agricultores brasileiros em regresso do Paraguai", a ênfase nos direitos de cidadania se sobrepõe àquelas narrativas - também

recorrentes nos outros documentos de brasiguaios analisados-
sobre os motivos da transferência para o Paraguai:

"Nós agricultores, cidadãos brasileiros, que há vários anos estamos tentando sobreviver da terra no Paraguai, impossibilitados que fomos de permanecer no Brasil por ter sido expulsos de nossas terras (...) tentamos retornar (...) na tentativa de reaver a nossa terra para produzir nela e criar os nossos filhos em nosso país".

O relato da repressão militar à sua tentativa de ocupar um imóvel rural definido como "improdutivo e com documentação suspeita" denota a prevalência no discurso de categorias como refugiados, repatriados, rejeitados. Noções de banimento e exílio são reatualizadas, na configuração de seus deslocamentos como "migração forçada" evidenciado uma outra hierarquia nos usuais componentes do significado da categoria.

"O Brasil já nos rejeitou há mais de três décadas atrás, quando nos arrancou da terra e nos obrigou a buscar refúgio no Paraguai. Hoje o Paraguai, da mesma forma, não nos dá condições de sobrevivência e uma cidadania digna. Estamos sem pátria e sem terra. Nem Brasileiros (pois não temos nossos direitos reconhecidos) e nem Paraguaiois. Somos os Brasiguaios e lutamos pelo direito de reingressar ao Brasil e dar aos nossos filhos uma pátria que os receba. (...) Temos o direito de sermos repatriados."
(g.n.)

Os chamados brasiguaios em questão desenvolvem uma trajetória que - circunstancialmente - parece sem retorno, a menos que seja realizada como solução individual, a nível de grupos familiares. Ou seja, nos moldes do equilíbrio que a idéia de "fronteiras vivas" historicamente preconiza. A

situação de liminaridade na qual se encontram enuncia um quadro de "sem pátria" e "sem território". Abrigados sob uma condição suspeita de refugiados, suas demandas parecem longe de serem atendidas, numa conjuntura de integração econômica a nível institucional que relativiza os princípios de nacionalidade. O discurso dos chamados brasiguaios, reage à esta tentativa de negação da sua afirmação política, e questiona este tipo de poder:

"Não pretendemos ficar empatados embaixo de lonas, vivendo na ociosidade. Se não tivermos apoio e a garantia de nossos direitos, romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da marginalidade e da miséria que querem nos atirar." (g.n.)

Os chamados brasiguaios passam a constituir um dos desdobramentos mais contundentes do fenômeno de conflitos nas áreas de fronteira internacional. O conflito vem historicamente colocando em cheque o "escudo latifundiário" que tradicionalmente tem assegurado um certo "equilíbrio" na faixa de fronteira e ameaça implodir este predomínio da propriedade latifundiária, conforme analisam Sodré(1941), Wettstein(1975) e o próprio Silva(1976).

Os processos de imobilização de mão-de-obra e a não admissão de propostas de reforma agrária, tem aumentado a pressão sobre estas terras notadamente pelas propostas de ação sindical transnacional e pela reação dos grandes proprietários, muitas vezes armada. A imprensa tem registrado a prisão e a expulsão sumária de pequenos produtores rurais brasileiros da Província de Misiones, na

Argentina; grandes proprietários de terra do Município de Santana do Livramento(RS), fronteira ao Uruguai, tem se armado para impedir mobilizações do MST na região; no Estado do Paraná, proprietários de terra tem armado verdadeiros exércitos de pistoleiros, num confronto aberto com integrantes deste mesmo MST, cuja defesa custou ao governador do Estado a ameaça de intervenção federal naquela unidade da federação; no Mato Grosso do Sul, a União Democrática Ruralista, aparentemente estacionária em outros Estados, cresce a cada dia na defesa dos imensos latifúndios que caracterizam sua região sul.

Estas tentativas desesperadas de reavivamento de um escudo latifundiário nas regiões de fronteira internacional do chamado Cone Sul são anacrônicas face à idéia da instalação do MERCOSUL. A relativização do princípio da nacionalidade, entretanto, não leva necessariamente à transformação na organização social e nas relações de produção e de trabalho naquela região de fronteira, ameaçando a existência política de uma categoria que tem logrado êxito no acesso à terra, em outras conjunturas. Isto não significa que a categoria brasiguaios não poderá ser acionada com vigor nestes novos embates, e também na emergência de conflitos étnicos no Paraguai. Afinal, antigos símbolos sempre podem ser revividos para a realização de novas funções simbólicas(COHEN, 1969(b):219). O mesmo não se pode dizer da expressão brasiguayos, que aponta para outros significados e outras posições

institucionais, não podendo ser empregada segundo uma mera sinonímia em relação a brasiguaios. Um procedimento de tradução com base em neologismos ou em termos possivelmente dicionarizados, tampouco teria sentido numa investigação antropológica voltada para estudos de sistemas de representações e de práticas alusivas a diferentes realidades e processos sociais.

À categoria brasiguaios não basta que ela seja abrangente, precisa ainda parecer explicitamente abrangente para lograr resultados objetivos no acordo de interesses dos governos dos dois países à respeito de sua situação. Neste sentido, abrigaria interesses conflitantes dentro da pretendida abrangência. Noutras palavras, ela é acionada como apresentando seu interesse como válido para "todos os brasileiros no Paraguai".

Brasiguayos, por sua vez, surge no discurso das entidades confessionais, de organizações sindicais e de aparelhos de poder paraguaios com conotações bem diversas daquelas referidas aos chamados brasiguaios. Em certa medida, brasiguayos refere-se, mais que àqueles que, insatisfeitos com a vida no Paraguai, querem retornar ao Brasil, à uma população estrategicamente utilizada pelo governo brasileiro em processos de anexação e de controle econômico de territórios. Neste aspecto, seriam incluídos na categoria brasiguayos não apenas pequenos produtores rurais, mas todas aquelas suspeições que se cristalizaram

historicamente a partir de disputas internacionais, a nível regional, com as práticas de colônias de povoamento.

Não obstante os esforços de homogeneização política e religiosa perpetrados pelas entidades confessionais e pelos organismos eclesiais com vistas a uma ação comum transnacional capaz de dar conta dos deslocamentos populacionais na fronteira, constata-se uma tensão permanente traduzida numa polissemia. Brasiguayos, como referindo-se aos que, saindo do Paraguai, querem retornar ao Brasil, parece impelida no momento atual à uma situação limite. Encontram-se fechadas as possibilidades de acesso imediato à terra. Assim sendo, os chamados brasiguaios passam a ter como perspectiva de futuro o confinamento em acampamentos. Estes passariam de uma forma de luta acionada para a realização da reforma agrária para uma condição de único "território" institucionalmente possível, a molde de um "campo de refugiados". Neste sentido, a representação, além da abrangência e de múltiplos significados, tem acentuada a sua evanescência, posto que corre o risco de ser gradativamente absorvida, depois de meses - senão anos - de acampamento, pela denominação de sem terra. A "perpetuação" da vida no acampamento leva à esta referida absorção, já que a eficácia da denominação brasiguaios atrela-se a um acesso imediato à terra, após breves períodos em acampamentos. Aliás, a proposta dos movimentos sociais e das organizações camponesas não é a de pressionar o governo brasileiro pelo reconhecimento de uma situação jurídica de "refugiados" ou

"exilados", e sim a reforma agrária. Entretanto, o dilema permanece.

Não se pode esquecer, ainda, que o "fenômeno dos brasiguaios" se insere num contexto bem mais amplo de análise, que vai além da desnaturalização da fronteira político-administrativa que separa os dois países, ou mesmo da proposta de integração via MERCOSUL. Se pensarmos nos grandes proprietários brasileiros que possuem vastas extensões de terra no Paraguai e na Amazônia; ou nas denúncias recentes de ocorrência de "trabalho escravo" em imóveis rurais de propriedade de brasileiros, localizados em território paraguaio, envolvendo o aliciamento de centenas de trabalhadores rurais provenientes do Estado de Pernambuco (cf. JB, 11/06/92), outras relativizações podem ser feitas.

Estas formas de imobilização da força de trabalho transcendem às linhas de fronteira. Grandes empresas colonizadoras e grandes proprietários de terra lançam mão no Paraguai, de um mesmo sistema repressor que se verifica na Amazônia Legal e em tantas outras regiões do chamado "terceiro mundo". Nestas relações entre grandes proprietários de terra e aparelhos de poder encarregados de controlar deslocamentos populacionais transfronteiriços são negligenciados também aspectos referentes à documentação e à legislação trabalhista firmada em convênios internacionais.

A categoria brasiguaios, neste sentido, não está desligada de um sistema mais amplo, a nível mundial(WOLF:1984), que a conforma na medida em que

direciona, entre outros fatores, a produção agrícola dos países do chamado Cone Sul para grandes mercados internacionais, e que se baseia em reciprocidades positivas entre os setores dominantes (grandes empresários, industriais, financistas e proprietários de terra) dos Estados-Nacionais envolvidos nos processos de produção e comercialização de produtos agropecuários. Já vimos como, tendo de se haver com políticas agrícolas brasileiras, ligadas à estes mercados, os grupos familiares que analisamos precisaram utilizar estratégias diversas, e muitas vezes, urgentes, na tentativa de manutenção de sua condição de produtores rurais, seja no reacionamento de rituais simbólicos, como brasiguaios; seja configurando-se como grupo étnico "brasileiros no Paraguai"; ou mesmo como paraguaios, através de procedimentos administrativos designados como "radicação" e "naturalização".

Tem-se, deste modo, uma variabilidade do uso das categorias brasiguaios e brasiguayos, as quais conformam grupos diferentes, que criam fronteiras étnicas (BARTH, 1969) diversas. Através da mesma identidade de atribuição são representadas realidades políticas e sociais bastante diferenciadas. Os chamados brasiguaios podem ser - conforme os planejamentos recentes do MST - apenas aqueles brasileiros que se encontram na condição de peões, bóias-frias, posseiros e empregados de fazenda em território paraguaio. Mas, em circunstâncias políticas diversas, de um discurso ideal, a expressão pode abranger igualmente os

pequenos proprietários de terra. Para autoridades diplomáticas - consoante o observado nas reuniões do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai - e no afã generalizador de algumas entidades confessionais e sindicais brasileiras, podem ser mesmo todos os brasileiros que vivem e trabalham em território paraguaio, espectro que engloba grandes proprietários de terra, comerciantes, colonizadores e empresários.

Brasiguaios podem ser aqueles que desejam retornar ao Brasil; mas também aqueles que, mobilizados contra a aprovação da lei que cria "zonas de seguridad" nas fronteiras paraguaias, pretendem permanecer naquele país. Brasiguaios, coerentemente com estas estratégias diferenciadas e com o tipo de mediação em jogo (setores diversos da Igreja, sindicatos ou membros dos aparelhos de poder), dispõe-se como categoria que transita de discursos progressistas até discursos e ações de grupos mais conservadores.

A variabilidade da categoria e seu uso diferenciado aponta para uma multiplicidade de visões que vão conformar o que seja brasiguaios. Na medida em que cada agente social ou instituição o recorta conforme suas estratégias políticas, poder-se-ia dizer que o objeto referencial de nossa análise conhece sucessivos rearranjos. Brasiguaios, no entanto, é uma categoria que aciona rituais e símbolos políticos específicos. Possui uma unidade, resultante não da harmonia e do consenso na sua definição, mas do

"confronto entre perspectivas antagônicas, do jogo de manipulação de interesses e valores divergentes, de lacunas, ambiguidades e acavalamento de significados"(OLIVEIRA, 1991:02). Estes diversos planos que a compõem, para além de uma idéia de superposição e de contraste, apontam para posições institucionalmente distintas e práticas de confronto que não podem ser dissociadas da complexidade que envolve sua própria significação.

NOTAS:

- (1) Sobre a situação dos mensus paraguaios leia-se o romance Filho do Homem, de Augusto Roa Bastos. RJ, ed. Civilização Brasileira, 1965.
- (2) Tratam-se de iniciativas que possuem em comum a tentativa de utilização de população civil, mais especificamente do campesinato nacional, como politicamente mobilizável para os interesses geopolíticos governamentais. Estratégia que vinha sendo solidificada em artigos e conferências, como o editorial de Novas Diretrizes de junho de 1939, "A Guarda das Fronteiras", e o artigo "Revivendo as fronteiras- preparando os territórios federais", no mesmo exemplar, de Moacyr Silva. Em setembro de 1940, ainda no mesmo periódico, João Pinheiro Filho questiona: "A Marcha para o Oeste. Como fazel-a?". Em novembro, Luis Amaral publica em Estudos Brasileiros, "A organização econômico-social da Marcha para o Oeste".

O ano de 1940 marca também a visita oficial do presidente Getúlio Vargas ao Mato Grosso e a publicação da primeira edição de Marcha para o Oeste, de Cassiano Ricardo, onde o autor analisa a influência das chamadas bandeiras na formação social e política do Brasil. Em dezembro de 1941 o desembargador José de Mesquita, em Estudos e Conferências, conclama "A Política Nacional do Rumo ao Oeste".

- (3) Durante sua permanência no país, Waibel preocupou-se em treinar geógrafos na observação detalhada e na coleta de dados com informantes locais, organizando excursões a estas regiões.

Realizou "Seminários de Colonização" no Conselho Nacional de Geografia de 1948 a 1950, dos quais surgiu o projeto "Atlas da Colonização do Paraná", que previa a produção de "mapas", que ilustrariam tópicos da geografia da colonização no Estado. Os trabalhos "A expansão do povoamento no Estado do Paraná", de Nilo Bernardes, publicado em 1952 na Revista Brasileira de Geografia e o "O problema da frente pioneira no Estado do Paraná", de Lysia Bernardes, publicado em 1953 no mesmo periódico, fazem parte do referido projeto.

- (4) Sobre a questão do Contestado, ver Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla, de Marli Auras. Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa; São Paulo, Cortez Editora e Livraria, 1984.

- (5) Conforme declarações de Domingo Laino ao jornalista Najar Tubino, Jeremias Lunardelli teria comprado 500 mil hectares em 1954, e, após várias revendas, estaria na data de reportagem com apenas 45 mil hectares. (COOJORNAL, março de 1978, p. 19).
- (6) Sobre os mortos e desaparecidos da repressão militar aos camponeses paraguaios foi editado recentemente o livro Ko' äga roñe' ëta (Ahora hablaremos), testimonio campesino de la represión en Misiones (1976-1978). Asunción, Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1990.
- (7) O MIRAD foi criado pelo Decreto nº 91.214 de 30 de abril de 1985.
- (8) Proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA; Brasília, maio de 1985. O PNRA foi aprovado pelo Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.
- (9) O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado pela lei Complementar nº 31, de 11/10/77, e instalado à 10/01/79.
- (10) Cf. telegrama do Ministério das Relações Exteriores ao MIRAD, de 19/07/85.
- (11) São denunciados por práticas de prisão ilegal, tortura, aliciamento para trabalhos particulares e/ou no quartel, e corrupção, as seguintes autoridades: Capitão Ayalla, comandante do destacamento de Puerto Adela; Comissário Duarte, da comarca de Guadalupe; comissário Canno, da comarca de Paloma; Comissário não-identificado, da comarca de Corpus Cristi e Juiz Francisco Manoel Sarub, da comarca de Guadalupe.
- (12) A área de atuação do INCRA, no campo fundiário, limita-se à Faixa de Fronteira, 12.651.415 ha, cerca de 41% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, através dos Projetos Fundiários de Dourados, Jardim e Corumbá. (Cf. MEAF/INCRA, 1984(b)).
- (13) Curso constituído no 1º Encontro Intercongregacional Escalabriniano, em novembro de 1975. Objetivava "formar agentes de Pastoral Migratória a serviço da Igreja". Os conteúdos do curso iam desde uma visão global das migrações, até a especificidade do fenômeno em suas diferentes facetas, passado pela política de legislação e pela prática pastoral. Nos anos 70, foram realizados estágios pastorais à Transamazônica, no Estado do Pará; à Foz do Areia, no Estado do Paraná; à vários Estados do nordeste, atingidos pela seca, à Cuiabá e Cáceres, no Estado do

Mato Grosso e à República da Argentina (Cf. Gonçalves, 1991:03).

- (14) A pesquisa possuía critérios estatísticos-censitários, tendo sido desenvolvida sob a forma de questionários que indagavam sobre as características da família (estado civil, idade, cor, descendência, nacionalidade, naturalidade, religião, ocupação, instrução, filhos e outras pessoas residentes na casa); características da habitação (condições de propriedade da casa, material empregado para a construção, cobertura, piso, cômodos, instalações sanitárias, iluminação, água e higiene); conforto doméstico (bancos, cadeiras, sofás, guarda roupa e guarda louça, rádio, fogão, máquina de costura e utensílios domésticos); alimentação (número de refeições diárias e alimentos mais consumidos); emigração (tempo de residência no local, residência anterior, motivos de emigração e imigração, situação dos migrantes quanto à língua, integração, contato com parentes, assistência médica, escolar e religiosa); sistema patrimonial (tamanho da propriedade, área cultivada, tipo de plantação, instrumentos agrícolas, criação, agregados e empregados); e sistema patrimonial de não proprietários (forma de pagamento de empregados e agregados).

Os resultados da enquete apontam para um predomínio da cor branca e das descendências portuguesa, alemã e italiana. Os entrevistados eram provenientes de 13 estados brasileiros, sendo os mais representativos Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. A maior parte deles era católica e trabalhava na agricultura. Residiam nas três colônias há dois anos, em média, e 80% residiam anteriormente no Estado do Paraná, tendo vendido sua propriedade no Brasil. As terras foram adquiridas a prestação em 78% dos casos, quase 24% tem de 10 a 19 alqueires, 21% de 1 a 19 alqueires, e 12% de 20 a 29 alqueires. Foram identificados como principais cultivos: feijão, arroz, soja e milho, e também hortelã e café, considerados "mais rendosos e compensadores". A comercialização, em 73% dos casos, era efetivada junto a cerelistas de Hernandarias, Puerto Presidente Stroessner e Assunção.

- (15) Note-se que os estágios pastorais jamais alcançam o Departamento de Amambay, e pouco se sabe sobre a situação dos pequenos produtores rurais brasileiros lá residentes. Pedro Juan Caballero é a Capital do Departamento, e separa-se apenas por uma avenida do Município do Ponta Porã (MS). A circulação local de brasileiros e paraguaios fez aquela região de fronteira ser classificada como "ideal" pela

Organização das Nações Unidas, em 1946, "onde os dois povos não tem noção de que representam dois países e - lembrem-se - dois países que se empenharam numa guerra total durante cinco anos (...). Os dois povos formam uma só comunidade". (REIS, 1981:119). Conforme o Ministério das Relações Exteriores, residiam legalmente no Departamento Amambay, em 1985, 4.040 brasileiros.

- (16) Santa Rosa del Monday foi colonizada à partir de 1973. Em 1979 possuía 59 comunidades, num raio de até 110 km de seu centro, e 15.000 habitantes, em sua maioria brasileiros. Situa-se à esquerda da Ruta que liga Ciudad del Este e Asuncion, a 80 km de Foz do Iguazu. O primeiro colonizador foi o Sr. Adelino Vitorelli, que doou uma quadra no centro às Irmãs Missionárias de São Carlos, onde foi construída, em 1975, uma Casa Paroquial.
- (17) Los Cedrales - não obtivemos dados concretos sobre esta localidade, apenas que fica a 25 km de Santa Rosa del Monday.
- (18) Naranjal - colonização iniciada em 1975, pela colonizadora Naranjal. Em 1985 contava com uma população de cerca de 3.000 famílias, ou 17.000 habitantes. Situada próxima à Ruta 60, não muito distante de Santa Rosa del Monday.
- (19) Katuetê - ocupada desde aproximadamente 1965 por agricultores provenientes do Paraná, muitos tiveram suas terras inundadas pela represa de Itaipu. Em meados dos anos 70 organizou-se uma nova colonização, que teve Katuetê como sede. Possuía, em 1986, 4.000 habitantes, distribuídos por 40 comunidades, algumas num raio de 120 km, cujos habitantes somavam 15.000 pessoas: Corpus Christi - pertence também ao Departamento Canindeyu mas é sede de município, tendo surgido de uma colonização anterior. É indicada como maior região produtora de café do Paraguai. Possuía, em 1986, 19 comunidades e 7 a 8 mil habitantes. (FONTE : BORTOLAZZO, s/d (b)).
- (20) Os seminaristas foram acompanhados pelo repórter Luis Padovani, que escreveu uma extensa matéria para edição de domingo, 22 de abril de 1979, do periódico Folha de São Paulo, com os seguintes títulos "Brasileiros no Paraguai, uma ilusão", "O drama de 200 mil habitantes brasileiros no Paraguai", "Promessas de melhoramento, tudo mentira" e "Poucas escrituras na colonização de 20 anos". Sobre esta mesma viagem, o periódico da Arquidiocese de São Paulo, O São Paulo, publicou a reportagem "Muitos

brasileiros são explorados no Paraguai", em 12 de julho de 1979.

(21) A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil havia promovido o 1o Encontro Pastoral de Migrações, no Rio de Janeiro, em 1966, e o 2o Encontro Nacional de Migrações, no mesmo local, em 1973. O tema da Campanha da Fraternidade de 1980 foi "Para onde vais?", e tratava da questão das migrações.

(22) Primer Encuentro Semestral de Organismos Pastorales de Migración de Brasil y Paraguay. Pdte. Stroessner, 15 e 16 de março de 1982.

Segundo Encontro Semestral de Organismos Pastorais de Migração do Paraguai e do Brasil. Foz do Iguaçu, 2 e 3 de setembro de 1982

Terceiro Encontro Semestral de Organismos Pastorais de Migração do Brasil e do Paraguai. Pdte. Stroessner, 10 e 11 de março de 1983

(23) Ligada à Cúria Metropolitana de Curitiba(PR) a Comissão Justiça e Paz se constituiu no início dos anos 80. Preocupada com a defesa dos direitos humanos, fornecia apoio jurídico aos movimentos populares. Envolveu-se diretamente na luta dos chamados atingidos pela construção da UH de Itaipú e nos debates sobre o processo de migração para o Paraguai. (Informação do professor Lafayete Santos / UFPR)

(24) Comisión Vecinal - As comiciones vecinales são formadas por representantes de camponeses de uma determinada localidade que, após serem reconhecidas pelo IBR, obtém o direito de representar seus vizinhos em demandar por terras ou pela resolução de conflitos.

(25) Sobre esta questão, leia-se: - Caravias, José L. et alii. Em busca da "terra se mal", movimentos camponeses no Paraguai 1960-1980. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

(26) A lei nº 4.504, de 30/11/64, que dispõe sobre o Estatuto da terra, em seu parágrafo 4, artigo 4, item VII, define como parceleiro "aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à Colonização".

(27) Conforme Resolução PR nº 51, de 31-07-89, a Presidência do IBGE aprovou a "Divisão do Brasil em Mesos e Microrregiões Geográficas", em substituição à "Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas",

editada em 1969. A nova Divisão Regional foi adotada à partir de 1º de janeiro de 1990. (IBGE. Boletim de Serviço, suplemento 1763, 31/07/89).

- (28) Uma colônia equivale à 20 alqueires, em média. Um alqueire, no sul do país, equivale à 2,4 hectares.
- (29) Note-se a reprodução dos padrões de loteamento de terras das companhias de colonização, naturalizado no cotidiano dos pequenos produtos rurais que ingressaram no Estado do Paraná após ter sido iniciado o processo privado de colonização.
- (30) Cf. "Êxodo rural do Paraná já chegou à 1.200.000 agricultores" Folha da Manhã, 17/08/79. Dados divulgados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, que acrescenta que dos 370.000 estabelecimentos classificados como minifúndio que o Estado possuía em 1972, existiam em 1979 menos de 320.000. No período de 1970 a 1975 houve um decréscimo de 60.704 propriedades que ocupavam parceiros, arrendatários ou assalariados fixos. Em relação ao chamado Norte Velho do Paraná, de 1970 a 1980, a população rural reduziu-se praticamente à metade do que era, perdendo nestes 10 anos 100.000 pessoas, conforme Claus M. Germer, em "O 'milagre brasileiro' no Norte Velho do Paraná". Cadernos de Justiça e Paz do Paraná. Ano 3, nº 4, dezembro de 1982. Curitiba.
- (31) O Paraguai divide-se geograficamente em duas áreas distintas, o Paraguay Oriental e o Paraguay Ocidental (ou Chaco).
O Paraguay Oriental divide-se por características sócio-econômicas em: Norte (Departamentos Concepcion e San Pedro); Central (Departamentos Cordillera, Gaira, Caazapá, Paraguari e Central); Misiones (Departamentos Misiones e Neembucú); Canindeyu (Canindeyu, Caaguazú, Alto Parana e Amambay) e Itapúa (Itapúa). Destes, são limitrofes com o Brasil os Departamentos Concepcion, Amambay Canindeyu, e Alto Paraná. O Paraguay Ocidental, ou Chaco, refere-se aos Departamentos Presidente Hayes, Alto Paraguay, Chaco, Nueva Asunción e Boqueron. Destes, faz limite com o Brasil o Departamento Alto Paraguay.
O chamado Paraguay Oriental concentra 97% da população, e 39% do território, enquanto o Paraguay Ocidental ou Chaco, com 61% do território paraguaio, concentra apenas 3% da população. Com uma superfície total de 406.752 km², o Paraguai possuía, conforme dados do Censo Nacional de Población y Viviendas de 1982, 3.026.015 habitantes, sendo que 60% nos Departamentos Central, Cordillera, Gaira e Paraguari.

-
- (32) Sobre a condição de estrangeiros dos chamados brasiguaios ver "Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul", de Marcia A. Sprandel. Travessia, edição "Estrangeiros". Set/Dez 1991.
- (33) Sobre a relação da população brasileira com o governo Stroessner, ver "Stroessner ganha sexto mandato com 86% dos votos" e "Brasileiros só querem enriquecer", reportagens de Edna Ruth Bolonhez publicadas no Jornal do Brasil de 13/12/78.
- (34) Sobre a questão da invasão de terras e sua preparação, dentro de uma lógica de reprodução camponesa, ver Dos pressupostos da ação política do Campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni, dissertação de mestrado de Aurélio Vianna da Cunha Lima Júnior. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 1988. Notadamente o item 3 do capítulo II, "O cálculo familiar para a invasão".
- (35) Esta mesma empresa aparece no Diagnósticos Fundiários do Mato Grosso do Sul (MEAF/INCRA, 1984(a)) envolvida em conflitos com 191 famílias, que ocuparam a Fazenda São Jorge/Santa Helena, de sua propriedade, localizado no Município de Bodoquena (MS).
- (36) Estes deslocamentos transnacionais efetuados pelos chamados brasiguaios não lhes confere, no entanto, a categorização de "população tipicamente transnacional, gerada pelo capitalismo", conforme definida por Ribeiro (1992:34). Diferentemente dos operários - muitos deles paraguaios - contratados para a construção da usina hidrelétrica de Yacyretá, sobre o rio Paraná, na fronteira internacional que separa o Paraguai da Argentina, os pequenos produtores rurais brasileiros não estão diretamente envolvidos em grandes projetos com estrutura transnacional. São, isto sim, atingidos pelos mesmos. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, além de inundar áreas de posse e diminuir as possibilidades de arrendamento, nos dois países, liberou, no término do projeto, uma mão-de-obra paraguaia que - sem possibilidades imediatas de ser reaproveitada em novas obras - passa a ocupar imóveis rurais no Departamento Alto Paraná, aumentando a pressão sobre a terra na região.
-

BIBLIOGRAFIA

- AHMED, Akbar S.
1982. "Formation and structure of district ethnicity in Pakistan". In:_.Maybury-Lewis & Plautner(org.). The Prospects for Plural Societies. Washington, American Ethnological Society.
- ALAVI, Hamza
1969. "Revolução no campo". In: Problemas e perspectivas do socialismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ALMEIDA, A. W. B. de
1991(a). Atualização Agônica. Rio de Janeiro, mimeo.
1991(b). A continentalização dos conflitos e as transformações na geopolítica das fronteiras. Rio de Janeiro, mimeo.
- ALVES, José Luiz
1990. Brasiguaios: destino incerto. São Paulo, Global.
- AMARAL, Luis
1940. "A organização economico-social da Marcha para Oeste". Estudos Brasileiros. Ano III, v.5, no. 15, nov-dez.
- AURAS, Marli
1984. Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa; São Paulo, Cortez Editora e Livraria.
- BARTH, Frederik
1969. "Introduction" e "Pathan Identity and its maintenance". In:_.org. Ethnic Groups and Boundaries. Bergen-Oslo/London; Univerity Forlaget/George Allen & Unwin.
1970. "Economics spheres in Darfur". IN_: R. Firth (ed) Themes in Economic Anthropology. Londres, Tavistock, 2a. ed., paper-back.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti
1953. "O problema das 'frentes pioneiras' no Estado do Paraná". Revista Brasileira de Geografia. Ano XV, julho-setembro, no. 3.
- BERNARDES, Nilo
1952. "Expansão e povoamento no Estado do Paraná". Revista Brasileira de Geografia. Ano XIV, outubro-dezembro, no. 4

- BETTO, Frei
1986. " Uma ferramenta de luta". In: Construindo o Caminho. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, junho.
- BOURDIEU, Pierre
1989. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: O Poder Simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand.
1990. "Fieldwork in philosophy", "Da regra às estratégias", "A delegação é o fetichismo político". In: Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense.
- CABANAS, João
1928. A Coluna da Morte. Rio de Janeiro, Livraria Editora, sexta edição.
- CARAVIAS, José L. et alli
1987. Em busca da "Terra sem Mal"- movimentos camponeses no Paraguai 1960-1980. São Paulo, edições Loyola.
- CARVALHO, Horácio Martins de
1990. Oito Teses para a interpretação da crise de identidade da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná. Curitiba, mimeo, 20p.
- CASTRO, Jorge Lara
1985. "Paraguay : luchas sociales y nacimiento del movimiento campesino". IN: P.G. Casanova (coord.) Historia Política de los Campesinos Latinoamericanos. Mexico, Siglo Veintiuno Editores.
- CDE-CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS
1990. "Desalojos y detenciones caracterizan a los conflictos de tierra". Informativo Campesino, no.27, diciembre.
- CEPAG-CENTRO DE ESTUDIOS PARAGUAYOS "ANTONIO GUASCH"
1990. Ko' äga roñe' ëta (Agora hablaremos), testimonio campesino de la represión en Misiones (1976-1978). Asuncion.
- CHARSLEY, S. R.
1974. "The formation of ethnic groups". In. Abner Cohen(ed) Urban Ethnicity. Tavistock. London.
- COHEN, Abner
1969a. Custom and Politics in Urban Africa. London: Routledge & Kegan Paul; Berkeley: University of California Press.

- 1969b. "Political anthropology: the analysis of the symbolism of power relations". Man. Vol. 4, no 2, june.
1971. "The politics of ritual secrecy". Man. Vol. 6, no 3, september.
1979. "Political Symbolism" . Annual Reviews of Anthropology. Vol. 8
1974. "The lesson of ethnicity". Urban Ethnicity. London, Tavistock.

CIDSEP - CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE DERECHO SOCIAL Y ECONOMIA POLITICA

1987. Organizaciones campesinas en el Paraguay. CIDSEP, Universidade Católica
1989. Organizaciones campesinas en el Paraguay (II), la búsqueda de la auto expresión. CIDSEP, Universidad Católica.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ

1977. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Depoimentos sobre a maior obra de gênero realizada por uma empresa privada. 2a. ed. 1a ed: 1975.

CORREA FILHO, Virgilio

- /1939/ Mato Grosso. Rio de Janeiro. Coeditora Brasilica.

CORTEZ, Cacia

1976. A Travessia do Rio dos Pássaros. Belo Horizonte, SEGRAC.

DURKHEIM. Émile

1973. "As formas elementares da vida religiosa". in: Os Pensadores. São Paulo, Editora Abril

FOGEL, Ramón

1989. La concentración de la tierra en los departamentos fronterizos. Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia. Serie Tierra no 1. Intercontinental Editora, Asuncion.
1990. Los campesinos sin tierra en la frontera. Asunción, Ediciones Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, Serie Tierra, número 2.

FOUCAULT, Michel

1979. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal.
1983. "The subject and power". IN_: Rabinow & Dreyfuss Michel Foucault. Chicago, The University of Chicago Press.
1984. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes.

FRUTOS, Juan Manuel

-
1982. Con el hombre y la tierra hacia el bienestar rural. Asuncion, Cuadernos Republicanos.
- GALEANO, Eduardo
1973. "Paraguai: a fronteira da discórdia". Opinião, no. 8, 25/12/72 a 01/01/73.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio
1983. "Estatuto da Terra: solução para os problemas fundiários do Brasil?". Tempo e Presença, no. 182, maio.
- GEERTZ, Clifford
1959. "Form and variation in Balinese Village Structure". American Anthropologist, vol. 61, December
- GERMANI, Guiomar Inez
1982a. Os Expropriados de Itaipu. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (mimeo).
1982b. "Os expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos". Cadernos de Propur. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura, UFRGS.
- GERMER, Claus M.
1982. "O 'milagre brasileiro' no Norte Velho do Paraná". Cadernos de Justiça e Paz do Paraná. Ano 3, no 4, dezembro. Curitiba.
- GLUCKMAN, Max
1958. "Analysis of a social situation in modern Zululand". The Rhodes Livingstone Paper. Vol.28
- GOLDSTEIN, Melvyn C.
1975. "Ethnogenesis and resource competition among Tibetean refugees in South India". In: Despres, Leo A. , ed. Ethnicity and resource competition in plural societies. The Hague/Paris, Mouton Publishers.
- GRZYBWOSKI, Cândido
1975. "A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil". In: V. Paiva (org.) Igreja e Questão Agrária, SP, Edições Loyola.
- HANNERZ, Ulf
1974. "Ethnicity and opportunity in urban America". In: Abner Cohen(ed) Urban Ethnicity. Tavistock. London.
- HELLMAN, Lillian
-

1980. Pentimento. Um Livro de Retratos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.
- HOBSBAWM, Eric J.
1991. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IBANHES, Brígido
s/d. Che Ru (Chirú): o pequeno brasiguaió, a integração de um povo. s/l.
- LAINO, Domingo
1977. Paraguay:Fronteras y Penetración Brasileña. Asuncion ,Ediciones Cerro Corá.
1979. Paraguai:fronteiras e penetração brasileira. São Paulo, Global.
- LIMA JUNIOR, Aurélio Vianna da Cunha
1988. Dos pressupostos da ação política do campesinato: o caso da "invasão" da fazenda Annoni. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, mimeo.
- MARTINEZ, Cesar
1925. Sertões do Iguassú. São Paulo, Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato.
- MESQUITA, José de
1941. "A Política Nacional do rumo ao Oeste". Estudos e Conferências. Dez.
- MONBEIG, Pierre
1940. "A zona pioneira no Norte do Paraná". In: Ensaio de Geografia Humana Brasileira. São Paulo, Livraria Martins.
- MORÍNGIO, José Nicolás
1986. "El impacto de la cultura urbano-industrial". IN: CEP, El hombre paraguayo en su cultura. Asuncion, Cuadernos de Pastoral Social 7.
- MOURÃO SÁ, Lais
1973. Colonização e resistência cultural. UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, mimeo.
- MULLER, Nice Lecoq
1960. "O norte do Paraná, região pioneira". In: Ary França (org.). A marcha do café e as frentes pioneiras. Guia da excursão número 3, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Comissão Nacional do Brasil. Edição do Conselho Regional de Geografia. Rio de Janeiro.
- NICKSON, Robert A.

1981. "Brazilian colonization on the Eastern border region of Paraguay". Journal of Latin American Studies, no 13.

NOVAS DIRETRIZES

1939. "A guarda das fronteiras". Editorial do exemplar no. 9, ano II, julho.

NÚÑEZ, Secundino

1986. "El pueblo paraguayo desde su mundo cultural". IN_: CEP, El hombre paraguayo en su cultura. Cuadernos de Pastoral Social 7.

O'BRIEN, Jay

1986. "Toward a reconstitution of ethnicity: capitalist expansion and cultural dynamics in Sudan". American Anthropologist 88(4):898-907, Dec.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de

1979. "O caboclo e o brabo". Encontros com a Civilização Brasileira. no. 11, maio.

1990. "Apresentação". In_: Os poderes e as terras dos índios. Comunicação no 19. PPGAS/Museu Nacional.

1991. A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os ticunas. s/1, mimeo.

PALMEIRA, Moacir e Alfredo W.B. Almeida

1977. "A Invenção da Migração". In_: Projeto Emprego e Mudança Socio-Econômica no Nordeste. Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE. Vol 1. RJ, Museu Nacional.

PAULO FILHO, M

1938. "Nacionalização e colonização das fronteiras". Estudos Brasileiros Ano I, no. 2, set-out.

PINHEIRO FILHO, João

1940. "A Marcha para o Oeste. Como faze-la?". Novas Diretrizes Ano III, no. 23, set.

PLÁ, Josefina

1986. "Raices historicas de la cultura paraguaya". IN_: CEP El hombre paraguayo en su cultura. Asuncion, Cuadernos de Pastoral Social 7.

POULANTZAS, Nicos

1970. Pouvoir politique et classes sociales de L'état capitaliste. Paris, François Maspero.

REGO, Rubem Murilo Leão

1985 "Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná-1940/1970". IN_: José Vicente T. dos Santos (org) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Icone Editora/ Editora da UNICAMP.

- REIS, Elpídio
1981. Ponta Porã: polca, churrasco e chimarrão. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora Ltda.
- RIBEIRO, Gustavo Lins
1992. " "Bichos-de-obra": fragmentação e reconstrução de identidades". Revista Brasileira de Ciências Sociais. No 18, ano 7, pp.30-40
- RICARDO, Cassiano
1970. Marcha para oeste: Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- ROMANO, Roberto
1979. Brasil. Igreja contra Estado, São Paulo, Kairós Livraria e Editora Ltda.
- SCARONE, Ugo
1975. "Brasil, el vecino armado". Crisis, no 30, outubro, Buenos Aires.
- SERVICIOS PROFESIONALES SOCIO-ANTROPOLÓGICOS Y JURÍDICOS (SPSAJ)
1987. Ley no 904/81 "Estatuto de las Comuniades Indigenas". Un servicio para su aplicación práctica. Por Balbino Vargas Zárate. Asuncion, noviembre.
1989. Informe de actividades. Por Balbino Vargas Zárate. Asuncion, julio.
- SEYFERTH, Giralda
1992. "As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa". Revista Brasileira de Ciências Sociais". No 18, ano 7, fevereiro. pp.78-95
- SILVA, Golbery do Couto e
1967. Geopolitica do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- SILVA, Moacyr
1939. "Revivescendo as fronteiras..preparando os territórios federais". Novas Diretrizes. Ano II, no. 9, julho.
- SODRÉ, Nelson Werneck
1941. Oeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- SPRANDEL, Marcia Anita
1991. "Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do cone sul". Travessia, edição "Estrangeiros". Ano IV, no 11, setembro/desembro. São Paulo.

- THOMAS, W. I. e ZNANIECK, F.
1974. The polish peasant in Europe and America. New York. Octagon Books
- TURNER, F. Jackson
1921. "Social forces in American History". In: The Frontier in American History. XII, Henry Holt and Company.
- TURNER, Victor
1974. Dramas, fields, and metaphors. Symbolic action in human society. London, Cornell University Press.
- VALVERDE, Orlando
1957. Planalto Meridional do Brasil. Guia da excursão número 9, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Comissão Nacional do Brasil. Edição do Conselho Regional de Geografia. Rio de Janeiro.
- VARZEA, Affonso
s/d. Limites Meridionais. Rio de Janeiro, Editora Alba.
- WAGNER, Alfredo
1989. "Universalização e localismo - movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Ano 19, nº 1, abril à julho. Campinas.
- WAIBEL, Leo
1979. "Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil". Capítulos de Geografia Tropical do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE. 1ª pub. 1949.
1955. "As zonas pioneiras do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, outubro-dezembro, no. 4.
- WESTPHALEN, Cecilia. Brasil Pinheiro Machado e Altiava P. Balhana
1968. "Nota prévia ao Estudo da ocupação de terras no Paraná Moderno". Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. No. 7
- WETTSTEIN, Germano e Esteban Campal
1975. "Agricultura y geopolitica en la cuenca de Plata". Crisis, nº 27, julho. Buenos Aires.
- WILLIAMS, Brackette F.
1989. "A class act: anthropology and the race to nation across ethnic terrain". Annu. Rev. Anthropology 18:401-44

WOLF, Eric R.

1982. "Introduction" In: Europe and the people without history. University of California Press.

1984. Guerras camponesas do Século XX. São Paulo, Ed. Global.

1988. "Inventing society". American Ethnologist. Vol. 15, no4, november.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ELABORADOS PELOS CHAMADOS BRASIGUAIOS EM CONJUNTO COM O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Carta à População- Documento assinado "Brasiguaios acampados em Mundo Novo". Mundo Novo, 21/06/85. 1 p.

Relatório sobre a situação dos Brasiguaios acampados em Mundo Novo e ex-arrendatários, também acampados em Naviraí. Documento enviado às autoridades de Mato Grosso do Sul; ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; ao Incra e à População de Mato Grosso do Sul; pela "Comissão dos Brasiguaios de Mundo Novo e ex-arrendatários de Naviraí" e pela "Comissão do Movimento dos Sem Terra do MS". Campo Grande, 18/07/85. 3 p.

Companheiros em Sete Quedas. Documento assinado pela "Comissão de Brasiguaios de Mundo Novo e Sete Quedas e ainda os ex-arrendatários de Naviraí" e pela "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra. Campo Grande, 17/08/85. 1 p.

Documento dos Acampamentos. Documento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MS, assinado pela "Comissão dos Acampados". Mundo Novo, 27/08/86. 3 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência endereçada ao Ilustríssimo Senhor Dr. Nelson Ribeiro, M.D. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Dr. José Gomes, M.D. Presidente do INCRA, pela "Comissão dos Acampados" e pela "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra". Campo Grande, 13/09/85. 4 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enviada ao DD. Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, assinada pela "Comissão dos Acampados de Sete Quedas". Sete Quedas, 20/01/86. 3 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência ao Sr. Ministro enviada pelo "Movimento dos Trabalhadores Sem Terra", "Comissão Pastoral da Terra" e "Comissão dos Brasiguaios". Campo Grande, 1º de abril de 1986. 2 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência enviada ao DD. Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário, assinada pela "Executiva Estadual do MST-MS". Campo Grande, 20/01/86. 1 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência enviada ao Sr. Ministro pela "Comissão dos Brasiguaios das seguintes localidades do

Paraguai (...) todos do Departamento Kanediju e proximidades" e por "Representante da Executiva Nacional do Movimento Sem Terra". Campo Grande, 10 de abril de 1986. 4 p. Com o seguinte anexo:

Relação dos Casos de Violência Ocorridos com os Brasiguaios. Assinado "Movimento dos Sem Terra", e por Cácia Cortez, jornalista-autora da pesquisa. Janeiro de 1986. 8 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência ao Senhor Ministro assinada A Comissão dos Assentados da Gleba Novo Horizonte. Gleba Novo Horizonte, 10 de abril de 1986. 2 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência entregue ao Senhor Ministro, assinada "A Comissão dos Brasiguaios". Brasília, 03/04/86. 3p.

Apelo dos Brasiguaios. Apelo à solidariedade e apoio das entidades de defesa dos direitos humanos nacionais e estrangeiros. Assinado por "Comissão dos Brasiguaios - Agricultores Brasileiros em regresso do Paraguai". Amambaí(MS), 26 de maio de 1992. 3 p.

ELABORADOS PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Carta ao MIRAD. Correspondência do MST-Secretaria Regional Sul, enviado ao Exmo. Sr. Dr. Nelson Ribeiro, DD Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, assinada pelo "Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste-MASTES", "Movimento dos Agricultores Sem Terra D'Oeste-MASTRO", "Movimento dos Agricultores Sem Terra do Noroeste-MASTENO", "Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro/Sul-MASTECE" e pela "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra" do Paraná. S/L, S/D. 6 p.

Carta ao MIRAD. Correspondência enviada pela Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos Ilmos. Srs. Dr. Nelson Ribeiro, MD Ministro da Reforma Agrária e Dr. José Gomes, Presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, assinada pela "Executiva Nacional dos Sem Terra" dos seguintes estados: RS, SC, PR, MG, ES, BA, SE, MA, RJ, SP, MS e RO. São Paulo, 10 de agosto de 1985. 2p.

Conquistar a Terra - Encontro Nacional dos Sem Terra, janeiro de 84, Cascavel/PR. Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Regional Sul. Porto Alegre, [1984], 21 p. Contém "Documento Final".

Documento Final do 1o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 29 a 31 de janeiro de 1985. Curitiba/PR. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Secretariado Nacional. Porto Alegre, s/d. 2 p.

Histórico do Movimento Sem Terra. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Secretaria Regional Sul. Porto Alegre, s/d. 2 p.

Discurso de abertura do 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Secretaria Regional Sul. S/L, S/D, 7 p.

Construindo o Caminho. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Secretariado Nacional. São Paulo, junho de 1986. 224 p.

II Seminário Brasiguaios. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Departamento Rural da CUT. Dourados (MS), 20 à 22 de setembro de 1991. 9 p.

III Seminário sobre Brasiguayos. MST, CUT (BR) e FNC e PDP (PY). Hernandarias, Alto Paraná, Paraguay, 24 a 25 de março de 1992, 13 p.

A violência no Campo de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 04 de junho de 1992, 4 p.

ELABORADOS PELOS CHAMADOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA U.H. ITAIPU (CONSULTADOS EM GERMANI, 1982)

Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu. Santa Helena, 16 de outubro de 1978.

Terras no Paraná e Indenização Justa. Santa Helena, 7 de abril de 1979.

Ao povo, ao Governo e à Itaipu. Santa Helena, 14 de julho de 1980.

ELABORADOS POR ORGANIZAÇÕES PARAGUAIAS E BRASILEIRAS

Subimperialismo brasileiro ameaça soberania paraguaya. Coordinación Nacional de Lucha por la Tierra y la Vivienda, Federación Nacional Campesina, Misión de Amistad, Partido Democrático Popular (PY); CUT, MST e PT (BR). Dourados (MS), 22 de agosto de 1991.

OFICIAIS

GOVERNO BRASILEIRO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LATOUR, Jorge 1929. O Problema Nacional das Fronteiras. Estudo feito pelo Segundo Oficial da Secretaria das Relações Exteriores Jorge Latour por incumbência de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado, Doutor Octavio Mangabeira. Rio de Janeiro, maio, mimeo, "confidencial".

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS (MEAF)

1984(a). Diagnóstico Fundiário/Estado do Mato Grosso do Sul. Coordenadoria Geral do Mato Grosso do Sul-CR 16/ Departamento de Terras e Colonização de MS-TERRASUL.

1984(b). Experiência e perspectiva da área de colonização - uma visão para o direcionamento da migração. Palestra proferida por Celso Cestari Pinheiro, Coordenador Regional do INCRA em MS, no X Encontro Regional do Programa de Migrações Internas. Ponta Porã, 8 de abril.

1984(c). Relatório sobre problemas de invasão de terras em Mato Grosso do Sul. INCRA/CR 16, |maio|, 9 p.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MIRAD)

1985(a). Proposta para elaboração do 1o Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, maio.

1985(b). Relatório do representante do MIRAD na 1ª Reunião da Coordenação da Seção Brasileira em preparação para a 2ª Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai. Brasília, 7/8/85.

1985(c). Relatório do representante do MIRAD na 2ª Reunião da Coordenação da Seção Brasileira em preparação para a 2ª Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai. Brasília, 9/9/85.

1985(d). Relatório do representante do MIRAD na 2ª Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai. Brasília, 01/11/85

1986. Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Mato Grosso do Sul. Brasília, Dec. nº 92.621 de 02/05/86.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/MIRAD

1985. Relatório de Viagem à área. Brasília, 25 de junho.

COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS/MIRAD

1986(a). Informação Técnica no109. Relatório de atendimento a Waldomiro Ferreira de Moura, representante de 825 famílias de brasiguaios acampados dentro da Gleba Novo Horizonte. Brasília, 10 de abril.

1986(b). Informação Técnica no115. Relatório do atendimento a 15 agricultores brasileiros sem terra residentes no Paraguai - "brasiguaios". Brasília, 10 de abril.

1986(c). Acampamentos. Brasília, setembro.

PROJETO FUNDIÁRIO DOURADOS / INCRA-MS

Projeto de Assentamentos Novo Horizonte, s/d. 34 p.

Relação dos parceiros do P.A. Novo Horizonte, s/d. 21 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

1989. Boletim de Serviço (suplemento). Semanas 972 a 931. ANO XXXVIII, No 1763. Rio de Janeiro, 31 de julho.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

OF/GOV/MS/No 130/85. Campo Grande, 13 de setembro de 1985. Enviado pelo Governador do Estado do MS ao Presidente da República. Em anexo, OF/GOV/AE/MS/No 008/85, do Assessor Especial Aldo Queiroz ao Governador do Estado. Campo Grande, 13 de setembro de 1985.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO

CORREA DA COSTA, Fernando 1951. Mensagem à Assembléia Legislativa. Cuiabá.

MULLER, Julio Strubing 1942. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da Republica, pelo Bel. Julio Strubing Muller, Interventor Federal em Mato Grosso. Cuiabá.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

RIBAS, Manoel 1936. Mensagem do Governador Manoel Ribas aos Legisladores do Paraná. Curitiba, 01 de setembro.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba.

GOVERNO PARAGUAIO

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL

Recopilacion de las principales leyes y decretos vigentes. Asuncion, s/d.

INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDIGENA

Censo y Estudio de la Población Indigena del Paraguay, ano de 1981.

MINISTÉRIO DE HACIENDA. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS

Censo Nacional de Población y Viviendas, anos de 1950, 1962, 1972.

Atlas Censal y Censo de Población y Vivienda, ano de 1982.

Encuesta de Hogares, ano de 1972.

Paraguay. Estimación y Proyección de la Población según sexo y grupos de edad. Período 1950-2025.

Población Brasileña por Departamento (05, 07, 10, 13 y 14), Distrito y Localidade Segun Sexo. s/d.

SECRETARIA TÉCNICA DE PLANIFICACIÓN

1981. Informe sobre migración de colonos a Alto Paraná: borrador final. Asuncion.

IGREJA

BRASIL

BASSEGIO, Luis, Dirceu Cutti e Claudino Balen
1979. Brasileiros no Paraguai. mimeo, 7 p. 8 de maio.

BORTOLAZZO, Paolo
s/d(a). Identidade e Psicologia do Migrante. Porto Alegre, mimeo, 9 p.

s/d(b). Migração Brasileira no Paraguay. Porto Alegre, mimeo, |24 p. |.

BRAIDO, Jacyr F.

1972. "Inquiry into Brazilian settlers in Paraguay".
Migration News. ICMC, Genova, nº4.

1983. Migrações limítrofes. mimeo, 48 p.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM)

1970. Semana de Estudos Migratórios. Estudos 1. Coord. de Juarez Segalin e Jacyr Braido, São Paulo, 6 a 11 de julho.

1971. Pesquisa entre os emigrantes brasileiros no Paraguai. Estudos 4. São Paulo, outubro.

1980. "Brasileiros no Paraguai", por Luis Padovani. IN: Migrantes: Êxodo forçado. São Paulo, Edições Paulinas.

1989. Brasiguaios. Cadernos de Migração 4. Redigido por Wanderluce Pessoa Bison, com a colaboração de Luiz Carlos Batista, Marilda Aparecida Menezes e Almir Boff. São Paulo, 42 p.

S/D. O que é Pastoral Migratória. Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, 60 p.

CENTRO DE ESTUDOS E DE PASTORAL DOS MIGRANTES (CEPAMI)

1991. Realidade dos Seringueiros Brasileiros na Bolívia. Vicariato de Pando, Bolívia; Diocese de

Rio Branco, Acre/Brasil; CEPAMI, Ji-Paraná-
Rondônia/Brasil, junho.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CSEM)

1990. "Brasiguaios". Resenha. Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas. Brasília, Ano 1, n.º 1. Setembro.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) - Secretariado Nacional

1983. CPT: Pastoral e Compromisso. Comissão Pastoral da Terra. Petrópolis, Ed. Vozes.

1986. Conflitos de Terra no Brasil, 1985 - Goiânia

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) - SECRETARIADO REGIONAL DE MATO GROSSO

1987. "Guarantã". Aroeira. Ano IX, n.º 44, maio-junho. Cuiabá

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) - SECRETARIADO REGIONAL DO PARANÁ

1978. O mausoléu do faraó - a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. s/l, 50 p.

1979. Sem Terra e Sem Rumo. Documento do Simpósio sobre Migração realizado em Cascavel (PR), de 5 a 8 de junho. Marechal Cândido Rondon, junho. 30p.

1980. A taipa da injustiça - Itaipu X agricultores expropriados. Por Juvêncio Mazzarollo - Oeste do Paraná, novembro - 69 p.

[1981]. MASTRO, Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná. S. Miguel do Iguçu (PR), [nov]. 20p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) - SECRETARIADO REGIONAL DO MS

1988. Dossiê: Brasiguaios. Campo Grande, CEDAMPO, mimeo, 77p. Julho.

COMISSÃO PONTIFÍCIA DE JUSTIÇA E PAZ (CPJP)

1981. "A Migração brasileira no Paraguai", por Wagner R. D'Angelis e Juvêncio Mazzarollo. Cadernos de

Justiça e Paz. Cadernos 2. Migração: o caminho da miséria. Ano 2, nº 2 junho de 1981. Curitiba.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

1966. I Encontro Pastoral de Migrações. Rio de Janeiro
1973. II Encontro Pastoral de Migrações. Rio de Janeiro, 5 a 7 de dezembro
1980. Para onde vais? Documento para a Campanha da Fraternidade.
1987. Migrações no Brasil: um desafio pastoral. Estudos da CNBB, nº 54. Ed. Paulinas.

CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS (CMSC)

1972. Relatório da Missão dos Padres Missionários de São Carlos realizada na colonização Paraquasil-Paraguay. Por Pe. Severino Filippin e clérigo Carlos Pedrini. 18 a 30 de julho. 6 p.. mimeo
- 1972b. Relatório das Missões na Colônia Mbaracayu. Por Pe. Luis Portolan e clérigo Alberto Zambiasi. mimeo, 3p. São Paulo, 11 de agosto
1982. "Serafina Corrêa descobre sua potencialidade missionária através dos migrantes brasileiros do Paraguai", por Levino Galli. Humilitas, nº 4. Roma.
1990. Anuario Scalabriniano 1990. Humilitas. Roma.
- s/d (a). Histórico da missão realizada entre os brasileiros no Paraguai. Por Pe. Guido Pirolo e Pedro Granzotto, man., 8 p.
- s/d (b). Relatório da Colônia Santa Tereza. mimeo, 7p.
- s/d (c). Mision scalabriniana pro migrantes en las tres fronteras. Pdte. Stroessner, lp.

CORRADIN, Giuseppe

1972. Brasileiros migrantes em Paraguay. (especial para Correio do Povo, edição de 03/12/72). Porto Alegre, 5 p.

GONÇALVES, Alfredo J.

1991. Centro de Estudos Migratórios/CEM (História, Desafios e Perspectivas). São Paulo, mimeo, 09 p., 1º de maio.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (SPM)

1986. "Brasiguaios: no Paraguai, tortura - No Brasil 'caso de polícia'". Boletim do SPM. Maio
1988. "Assentados - MS; ainda provisórios". Por Luiz Carlos Batista. Vai-Vem. Ago/set.
1989. "Corumbá: história da luta". Vai-Vem. Ano 8, nº39, nov.-dez
- 1990a. Relatório do Seminário sobre os Brasiguaios. Foz do Iguaçu, 26/27 de maio. mimeo. 3p.
- 1990b. "Brasiguaios: futuro incerto". Vai-Vem. julho/ago.
- 1990c. "Assentamento de brasiguaios: 5 anos depois". Por Luiz Carlos Batista. Vai-Vem. Ano 9, nº 44, Set/out.

PARAGUAI

COMITÉ DE IGLESIAS PARA AYUDAS DE EMERGENCIA (CIPAE)

- 1980a. Encuentro sobre migración brasileña, estructura productiva y fuerza de trabajo en Alto Paraná - Documento final. Pdte. Stroessner, 24 a 26 de noviembre.
- 1980b. Estructura productiva, fuerza de trabajo y forma de producción (el caso de la migración brasileña en Alto Paraná y su incidencia en la pastoral). mimeo.
- 1981a. Migración brasileña al Alto Paraná: canales de integración. Cuadernos de investigación nº 6. Assuncion.
- 1981b. Formas de organización productiva campesina. El caso de la migración brasileña al Alto Paraná y su impacto económico y social. Cuadernos de Investigación nº7. Asuncion.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA (CEP)

1983. El campesino paraguayo y la tierra. Carta Pastoral Colectiva. [Asuncion], 22 de junio.
1984. Tierra y Sociedad . Problemática de la tierra urbana, rural e indígena en el Paraguay. Asuncion, Cuadernos de Pastoral Social.

-
1985. El fenomeno migratório en el Paraguay. Asuncion, Cuadernos de Pastoral Social.
1989. La tierra: don de Dios para todos. Asuncion, mimeo, 4 p. 8 de setiembre.
1991. Comision Catolica Paraguaya de Migraciones - Informe. Asuncion, mimeo, 11 p.

EQUIPO NACIONAL DE PASTORAL SOCIAL (ENPS)

1990. Las migraciones y la pastoral social. Ediciones Populares. Série Pytyvora nº12. Asuncion, junio. mimeo, 8 p.

PROGRAMA DE AYUDA CRISTIANA (PAC)

1982. Cartilla para el migrante. Hernandaria, dezembro, 12 p.
1984. Las ocupaciones de Tierras: una cuestión de justicia. Publicado em conjunto com o Comitê de Igrejas para Ayudas de Emergencia.
1986. Memorandum sobre Colonia Santa Teresa (Reserva Paraguaya). Por Heriberto Alegre. mimeo, 6p.
- s/d(a). Puerto Sauce. Diversos atendimentos realizados pelo PAC, sem titulo, mimeo, 25p.
- s/d(b). Caso Zampieri. Hernandarias, mimeo, 8 p.

BRASIL E PARAGUAI

Encontro de Pastoral de Migrações Limítrofes. Foz do Iguazu (PR), 3 a 6 de julho de 1979, reunindo bispos das Dioceses limítrofes da Argentina, Paraguai e Brasil. Documento final.

Primeiro Encontro das Presidências das Conferências Episcopais do Brasil e do Paraguai. Assunção, 16 a 18 de julho de 1981. Documento final.

Encuentro de Miembros de Las Comisiones Católicas de Migraciones de Paraguay y Brasil. Paroquia San Lucas, Ciudad Pdte. Stroessner, 26 a 28 de febrero de 1982.

Primer Encuentro Semestral de Organismos Pastorais de Migración de Brasil y Paraguay. Ciudad Pdte. Stroessner, 15 y 16 de março de 1982. Documento final.

Segundo Encontro Semestral de Organismos Pastorais de Migração do Paraguai e do Brasil. Foz do Iguazu, 2 e 3 de setembro de 1982. Documento final.

Terceiro Encontro Semestral de Organismos Pastorais de Migração do Brasil e do Paraguai. Pdte. Stroessner, 10 e 11 de março de 1983. Documento final.

Segundo Encontro das Presidências das Conferências Episcopais do Brasil e do Paraguai. Foz do Iguaçu, 27 e 28 de dezembro de 1983.

Tercer Encuentro para Estudiar la Situación Sócio-Pastoral do los Migrantes de Brasil y Paraguai. Pedro Juan Caballero, 28 de dezembro de 1985. Documento final.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS/PROGRAMA DE AYUDA CRISTIANA
1985. Campeños y agricultura en zona de frontera agrícola (problemas vinculados a la migración, a la organización productiva y a la acción de la Iglesia en el Alto Paraná). Hernandarias, mimeo, 147 p. Agosto.

ANEXOS

CARTA À POPULAÇÃO

Nós Brasiguaios, acampados em Mundo Novo, queremos contar um pouco de nossa história. É cheia de dor e sofrimento. Somos de todos os Estados do Brasil. Fomos obrigados a ir para o Paraguai.

A situação no Brasil era difícil.

A terra está nas mãos dos latifundiários. Não arrendam porque está cheia de capim ou plantada de soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra.

Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bóia-fria. Imigramos para o Paraguai.

Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura. E mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai.

Lá enfrentamos os seguintes sofrimentos:

1. A documentação era muito cara. A gente não tinha condições de fazer. Se não fizesse os documentos seria preso, espancado, dependurado. Era obrigado trabalhar de graça, sem comer e ainda tomavam as coisas da gente. Davam tiros prá assustar e até casos de morte.
2. Os produtos da lavoura eram muito baratos e só podiam ser vendidos em duas cerealistas: "Miro Cereais" e "Arlindo Perim". Era impossível vender no Brasil, apesar de preço ser melhor, porque era contrabando.

Tinha que pagar 5% da lavoura para o comissário, tanto os donos de terra como os arrendatários. A situação dos arrendatários era pior ainda. Tinha que pagar mais 20%, 25% até 30% para o dono da fazenda. Se não pagasse ia preso.

3. QUESTÃO DA TERRA. A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra 3 vezes, 5 vezes, até 8 vezes. No final muitos companheiros foram despejados, presos e prá completar foram expulsos perdendo tudo. É o caso do companheiro Francisco Teixeira, José Yamashita e outros.
4. Além de tudo isso, a polícia vivia maltratando os brasileiros. Se um filho brigasse, a família toda ia presa. Se pagava, saía. Se não pagava, apanhava.

Assistência médica e escola não existia prá nós.
Estradas e pontes a gente tinha que fazer..

Isso prova que não somos vagabundos, desordeiros ou agitadores. Estamos acampados porque queremos terra para plantar e criar nossa família. Não é de nosso gosto estar aqui. Mas no Paraguai não dava para ficar mais.

O governo falou que ia fazer a Reforma Agrária. Exigimos que cumpra imediatamente essa promessa.

Queremos dizer à população de Mundo Novo que fique tranquila. Se o governo cumpri sua promessa, não vamos ocupar terra de ninguém.

Agradecemos o apoio e as visitas que já recebemos. E contamos com a colaboração de todos, porque precisamos de alimentos, agasalhos, medicamentos, lonas... Todo tipo de ajuda será bem recebida.

Mundo Novo, 21 de junho de 1985

Brasiguaios acampados em Mundo Novo.

CARTA AO MIRAD. CAMPO GRANDE, 1 DE ABRIL DE 1986

Senhor Ministro,

Somos milhares de lavradores brasileiros que há mais de 15 anos fomos obrigados a viver no Paraguai para poder CONTINUAR na lavoura, pois no Brasil já não tínhamos mais condições de trabalhar a terra da qual gradativamente expulsos.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, quando o Governo Brasileiro criou o novo modelo agrícola, incentivando a soja e outras lavouras mecanizadas e mais tarde, a construção de grandes hidrelétricas, centenas de famílias como nós e que produzimos alimentos e não dependíamos de outros trabalhadores para sobreviver, tivemos que buscar outras terras ou outros meios de sobrevivência fora da lavoura.

Logo em seguida foram criadas as novas fronteiras agrícolas no norte do País, para onde milhares de sulistas forma levados para estas regiões ao deixarem para trás as suas terras já incorporadas pelas grandes fazendas mecanizadas, pois a nossa presença como mão-de-obra ou como pequeno produtor já não era mais necessária. E nos atiraram em terras que além da diferença de clima e de culturas de outras lavouras, (que desconhecíamos) o total abandono fez com que muitos deixassem estas novas fronteiras e se dispersassem pelas cidades. Mas muitos de nós fomos atraídos pela propaganda, (que até hoje existe) das grandes colonizadoras (as mesmas que colonizaram o norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul) sobre as terras férteis abundantes e baratas do Paraguais.

O Paraguai foi uma busca de solução que aos poucos que aos poucos foi se transformando em pesadelo. No início encontramos terras, ou seja, a mata fechada para abrir e fazê-la produzir. Com o passar dos anos fomos nos tornando, sem nenhum tipo de ajuda, os responsáveis por toda produção agrícola da faixa de fronteira daquele país.

Abrimos, destocamos, produzimos nas terras, abrimos estradas, construímos escolas, cadeias públicas, postos policiais, postos fiscais, formamos vilas e povoados, enfim, desbravamos a terra às custas de muitos sacrifícios e humilhações. Quando chegamos, poucos conseguiram comprar um pedaço de terra do IBR, a colonizadora oficial do Paraguai. A maioria se empregou como diaristas nas grandes propriedades de empresários e fazendeiros brasileiros em cultivos provisórios, através de concessão de pequenas áreas de terras para posterior plantio de campim, ou soja e como arrendatários.

Hoje, senhor Ministro, a nossa presença já não é mais necessária no Paraguai, pois quase não se tem mais terra para destocar e a mecanização junto com o pasto está chegando, e da mesma maneira como fomos expulsos de nossas

terras, estamos sendo atirados gradativamente para fora do Paraguai, com uma diferença, além da total miséria a repressão paraguaia, onde os comissários e chefes de Governos dos Departamentos são ao mesmo tempo juiz, delegado, prefeito e administrador. Estes nos tiram tudo. A pouca produção de alimentos como mandioca, feijão, milho e arroz, plantados com muitas dificuldades, pois estes produtos não têm nenhum incentivo ou garantia e o custo de produção é muito alto além do pouco comércio que alcança, somos obrigados a repartir com a polícia a mando dos comissários. Estes ordenam seus soldados ou homens de confiança para entrar em nossas lavouras e levar o que bem entendem. Invadem nossos depósitos e levam o pouco que conseguimos armazenar.. Levam também nossos animais como, porcos, galinhas, etc... Não podemos reservar nada ou comprar algo para um conforto maior que logo somos assaltados com taxas ou simplesmente com o confisco desses bens.

Somos proibidos de fazer qualquer tipo de reunião mesmo religiosa sem que haja representantes deles presentes. São poucos os que possui alguns bens ou mesmo um pedaço de terra para viver, a grande maioria é arrendatário, meeiro ou simplesmente bóia-fria. Convivemos constantemente com o medo e o pavor de acordar com a presença de um policial em nossas casas exigindo "mais alimentos para la policia" ou cobrando novas taxas de "permisso", o documento de autorização para permanecer naquele país. O documento de migrante, a "liberta" espécie de imposto para a conservação das estradas, escolas, postos fiscais, que foram construídos e são conservados por nós. Os casos de prisão sem motivo, sem perseguições, espancamentos, torturas e mortes são comuns. Estamos encaminhando junto com esta uma relação de alguns casos ocorridos recentemente.

COMERCIALIZAÇÃO

Nas épocas de colheitas das safras, os produtos caem de preço e somos obrigados a entregar a colheita praticamente de graça à cerealistas. Um exemplo é a soja, único produto que possui financiamento, está custando em Assuncion 88 guaranis, o quilo, teremos que depositar a soja a 70 guaranis já descontados os fretes, e o imposto de 2,5. Com esta quantia não teremos condições de cobrir nem o preço da semente gasta e muito menos os financiamentos, tendo em vista que em 10 de junho próximo haverá uma queda de até 50% do produto depositado.

Senhor Ministro, a miséria é tanta, que estamos sendo obrigados a abandonar os cuidados com nossas lavouras de soja, ainda para colher, para trabalhar de bóias-frias, nas poucas fazendas que oferecem serviços. Em nossa companhia vão não só as mulheres, como nossos filhos

pequenos, para cada um ganhar por dia mil e quinhentos guaranis. E para o Senhor ter uma idéia, o pacote de 5 kg de açúcar está custando essa quantia. Há muito que não utilizamos óleo ou gordura na nossa alimentação, muitos companheiros, principalmente as viúvas há anos estão comendo apenas milho, e de péssima qualidade, o mesmo que é dado aos porcos e galinhas, quando tem.

Não temos nenhuma assistência médica, o transporte, quando existe é caro nossos filhos estão fracos e sem escolas, pois embora sejamos obrigados a construir e preservar as poucas escolas que existem, nossas crianças não se adaptam à língua que é uma mistura de guarani com castelhano. Em casa não podemos ajudá-las, pois também, somos a maioria analfabetos.

Sabemos que a fome e as dificuldades também existem no Brasil, mas não podemos continuar vivendo sob o medo, a insegurança, falta de melhoria para nossos filhos e a falta de liberdade.

Esta situação vem se agravando há mais de dois anos. Em 1984 um grupo de 600 companheiro se juntaram às mil famílias que ocuparam a Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, numa tentativa de sobrevivência. Esta era a única arma que tínhamos para lutar por terra. Foram despejados e a maioria voltou para o Paraguai. No ano seguinte iniciou com o novo governo, a discussão do Plano de Reforma Agrária. Mas bem antes disso e o Senhor deve estar lembrado, uma comissão composta de companheiros nossos relatou ao Senhor em audiência a nossa situação, pois até o fim de maio do ano passado um grande grupo estava com o prazo para deixar os arrendamentos, e refazer os documentos (com novas taxas) e não tinham para onde ir a não ser voltar para o Brasil. Este grupo acampou e está assentado hoje. Por determinação do INCRA, foi cortado o cadastramento ainda no acampamento e muitos de nós que ficamos no Paraguai não podemos nos ingressar naquele acampamento, e não tínhamos condições de retornar.

Outros ainda tinham algumas colheitas e esperavam que com a saída dos primeiros as coisas do Paraguai melhorassem. Puro engano. A nossa volta ao Brasil, não é só por causa da Reforma Agrária, embora ela nos anime ainda mais a deixar o Paraguai, é sim a situação de cativo que estamos vivendo há muito tempo que não dá mais para aguentar.

Senhor Ministro, somos brasileiros que já ajudamos o progresso no Sul do Brasil, e outras regiões, mas em função das políticas dos governos anteriores fomos atirados para fora e hoje somos considerados caso de polícia pelo Governo de Mato Grosso constantemente vigiados pela polícia como se fossem uma ameaça a paz social.

Temos o direito de retornar a nossa Terra, mas para isso dependentes do apoio de V. Exa. Não queremos terra para o comércio, mas para podermos continuar a ser lavradores e poder dar uma vida mais decente para os nossos filhos.

Diante disso tudo que relatamos (por alto) ao Senhor, estamos aqui e reivindicamos a garantia de segurança ao retornarmos, pois sabemos que a polícia do Mato Grosso do Sul está pronta para agir sobre nós, assim que atravessarmos a fronteira.

Decidimos que com ou sem a polícia, com ou sem o seu apoio estamos preparados para regressar a nossa Pátria e lutarmos não só por terra mas por melhores condições de vida.

Adiantamos ainda que, em função das inúmeras dificuldades que estamos enfrentando no Paraguai, chegaremos sem nenhuma condição de saúde, alimentação, e moradia. Por isso necessitamos de auxílio enquanto estivermos acampados e posteriormente quando formos assentados em terras definitivas.

Senhor Ministro, a nossa situação é péssima e pior que a de refugiados, pedimos, (e temos o direito) de assistência governamental pois consideramos que somos as principais vítimas do falso milagre brasileiro, no qual nos fizeram acreditar.

Sabemos que a luta não será fácil e de ante mão agradecemos o seu auxílio.

Campo Grande, 10 de abril de 1986.

Ass. COMISSÃO DOS BRASIGUAIOS DAS SEGUINTE LOCALIDADES DO

PARAGUAI:

Colônia Alvorada

La Paloma

Caarapá

Coronel Toledo

Salto Guaira

Maracajú

Porto Adelia

Encruzo Guarani

Corpos Cristi

Santa Clara

Kambiy

Puente Kijá

Guadalupe

Ipejuim

Coronel Sapucaia

Colonia Trinta e Dois - Próximo a La Paloma

Passo - Itá

Linha Contról - Próximo a Corpos Cristi

todos do Departamento de Kanediju e proximidades

(Segue-se assinatura do representante da
Executiva Nacional do Movimento Sem Terra)

RELAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIAS OCORRIDOS COM OS BRASIGUAIOS

Os mais recentes de um ano para cá: 1985 a 1986.

1. JOSÉ DE FREITAS

27 anos, casado, pai de 2 filhos, natural de Chavante-SP.

Morava em Corpus Cristi. Foi preso por três dias, apanhou muito com cabo de aço. Foi obrigado a por a mão em cima de uma barra de ferro para que os policiaes as "martelassem". Ficou com as mãos deformadas e ainda possui cicatrizes pelo corpo.

Motivo: foi para a cidade fazer compras para família e não levou documentos.

2. JOÃO MARIA PADER

53 anos, casado, pai de 6 filhos, natural de Teixeira Soares-PR.

Morava na Vila Vanã. Foi trabalhar na Fazenda Coronel Peralta. Lá os brasileiros eram cativos. Havia muitos espancamentos e chicotadas com cabos de aço. Eram obrigados a trabalhar em troca da comida. Foi espancado e obrigado a comer sal em cochos, junto com os animais, por se recusar a dar dias de serviço para a fazenda. Saiu fugido, disse que ficaram mais brasileiros na fazenda.

3. GETÚLIO DE ASSIS

29 anos, solteiro, natural de Itabirinha-MG, criado em Toledo no Paraná.

Foi preso próximo a Paloma com um caminhão de milho, que foi confiscado pelo quartel. Foi espancado nas solas dos pés. No mesmo dia havia mais 8 brasileiros no quartel, todos tinham sido espancados e muitos estavam acorrentados. Não sabe os nomes destes companheiros.

4. ANTONIO BENTO ALVES

53 anos, casado, natural de Peixe Branco-MG.

Morava em Mbaracayú. Foi preso e espancado. Apanhou nas solas dos pés e palmatórias nas mãos, permaneceu 8 dias preso. Saiu completamente inchado.

Motivo: tinha uma vaca e esta escapou e foi na lavoura de um paraguaio.

5. JOSÉ VILMAR

25 anos, casado, natural de Tenente Portela-RS.

Morava em Puerto Adel, na fazenda Zampiere, de Hugo Zampiere. Fazia parte de um grupo de posseiros. Todos foram expulsos. Sofreram espancamentos. O Dr. Alegre, Pedro Adial e Antonio Gonçalves, os líderes, foram presos. Os instrumentos de espancar dos soldados eram os mosquetões e mangueiras de gasolina.

6. GENTIL JOSÉ DE OLIVEIRA

56 anos, casado, pai de 9 filhos, natural de São Ângelo das Missões-RS.

Morava há 19 anos no Paraguai: Puerto Adelia, Maragatú, Colônia Tabapã. teve sua terra invadida e quando foi denunciar apanhou com a bainha do facão do comissário. Foi em Puerto Stroessner denunciar para o IBR. Lá recebeu uma ordem para ficar com a terra. Mas o comissário local (que não lembra o nome) não aceitou. E aí é que foi mais espancado pelo próprio comissário. Este o entregou pra os soldados que o bateram com cassetete. Foi algemado com os braços para trás 4 dias. Neste período tinha sessões de espancamento. Depois disso levaram-no em Aroyo S. Luzia, um destacamento. Lá obrigaram-no a beber água à força de uma mangueira. Quando a mangueira estava na sua boca, abriram o jato de água mais forte. Saiu de lá quase morto e até hoje tem problema de saúde. Ele conta também que nesta época, início do ano passado, houve a morte de um paraguaio, um brasileiro foi preso como culpado da morte: Milton Cordeiro (ele não tem maiores informações).

7. VALMOR TEÓFILO

52 anos, casado, pai de 7 filhos, natural de São Joaquim-SC.

Morava há 16 anos no Paraguai em Puerto Adel, na costa do rio Carapã. Foi obrigado a assinar a venda de suas terras. Ele conta que as coisas pioraram há três anos. As obrigações de documentação "na hora que o comissário quer tem que fazer de novo e pagar mais caro". As expulsões de terra e as perseguições pioraram. Teve que fugir para não ser pego pela polícia. Perdeu tudo o que possuía. Nota: seus amigos dizem que ele foi muito espancado, no entanto ele nega as afirmações: "os soldados não conseguiram me pegar".

8. EDEMAR QUEZI

Paraense.

Foi preso e espancado com cabo de aço, mosquetões e correntes, sem motivos aparentes. As informações são de seus companheiros de acampamentos.

9. Na Fazenda 3 mil alqueires - ou Primavera como é chamada, de propriedade de Dr. Perques de São Paulo- Juiz Francisco Sarub o Comissário chamado Duarte de Puerto Nova Adelia, expulsaram abaixo de espancamento, perseguições, sem direito de levar nada dos pertences as seguintes famílias no final do ano passado: (1984).

ALFREDO PEDRO DA SILVA

42 anos, casado, pai de 3 filhos.
Natural de Itabuna, Bahia.

PEDRO MOREIRA DE LIMA

43 anos, casado, pai de 7 filhos.
Natural de Francisco Beltrão-PR.

ANTONIO RODRIGUES PAIVA

38 anos, casado, pai de 4 filhos.
Natural de Capelinha-MG.

VALDIR MOREIRA DE LIMA

20 anos, casado.
Natural de Catanduva-PR.

JOÃO INÁCIO MACHADO

42 anos, casado, pai de 2 filhos.
Natural de Campo Mourão-PR.

VALDOZIRO RODRIGUES

54 anos, casado, pai de 4 filhos.
Natural de Iraí-RS.

MARCÍLIO DE OLIVEIRA

47 anos, casado, pai de 7 filhos
Gaúcho

MIGUEL DE JESUS

28 anos, casado, pai de 3 filhos.

Natural de Ampere-PR.

ADEMAR CHESSA

26 anos.

Natural de Tenente Portela-RS.

Estas famílias foram as que consegui levantar. Mas existe muito mais, aproximadamente 300. Segundo o que me contaram teve muitos presos e outros fugiram para o mato. Não se tem notícias destes.

10. IZAIR DE ALCÂNTARA

26 anos, casado, pai de 1 filho, natural de Francisco Beltrão-PR.

Estava há 7 anos no Paraguai em Puerto Adelia, em companhia do pai. Este comprou um lote de terra e depois que perderam tudo para pagar o lote, os paraguaios tomaram. Foi denunciar em Puerto Adelia e nada resolveu. Falou com o Juiz Francisco Sarube e este decidiu cortar a madeira da terra, única forma que ele tinha para resgatar o que perdera com a compra da terra. Quando o comissário descobriu que ele tinha autorização para derrubar a madeira mandou prendê-lo. Na prisão foi ameaçado de ser levado para Vila Rica, uma prisão temida por todos, pois segundo dizem, "quem vai pra lá não volta".

Foi muito espancado e enclausurado num quarto escuro e fundo. Neste local que era úmido e sujo, os ratos roeram seus pés. Permaneceu 4 dias preso e enquanto esteve no tal quarto escuro, ficou sem comer e perdeu a noção de tempo. Só saiu com vida porque seus companheiros o socorreram e tiveram que pagar para que o soltassem. A sua terra foi incorporada pela Colonizadora Geminis. Ele ainda tem alguns bens no Paraguai, mas está ameaçado, se voltar não sairá vivo.

11. ALTAIR DE ALCÂNTARA

28 anos, casado, pai de 3 filhos, natural de Salgado Filho - PR.

Residia há 7 anos no Paraguai em Puerto Adelia.

O filho de Claudio de 1 ano, morreu sem assistência médica: tétano. Sofreu várias vezes perseguições, (sempre nas épocas de colheitas), era posseiro. O comissário chamado Duarte e o Juiz Sarub, com mais três policiais o

prenderam. Foi brutalmente espancado, obrigado a trabalhos pesados, em consequência ficou três meses doente. Na prisão foi ameaçado de ir para Vila Rica. Só foi solto depois de ter que pagar 300 mil cruzeiros e a colheita de hortelã. Segundo ele, quando dois brasileiros são presos um é escalado para espancar o outro.

12. HENRIQUE FIGUEIRÓ

33 anos, natural de Santo Antonio, sudoeste do Paraná.

Ele contou que Cleusa Duarte de 14 anos e sua mãe, Helena Duarte foram presas porque um paraguaio quis violentar a menor. Os brasileiros em defesa da menina entraram em luta corporal com o paraguaio e seus amigos. Depois da briga o Juiz Sarub e o comissário prenderam a menina. Sua mãe se prontificou a ir junto a fim de proteger a filha. Ambas sofreram humilhação na prisão e foram ameaçadas de morte. Os brasileiros que entraram na briga fugiram para o Brasil. Segundo Henrique e outros brasiguaios acampados, os soldados e muitos civis paraguaios, costumam invadir as casas de brasileiros para raptar suas filhas. Depois de alguns dias a moça aparece, muitas vezes trazida pelo próprio sequestrador. Não escapam nem mesmo as mulheres casadas. Se denunciar, quem vai presa é a mulher, acusada de prostituição. Em função disto as famílias ficam caladas, muito depois do ocorrido fogem para outro local, no Paraguai ou retornam para o Brasil.

13. VALDEMAR CARDOSO DE LIMA

33 anos, casado pai de 3 filhos, natural de Laranjeiras do Sul - PR.

Morava no Paraguai há 5 anos na localidade de Figueira.

Foi espancado brutalmente no posto de Migração, por não ter dinheiro para refazer seus documentos que tinham sido apreendidos no mesmo local. Ele estava saindo para buscar socorro em Guaíra-PR, para sua filha Cristina de pouco mais de 2 anos de idade que tinha sido queimada num acidente. Quando chegou no acampamento em Mundo Novo, estava muito doente em consequência da surra que levou. Mal podia andar. Sua filha foi encaminhada para o Hospital Universitário, em Campo Grande, onde foi operada de um dos pés que ficou deformado com as queimaduras.

14. ARLINDO TAVARES DA SILVA

38 anos, casado, pai de 2 filhos, natural de Palmeira dos Índios - AL.

Estava trabalhando na Fazenda Estância Campo Aguaé a 20 km de Curuguati departamento de Canendeyu e foi espancado no dia 26 de setembro do ano passado. Ele suspeita que a causa foi porque descobriu uma "roça de uma planta esquisita, lá só os homens do fazendeiro (Valdir Fachine), podia chegar". Depois de ter visto a lavoura foi brutalmente espancado pelos jagunços chamados Raimundo, Bezerra e Gaúcho. Fugiu à noite pelo mato e levou dois dias para passar a fronteira. Ele chegou até nós visivelmente perturbado, tinha hematomas no rosto, braços, andava e respirava com muita dificuldade e tinha constantes, crises de choro. Nós o encaminhamos para Rancharia onde estão os filhos e esposa. Ele não quis ir ao médico e se recusou a ficar por mais de um dia em nossa companhia. Estava na Fazenda há uns três meses. Antes tinha procurado emprego na Usina de Álcool de Rio Brilhante - MS.

15. JORGE MOREIRA

44 anos, casado, Natural de Clevelândia - PR.

Estava há 7 anos em Puerto Adelia, departamento de Canendeyu. Este presenciou o espancamento do companheiro chamado Hélio Preto a mando do Juiz Francisco Manoel Sarub era obrigado a trabalhar na construção do porto, caso contrário ia preso. Perdeu as terras depois de ter construído benfeitorias.

16. JOSÉ RAMALHO PEREIRA

25 anos, natural de Franciscópolis - MG.

Estava há 9 anos em Puente Kijá.

Foi preso e espancado durante 8 dias, em Paloma, por ordem do comissário Canno. Foi submetido a trabalhos pesados. Na prisão, presenciou o espancamento de outros brasileiros, (não sabe dizer os nomes, pois não os conhecia). Tem marcas nas costas e braços. Foi despejado de suas terras e perseguido depois disso.

17.

Os irmãos José de Souza Oliveira de 38 anos, pai de 4 filhos e Luiz de Souza, de 35 anos Natural de Carlópolis - PR, que há 12 anos foram presos sem motivo a mando do comissário de Corpus Cristi, onde por 12 dias sofreram várias torturas, contam que um companheiro chamado Albino (eles não sabem dizer o nome completo) foi preso acusado de

ter roubado uma bicicleta, no dia 15 de junho. Na prisão este companheiro sofreu agulhadas embaixo das unhas, foi espancado e obrigado a trabalhos pesados durante os 5 dias que permaneceu preso. Eles contam que depois que saiu da prisão ele estava quase louco e dizia que ia, e fugiu para o Brasil.

18. JÚLIO GONÇALVES DOS SANTOS

27 anos, casado, pai de 5 filhos, natural de Duartina - SP.

Residia em Puerto Adélia e Paloma-Paraguai.

Foi preso no "Encruzo Guarani". Foi espancado na prisão, recebeu ameaças de morte. Foi obrigado a se ajoelhar e se benzer para receber algumas bolachinhas de alimentos. Ficou um dia preso.

Motivo: não tinha dinheiro para tirar o tal permiso-autorização de permanência no País.

19. JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

42 anos, casado pai de 8 filhos, natural de Águas Boas - MG.

Residia em Mbaracayú - Paraguai.

Depois de ter pago duas vezes a mesma terra de 15 alqueires, foi obrigado a assinar um documento de desistência das terras. Foi despejado sem ter direito de colher o que plantara. Foi despejado sem ter direito de colher o que plantara. Todos os seus filhos não têm documentação brasileira, pois ele casou-se no Paraguai e formou família. Estava há 15 anos no Paraguai. Antes de voltar ao Brasil no final de maio, foi preso por não ter emplacado sua bicicleta.

20. CASSIMIRO OZAGA

40 anos, casado, natural de Luiz Gonzaga - Nordeste

TEÓFILIO CESÁRIO DA SILVA

31 anos, casado, natural de Garanhús - SC

MANOEL INOCÊNCIO DA SILVA

77 anos, casado, natural de Bela Vista - PR.

ARNO INOCÊNCIO DA SILVA

22 anos, natural de Perobal - PR

JOSÉ LUIZ DA ROCHA

45 anos, casado, natural de Montes Claros - MG

ISALTINO DOS SANTOS

34 anos, casado, natural de Guarapuava - PR

ANTONIO DA SILVA

35 anos, casado, natural de Guaíra - PR

JOSÉ DA SILVA

32 anos, casado, natural de Santo Antonio da Platina-PR.

Todos e mais alguns companheiros que ainda não acamparam, foram expulsos e posteriormente presos por se recusarem a pagar para a fazenda onde trabalhavam, 30 dias de serviços sem remuneração. Receberam o prazo de 48 horas para deixar o Paraguai. Eles residiam na Fazenda do Dr. Zacarias, Deputado Federal, na localidade de Pacová.

21. JAIR ALVES FERREIRA

19 anos, solteiro, natural de Ubiratã - PR.

Morava na Fazenda Zacarias, em Pacová, foi preso por dois dias, apanhou com baionetas.

Tem marcas pelo corpo.

Motivo não possuía documentos paraguaios.

22. ROFE WEIGMAN

29 anos, casado pai de 5 filhos, natural de Lontra-SC.

Morava em Corpus Cristi.

Foi preso e permaneceu o dia inteiro algemado enquanto era espancado e ameaçado de morte. Ficou com marcas e cicatrizes no rosto e em todo o corpo, com mais intensidade nos braços e nas pernas.

Motivo: não tinha documentos.

23. SEBASTIÃO MATEUS

44 anos, casado, natural de Campo Novo - SC.

Morava em Puerto Adel.

Foi expulso da terra e teve que se esconder no mato por 4 dias para escapar da perseguição do comissário.

24. MARIA ANTONIA FERREIRA

43 anos, casada, mãe de 9 filhos, natural de Caratinga - MG.

Morava há 9 anos no Paraguai, na faixa de fronteira, em Santa Luzia. Ela conta que seu filho de 19 anos, Jaise Aires Ferreira, foi preso acusado de roubado um cavalo. Teve seus dedos martelados sobre uma chapa de ferro, foi espancado e colocaram "de quatro" para apanhar. Simularam um fuzilamento. Seu filho voltou com os dedos deformados.

25. JOSÉ MACEDO PEREIRA

27 anos, natural de Malacacheta - MG
Foi preso e espancado a mando do comissário de Paloma, chamado Canno, sem motivos aparentes.

26. JOÃO VIEIRA GONÇALVES

21 anos, casado, pai de 2 filhos, natural de Jaracatia-SC.

Morava há 2 anos em Guadalupe na Fazenda 2 mil alqueires de Lino Rossi, de São Paulo. Foi despejado a mando do fazendeiro, foi muito espancado pelos soldados.

27. ADEMAR BACH

29 anos, natural de Três Passos - RJ.

Estava há um ano e meio em Caarapã, departamento de Guadalupe. Este presenciou o espancamento de vários companheiros, foi ameaçado e resolveu fugir de volta para o Brasil.

28.

Em novembro do ano passado, na localidade de Figueira, as famílias de: Antonio Lopes, Benedito Lopes, Antonio Bueno e Castelar, foram presas e houve espancamentos. Estas famílias ainda estão no Paraguai.

29. ANILDA BOKEH

16 anos, casada com Daniel Pereira dos Santos, mãe de uma menina de 8 meses. O casal morava na Colônia Mariscal Lopes, em Capitan-bado - Paraguai.

30. MÁRIO RODRIGUES VARELA

44 anos, natural de Santa Catarina.

Foi preso no final do ano passado.

Enquanto esteve preso, ficou recebendo maus tratos, teve sua lavoura confiscada pelos paraguaios.

31. JOSÉ ALBERTO MOLETTE

Natural do Paraná, sua filha Celma, de 12 para 13 anos foi raptada de sua casa por paraguaios no dia 8 de fevereiro passado. Até hoje não se tem notícias da mesma.

Sua mulher, Glória de Jesus Molette com o choque do rapto de sua filha teve uma crise nervosa e foi levada para o oeste do Paraná completamente inconsciente (teve que ser amarrada na carroceria de uma camionete pois estava fora de si)

A família reside na Fazenda Ibel, departamento de Kanediju.

MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Janeiro/1986

Cácia Cortez

Jornalista - autora da pesquisa

(todos os depoimentos foram gravados)

CARTA AO MIRAD, GLEBA NOVO HORIZONTE, 1 DE ABRIL DE 1986.

Senhor Ministro,

Nós assentados na Gleba Novo Horizonte estamos solicitando através desta a continuidade da distribuição de alimentação, pois sabemos que esta deverá ser cortada no próximo mês.

A Comissão do Projeto elaborou um plano para o corte dos lotes em forma de mutirão utilizando todo o trabalho braçal dos parceleiros.

Solicitamos também que os companheiros que foram desclassificados pelo INCRA sejam admitidos junto com o grupo que será assentado na 2ª etapa. Quanto aos ex-parceleiros que abandonaram seus lotes e que já possuem área suficiente, a Comissão concorda que estes devem ser retirados do assentamento.

Financiamento - precisamos para a próxima safra de sementes o suficiente para o plantio, pois sem esta ajuda corremos o risco de ficarmos na dependência do governo sem produzir. Hospital - precisamos de mais assistência médica pois o Hospital de Ivinhema alega não ter mais condições de atender e quer transferir os doentes para Nova Andradina, distante 139 km, vindo aumentar com isso os gastos com transporte.

Solicitamos do Senhor, a urgente demarcação dos lotes da Gleba e a resposta do projeto para tal demarcação que enviamos ao Senhor através do INCRA de Dourados. Como também o atendimento com urgência das outras reivindicações acima relatadas.

Gratos pela sua atenção e contamos com a sua compreensão agradecemos antecipadamente.

A COMISSÃO

JOSÉ VIEIRA DE SOUZA - WALDOMIRO FERREIRA DE MOURA -
JOSÉ FARIA LEAL - ADELINO LOURENÇO DE BARROS - ANTONIO
CÂNDIDO RODRIGUES - JOSÉ YAMACHITA CLEMENTE RODRIGUES - JOSÉ
LIMA MARTINS - DORIVAL ALVES MARTINS - ANTONIO SALASAR
GARCIA - OZEAS DE FREITAS - ADEMAR LUIZ VIEIRA - EXPEDITO
RODRIGUES DOS SANTOS - JOSÉ ONORIO DA SILVA - JOSÉ LEAL DE
SOUZA - JOSÉ VIEIRA DE SOUZA